

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VIVIAN MANFRIM MUHAMED ZAHRA

**Mulheres Encarceradas na Fronteira Brasil – Paraguai:
Narrativas de mulheres presas em Ponta Porã/MS (BR) e Pedro
Juan Caballero/Amambay (PY)**

Dourados

2024

VIVIAN MANFRIM MUHAMED ZAHRA

**Mulheres Encarceradas na Fronteira Brasil – Paraguai:
Narrativas de mulheres presas em Ponta Porã/MS (BR) e Pedro
Juan Caballero/Amambay (PY)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Faculdade de Ciências Humanas
da Universidade Federal da Grande Dourados
(UFGD) como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Doutor(a) em História.

Área de concentração: História, Região e
Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi.

Dourados

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Z19m Zahra, Vivian Manfrim Muhamed

Mulheres Encarceradas na Fronteira Brasil - Paraguai: Narrativas de mulheres presas em Ponta Porã/MS (BR) e Pedro Juan Caballero/Amambay (PY) [recurso eletrônico] / Vivian Manfrim Muhamed Zahra. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Losandro Antônio Tedeschi.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. mulheres presas. 2. fronteira. 3. memória. I. Tedeschi, Losandro Antônio. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



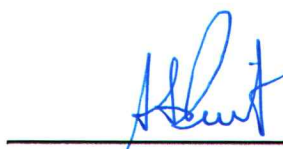
ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO APRESENTADA POR VIVIAN MANFRIM MUHAMED ZAHRA, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "HISTÓRIA, REGIÃO E IDENTIDADES".

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Tese de Doutorado intitulada **"Encarceradas na fronteira: Narrativas femininas na divisa Brasil-Paraguai"**, apresentada pela doutoranda Vivian Manfrim Muhamed Zahra, do Programa de Pós-graduação em História, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi/UFGD (presidente/orientador), Prof.^a Dr.^a Adriana Aparecida Pinto/UFGD (membro titular interno), Prof. Dr. Leandro Baller/UFGD (membro titular interno), Prof.^a Dr.^a Catia Paranhos Martins/UFGD (membro titular externo), Prof.^a Dr.^a Marisa de Fatima Lomba de Farias/UFGD (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Tese. Após a candidata ter apresentado a sua Tese, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada APROVADA. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

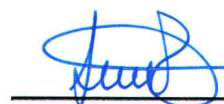
Dourados/MS, 18 de setembro de 2024.



Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi
Presidente/orientador




Prof.ª Dr.ª Adriana Aparecida Pinto
Membro Titular Interno



Prof. Dr. Leandro Baller
Membro Titular Interno



Prof.ª Dr.ª Catia Paranhos Martins
Membro Titular Externo



Prof.ª Dr.ª Marisa de Fatima Lomba de Farias
Membro Titular Externo

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

Ao meu pai Ali (*in memoriam*) e as mulheres
da minha vida, meus amores e grande alicerce:
Beatriz, Aline e Marinete.

AGRADECIMENTOS

O Doutorado é um projeto que não se resume ao tempo do curso e de escrituração da Tese. É um projeto de vida que começa muito antes dele próprio. É a conclusão de um sonho alimentado e preparado por anos.

Despedir-me deste longo processo é maravilhoso. Preparei-me em conhecimento, em conteúdo, fazendo disciplina como aluna especial, e eu sabia o que me aguardava: as dificuldades, os desesperos, e de toda a agrura da escrita que eu já tinha plena consciência. Acontece que nossa vida nunca está adstrita apenas a uma seara.

O Câncer acompanhou-me neste processo. Durante a minha preparação para prestar a seleção do PPGH/UFGD meu pai descobriu um câncer extremamente agressivo. Enquanto se tratava, muitos dos seus últimos momentos, eu estava no quarto estudando para a prova escrita. Meu pai faleceu quatro dias antes da última etapa do processo seletivo, minha entrevista. Apenas três anos depois, durante todo ano de 2023, minha mãe tratou de um outro tipo de câncer, graças a Deus, bem sucedida.

Não estava preparada, também, para encarar uma pandemia. Nossa turma teve apenas uma aula presencial. Todo o sonho do convívio e estreitamento de relações com colegas foi fortemente ceifado. Pelas telas do Google Meet foi difícil construir interações mais profundas. E uma parte muito importante de um projeto como este é ter ombros amigos para trocas e desabaços - as redes de apoio tiveram que ser reconstituídas.

Mencionado os desafios, passo aos agradecimentos propriamente ditos. Que prazer em ter cursado este doutoramento no PPGH/UFGD! Apesar das limitações impostas pelas aulas on line, foi um privilégio conhecer e aprender com profissionais tão qualificados e gentis. Aqui registro, portanto, meus agradecimentos a todo corpo docente do curso de História da UFGD e, principalmente, do Programa de Pós-Graduação.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Losandro Antonio Tedeschi, pela parceria, paciência e grande erudição. Uma pessoa e profissional incrível com quem partilhei grande parte deste tempo.

Agradeço aos colegas de turma Katia, Guilherme, Giovani e Elisandra, que me ajudaram em vários momentos desta caminhada.

Agradeço meus colegas de trabalho na PROAP/UFGD por tanto aprendizado e

escuta. Ligar o interruptor da execução orçamentária da UFGD para em seguida ligar o de pesquisadora em História foi bastante desafiador e sempre tive respeito e torcida destes com quem divido o trabalho. Agradeço ainda, meus chefes Etienne Biasotto e Amilton Luiz Novaes pelo incentivo de todos os dias e ao professor Eduardo Manfredini pela ajuda com o Zotero e constante apoio.

Aos meus amigos Tiago e Matheus que são meus fãs, incentivadores e torcedores. Esta vida é muito melhor com vocês. Obrigada por chorarem meu choro e rirem com o meu sorriso.

Minhas amigas... que não desistiram de mim mesmo eu faltando em tantos compromissos com vocês. Todas me apoiaram de tantas formas que eu apenas consigo ser grata. A vocês meus abraços e carinhos para sempre.

*“Eu sou quem descreve minha
própria história, e não quem é descrita.
[...] Enquanto escrevo, eu me torno a
narradora e a escritora da minha
própria realidade, a autora e a
autoridade na minha própria história”.*

Grada Kilomba

RESUMO

Esta tese é um trabalho de história contemporânea Brasil/Paraguai, informada por elementos interdisciplinares. O trabalho compara e reflete sobre a situação do encarceramento feminino na fronteira Brasil/Paraguai, visto que ambos os países lidam com as consequências de uma política de forte criminalização ao consumo e ao comércio ilegal de drogas. Falamos da fronteira entre Mato Grosso do Sul e Departamento de Amambay, precisamente dos presídios que abrigam mulheres nas cidades gêmeas Ponta Porã (BR) – Pedro Juan Caballero (PY), que há muito também sedia disputas pelo controle deste cobiçado “corredor de drogas”. Discutimos, portanto, os aspectos diferenciados desta fronteira e destes presídios, a origem dos presídios femininos, as políticas de combate ao tráfico de drogas e os aspectos que aproximam e afastam ambos os países nas questões que perpassam a segurança pública e enfatizamos a resultante comum quanto a quem se prende: mulheres pobres. A História Oral é o método que utilizamos para dar os contornos de realidade a esta encruzilhada social que é o superencarceramento, principalmente o feminino. As vidas, histórias, tristezas e arrependimentos narrados e aqui registrados nos dão a dimensão do que essas mulheres passaram e passam. Suas memórias e a forma como lidam em situações extremadas nos tocam pela crueza do real.

Palavras-chave: mulheres presas; fronteira; memória

ABSTRACT

This PhD thesis addresses contemporary Brazilian/Paraguayan history, supported by interdisciplinary elements. The research compares and reflects on the situation of female incarceration on the Brazilian/Paraguayan border, as both countries face the consequences of a policy of harsh criminalization of illegal drug use and trade. We depart specifically from the border at the Amambay city, Mato Grosso do Sul state, Brazil, into the women's prisons at the twin cities Ponta Porã (BR) and Pedro Juan Caballero (PY), as such places reflect disputes for the control of the coveted "drugs corridor". Therefore, the analyses focus on the special characters of this border and the aforementioned prisons, the origin of feminine prisons, the politics of drug trafficking and the similar or different aspects of both countries for the public security. It's worth mentioning the result of such issues regarding to whom are incarcerated: poor women. The Oral History is the method for the understanding of this situation and social intersection: the super imprisonment. Lives, histories, sadness and regrets told and registered in this research give a dimension of what those women have been living and facing these days. Women's memories and the way they deal with extreme situations affect the researcher due to their harsh reality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estabelecimento Penal Femino de Ponta Porã-MS (2022)	101
Figura 2 - Horta no presídio de Ponta Porã (2022)	104
Figura 3 - Horta no presídio de Ponta Porã (2022)	104
Figura 4 - Cárcere paraguaio. Pavilhão de mulheres (2023)	125
Figura 5 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, entrada (2023)	126
Figura 6 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, entrada panorâmica (2023)	126
Figura 7 – Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, sala de estudos (2023)	139
Figura 8 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, máquina de costura (2023)	140
Figura 9 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, primeira vista da cela (2023)	141
Figura 10 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, segunda vista da cela (2023)	142
Figura 11 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, símbolos religiosos (2023)	143

ANEXOS

Anexo 1 – Tabelas com as análises das entrevistas.

Anexo 2 – Demais entrevistas que não constam do corpo da Tese.

Anexo 3 – Lista das mulheres presas entrevistadas.

LISTA DE TABELAS E MAPAS

Tabelas 1 e 2- Aprisionamento geral e por gêneros, Brasil e MS (valores absolutos, 2022-23)	18
Tabela 2 - Aprisionamento geral, por gênero e por nacionalidade, Paraguai (valores absolutos, 2023)	19
Tabela 3 - Aprisionamento geral e por gênero, Penitenciaría Regional de Pedro Juan Caballero (2023)	19
Mapa 1 - Geografia regional MS/Paraguai	34
Mapa 2 - Distância entre presídios BR/PY, 2024	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 - Metodologia e Fontes	26
1 - A HISTÓRIA DE UMA FRONTEIRA: O ESPAÇO, LUGAR, A REGIÃO	37
1.1 - Como chego à região: como se chega ao objeto	37
1.1 - Espaço e Lugar: a Região que vemos e falamos	42
1.2 - Estranhando a fronteira: por um olhar renovado	48
1.4 - A fronteira Brasil/Paraguai: a centralidade do debate na contemporaneidade	56
2 - PRESÍDIOS FEMININOS NO BRASIL E PARAGUAI: O CASO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO	63
2.1 - Um relato sobre presídios e presídios femininos	63
2.1.1 – Presídios no Brasil e no Paraguai e a situação feminina	76
2.2 - Lei de drogas: surgimento, desdobramentos e impacto na vida das mulheres	87
2.3 - PCC e fronteira: a influência da facção nos presídios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.	90
2.4 – Biopoder e desigualdades sobre os corpos femininos	97
3. DESIMPORTANTES E DISPENSÁVEIS: TODAS TÊM DIREITO A FAZER PARTE DA HISTÓRIA?	105
3.1 – As mulheres nos presídios da fronteira: o que se vê, o que se sente, o que se ouve	107
3.2 – Mulheres presas em Ponta Porã: o que ouvi e o que senti	113
3.2.1 - Julia: “Escrever Pra Mim É Um Desabafo Muito Grande”	114
3.2.2 - Carla: “Não tem como desviar dos problemas aqui dentro”	117
3.2.3 - Luísa: “O Marcelo, que é o meu advogado, inclusive foi advogado do Eike Batista”	119
3.2.4 - Larissa: “nós não somos bichos”	126
3.3 - Primeiras observações	130
4 - AS ENCARCERADAS EM PEDRO JUAN CABALLERO: AS ANGÚSTIAS DE MULHERES BRASILEIRAS PRESAS NO LADO PARAGUAIO DA FRONTEIRA, RELATOS EM TERRAS PARAGUAIAS	133
4.1.1 Fátima: “Eu abri a cabeça dela com um facão e eu não consigo esquecer”	137
4.1.2 - Fabieli: “Aqui minha vida tem sido de muita luta. Muita luta. Muita luta”	139
4.1.3 - Nalva: “12 anos que eu tô aqui, 8 anos só numa cela”	141
4.1.4 - Celi: “Aqui a gente tem tempo pra pensar”	142
4.1.5 - Isabela: “(...) amanhece com os olhos inchados. Reza, passa e vai seguindo”	

	144
4.5 - Primeiras elaborações e comentários sobre as mulheres presas em Pedro Juan Caballero.	146
4.6 - Ouvir as entrevistas, narrar a história	153
4.6.1 – Construindo as análises utilizando tabelas comparativas como ferramenta	153
4.6.2 – Análises temáticas a partir das categorias externalizadas pelas mulheres presas.	155
4.6.1 - Viver na fronteira e ser da fronteira	160
4.6.2 - A religiosidade vista em Pedro Juan Caballero	167
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS	176
ANEXOS	184
Presídio Feminino de Ponta Porã/MS	184
Pabellon Mujeres Pedro Juan Caballero	188
Demais entrevistas transcritas	195
Entrevistadas	235

INTRODUÇÃO

Em 2002 eu iniciei minha graduação em Direito, na cidade de Dourados/MS, que à época era um *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, alguns anos depois veio a se tornar uma universidade autônoma, a Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Nos últimos semestres do curso, como requisito para conclusão, apresentei minha monografia que tratava sobre dosimetria¹ da pena em processos de mulheres presas no Presídio Feminino de Rio Brilhante/MS.

Meu contato com o Presídio Feminino de Rio Brilhante se dava por circunstâncias pessoais: minha irmã era diretora do estabelecimento – desde os 26 anos. Por esta razão, eu conhecia e eventualmente frequentava o presídio. Indiretamente acompanhava lutas por dignidade, reinserção e progressão de pena, pois isso configurava boa parte do trabalho da minha irmã. Neste período também fiz estágio no Ministério Público Estadual e, portanto, acompanhava alguns dos pontos que conectam as questões prisionais.

Após a faculdade fui estudar o que mais me tocava no Direito: fui fazer pós-graduação *lato sensu* em Direitos Humanos e Cidadania, na mesma instituição. Já havia em mim o que fui saber nomear somente dois anos depois, no mestrado em Antropologia Social – o que conheci por “olhar eticamente incomodado”. Nessa pós-graduação escrevi, ao final do curso, sobre racismo nos Estados Unidos/Brasil, mediante a análise de um filme. No mestrado analisei a situação de transexuais no judiciário, através de acórdãos e sentenças de primeiro grau.

Apesar desta caminhada realizada paralelamente com minha carreira como técnica administrativa da UFGD, meu sonho e desejo sempre foi cursar História. Como uma canção nos ensinou: “os sonhos não envelhecem”. Antes de ser aprovada no processo seletivo de Doutorado em História na UFGD, cursei a disciplina “História e Fronteiras”, como aluna especial, para tentar, a partir de então, construir um projeto que refletisse minha própria vivência e amadurecimento. Penso que pesquisar sobre algo e escrever, em nível de Doutorado requer mais que curiosidade acadêmica.

Os eixos desta pesquisa vieram, então, de experiências e estudos diversificados, mas estavam presentes desde sempre os fatores locais e de gênero, os Direitos Humanos e sua desconstrução na realidade, (in)justiça social. Com estes elementos o projeto começou a

¹ Dosimetria da pena é como se chama o cálculo efetuado pelos juízes ao fixarem as penas a serem cumpridas pelos réus, em sentenças condenatórias.

ganhar contornos e historicidade. Não foi uma pesquisa linear; aqui você lerá um material teórico e empírico talhado não apenas nos últimos anos.

Projeto, perguntas objetivas, delimitação de local e tempo, pergunta de pesquisa e proposta de tese. A construção da pesquisa e clareza do objeto foi aos poucos dando lugar ao que o fazer de pesquisa mais nos ensina: recomeçar, rever, reavaliar.

Importante autora no que concerne a apontar a ausência de mulheres nos livros de história e da história ocidental como um todo, Michelle Perrot (2020) expõe em sua obra *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros* as grandes lacunas e silêncios sobre estes grupos. Não se tratava de uma mudez generalizada e sim de um silenciamento imposto. Esta tese, portanto, abordará duas destas categorias específicas que Michelle Perrot mencionou em seu clássico: Mulheres e prisioneiras.

Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês? (PERROT, 2020, p. 198)

Nesta tese tento responder ao questionamento acima formulado por Perrot. Cheguei a algumas mulheres literalmente enclausuradas, e aqui, registro suas histórias conforme me relataram. Se nos registros históricos o que impera é ausência de documentos sobre mulheres/feitos por mulheres, aqui tratamos de uma parcela da população duplamente invisibilizada em suas próprias falas e experiências. Contribuímos para reflexões sobre o cárcere, fronteiras e sobre mulheres, mas principalmente sobre as mulheres presas.

Este trabalho trata da história de mulheres presas na fronteira entre Brasil e Paraguai, mais precisamente nas cidades gêmeas² de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul/BR) e Pedro Juan Caballero (Amambay/PY). Meu objetivo foi conhecer a situação na qual se encontram as mulheres encarceradas nesta fronteira e conhecê-las: O que trouxeram-nas aqui? Elas são daqui? Quem são essas mulheres? Pelo que passaram? O que vivenciam? Como pensam? Minha tese, desta maneira, contribui para extirpar silêncios, pois seu cerne é falar sobre e respeitar suas falas. Minha tese é um trabalho alicerçado na história oral.

Ao destacar os presídios como um objeto da história de uma sociedade assombrada por seus aspectos obscuros, Michelle Perrot nos diz que são como “espelho quebrado que nos

² Chama-se cidades gêmeas as que se encontram em lados opostos da fronteira, sendo separadas pela circunscrição entre Estados. Falo mais do conceito a partir da página 32.

devolve nossa imagem” (PERROT, 2020, p. 253), em suma, minha contribuição é inserir este grupo de mulheres na história – as mulheres encarceradas na fronteira - representando milhares de nós.

Este caminho foi trilhado nos encontros próprios de diálogos com pares, seja nas disciplinas cursadas, seja em encontros acadêmicos. Ficou evidente para mim que eu deveria percorrer uma estrada própria. As teses e dissertações que estudei para início desta construção, como as de Bruna Angotti Andrade (2011), Angela Teixeira Artur (ARTUR, 2011; 2017)³, que foram conduzidas através de pesquisa essencialmente documental, não seriam suficientes para me guiar. Minhas interlocutoras queriam as vozes. Todos a quem esta pesquisa fora apresentada em situação preliminar ou incipiente me devolviam as mesmas perguntas: ‘você vai trazer entrevistas com essas presas, né?’⁴.

Fui percebendo que o “humano” interessava muito mais do que os dados alarmantes sobre o encarceramento de mulheres e suas posições na hierarquia da rede de drogas. Portanto, a História Oral não foi minha escolha, me parece que foi a escolha da própria pesquisa. A necessidade de dar contornos reais aos fatos descritos na literatura e academia, tanto pelas pessoas aprisionadas, quanto por outras gentes que também compõem os presídios se impôs.

Os estudos historiográficos tradicionais passaram paulatinamente a ceder espaço a novas fontes e métodos, principalmente como resposta aos novos tempos e reflexões em relação às pesquisas desenvolvidas sempre nos mesmos moldes, atores e documentos. Ou, nos dizeres de Jorge Eduardo Aceves Lozano (2008, p. 16), a história “interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas.”

A história oral e os estudos sobre as histórias de mulheres nascem imiscuídos, a partir dos anos 1960, já que derivaram de movimentos sociais e políticos que tinham como um dos objetivos, resgatar essas histórias deixadas ao esquecimento (SALVATICITI, 2009, p.

3 Tanto Bruna Angotti Andrade (2011) como Ângela Teixeira Artur (2011; 2017) pesquisaram documentos de criação dos presídios no Brasil, leis, portarias e demais elementos para rememorar a inauguração deste tipo de estabelecimento. Em seus trabalhos também ficou evidenciada a influência religiosa na condução das administrações e o objetivo de “ajustar” estas mulheres.

4 A premiada autora de literatura baseada na escuta de pessoas invisibilizadas e/ou que passaram por situações traumáticas Svetlana Aleksiévitch, apreende esta falta de relatos de mulheres, por tanto tempo inaudíveis e indizíveis que “somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12). Aqui a guerra é outra, mas os alvos e silêncios sempre acertam as mesmas parcelas da sociedade.

5 “O que estamos procurando? Em geral, o que nos parece mais interessante e próximo não são os grandes feitos e o heroísmo, mas aquilo que é pequeno e humano” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 17).

29). Havia no cerne de ambos os campos de estudo a intenção de ouvir e expor estas outras vivências que, até então, não eram dignas de atenção, holofote ou meros interesses.

Para Losandro Tedeschi (2014), a história oral não possibilitou apenas a construção da história de mulheres, mas a transformou, “deixando-a de ser uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder”. Essa afirmativa se justifica, pois, a oralidade viabilizou que as mulheres ditassem sua história conforme suas experiências impetradas pela memória. Assim, passaram a operar como agentes da história e não apenas sujeitos passivos que vivenciaram a história de homens.

Uma fonte inesgotável de inspiração nas escutas e escritas sobre as histórias que envolvem os presídios de mulheres na fronteira entre Mato Grosso do Sul/BR e Amambay/PY é a autora Svetlana Aleksievitch (2016). Evidentemente não o que se relaciona ao objeto, mas o que traz honestidade e beleza na escuta das mulheres que relatam sua guerra não encontrada nos livros de história. Em sua obra “a guerra não tem rosto de mulher” ela dá pistas de como encarou e seguiu em sua pesquisa como quando diz “Passei muito tempo procurando... Com que palavras seria possível transmitir o que escuto? Procurava gênero que respondesse à forma como vejo o mundo, como se estruturam meus olhos, meus ouvidos” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 11). Pelo mesmo motivo, acredito eu, esta parte da tese e suas reflexões tiveram de ser alicerçadas na História Oral.

A decisão foi tomada. Este seria um trabalho cujo coração seria a História Oral, sem prejuízo, ao contrário, da utilização de outras fontes e métodos para que esta tese trouxesse, a contento, a complexidade que a pesquisa suscita. Foi por intermédio das entrevistas obtidas por meio de fontes orais que se pôde constatar efetivamente que as mulheres eram e são detentoras de uma história, impetrando um respeito por suas vivências solidificadas na área do saber.

Números apurados pela World Prison Brief (WALMSLEY, 2017), importante projeto de estudo sobre questões prisionais no mundo, demonstraram que a população de mulheres presas sofreu um aumento de 50% e a de homens 20%, entre os anos de 2000 a 2017⁶. Mesmo que se pondere que a população feminina encarcerada compõe cerca de 7% do total de pessoas presas no mundo, a disparidade ocorrida em décadas recentes, como aponta o relatório anual do World Prison Brief, guarda relação com as estratégias de endurecimento legislativo e judiciário em delitos relacionados ao tráfico de drogas.

⁶ Artigo que realiza a comparação entre o encarceramento feminino no Brasil e nos Estados Unidos (ITTC, 2020).

No que se refere ao aumento de presas nas penitenciárias paraguaias, consta do Censo de Mujeres 2015 (MNP, 2015), que de 2000 a 2010 o total foi quadruplicado e a partir de 2010 o aumento apresentado foi de 175%. Os dados apresentados estão em consonância com a situação mundial e tem-se, assim, em comparação com o crescimento da população total do Paraguai "una sostenida tendencia al crecimiento, por encima de la tendencia del crecimiento vegetativo de la población total, en los últimos quince años" (MNP, 2015, p. 11).

Já o Brasil, figura na 4ª posição entre os países com maior número de mulheres encarceradas no mundo. A situação do cárcere em solo brasileiro tem destaque internacional, constatou-se um aumento em torno de 50% de mulheres presas ao redor do mundo a partir dos anos 2000, ao passo que o crescimento detectado no Brasil foi de quase 5,4 vezes, ou, 675% consoante análise realizada, baseada em dados fornecidos pelo Ministério da Justiça, pelo Observatório de Desigualdades (LIMA; SILVA, 2023):

Mato Grosso do Sul passou a constar nos últimos estudos divulgados como o terceiro estado brasileiro com maior taxa de aprisionamento. No que se trata do quantitativo de população carcerária feminina, MS aparece na 9ª posição em termos absolutos no país, mas é o primeiro colocado em termos proporcionais, ou seja, a cada 100 mil mulheres, possuímos em Mato Grosso do Sul, 113 mulheres em situação de prisão. Insta mencionar que 45% dessas mulheres então presas provisoriamente, ou seja, sem condenação. Já o Paraguai é o 3º país que mais encarcera pessoas de forma preventiva em todo o mundo.

Vejamos dados totais acerca de aprisionamento no Brasil e em Mato Grosso do Sul, de acordo com o SISDEPEN, que é a ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro:

7 Trata-se de projeto de extensão do curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro (FJP), juntamente com o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG) (LIMA; SILVA, 2023).

Tabelas 1 e 2- Aprisionamento Geral e por Gêneros, Brasil e MS (valores absolutos, 2022-23)

População Prisional Brasileira	
População total em cumprimento de pena no Brasil:	851.493
População total de mulheres em cumprimento de pena no Brasil	52.593
População total em cumprimento de pena em Mato Grosso do Sul	16.293
População total de homens em cumprimento de pena em Mato Grosso do Sul	14.428
População total de mulheres em cumprimento de pena em Mato Grosso do Sul	1.865

Mulheres presas em Mato Grosso do Sul	
Prisão domiciliar	555
Celas físicas	1.310
Mulheres indígenas	377

Fonte: Dados estatísticos do Sistema Penitenciário (SISDEPEN) (2023).

Enquanto os dados obtidos quanto a situação carcerária no Paraguai, através de Anuário do Mecanismo Nacional de Prevención de La Tortura, referente ao ano de 2023, constamos dados abaixo descritos, na tabela 3.

Tabela 2 - Aprisionamento geral, por gênero e por nacionalidade, Paraguai (valores absolutos, 2023)

População Paraguaia Encarcerada	
Total	17.712
Homens	16.769
Mulheres	943
Mulheres	Processadas: 575 Condenadas: 368
Nacionalidade paraguaia	10816
Nacionalidade brasileira	248

Fonte: Anuário - Mecanismo Nacional de Prevención de La Tortura (MNP, 2023).

Tabela 3 - Aprisionamento geral e por gênero, Penitenciaria Regional de Pedro Juan Caballero (2023)

Penitenciaria Regional de Pedro Juan Caballero	1.320
Homens	1240
Mulheres	80

Fonte: Anuario - Mecanismo Nacional de Prevención de La Tortura (MNP, 2023).

Partindo da hipótese de que são dois países distintos em leis e história, e que tiveram resultados similares nas taxas e problemas decorrentes do encarceramento em massa produzido, subsidiariamente por uma política de enfrentamento ao comércio ilegal de drogas. Apesar do recrudescimento legislativo no Paraguai, não há como definir uma legislação como causadora da situação nos presídios atualmente. Mas há uma raiz em comum para além das divisas territoriais, suas histórias de ex-colônias de Portugal e Espanha⁸.

Aqui discorremos sobre uma fronteira polissêmica, plural, heteroglósica, e, novamente, por esta razão, informamos a necessidade do emprego de fontes diversificadas: fontes orais, jornalísticas, documentais. A polifonia expressa pela fronteira é também explicada pela variedade de fontes. A complexidade envolta às análises desta Tese, suscita dinamismo na apuração das versões e visões sobre os temas incrustados e correlatos à fronteira e aos presídios femininos.

Em busca deste meio de apreensão da realidade denominado de representação – aqui falamos da representação desta fronteira - categoria teorizada por Roger Chartier (2002) em algumas obras, em especial *A História Cultural*. Assim, o autor elabora que os discursos apreendem e estruturam a percepção do real. Essa mediação decorre do “interesse manifestado pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação” (CHARTIER, 2002, p. 24).

Falando de representação imagética desta fronteira específica, é preciso pontuar, como nos lembra Fabiano Coelho (2014) ao beber dos referenciais de Bourdieu (2006) e Chartier (2002) que:

[...] as representações são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo [...] assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente

⁸ Este ponto será melhor trabalhado no último subitem do capítulo dois.

(COELHO, 2014, p. 95).

O historiador José Lindomar C. Albuquerque (2010), em seu livro “A dinâmica das fronteiras”, elenca obras literárias e reportagens que durante anos reforçaram essas impressões e por isto, permeiam o imaginário social com um estereótipo negativo e imperativo dessa fronteira. Assim, nos ajuda a entender melhor como o conceito de representação guarda relação com a fronteira da qual falamos, pois “as representações não significam ilusões ou mentiras construídas sobre uma realidade social verdadeira e concreta. Elas são parte da realidade social, são produções simbólicas repletas de significados” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 42).

Os conflitos e crimes ocorridos na fronteira Brasil/Paraguai são velhos conhecidos. Acontece que para representar estes espaços e as instituições penais, que são parte desta pesquisa, há que enfrentar caminhos menos comuns. Esta intenção já é demonstrada por se tratar de local/pessoas constantemente invisibilizados: mulheres, mulheres presas, mulheres no sistema de justiça criminal, mulheres atuando em um dos mais disputados corredores para o tráfico internacional de drogas.

Nas entrevistas realizadas com as mulheres encarceradas na fronteira, esses assuntos são transversalizados e serão integralmente trazidos nos capítulos 3 e 4. Para algumas, o perigo de desistir do delito combinado, para outras a normalidade de quem é nativa.

Vemos que a realidade e a representação neste caso são amalgamadas. A representação da fronteira como local de ilegalidades, contravenções, perigos e “terra sem leis” é construída dialogicamente com a realidade fática. Há uma série de ocorrências que consubstanciam estes relatos. Por esta razão, José Lindomar C. Albuquerque (2010) relembra que, não por acaso, o canteiro que divide as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é comumente chamado de “terra de ninguém”, e não de sua nomenclatura oficial, “linha de fronteira internacional” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 38). Estes pontos podem ser relatados em sua complexidade, justamente para que sejam expostos a novas leituras e olhares.

Falar sobre uma fronteira estigmatizada que situa instituições marginalizadas e marginalizantes, que são ocupadas por presas do sexo feminino, o sexo subalternizado, evoca uma série de vias de exclusões e preconceitos. Embora a elaboração das análises feitas por Erving Goffman (1975), em sua obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* seja voltada à identidade social de sujeitos, certas sínteses cabem aqui quando falamos tanto das representações sobre a fronteira quanto de presídios e do feminino.

Eu seu livro clássico acima lembrado, Goffman (1975, p. 11) afirma que a palavra

“estigma” foi criada pelos gregos para designar sinais infligidos nos corpos tanto para evidenciar algo extraordinário, feitos e conquistas, quanto para demarcar algo ruim; da moral do sujeito. As pessoas marcadas eram assim, criminosos, escravos, traidores, e por isso deveriam ser evitados, repelidos, relegados dos espaços públicos.

Quando o mencionado sociólogo elenca em sua obra os principais tipos de estigmas, fala primeiramente das marcas pessoais corpóreas, como doenças e deficiências aparentes. Já os outros dois tipos sugeridos no texto, se relacionam com os aspectos que aqui tento demonstrar quanto aos lugares estigmatizados (fronteira e presídio), pois versam acerca de: a) qualidade morais dos indivíduos, como *prisão*, desonestidade, desemprego, vícios, alcoolismo, etc.; e b) estigmas advindos de “*nação*”, tribos, raça e religião (GOFFMAN, 1975, p. 14).

José Lindomar C. Albuquerque (2010) também discorre sobre os impactos das relações de poder e hegemonia que as/os imigrantes brasileira/os “os *brasiguaios*” perpetuam sobre os/as paraguaios/paraguaias. A autoimagem de “pioneiro” que os brasileiros começaram a impor aos locais quando de sua ocupação em terras outrora guaranis, utilizando, para tanto, características como “descendentes de alemães” ou “empresários” para representar e imprimir superioridade moral e financeira; pois, como argumenta que “o diferencial de poder entre os grupos propicia aos setores estabelecidos criarem uma autoimagem positiva e a estigmatizarem os que estão em uma posição inferiorizada” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 175). Pontua, ainda:

Na relação entre *brasiguaios* e população paraguaia estão presentes várias relações de poder e processos complexos de estigmatização e contra-estigmatização. (...) Aqui estão presentes as diferenças de poder entre países, as desigualdades econômicas entre imigrantes ricos e os setores pobres da sociedade paraguaia, as distinções de etnias, nacionalidades e de tempo de moradia nessas regiões (ALBUQUERQUE, 2010, p. 175).

São, portanto, pessoas marcadas para serem evitadas da centralidade urbana e social, locais e nacionalidades⁹ a serem escanteados; vivências que devem ser (e costumeiramente são) repelidas das vistas dos “normais”, ditos por Goffman (1975). É preciso, justamente por

9 Entende-se por “*brasiguaios*” os pequenos agricultores brasileiros oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil que imigraram para o Paraguai a partir da década de 1950. Segundo BALLER (2016) não se trata apenas de uma junção de palavras [Brasil + Paraguai], mas, “sobretudo, como seres humanos que foram e são agentes históricos de um complexo processo de desenvolvimento agrícola” (BALLER, 2016, p. 165).

10 A esse respeito, José Lindomar C. Albuquerque discorre sobre a figura dos “trabalhadores” e dos “preguiçosos”, as relações de poder e dominação que envolvem as relações entre brasileiros e paraguaios a partir da expansão capitalista no leste do Paraguai, nos anos 1970 (ALBUQUERQUE, 2010, p.176).

isto, falar dos lugares, pessoas e tempos que repousam escamoteados. A autora Juliana Borges (2020) trabalha a importância de se romper o silêncio quanto às prisões, refletindo sobre o contexto prisional em tempos de pandemia e como as prisões são reflexo de nós como corpo social, assim nos diz:

Quando falamos sobre prisões, estamos quebrando paradigmas sociais que precisam desse silêncio para manter funcionando as engrenagens de manutenção de desigualdades. Este é o primeiro movimento a ser feito: romper o silêncio (BORGES, 2020, p. 12).

E nessa correspondência de sentidos e interpretações é que os lugares físicos “fronteiras” e “presídios” se encontram. É interessante observar que em alguns textos as definições tanto se somam que temos uma espécie de categorias imbricadas. O historiador Eudes Fernando Leite (2014), nos fala, por exemplo, que “conhecer mais e melhor certos aspectos da história de uma fronteira é igualmente um mecanismo de flexibilizar olhares discricionários, quando não preconceituosos de um fenômeno histórico” (LEITE, 2014, p. 09), nota-se que a mesma constatação veremos ao longo deste trabalho para refletir especificidades relativas à criminalidade entre mulheres; ao comércio ilegal de drogas; aos presídios femininos, e assim por diante. Ou seja, *flexibilizar olhares* a respeito dos presídios femininos como fenômeno histórico.

Para situar as histórias dessas mulheres presas, primeiramente apresento a fronteira onde estão inseridas, enquanto categoria de análise, bem como o local diferenciado que é e seus significados (reais e simbólicos). O primeiro capítulo, assim, traz uma cartografia e historiciza a fronteira/objeto.

No segundo capítulo, tendo como referencial de análise o pensador Michel Foucault (2014), utilizo seus escritos para entender como os modos de subjetivação de mulheres em cumprimento de pena judicial em prisões na fronteira, suas práticas ao se constituírem como sujeitos, os modos como se objetivam, como se sujeitam às regras, seus códigos morais, valores e princípios de conduta, suas respostas a interdições, proibições, coerções, seus cuidados e práticas de si. Trarei algumas abordagens históricas sobre a origem de penitenciárias femininas no Brasil e no Paraguai e assuntos que complementam tais vetores de pesquisa: legislação e política de combate ao tráfico de drogas.

No segundo capítulo, também abordo a similaridade das situações nas quais se encontram os presídios aqui analisados, em que pese, estejamos falando de países bastante diferentes. Esta diferença, aumentada e sedimentada com o passar dos anos e fatos históricos a eles inerentes, não foi capaz de afastar a ligação umbilical nascida não somente da

proximidade geográfica; ela decorre desde a colonização de ambos os países.

A colonialidade é também a lente a ser utilizada para ler outros dois tipos de dominação: a) quanto a história das mulheres; b) instituições penitenciárias – neste caso, as que abrigam mulheres. A colonialidade a que me refiro aqui advém dos estudos produzidos por autores decoloniais, como Anibal Quijano (2005) e Rita Segato (2012). Neste sentido, a categoria colonialidade não representa o tempo histórico da colonização imposta por países europeus aos continentes americano, africano e asiático; e sim a um sistema de dominação tanto intrincado quanto diverso, visto que exercido em vários aspectos, principalmente étnico, econômico e de gênero.

Em relação a metodologia da pesquisa, a opção pela História Oral Aplicada, como já explicitado acima, veio depois de iniciadas as primeiras incursões do projeto. A construção do projeto que originou esta tese baseou-se na ideia de relatar dois locais encarceradores de mulheres na fronteira e a partir daí erigir uma história institucional que acompanhasse as transformações que desembocaram, nas últimas décadas, num dos maiores problemas sociais: o superencarceramento advindo de políticas frustradas na condução da malfadada guerra contra as drogas.

No terceiro capítulo temos a materialização do Projeto em História Oral que fora formulado até seu objetivo final que são as entrevistas devidamente finalizadas, após o emprego das etapas descritas no projeto. Apresento as análises transcritivas, ou seja, como as entrevistas são elementos-chave para compreensão de outras fontes e trabalhos teóricos.

Ocorre ainda outro fator a ser inserido nesta equação, afora políticas antidrogas/punitivismo/recrudescimento legislativo, que não foi inicialmente aventado. A existência de controle sobre os corpos femininos, principalmente periféricos. O apagamento das mulheres na história, seus feitos e sua existência, é apenas um dos efeitos do controle destinado aos corpos femininos. Esta reflexão integra as conclusões deste trabalho.

Respondendo ao questionamento de Perrot (2020, p. 198) acima citado, “mulheres enclausuradas, como chego até vocês?”. Bem, eu cheguei, e abaixo eu conto para vocês quase tudo que aprendi e vi.

Aqui abaixo trago a relação de mulheres que entrevistei, para que as leitoras/leitores possam acompanhar e ir compreendendo quando suas falas aparecerem no decorrer do texto.

Mulheres presas entrevistadas	Cidade onde estão aprisionadas	Crime	Data da Entrevista
Julia	Ponta Porã	Tráfico de Drogas	19/03/2022
Carla	Ponta Porã	Tráfico de Drogas	19/03/2022
Larissa	Ponta Porã	Tráfico de Drogas	12/05/2022
Luísa	Ponta Porã	Tráfico de Droga	12/05/2022
Fátima	Pedro Juan Caballero	Lesão Corporal Grave	30/03/2023
Nalva	Pedro Juan Caballero	Não quis dizer	30/03/2023
Celi	Pedro Juan Caballero	Roubo	30/03/2023
Isabela	Pedro Juan Caballero	Tráfico de Drogas	30/03/2023
Fabieli	Pedro Juan Caballero	Tráfico de Drogas	30/03/2023

Metodologia e Fontes

A temática desta pesquisa é transpassada por várias vias investigativas que não podemos negligenciar; falaremos sobre as mulheres presas na fronteira e os assuntos que se desprendem deste eixo analítico principal, como o conceito e história desta fronteira, histórico da discussão sobre presídios e legislações de drogas, gênero, racismo e pobreza. Para discutir os eixos inerentes à temática, as fontes recolhidas são múltiplas: fontes orais (entrevistas e podcasts); escritas, como jornais (matérias veiculadas ajudam a traçar a realidade e os discursos sobre presídios e fronteira); fotografias e registros documentais - essencialmente relatórios.

Aqui início também apresentando outro tipo de fonte que também produz discurso sobre a nossa fronteira em tela: filme.

Porquanto, antes de falar sobre gênero, criminalidade, punição; apresentaremos os diferenciais dessa fronteira constituída pelas cidades de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. Apesar da região fronteiriça brasileira provocar comumente o interesse

jornalístico, poucas produções artísticas têm destaque ao tentar representar essa realidade contemporânea. Nesse diapasão, um filme rodado na cidade de Dourados/MS/BR em 2015, despertou atenção e suscitou discussões.

O filme “Em nome da Lei”, contou com elenco composto por artistas brasileiros estrelados e teve direção de Sergio Rezende. Inspirado na história do juiz federal Odilon de Oliveira, que ficou nacionalmente conhecida após o mesmo condenar chefes poderosos do crime organizado brasileiro em Mato Grosso do Sul e viver diuturnamente escoltado por policiais. Para interpretar o destemido juiz foi escalado o ator Matheus Solano, enquanto a promotora de justiça da cidade “Fronteiras” foi vivida por Paola Oliveira.

A produção cinematográfica utilizou a cidade de Dourados, localizada à 120 km de distância de Ponta Porã (que faz fronteira com a cidade de Pedro Juan Caballero no Paraguai), para gravar quase integralmente o filme. A intenção seria retratar o ambiente fronteiro experimentado na divisa do Estado de Mato Grosso do Sul (BR) – e o departamento de Amambay (PY), apesar de não referenciá-lo diretamente e designar o nome da fictícia cidade de “Fronteiras” para representar Ponta Porã/MS.

Questionado pelo motivo de gravar grande parte das cenas na cidade de Dourados, o diretor à época disse ao jornal Campo Grande News (FREITAS, 2015, s.p.) que “grande parte do que estamos fazendo aqui, poderíamos fazer no Rio de Janeiro, dentro de estúdios, mas não teria a mesma geografia, essa paisagem física e humana própria da região. Queria uma cidade menor, tipo filme de faroeste. Será um filme atraente”. A fronteira que se buscava representar foi substituída por uma cidade com mais “logística”, mas o que seria essa “paisagem física e humana” que fora desejada para ser transposta para as telas? A terra vermelha, as cores saturadas, as estradas vicinais ladeadas de plantações de soja, as mal iluminadas ruas de uma cidade de interior do centro-oeste brasileiro; uma cidade pequena e fronteira.

Ainda antes de se exibir os primeiros 20 minutos do filme, um policial federal experiente na localidade apresenta a fronteira seca e homogênea ao recém-chegado juiz, da seguinte forma (FREITAS, 2015, s.p.): “isso aqui é muito pior do que qualquer um possa imaginar: é fronteira. Gente que vem e vai, passa, rouba ou mata. Depois foge sem deixar rastro. Eles não respeitam ninguém aqui”. Poucos minutos depois, a promotora de justiça avisa que na região “só se sabe que 80% das pessoas daqui estão envolvidas com crime”.

Afora os muitos estereótipos reforçados pela película, a representação do ambiente da fronteira aparece competentemente. Aos fronteiros de Mato Grosso do Sul, as imagens combinam com a experiência vivida. Há uma identidade visual específica que assenta com o

que se vê ao vivo e essa combinação traz ares de realidade ao projeto ficcional.

Assim, vemos nas telas os reflexos do que seus realizadores optaram por representar nesta fronteira. Um juiz justiceiro e um tanto vaidoso em busca de resultados rápidos, coordenando operações com criminosos antecipadamente conhecidos. A figura do juiz-herói contra o crime e uma cidade sem leis. Entendemos que a obra reflete o tempo de sua produção e, em 2015 o Brasil assistia à recorrentes reportagens televisivas sobre a “Operação Lava-Jato”. Os paralelos são, pois, pouco sutis.

O filme traz, assim, uma fronteira perigosa e sem leis. Uma região que é salva por um juiz branco vindo do Sudeste, numa reinterpretação do branco colonizador salvador de sua própria gente. Ele chega trazendo o cumprimento de leis a esta terra sem-dono que fica no Centro-Oeste brasileiro, onde a divisa se faz com aquele país pobre e de contraventores. Este é um ponto levantado por Marcia Anita Sprandel (2010) na apresentação do livro de José Lindomar C. Albuquerque (2010), *A Dinâmica das Fronteiras*, como se vê neste trecho:

Enquanto o Paraguai nos perceber apenas como vizinho imperialista e enquanto percebermos o Paraguai como país ligado ao contrabando e contravenção, estaremos presos a uma armadilha sem saída. Fugir dessa armadilha pressupõe humildade para o conhecimento mútuo e coragem para romper as representações midiáticas e conseguir não apenas ver o outro mas também construir uma nova representação de quem somos e quem são nossos vizinhos (SPRANDEL, 2010, p. 13).

Citamos o filme para ilustrar as representações e reificações que a fronteira-objeto vive desde os tempos remotos e também para demonstrar um uso de fontes heterodoxas, que conjuga uma metodologia mais tradicional de discussão e revisão teórica em pontos pertinentes, bem como, o uso de fontes orais. Apesar de usarmos entrevistas (e não apenas as das mulheres presas na fronteira) no decorrer do texto, no terceiro capítulo é onde encontra-se de forma mais intensa e condensada, seja para introduzir as entrevistas com mulheres presas na fronteira de forma integral, seja para, na sequência, analisá-las com categorias êmicas.

Os principais autores que usamos para solidificar a presente pesquisa, no que tange a temática da fronteira e seu constructo histórico, foram Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007; 2008), José Lindomar C. Albuquerque (2010; 2015) e Leandro Baller (2012; 2014; 2018; 2020). Quanto a discussão histórica de presídios, Michel Foucault (2014), Angela Teixeira Artur (2011; 2017), Mary Monte de López Moreira (2021) e Achille Mbembe (2019). No terceiro capítulo, composto essencialmente pela materialização da pesquisa em História Oral, a condução do projeto em História Oral Aplicada foi pensada a partir dos autores Leandro Seawright e José Carlos Sebe Bom Meihy (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020) e

olhar ético orientado para a escuta das mulheres entrevistadas, foi a partir de Michelle Perrot (2020), Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi (COLLING, 2019a, b; COLLING; TEDESCHI, 2016; TEDESCHI, 2023).

O arcabouço teórico, como elencado acima, foi diversificado para contemplar as temáticas que atravessam esta Tese, a condução foi sempre movida pela escuta das mulheres presas na fronteira. Este foi o farol que nos guiou: a produção de um trabalho ético, responsável e respeitoso para que as mulheres encarceradas tivessem um trabalho que não falasse de forma superficial ou caricata sobre suas vidas e que lhes desse a chance de serem vistas, pensadas e lidas. Com esta clara definição, movemos a construção desta tese pensando nas lacunas das mulheres na história oficial e na visibilidade de mulheres presas.

O historiador Losandro Tedeschi (2023, p. 57), ao mencionar que é imprescindível a história oral, pois “a história oral é uma ferramenta metodológica especialmente útil para a História das Mulheres e os estudos de gênero. Através da palavra feminina, suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem dos silêncios da historiografia”.

Os estudos históricos passaram por ciclos e vertentes ao longo do tempo e dedicaram-se a retratar a história de forma linear em busca de um determinado tipo de desenvolvimento, como se estivesse prestes a chegar em algum ponto de evolução que não se sabia qual. Os grandes momentos retratados pela História como disciplina, encabeçados por grandes mentes e homens-heróis compuseram a maior parte do que ainda hoje ensinamos e estudamos como história da humanidade. É neste sentido que Ana Maria Colling e Losandro Tedeschi (2016, p. 296) lecionam:

A história das mulheres é uma história recente, porque desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem.

Esta humanidade, no entanto, é construída por esta lente específica de seus escritores: a lente ampliada acerca dos feitos de homens brancos europeus e o que decidiram relatar como seus respectivos legados¹¹. O trabalho intelectual era em grande parte, realizado

11 O “silenciamento das narrativas femininas decore de uma noção de história moderno-colonial-patriarcal sobre mulheres, que não interessaria à memória oficial” (TEDESCHI, 2023, p. 14). Trata-se de trecho do livro *Deslocar-se por outras histórias: mulheres e a fronteira Brasil-Paraguai* publicado pela editora Mandaçaia, como parte de uma coleção, não por acaso, chamada de “fissuras”. A intenção da publicação é fissurar/fraturar/fazer uma fenda/cindir o “conhecimento único ocidental-patriarcal”. Na presente obra citada o objetivo foi fissurar a “história única”, trazendo história de mulheres migrantes, ou seja, histórias subalternizadas, discriminadas, silenciadas.

por homens. O retrato que pretendia ser – e por muito tempo foi – concebido e lido como a realidade universal “dos homens no tempo”, até o século XX¹². Acrescentamos que a historiadora brasileira Rachel Soieht (1997) classifica estas correntes historiográficas ancoradas na universalidade da categoria “seres humanos”, como um dos “mais importantes ganhos na atuação das historiadoras femininas” (SOIHET, 1997, p. 95)¹³.

A mudança rápida acerca dos objetos a serem estudados e sobre os quais, os interesses poderiam recair, veio mesmo no século passado. A disciplina histórica foi levada ao divã por seus operadores e nele ainda se encontra, digo isto pois, a reflexão sobre os objetos “interessantes” está no cerne das produções de pesquisas.

Os movimentos iniciados na academia são determinados por situações políticas e sociais ou, quando notamos a ausência de parte do corpo social nos livros, nas histórias, no cinema, no jornal. Às mulheres, este grande e heterogêneo grupo subalternizado, eram relegados os rodapés dos grandes acontecimentos.

Durante décadas quase metade da população mundial, e hoje sua maior parte, restava isolada dos acontecimentos retratados, aqueles que os homens consideravam importantes; aqueles dignos de serem escritos, registrados, eternizados. Como sintetiza o historiador Losandro Tedeschi (2023, p. 21), “Vivemos sob a égide de uma história única, colonial, racista e patriarcal. [...] Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são narradas, tudo realmente depende de poder”.

As mulheres percorreram um longo caminho até passarem a ser escritoras, sujeitas de pesquisa, estudantes e pesquisadoras e, aliado aos movimentos feministas e a inclusão de sujeitos e fontes na equação, o resultado é uma profusão de novos conhecimentos e perspectivas.

Michele Perrot (PERROT, 2020) tenta montar um quebra-cabeças em que faltam muitas peças; essa escritora e expoente da área de pesquisa sobre a história das mulheres, dedicou-se a vasculhar, peneirar, lapidar e inserir todos os vestígios de mulheres na história que pudessem ser encontrados. Ao seu esforço foram somados inúmeros braços e mentes com

12 Ao escrever sobre o ensino de história e a história de gênero no Brasil, Ana Maria Colling e Losandro Tedeschi (2016) nos ensinam que “a História é um discurso, resultado de relações de poder que autorizam ou silenciam fatos históricos. Os fatos históricos, assim como seus heróis, são construções culturais muito distantes da verdade almejada por muitos historiadores. A verdade é uma interpretação. A interpretação é uma invenção. [...] A história não implica apenas lembrar, mas também produzir o esquecimento”. (COLLING; TEDESCHI, 2016, p. 302).

13 Adiante, Soieht (1997) continua sua exposição mencionando que tais correntes de pensamentos totalizantes pretendiam se filiar aos legados iluministas, pois se atribuíam como profissionais imparciais, possuidores DA verdade.

o objetivo de incorporar a esta história universalizante mundial à complexidade que ela deveria sempre ter buscado¹⁴.

A diversidade de gênero, de objetos e sujeitos que agora ocupam os gabinetes das universidades e todos os outros lugares, até há pouco tempo negados, chegou para vivificar e reacender os campos das ciências humanas. Como mencionam Ana Maria Colling e Losandro Tedeschi (2016), a partir da década de 70, do século XX, a introdução da discussão sobre mulheres passou a ganhar, finalmente, mais espaço e engajamentos, pois "As universidades começaram a receber mulheres, inicialmente como alunas e depois em seus quadros profissionais, e novas pesquisas envolvendo essas novas questões e novos sujeitos, portanto, eram um caminho natural" (COLLING; TEDESCHI, 2016, p. 297).

Fazer pesquisa é também tentar olhar para onde não se chegou ainda. Procurar uma vista ou uma voz ainda não explorada. O que sempre foi reluzente e sobre o qual nunca se jogou um feixe de luz? O que devemos esmiuçar? O que deveras jamais foi considerado de impacto/relevante¹⁵. Ou como dito no famoso ditado iorubá "Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje"¹⁶. E esta é uma tese que escolhe lado; o lado das mulheres na história, ou a história que fazem estas mulheres encarceradas na fronteira.

Apesar dos imensos avanços ocorridos em tempo acelerado, resta muito por fazer. Ao mergulhar nesta tese pensei que não poderia utilizar recortes dessas histórias. Não só por uma decisão metodológica; essas mulheres me agradeceram por ouvi-las. Ao me contar sobre o que passaram e o que fizeram, ao elaborar, lembrar, editar suas memórias, elas demonstravam querer mais. Algumas queriam apenas alguém que as ouvisse, outras queriam quem pudesse ajudá-las de alguma forma.

Para colocar em prática a História das Mulheres, utilizamos, como já mencionado, a História Oral. O primeiro passo ao iniciar a pesquisa nos moldes da História Oral Aplicada, segundo Seawright e Meihy (2020) construção de um projeto específico em História Oral. Através dele fechamos os vértices da pesquisa e preparamos quem são as colônias, redes e comunidade de destino, por exemplo. Aqui apresentaremos, brevemente, os conceitos e

14 Ao explicar a influência dialética dos estudos sobre a história das mulheres e a "nova história", Sohiet (1997) expõe que o principal objetivo ao juntar elementos do cotidiano era reconstituir esta presença histórica ativa do gênero feminino. Era, portanto, juntando "pistas" de acontecimentos (SOIHET, 1997, p. 108).

15 Também é um apontamento realizado por Ana Maria Colling e Losandro Tedeschi, a partir de Foucault, haja vista que "O fato histórico escolhido depende do olhar do próprio historiador e do tipo de história que gostaria de fazer" COLLING; TEDESCHI, p. 298, 2015). Esta é uma história sobre mulheres e retrata gerações de silenciamentos, deslegitimações e, sobretudo, invisibilidades conferidas a estas sujeitas.

16 Recentemente este ditado ficou famoso por ser citado pelo cantor e compositor Emicida, em sua obra (álbum e documentário) ("Emicida: AmarElo - É Tudo Pra Ontem", 2019).

passos do projeto: primeiro, por questões de compreensão metodológicas e em segundo porque as explicações destes caminhos traçados e cumpridos impactam no resultado final obtido. E impactam, sobretudo, no que se afere desses resultados”.

A denominação de História Oral Aplicada visa, valorizar os trabalhos empregados na passagem do oral para o escrito, na apuração cuidadosa e no emprego de delicada e dedicada escrita. O acesso à memória de expressão oral e no respeito a verdade única verbalizada pelo colaboradora/or¹⁸ e transmutada ao papel para a finalidade definida pelo diretor do projeto previamente. Como esclarecem os autores “é pela transcendência do oral em busca de soluções escritas, complementares, que a história imediata se faz matéria e, assim, ganha foros de respeito com desejo de permanência” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2021, p. 14).

José Eduardo Aceves Lozano (2008) destaca que não se trata apenas de uma técnica procedimental junto a fontes/sujeitos, mas toda uma teia de elementos que compõe a intencionalidade neste tipo de pesquisa. Uma pesquisa onde se encontram a influência interdisciplinar em razão da oralidade e que devem oferecer “interpretações qualitativas de processos histórico-sociais” (LOZANO, 2008, p. 16).

A memória de expressão oral, neste sentido, refere-se ao que a colaboradora/o colaborador comunica e depois tece junto ao oralista. Este acesso busca dar maior profundidade às análises desenvolvidas meramente por dados “esfriados”. Porquanto, define-se como uma “sondagem profunda, reflexão sobre o que é retido e reelaborado na intimidade da memória” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 13).

Neste ponto, é preciso destacar como a memória de expressão oral está conectada umbilicalmente ao que chamamos de memória coletiva, partindo dos estudos formulados por Maurice Halbwachs (1990). Este autor tem importância fundamental nos estudos sobre memória, sendo que a publicação de sua obra nos anos 1950 contribuiu para estudos posteriormente realizados em várias esferas do conhecimento, como psicologia e sociologia, por exemplo.

Com Halbwachs (1990) passou-se a compreender a relevância dos elos sociais do indivíduo na construção da memória de um grupo/época, mas também do indivíduo. Maurice Halbwachs sustentava a tese de que as pessoas tem sua existência definida pelo grau de

17 “cabe o reconhecimento de que a função dos projetos é oferecer oportunidade explicativa para fenômenos que implicam pessoas ou experiências coletivas chamadas à participação no tempo das gravações” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 20).

18 A expressão “colaborador” é a utilizada na obra que ora escolhemos por seguir. A palavra é empregada na maior parte do texto para designar a pessoa do/a entrevistado/a. Seu uso pretende, desde o projeto, que seja demonstrada a dimensão de um trabalho com correspondência, permissão e troca de entendimentos sobre os temas abordados (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 20).

integração que estabelece com o grupo social, ou seja, com os outros, visto que “não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros” (HALBWACHS, 1990, p. 21).

Cada pessoa com sua memória particular, contribui para a formação do mosaico da memória coletiva. O autor vai demonstrar como lembranças ou ideias que acreditamos inteiramente próprias, são, na verdade, ecos de grupos dos quais fazemos parte, ou de quem costumamos consumir opiniões:

[...] na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas (HALBWACHS, 1990, p. 47).

O indivíduo, sua história e suas recordações são resultados de teias infinitas entrelaçadas tanto pelo lugar de onde veio e está, quanto às pessoas com quem se relaciona. A gama de significados aos quais está submetido possui um tanto de acaso e nossas escolhas individuais foram produzidas por um conjunto infundável de referências, inclusive a escolha do que lembrar.

As memórias, mesmo as que pensamos ser exclusivamente pessoais, são, pois, afetadas pelas imagens e relatos que nos atravessam. A memória coletiva seria fruto desta troca socialmente construída através de relatos individuais¹⁹.

Estabeleci que a comunidade de destino, por ser mais abrangente e a primeira etapa na seleção de potenciais entrevistados, é composta por policiais penais na fronteira, gestora/es penitenciários, ONGs ou departamentos que produzem relatórios acerca dos presídios, advogada/os, e, claro, presas e ex-presidiárias. Ou seja, toda/os que atuam ou sofrem alguma espécie de interferência/desdobramento referente às penitenciárias e a fronteira.

A comunidade de destino refere-se a pessoas que comungam de certo vínculo subjetivo ou também objeto. São pessoas que estão conectadas em razão de suas vivências, mesmo que não se conheçam efetivamente; pois são partilhadas as experiências, independentemente de qual face do tema central da pesquisa pertençam.

Segundo Meihy e Seawright (2020, p. 96), “a memória coletiva é a razão de ser para a definição da comunidade de destino”, há assim, um ponto em comum entre estas pessoas; há um eixo conectivo coletivo marcado por experiências únicas, pessoais, intransferíveis.

Portanto, a comunidade de destino é formada por muitas vozes; cada uma trazendo suas contribuições a partir de seu local de interação com a proposta previamente lapidada na

19 “[...] cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 36).

imersão historiográfica. A fim de tornar a pesquisa exequível, alguns recortes são feitos dividindo a comunidade de destino conforme especificações. Este novo recorte, para fins metodológicos, chamamos de “colônia”²⁰.

Observando os temas a serem abordados nas entrevistas, o objetivo/centro da Tese e as/os colaboradora/es, escolhi a modalidade de história oral temática e entrevistas únicas. Apesar das entrevistadas terem evidenciado momentos de suas vidas, toda a condução de suas falas foi envolta da temática “prisão”, enquanto uma história de vida teria como objetivo um maior aprofundamento no percurso de vida de cada colaboradora. Já as entrevistas únicas têm como característica a apreensão do momento, a espontaneidade. Além de tudo, senti que os assuntos foram de fato elaborados nessas ocasiões singulares.

Outra divisão foi pensada em razão das redes. Para proteção das identidades das colaboradoras que estão/estavam presas, foi decidido o uso da “história oral de pessoas anônimas”, ou seja, os nomes ou informações que as deixassem vulneráveis foram alterados, sem prejuízo de suas narrativas. Para esta decisão levei em conta inclusive situações processuais que as mesmas poderiam ter implicações, até porque não era esse tipo de verdade que buscava na realização destas entrevistas, ao contrário, ao dar ouvidos as suas vidas narradas eram mais importantes os acontecimentos pelos quais passaram e como foram por elas sentidos.

Em situação de pesquisa similar, embora outra temática, Lucas Maceno (2021) resume algumas das ações usadas em situação análogas com seus colaboradores, vejamos:

[...] rigorosamente cosida, respeitaram-se silêncios, confidências e ocultamentos como elementos sensíveis dotados de significados; igualmente se diz em relação a respeito de denúncias de situações promovidas por redes antagônicas, afirmando a possibilidade do anonimato imbricada na plena possibilidade de retirada e alteração de passagens textuais que pudessem ocasionar risco de perseguições – configurando determinados casos como “história oral de pessoas anônimas” (MACENO, 2021, p. 46).

Em busca das subjetividades submersas na intimidade das histórias das pessoas, a História Oral opta pelo tato entre pesquisador e aquele que colabora com a pesquisa. O tato aqui é o trato atento, a escuta e a empatia. O questionário é, por este motivo, dispensado. A intenção é que as entrevistas sejam abertas e fluidas. Mas a pergunta de corte é necessária.

Algumas/uns pesquisadora/es optam por fazer a mesma pergunta, garantidora de unidade entre as entrevistas realizadas, logo no início da gravação. Escolhi realizar essa

20 “[...] a colônia é parte ou fragmento substantivo, fração representativa ainda que numericamente menor da comunidade de destino” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 144).

pergunta nas últimas ou última pergunta. A todos os entrevistados perguntei “o que mais te marcou neste período/em relação a isso”, referindo, pois ao tempo das mulheres na prisão ou ao que trabalham no Presídio. Em alguns casos as respostas foram surpreendentes e/ou definidoras do *tom vital*²¹.

Ao relatar a experiência na escuta das histórias daquelas mulheres que foram à guerra, a autora Svetlana Alieksiévitch (2016) expõe algo similar ao denominado “tom vital”. Pois, relata:

depois de certo tempo, nunca se sabe quanto nem por quê, de repente chega aquele esperado momento em que a pessoa se afasta do cânone – feito de gesso e concreto armado, como nossos monumentos – e se volta para si. Para dentro de si, começa a lembrar não da guerra, mas de sua juventude. De um pedaço da sua vida... É preciso capturar este momento. Não deixar passar! Mas, muitas vezes, depois de um dia longo, cheio de palavras, fatos, lágrimas, só resta uma frase na memória [...] Eu a deixo no bloquinho de anotações, apesar de voltar com dezenas de metros de fita no gravador (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 14).

A última etapa, denominada de transcrição²², são inseridos complementos que tornam o código oral emitido pelo colaborador em um texto com mais sentido do que a mera reprodução dos elementos sonoros. Não se trata de invenção, mas sim de buscar um texto coerente com a intencionalidade presente no relato. Tornar o texto fluido e inteligível. Por vezes traduzir um pensamento que se mostrou confuso, mas que em conjunto ao relatado era passível de sua inteira apuração. Como observado por Lucas Maceno (2021):

Isso porque “contar” a um interlocutor já é antecipar a transcrição da existência: selecionando o que deve ser contato, omitindo certos acontecimentos, enfatizando outros; transcrição é a *desnaturalização* do material humano deflagrado na memória, passível de entendimentos quando recebem condição tangível (MACENO, 2021, p. 29).

Desta forma, ao operacionalizar estas etapas após a realização das entrevistas, incluí – como já mencionado – as mesmas em sua integralidade. Tenho certeza de que após a realização da leitura, será compreensível e justificável este método. Não há como restar impassível após ler suas histórias – comoventes, controversas, tristes, esperançosas.

Na fase de análise, a escolha de alguns pontos a partir da repetição de assuntos pelas

21 Após o trabalho de transcrição, textualização e durante a transcrição, após muitas leituras da entrevista, sempre há o destaque que permeará o texto final. Com o Tom Vital definido, utilizamos a frase como título da entrevista.

22 “A transcrição é sublinhada pela filtragem de um estado fluido da experiência humana para sua teatralização textual. Localizado o tom vital da experiência passei a reescrever, sem constrangimento, dado conjunto de entrevistas com a finalidade de atingir seu sentido existencial.” (MACENO, 2021, p. 48).

colaboradoras, foi precedida da elaboração de duas tabelas organizadoras. Alguns assuntos recorrentes nas falas das mulheres entrevistadas foram mais detidamente articulados aos fundamentos teóricos, justamente pela compreensão do destaque dos temas por si só.

Além da pesquisa bibliográfica e em sítios especializados relativos a dados penitenciários no Paraguai e no Brasil, como os Relatórios do Mecanismo Nacional de Prevención de La Tortura/Paraguai (MNP, 2015; 2023) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

Nos anexos estão as outras entrevistas que não foram utilizadas integralmente - ao contrário das mulheres presas - no corpo da tese, já que não se trata de mulheres encarceradas, são outros agentes que atuam direta ou indiretamente com estas mulheres, como Defensor Público, Agente da Polícia Penal, Advogado do Consulado Paraguaio, Integrante no MNP/PY.

Quando uso a terceira pessoa do plural no decorrer das páginas, me refiro a pesquisa feita e escrita por mim e orientada por meu orientador, num trabalho conjunto. Ao passo que quando uso a primeira pessoa, falo de impressões e situações somente minhas.

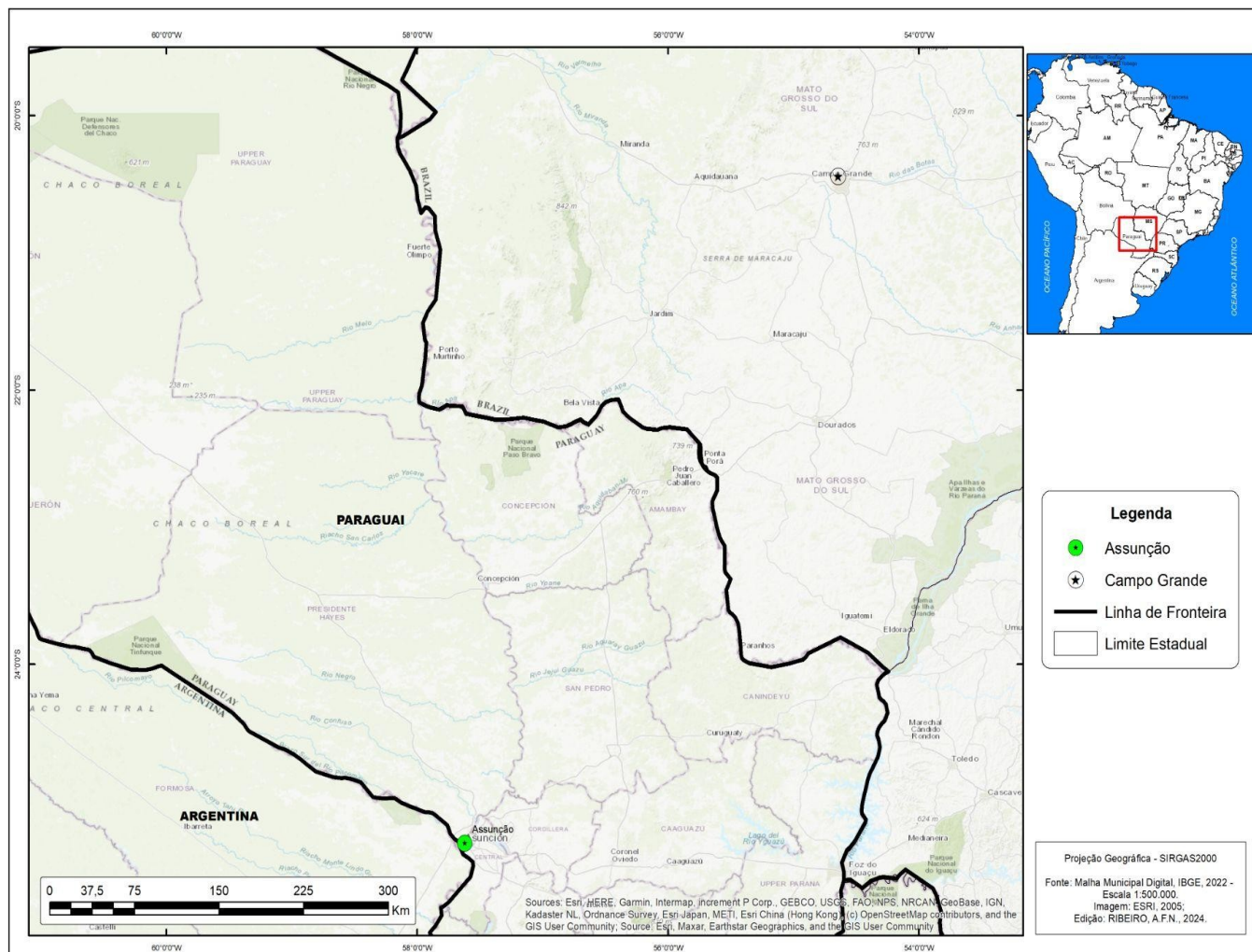
1 - A HISTÓRIA DE UMA FRONTEIRA: O ESPAÇO, LUGAR, A REGIÃO

Nesse primeiro capítulo abordaremos os espaços de fronteira, descrevendo-o como um mosaico de relações e de trânsitos. Trago um histórico-etimológico da fronteira e das categorias correlatas para esta análise, como região, espaço e lugar, visando situar o que é da ordem do natural, do peculiar ou até mesmo do extraordinário existente entre Brasil e Paraguai, e posteriormente as diferenciações que se revelam nos presídios para mulheres, que aqui trazemos. Os objetivos são, portanto, compreender esta ambiência e dar suporte as análises das histórias contadas pelas mulheres encarceradas na fronteira.

1.1 - Como chego à região: como se chega aos presídios

Os lugares sobre os quais desenvolveram-se esta pesquisa são os presídios que abrigam mulheres na fronteira Brasil (Ponta Porã) /Paraguai (Pedro Juan Caballero). São eles: “Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã”, no Brasil, e “Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero”, no Paraguai. O presídio localizado em solo brasileiro, como o nome destaca, é voltado exclusivamente para a reclusão de mulheres e aqui marcamos a primeira grande diferenciação destes locais/objetos de pesquisa, já que a Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero é um estabelecimento misto, ou seja, homens e mulheres encontram-se cumprindo pena (ou esperando sua sentença para o fazê-lo) em regime fechado, sendo destinado às mulheres apenas um pavilhão do respectivo estabelecimento penal.

Mapa 1 - Geografia regional MS/Paraguai



Fonte: Angelo Franco (2024)

Durante o desenvolvimento da tese, encontrávamo-nos todos imersos na Pandemia da COVID-19, essa informação é necessária visto que toda a produção de conhecimento gerada nesta época é diretamente impactada pela circunstância da emergência em saúde pública. Se grande parte dos pesquisadores teve que readequar seus estudos pelos isolamentos que nos foram impostos e que eram necessários para a segurança e diminuição da propagação de vírus, os pesquisadores de estudos fronteiriços tiveram ainda mais desafios a lidar.

A adaptação teve de vir tanto nos contatos com as fontes e a impossibilidade de realização de entrevistas presenciais, como na apuração destas fontes; a ida aos estabelecimentos/arquivos planejados no projeto de pesquisa inicial. Toda pesquisa já realizada certamente ultrapassou encruzilhadas, epistêmicas ou não, adaptações e correção de

rumos: as/os estudiosa/os das fronteiras brasileiras passaram por praticamente todos os percalços juntos. O Brasil, como se sabe, passou pela maior contingência de saúde pública em 100 anos, liderado por um governo de extrema-direita, negacionista, isolacionista e antipovo.

A população brasileira que possuía recursos para viver este período pandêmico realizando isolamento social, experimentou o sofrimento psíquico da privação de liberdade. A maior parte dos brasileiros não teve proteção estatal, ao contrário, recebeu campanhas publicitárias e incentivos presidenciais para se expor ao vírus enquanto realizava seus trabalhos. Aos brasileiros e brasileiras presos, a situação foi agravada pela pandemia: a superlotação, falta de equipamentos de proteção, ausência de visitas foram alguns dos principais problemas.

Em monitoramento disponibilizado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), constatarem-se 626 óbitos no Sistema Prisional, de um total de 92.858 mil casos registrados, até 15/11/2021 (CNJ, 2021). É importante destacar que a mortalidade entre os servidores dos estabelecimentos prisionais foi maior que a das pessoas presas, um dos motivos para este dado está no fato de a população encarcerada ser bastante jovem (SANTOS, 2021; SILVA, 2021). Foram registrados 355 óbitos entre os servidores do sistema prisional brasileiro e 291 mortos eram de pessoas presas.

Mesmo quando grande parte da população de Mato Grosso do Sul já estava vacinada, o fluxo entre/nas fronteiras não foi totalmente autorizado, ocorrendo uma gradual retomada, haja vista que o governo do Paraguai tomou medidas severas de restrição à circulação de brasileiros. A precaução tomada em resposta ao descontrole total que o Brasil viveu neste período pandêmico, impossibilitou muitas vias, mas abriu outras brechas e frestas para incursões acadêmicas, e aqui vou apresentá-las.

Outra situação de isolamento aconteceu simultaneamente ao meu interesse de pesquisa e sujeitas/sujeitos de pesquisa localizados em terras paraguaias. A Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero é cenário de diversas desavenças e rebeliões, em sua parte masculina há alguns anos. Mais recentemente ocorreram chacinas atribuídas à disputas por facções criminais dirigidas de dentro deste estabelecimento prisional. Assim, o trabalho a ser desenvolvido no presídio paraguaio teve rota calculada e recalculada algumas vezes após a aprovação do projeto de pesquisa, que deu origem a presente tese.

Para melhor compreensão dos entraves e da situação tensionada que se apresentava na fronteira oeste do Brasil com terras Paraguaias, relato alguns pontos importantes que se desenrolaram no segundo semestre de 2021 que ajudam a antever de que local falamos aqui e, consequentemente, os obstáculos que foram contornados e superados. Seguem informações

relevantes que darão subsídios para a compreensão de muitos assuntos adiante esmiuçados. Contextualizando:

Em 10 de outubro de 2021 ocorreu em Pedro Juan Caballero uma chacina que repercutiu fortemente nas imprensas brasileira e paraguaia. Apesar das notícias rotineiras sobre os perigos e o tráfico na fronteira, este crime e suas circunstâncias ligaram o alerta de muitos veículos de imprensa e procedeu-se uma robusta cobertura em variadas mídias, tais como jornais impressos, eletrônicos e podcasts de notícias (ABC COLOR, 2021; BBC NEWS BRASIL, 2021; CÂMARA, 2021; RODRIGUES, Artur; VIZONI, 2021).

No dia 19 do mesmo mês, o podcast “Café da Manhã” da Folha de São Paulo, um dos mais ouvidos nas plataformas de *streaming* brasileiras, abordou unicamente os conflitos na fronteira Brasil/Paraguai e seus desdobramentos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Na ocasião, um repórter da Folha de São Paulo foi enviado especialmente para cobrir as ocorrências em Pedro Juan Caballero e relatou suas apurações acerca do crime mencionado acima, ocorrido em 10/10/2021 na saída de uma casa de festas. Assim, relatou que atiradores mataram quatro pessoas com mais de cem tiros, incluindo duas brasileiras e a filha do governador do Departamento paraguaio de *Amambay*.

No programa, o repórter descreveu Pedro Juan Caballero e Ponta Porã como se fossem a mesma cidade, já que a fronteira é terrestre e de fácil mobilidade. Explicou que Pedro Juan parecia um bairro pobre da rica cidade representante do agronegócio sul-mato-grossense.

Ao falar do crime, este *podcast* e outras matérias jornalísticas da época enfatizaram a disputa pela cobiçada área, hoje dominada pelo PCC – Primeiro Comando da Capital, desde o assassinato do antigo “rei” (FRAZÃO, 2016; FREITAS, 2016)²³ da fronteira em 2016. Há disputa direta entre PCC e Comando Vermelho pelo cobiçado “corredor” da fronteira BR/PY há anos.

23 Em 15 de junho de 2016 ocorreu o assassinato de Jorge Rafaat Toumani, o “Rei da Fronteira”, o mesmo fora alvejado por 16 tiros em uma emboscada no centro de Pedro Juan Caballero. Em publicação da revista *Veja* consta que Rafaat já havia sofrido outro atentado comandado pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) e sobrevivido, visto que o megatraficante havia dominado a fronteira nos anos 2000, assumindo o lugar de Fernandinho Beira-Mar, no local. Rafaat e seu irmão, assim como Fernandinho Beira-Mar, haviam sido condenados pelo então Juiz Federal Odilon de Oliveira, segundo a revista “A morte levou terror à região de fronteira e despertou a atenção das forças policiais paraguaias e brasileiras. A Força Nacional havia sido enviada à região. A Polícia Federal também está em alerta e o investigava há mais de dez anos”. A dinâmica do narcotráfico na fronteira foi alterada após o crime. Segundo reportagem publicada pelo site Campo Grande News, um mês após o assassinato de Rafaat, apenas uma pessoa pertencente ao grupo que realizou a emboscada estava presa e se tratava de um brasileiro que integrava o “Comando Vermelho, facção carioca apontada pelas autoridades do país vizinho como ‘sócia’ do PCC no plano para eliminar Jorge Rafaat e assumirem o controle do crime na região”. (FRAZÃO, 2016; FREITAS, 2016).

Frisa-se que o PCC se manifestou, alguns dias após a chacina, alegando não ter relação com tais assassinatos.

O que diferenciou este crime foi justamente o assassinato de estudantes brasileiras e da filha do governador de Amambay. Até então, crimes desse tipo só tinham como alvo pessoas ligadas às facções e suas disputas (tanto internas quanto pelo domínio da fronteira). Tal alteração no *modus operandi* dos criminosos, que não mais poupavam inocentes, deixou os moradores em alerta.

Só em Pedro Juan Caballero, jovens brasileiros estudantes dos cursos de medicina que existem na cidade, totalizam a quantia de 10 mil pessoas e o assassinato das jovens estudantes caiu como uma bomba entre os demais colegas.

O repórter, enviado da Folha de São Paulo, destacou que na região da fronteira atuam PCC, Comando Vermelho, facções paraguaias e até um grupo guerrilheiro chamado EPP “Exército do Povo Paraguai”.

Segundo reportagem publicada no site *Terra*, de autoria de José Maria Tomazela, em 12 de outubro de 2021, a fronteira também enfrentava as ações de esquadrões da morte que se intitulavam “justiceiros da fronteira”; e as vítimas seriam pessoas “envolvidas em furtos e roubos, foram executadas com crueldade e, em vários casos, acabaram degoladas, esquartejadas ou tiveram membros cortados”. Estimou-se que em um ano mais de 60 pessoas foram mortas por esse grupo, cuja motivação seria dar “tranquilidade” para os traficantes continuarem seu ‘trabalho’, pois os roubos acabam atraindo com mais frequência a presença da polícia nas ruas” (JORNAL DA BAND, 2021; TOMAZELA, 2021)²⁴.

Apesar deste ser o crime mais divulgado, constata-se que naquela primeira quinzena de outubro, pelo menos oito pessoas morreram assassinadas na região na fronteira. A onda de crimes começou naquele dia com a morte do vereador Farid Charbell Badaoui Afif, baleado em Ponta Porã enquanto andava de bicicleta.

Apenas alguns dias depois, durante as investigações dos homicídios ocorridos no dia 10, dia 14 de outubro foram descobertas celas privativas do Presídio Regional de Pedro Juan Caballero, transformadas em celas de luxo, que eram utilizadas como verdadeiros escritórios pelas lideranças das organizações criminosas.

O governo do Paraguai anunciou, em 14/10/2021, o fechamento temporário da penitenciária de Pedro Juan Caballero e prometeu transferência de metade dos presos, após a

24 A matéria jornalística de Tomazela (2021) relata a ação de outras facções e do clã paraguaio “Rotela” que age dentro e fora de presídios do Paraguai.

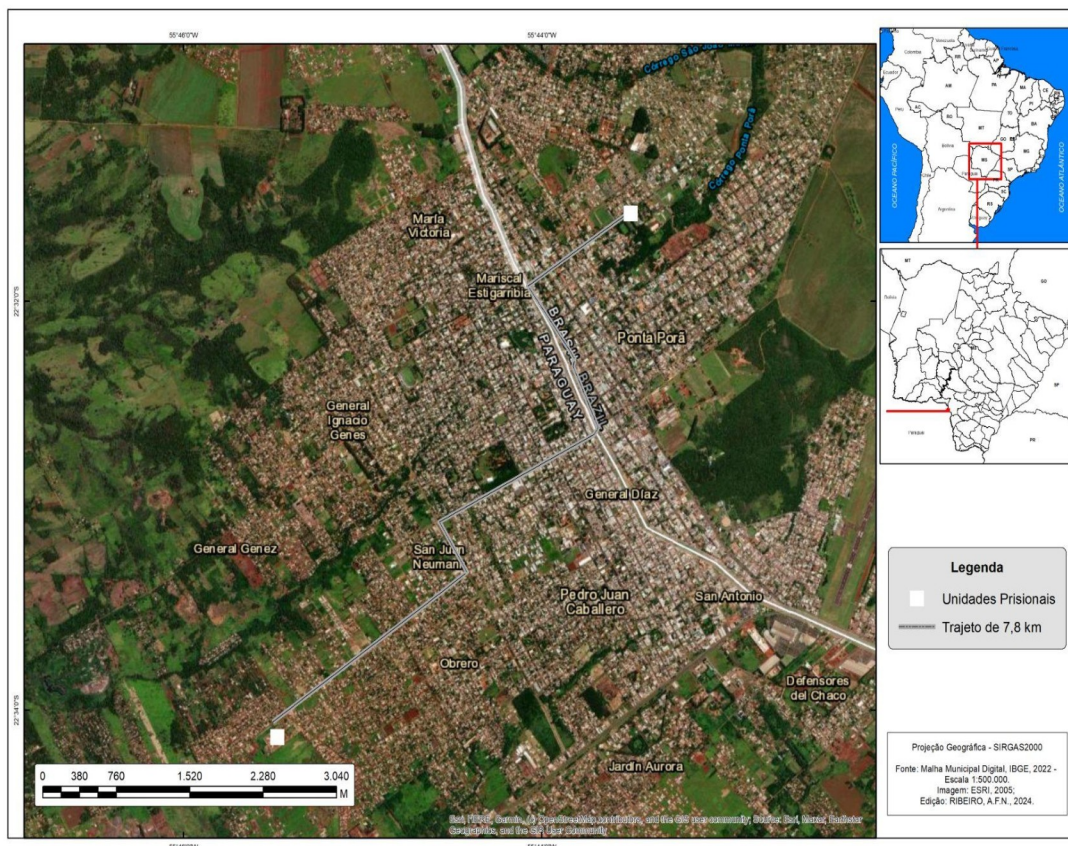
identificação de regalias que o narcotraficante Faustino Román Aguayo Cabañas usufruía. Ele é apontado como um possível mandante da chacina, por motivos passionais.

Após esses parênteses, longo, porém necessário para a compreensão das questões envolvidas ao tema pesquisado na região fronteiriça, atualmente e, em especial o presídio de Pedro Juan Caballero, como acima dissemos, pretendemos evidenciar ainda mais outras características fundamentais para se entender a multifacetada fronteira Brasil/Paraguai. Este é o primeiro passo para desenvolver adiante outros cruzamentos e intersecções que atuam nos presídios que abrigam mulheres nesta fronteira. A nossa fronteira. Estas mulheres.

Nesse sentido alguns questionamentos podem ser suscitados, tais como, quais as semelhanças e diferenças podem ser traçadas entre estabelecimentos prisionais que abrigam mulheres destinados a cumprimento de pena em regime fechado? E se estes *lócus* estão situados em países limítrofes? Ambas as penitenciárias são separadas por uma distância inferior a 08 km, estando uma da outra, a aproximadamente 20 minutos de distância, portanto: dois países, dois presídios próximos geograficamente, muitas mulheres e o relato desta história que se inicia.

No mapa abaixo, há desde já uma diferenciação entre os estabelecimentos penais imprescindível de se destacar: enquanto o Presídio feminino de Ponta Porã (BR) encontra-se localizado na área central da cidade e de fácil acesso, enquanto que o Presídio de Pedro Juan Caballero (PY) está numa área bastante afastada e periférica da conurbação, mais aproximado, inclusive, da região rural do município.

Mapa 2 - Distância entre presídios BR/PY, 2024



Fonte: Ângelo Franco (2024).

As histórias dessas mulheres presas na fronteira serão retratadas na integralidade no terceiro e quarto capítulo. Neste primeiro momento, apresentaremos a fronteira que é local, razão e personagem.

1.1 - Espaço e Lugar: a Região que vemos e falamos

A fronteira entre Brasil e Paraguai é o local onde estão sediados os presídios que abrigam as mulheres aqui ouvidas. Diferente de outras pesquisas da temática de gênero, o lugar onde estão situados exerce papel fundamental na concepção dos presídios, qual público ou quais crimes estão mais presentes entre as mulheres que se encontram reclusas, ou seja, o lugar aqui dá o tom da especificidade na pesquisa. O local não é palco nem paisagem: é determinante. Vêm precisamente da localização geográfica desses presídios uma série de particularidades que atuam diretamente nestes estabelecimentos.

Problematizar o local e não o assumir como fato da natureza é função do pesquisador, como demonstrou o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2008). O

alerta do pesquisador de História Regional, influenciado por temas que Michel Foucault (2014) já havia trabalhado, é justamente de se atentar para uma observação crítica sobre os locais que utilizamos para contar as histórias. Os espaços, as cidades, as vilas, as fronteiras, são produções humanas e, por isso mesmo estão imersas em seu contexto próprio, em sua própria história, e esta impacta na “nossa” história que decidimos por fazer. Diz-nos, Albuquerque Jr. (2008, p. 58):

[...] as regiões, portanto, não preexistem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produtos de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas de guerras, de vitórias e de derrotas.

Nesse mesmo sentido, nos estudos geográficos, as publicações de Milton Santos (1988) são referências. O professor enfatiza a geografia em seu aspecto intercambiário com outras esferas de saberes para indicar que um lugar não é autoexplicativo por si só. Vejamos:

O geógrafo torna-se um empiricista, e está condenado a errar em suas análises, se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos. (SANTOS, 1988, p. 21).

“Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço” (CERTEAU, 2011, p. 183) assim é como Michel de Certeau (CERTEAU, 2011) nos introduz as diferenciações sobre lugar e espaço. No contexto que ora esmiúço, o relato perpassa a região fronteira transnacional. Essa condição de transitoriedade, dialogicidade, idas e vindas, e de movimentos pendulares de pessoas e coisas no espaço territorial ocupado (e dividido) por dois países, aqui se encontra com a viagem através do tempo também. É, desta maneira, relato de tempo (e através dele) e relato de espaço.

Para Certeau (CERTEAU, 2011), “lugar” é estático, específico e por conseguinte põe em ordem o que lhe rodeia, enquanto o espaço é dinâmico, modificável e construído a partir das interações que experimenta. A indicação de lugar implica na designação de uma área, um espaço especificado e imóvel; já quando se tratar de influências/modificações/trocas/interdependências estaríamos a nos referir, segundo Certeau (CERTEAU, 2011), ao espaço. Em seus dizeres:

Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade

polivalente de programas conflituais o de atividades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando é falada. (CERTEAU, 2011, p. 184).

Para Certeau (2011), o relato tem função de autorização e pode assim, transformar um lugar em espaço ou um espaço em lugar, a partir da narrativa empregada. Neste entendimento de espaço como lugar praticado “não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras” (CERTEAU, 2011, p. 184). Logo, se disserto sobre uma dada localidade construída, pensada e programada para determinada região, preciso pensar esse lugar e esse espaço que o circunscreve, a que propósito serve, a que interesses atende. A delimitação de um terreno que será usado na separação entre pessoas presas e livres, que cometeram crimes ou não, os/as que são bem-vindos e os que aprisionamos: ao redor deste estabelecimento prisional há uma organização e distribuição de pessoas, ao passo que do lado de dentro as organizações e distribuições já foram dadas.

E o corredor fronteiro ao qual nos referimos, objeto de disputa e poder é lugar a ser conquistado até hoje. “os espaços agora se tornam objetos de apropriação e não apenas de domínio ou posse, [...] se tornam abertos a quem os conquistar” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 69).

Assim, “o espaço [...] é antes de mais nada um conceito através do qual tentamos apreender, significar, organizar, dar sentido a um dado recorte feito nesta vasta empiria desordenada” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 67). O espaço que propõe e dá sentido em sua diacronicidade a processos históricos relacionados: construção de espaço fronteiro disputado por facções criminosas e construção de presídios destinados a conter esses agentes.

Categorias de análise sistematicamente estudadas e continuamente repensadas na Geografia, a partir de uma “geografia humanista” que entende a paisagem como fenômeno vivido, o geógrafo Luiz Otávio Cabral (2000, p. 35) demonstra como tal termo ficou em segundo plano, por assim dizer, nos estudos geográficos (atrás das categorias “região”, “espaço”, “território” e “lugar”). Adiante, o autor traz ideias que nos levam às discussões e concepções de “fronteiras”, ao dizer que “intimamente associada à ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra, a paisagem apresenta-se como um conceito abrangente e impreciso” (CABRAL, 2000, p. 35), para alguns parágrafos depois complementar como o olhar lançado à “paisagem” também a constrói (CABRAL, 2000, p. 37).

Compreendendo a paisagem como o domínio do visível, Milton Santos (1988) também destaca as similitudes contidas junto ao conceito de espaço, não por acaso, muitas vezes empregados como sinônimos, “tanto a paisagem quanto o espaço resultam de

movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos” (SANTOS, 1988, p. 21).

Mas também é necessário pontuar que algo separa os conceitos, em definitivo. Mais adiante, Santos nos explica o ponto principal da diferenciação entre “paisagem” e “espaço”.

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. (SANTOS, 1988, p. 26).

Ainda falando sob o olhar da geografia, o pesquisador Jones Dari Goetttert (2009) expressa a complexidade da definição acerca dos espaços, justamente por ser uma construção contínua realizada a muitas mãos, “o espaço é a própria sociedade que se faz e se pensa espacialmente, o espaço são as relações humanas construídas, em construção e a construir” (GOETTERT, 2009, p. 142) ou em resumo, “o espaço é uma produção humana” (GOETTERT, 2009, p. 143).

A partir de uma concepção de espaço atualmente descrita como relacional e referente à “posição” que se encontra, Albuquerque Jr. (2008) nos explica como os espaços não são mais compreendidos como fixos, mas sim como relacionais. Passa a ter uma compreensão de status provisório, incrustado numa “geografia circunstancial” pois, a depender dos confrontos e coalizões de forças que sobre ele atuam (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 72).

Em outro espectro das categorias espacializantes, Clemente de Souza e Gemeli (2011) trazem à baila a questão da territorialidade da fronteira BR/PY. Para tanto, expõem que o espaço antecede o território, porém ambos são indissociáveis, sendo que “o território pode ser interpretado como um espaço social, historicamente produzido e organizado, permeado por relações de poder, por redes e por identidades, que estão em constante transformação no tempo” (CLEMENTE DE SOUZA; GEMELLI, 2011, p. 103).

Segundo esta conceitualização, para se definir a existência de um espaço como território é preciso que haja uma identidade própria ali presente e identificável, dada por meio de relações diversas de poderes e sociabilidades. Nesse sentido, é possível que uma mesma localidade abrigue territorialidades diferentes, sendo esta justamente a ocorrência que os autores identificam na fronteira Brasil/Paraguai.

Apontam que o processo histórico diferenciado experimentado pelos países ora em foco foi decisivo para as diferentes territorialidades que hoje convivem neste espaço contíguo (CLEMENTE DE SOUZA; GEMELLI, 2011, p. 110). Ressaltam também a ambiguidade que

permeia a experiência dos residentes locais e aqueles que vagam por entre as linhas internacionais. Essas pessoas concomitantemente “se deparam com o controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais, convivem com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e, até mesmo, políticas” (CLEMENTE DE SOUZA; GEMELLI, 2011, p. 105).

Entendemos a fronteira MS/PY, nos termos pensados por Certeau (2011), como um espaço fronteiriço, dialógico, multifacetado e em permanente construção. É a fronteira praticada. Por outra ordem, o presídio feminino de Ponta Porã é lugar; o pavilhão de mulheres da Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero é lugar. A partir do relato que traço sobre ambos, construo história escrita e narro sobre os espaços e lugares. Narro sobre como o constructo histórico regional lê e interpreta os espaços e lugares. Como linha mestra, guio esta história sobre como os espaços transitórios de fronteira acabam por modificar pessoas e suas relações e, talvez, praticar (n)os estabelecimentos penais.

Se trato de presídios erigidos pelos respectivos Estados aos quais pertencem e por eles são administrados, falo de lugar erguido e projetado. Não é lugar praticado nos termos descritos por Certeau (2014), é local fabricado. Separa e organiza internamente em muitas normas escritas ou não. Por fora, exclui e delimita. Mas também organiza pessoas, famílias, transações.

E a fronteira a qual nos referimos, seria dada pela natureza ou fabricada? A região sudoeste de Mato Grosso do Sul encontra com o Leste do Paraguai e deste encontro muitos desdobramentos históricos foram forjados. Palco de disputas e querelas jurídicas/territoriais desde tempos remotos, a fértil região aqui retratada sedimenta paulatinamente suas características únicas.

Bourdieu (2006) resgata a etimologia da palavra região para esclarecer alguns pontos relevantes em seu clássico “O Poder Simbólico” sem aspas. Citando o linguista francês Emile Benveniste, explicita que a palavra advém de *regio*, ou melhor, de uma divisão realizada por ato de autoridade de quem comanda um reino, aquele que “introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.) (BOURDIEU, 2006, p. 113). Assim, a designação e limitação de um espaço natural é recortada e reconfigurada, como sabemos, pode ser resultado de disputas, guerras, acordos e desavenças econômicas.

Na sequência desta argumentação, Bourdieu traz o termo *regere fines*, que seria o poder de impor limites, traçar fronteiras, em demarcar divisões internas e externas, território nacional e estrangeiro, o que é nosso e o que não o é, ou outras oposições. Seria, também, em

seus dizeres, “um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o rex, o encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade (BOURDIEU, 2006, p. 114).

Podemos resumir sua análise no sentido de que o que conhecemos como fronteiras nos dias atuais são resquícios de “atos de autoridade”. São, segundo ele, estes atos que criam os limites e mudam territórios, visto que “a regio e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz fines), e impor definição (outro sentido de fins) legítima” (BOURDIEU, 2006, p. 114).

Outro aspecto levantado pelo professor e pesquisador Durval Albuquerque Jr. (2008, p. 57) sobre as origens da palavra região é o fato de expressão remeter a *regione*, do latim, que designava um dado espaço sob comando militar²⁵. As expressões assemelhadas à região, em seu aspecto territorial, possuem, assim, reminiscências de comandos militares e guerras, *regidas* por um soberano.

Então aqui estamos falando de espaço fronteiro e suas inflexões e maleabilidade que situam dois estabelecimentos para reclusão de pessoas – presídios – definidos e imóveis, são nossos locais de pesquisa, ou seja, um micro lugar no interior da região de fronteira. Afora isso, temos a paisagem de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero; a paisagem que é visível aos olhos e por isso mesmo limitada. Seria, como fala Cabral (CABRAL, 2000, p. 10), “a paisagem como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana”. Cada olhar novo lançado a esta paisagem, dela apreende uma fração de imagem e dá a este fragmento da realidade, significações próprias. Cada vez que se olha para este espaço/paisagem uma impressão nova é concebida, tal qual as piscadelas de Geertz (2012)²⁶.

1.2 - Estranhando a fronteira: por um olhar renovado

Não obstante a terminologia “fronteira” ter tido suas aplicações “inflacionadas”, como menciona José Lindomar C. Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2010, p. 33) para designar o empréstimo da palavra para uma infinidade de situações, falo aqui sobretudo da

25 Algumas diferenciações trazidas pelo autor dão conta que *regere* é palavra de origem romana que designava um regimento sob comando militar. Acrescenta ainda que se confunde, ocasionalmente, com “a noção de província, que vem do latim *vinvere*, ou seja, território vencido ou habitado por povos vencidos, submetidos ao domínio romano” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 57).

26 A famosa explicação de Geertz sobre as compreensões e apreensões que o antropólogo pode retirar do local onde está inserido, desde que se compreenda os contextos e usos aos quais está imerso.

fronteira em seu significado literal e primeiro: a divisão de estados nacionais.

Em se tratando da etimologia da palavra fronteira, a origem está vinculada ao latim *frons* e *in fronte*, na acepção de “a partir de”; “na frente de” (TORRECILHA, 2013, p. 16). Isso se relaciona com o aspecto militar arraigado aos seus usos, como lembra Oliveira (amparado em Braudel) que a palavra *frontier* era designada para falar da linha de frente militar, ou seja, os adversários estariam à frente, em sentido oposto ao que chamávamos/chamamos de retaguarda (a proteção derradeira) (OLIVEIRA, 2008, p. 13).

Já no que se refere a marcos historiográficos sobre fronteiras, estes remontam ao Império Romano (*limes*)²⁷ e sua peculiaridade expansionista e, posteriormente, em se tratando de demarcações físicas, à muralha da China (OLIVEIRA, 2008, p. 13). Torrecilha (TORRECILHA, 2013) explicita ainda que as fronteiras representavam para os romanos empecilhos ao seu ímpeto de conquistas e expansão territoriais; já a fronteira chinesa caracterizada pela muralha, tinha como objetivo a defesa; a resguarda do território.

Ao apresentar a obra *Fronteira e Fronteiriços* de autoria de Leandro Baller, o também professor e historiador Eudes Fernando Leite, apesar de reforçar que a fronteira é ampla e possui múltiplas possibilidades de apropriação (LEITE, 2014, p. 10), demonstra que a fronteira é fenômeno histórico, observado há muito tempo nas sociedades humanas ocidentais ou não. Resume, desta forma, que “a fronteira pretende delimitar e restringir mobilidades em espaços físicos integrantes de um país” (LEITE, 2014, p. 09)²⁸.

Por conseguinte, em que pese o enfoque principal do autor de *A Dinâmica das Fronteiras* centrar sua análise nos processos migratórios entre Brasil e Paraguai e nas identidades dos atores destes processos, me aproximo de sua compreensão sobre as fronteiras corresponderem aos limites²⁹ entre países, como expõe: “elas representam o fim e o início da

27 Marcio Gimene de Oliveira, em sua dissertação de mestrado, explica o que seriam a *limes*, considerados hoje os primórdios do que se concebe sobre as fronteiras: “o *limes* não era uma linha, e sim uma sucessão de fortes atrás dos quais se situavam a maioria das legiões romanas. À frente do *limes* haviam patrulhas e guarnições de frente” (OLIVEIRA, 2008, p. 13).

28 A obra *Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)* reflete muito o que tento transmitir nessas laudas. A pesquisa de doutoramento que originou o livro guiará esta tese em alguns momentos. E não seria diferente, visto que tanto o autor Leandro Baller (2014) quanto o escritor da apresentação, professor Eudes Fernando Leite (e orientador da tese), lecionaram em 2019 uma disciplina no PPGH/UFGD chamada “Historia e Fronteiras” que determinou fortemente os rumos do que eu pretendia estudar dali em diante. Outra inspiração para “estranhar” a fronteira, além dos estudos antropológicos, veio das palavras do próprio Eudes na mencionada apresentação de livro “A fronteira é um lugar relativamente estranho” (LEITE, 2014, p. 09).

29 Aqui importa dizer que o autor também diferencia fronteira de divisa e limite, muitas vezes usados como sinônimos, sendo que o limite internacional, chamado de linha de fronteira, é abstrato e invisível advindo normalmente de algum tipo de tratado internacional. Já a divisa é demarcada por controles alfandegários, instituições militares ou marcos geográficos construídos para atribuir visibilidade à linha invisível

jurisdição estatal, os limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 34). Podemos ainda trazer a figura de linguagem que o internacionalista Márcio Augusto Scherma (2016, p. 1), amparado em discussões formuladas por Ratzel, utiliza para ilustrar o que seria a fronteira; em seus dizeres, ela (a fronteira) seria como a epiderme, pois “ao mesmo tempo em que separa os ambientes interno e externo, é o *locus* das trocas entre ambos”.

Ao problematizar as categorias “espaço”, “lugar”, “região”, pretendi sedimentar um campo para a discussão sobre a fronteira, em específico a fronteira situada entre as cidades gêmeas Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Passo, então, a pormenorizar o que esta localização geográfica pode significar. O que pensamos quando tratamos desta região lindeira e porque a pensamos óbvia e violenta. Quero aqui “estranhar” a região junto com a/o leitora/o.

Aos moradores de Mato Grosso do Sul, caso em que me incluo, a fronteira além de perto, é familiar. A paisagem é conhecida - o cheiro, o calor da região, as faculdades de medicina e o comércio de Pedro Juan Caballero: tudo isto é da ordem do natural. A proximidade geográfica e as facilidades comerciais têm sua fama mais difundida entre os brasileiros. Estas reflexões não são somente formuladas sobre a fronteira, mas a partir dela³⁰ (BALLER, 2014, p. 34).

Outras mensagens mnemônicas automáticas de quem é de “perto” e quem é de “longe” da fronteira tratam da criminalidade e violência. Está enraizado no imaginário social as benesses e os conflitos próprios da região, desta forma, é necessário que falemos das muitas representações que alicerçaram as crenças e impactam diretamente na administração pública local orientando decisões políticas³¹.

Ao dialogar com escritos de Da Matta, Gilberto Velho (VELHO, 1987, p. 126) pontua que:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é (ALBUQUERQUE, 2010, p. 35).

30 Aqui o autor falar sobre e a partir da fronteira, pois se coloca como sujeito fronteiriço. Trata, assim, de análises derivadas de uma vivência específica da qual o pesquisador faz parte (BALLER, 2014, p. 34).

31 É importante destacar o trabalho do sociólogo André Luiz Faisting sobre as representações midiáticas da fronteira. Ao analisar manchetes de jornais das regiões de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, seu trabalho nos chama a atenção para a retroalimentação de concepções sobre a fronteira nas questões de violência e como as notícias desta categoria possuem maior ocorrência. Expressa assim o alerta de que as próprias instâncias institucionais são influenciadas por estas representações e podem utilizá-las ao proporem ou conduzirem políticas públicas de segurança na fronteira (FAISTING, p. 218, 2018).

necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente.

A presunção do conhecimento pelo que constantemente se vê, pode levar à inconsistências analíticas e procedimentais. A proximidade física não significa conhecimento do objeto tampouco a familiaridade com o local ou com o sistema de justiça podem substituir um olhar atento e renovado às questões dos espaços de fronteira e as dinâmicas encontradas nos presídios para mulheres em Mato Grosso do Sul (BR) e Amambay (PY).

A famosa absorção antropológica com o exótico (para nós) [...] é, assim, praticamente um artifício para deslocar o senso de familiaridade embotador com o qual o mistério da nossa própria habilidade em relacioná-los compreensivelmente uns aos outros se esconde de nós (GEERTZ, 2012, p. 10).

A familiaridade pode ser, como dito por Geertz (2012), embotadora da realidade, mas ao mesmo tempo, é uma forma de conhecimento e apreensão de sentidos, emoções e idealizações. Algumas das lembranças desta composição próxima à fronteira embasarão parte deste trabalho. A empiria dos fronteiros e dos transeuntes desta linha imaginária transnacional indicam também caminhos pelos quais a pesquisa pode e deve trilhar. É nesse sentido que Gilberto Velho (VELHO, 1987) ressalta, vejamos:

Embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções das pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam das valiosas contribuições para o conhecimento da vida social. de uma época, de um grupo. (VELHO, 1987, p. 130).

É preciso, portanto, desnaturalizar o pensamento sobre a região Paraguai/Brasil. Ver com outros olhos ou como se a primeira vez fosse. Desnaturalizar, problematizando o local da pesquisa. A fronteira é um dado local, mas não é dada (ALBUQUERQUE JR., 2008). Há uma construção cultural e identitária antiga e potente. Esta fronteira não é nosso cenário para suportar as discussões sobre o presídio feminino de Ponta Porã e a Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero, esta é uma região que produz e reproduz, e certamente é construída e produzida por uma série de acontecimentos³². Discorrerei a seguir, acerca de elementos

32 Pesquisadores dedicados aos estudos fronteiriços têm trabalhado as representações desses locais, como Leandro Baller (2014) e José Lindomar C. Albuquerque (2015) que falam das fronteiras e fronteiriços brasileiros e paraguaios como outras possibilidades epistêmicas.

históricos e geográficos constituintes e por esta razão, indispensáveis.

O Estado de Mato Grosso do Sul foi fundado em 1977 por meio da Lei Complementar nº 31, em decorrência da divisão efetuada no território pertencente ao estado de Mato Grosso (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL, 2016). Após a criação do estado de Mato Grosso do Sul, o mesmo passou a ser o 6º maior estado brasileiro em extensão territorial, possuindo divisa em comum com os estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Paraná.

Dos 79 municípios sul-mato-grossenses, 44 compõem a faixa de fronteira internacional com dois países: Paraguai e Bolívia. O Estado de Mato Grosso do Sul é o segundo estado brasileiro com mais municípios fronteiriços, sendo que 8 deles são as chamadas cidades-gêmeas (TORRECILHA, 2013, p. 128), com destaque aqui, para Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Como ressalta Scherma (SCHERMA, 2016, p. 5), cidades-gêmeas “são aquelas que estão geograficamente localizadas na linha que delimita a divisão territorial. Elas estão dentro da zona fronteira, mas têm um grau de interação muito maior com o outro país por conta da proximidade”³³.

Como relatado acima, o presídio brasileiro sobre o qual tecerei considerações nesta tese, localiza-se na cidade de Ponta Porã (sudoeste do estado de MS) (IBGE, 2022). Ponta Porã está situada à 324 km da capital do estado, Campo Grande e à 1.328 km da capital federal, Brasília (DF). Está também à 3 km de Pedro Juan Caballero, a cidade-irmã com quem divide fronteira. Pedro Juan Caballero é a capital do departamento de Amambay, no Paraguai e fica à 458 km da capital do país, Assunção. A conurbação formada por ambos os municípios têm aproximadamente 200 mil habitantes. É o que especifica a geógrafa Maria Lúcia Torrecilha (2013, p. 143), vejamos:

No altiplano da Serra de Amambai, revelando uma paisagem singular, as cidades - gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se encontram formando uma conurbação cujos limites estão dispostos por uma faixa internacional. Na linha de fronteira, um eixo longitudinal cuja extensão, nos perímetros urbanos das cidades, possui valores diferenciados: 22,5 km para Ponta Porã e 9,6 km para Pedro Juan Caballero.

Este espaço praticado que ora tratamos é marcado por disputas nas esferas diplomáticas, jurídicas e militares, falando em uma perspectiva diacrônica de longa duração. Antes das delimitações arbitrárias forjadas pelos colonizadores espanhóis e portugueses através de inúmeros tratados, os povos Guaraní ocupavam estas porções territoriais. Ainda

³³ Portaria nº 125, de 21 de março de 2014 do Ministério da Integração define do que se tratam as cidades-gêmeas.

hoje estão presentes nestes solos algumas etnias indígenas, que apesar de numerosas, estão confinadas em pequenas faixas de terra.

A presença indígena é parte fundamental da identidade local e eixo essencial da formação da região, porém, na mesma medida é repelida e excluída pelas populações locais que hoje predominam. Há que se ressaltar que os sucessivos governos perpetuam políticas excludentes, discriminatórias e em alguns casos, até mesmo, criminosas em relação a esta parcela de seus cidadãos, pelo menos no que concerne ao Estado brasileiro.

A história tradicional costumava prezar pelos grandes acontecimentos, os grandes tratados, guerras e heróis. Durante muitos anos, para se contar sobre a formação das fronteiras oeste do Brasil, resumia-se ao Tratado de Tordesilhas, Guerra do Paraguai, Companhia Mate Laranjeira, construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a divisão do Estado de Mato Grosso. Hoje os historiadores tentam, através de investigações, com fontes variadas, ir além e encontrar histórias que foram sublimadas dos estudos e das práticas de ensino por tanto tempo.

Ao realizar uma genealogia dos usos das categorias de análise "sexo", "mulheres", e "gênero" nas pesquisas históricas, sobretudo, brasileiras, a historiadora Joana Maria Pedro (2005, p. 84) traduz e atualiza suas aplicações:

Convém lembrar que “entrar para a história” tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de “positivista”, ou às vezes “empirista”, dava destaque a personagens, em geral, masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos e/ou de guerras. Para muitas pessoas, esta era uma forma de “imortalidade”. Pertencer a esta grande narrativa significava, e ainda significa, prestígio (PEDRO; p. 84, 2005).

A autora cita o movimento de resgate da categoria universal "mulheres" para os acontecimentos históricos, além de pesquisas que tentavam expor participações menos estereotipadas das mulheres em grandes eventos dignos dos livros de história (PEDRO, 2005, p. 84). Fora isso, a professora soube fugir da armadilha de tratar a historicidade das categorias "gênero" e “mulheres” de forma evolutiva, acrescentando a influência da escola de *Annales* para o alargamento da percepção de histórias, interdisciplinariedade, atores, fontes e metodologia. O esforço de muitas pesquisadoras e pesquisadores para diversificar, afeminar e escurecer as pesquisas revolucionou a ciência histórica, mas não apenas ela.

Em certa medida o que procuramos fazer é apresentar novos olhares através destes acontecimentos de maior destaque. Portanto, ao utilizarmos tais fatos históricos vinculados à historiografia tradicional para criar uma experiência de cronologia com a/o leitora/a, estamos

nos apropriando destes conhecimentos para trazer à tona, necessárias reflexões. Estas análises estão imiscuídas ao bojo desses eventos históricos, visto que a situação de colonialidade é decisiva em todos os aspectos que ainda serão retratados nesta pesquisa, principalmente em seu último capítulo.

O resgate desses pontos históricos, mesmo que de forma sintética, é necessário para ilustrar os antecedentes que informam as representações sobre a fronteira: disputas, violência, identidades, crimes, etc. As origens do que veio a ser conhecido e reconhecido como uma fronteira perigosa. Como Leite consubstancia:

[...] as disputas pela fronteira remontam ao sempre citado Tratado de Tordesilhas (1494), passam pelas discussões a respeito da presença luso-portuguesa em territórios sob domínio espanhol, alcança o século XIX, quando a república guarani e o império brasileiro debatem os limites entre os dois países e tem seu desfecho no maior conflito verificado no continente, a Guerra que envolveu brasileiros, paraguaios, uruguaios e argentinos (LEITE, 2014, p. 09).

Para Oliveira, a tensão fronteiriça entre Brasil e Paraguai remonta às disputas territoriais baseadas nos tratados, sendo os principais o de Tordesilhas (1494), o de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777). Como o autor ressalta, esses tratados foram revistos e rediscutidos em muitas ocasiões, haja vista que suas formulações não prezavam pela exatidão. A falta de precisão na delimitação das fronteiras, suscitava assim, questionamentos constantes e desobediências recorrentes. Com essa relevante margem de interpretação quanto aos limites espaciais previstos nos tratados, foi observado que as ocupações (e depois as atividades comerciais) se deram em desacordo completo ao que fora firmado entre os países (OLIVEIRA, 2008, p. 29).

O Tratado de Tordesilhas marcou a “construção de uma das primeiras divisas escritas que se estabeleceu na América do Sul, definida naquele momento como América Espanhola e América Portuguesa” (BALLER, 2014, p. 16). Baller (2014) pontua também que as invasões ao interior dos territórios alheios, por entre os limites estabelecidos nos tratados, já estavam presentes desde o século XVI. Incursionavam território adentro espanhóis e jesuítas com pretensões de domínio pela bacia do Prata. Já pelo outro lado, portugueses e moradores locais enveredaram através de expedições, por meio das "bandeiras paulistas". Essas investidas se deram de forma irregular durante anos, não havendo naquela época, interesse regular ou uma forte campanha pela ocupação dessas regiões (BALLER, 2014, p. 17). Corrobora neste sentido, Oliveira (2008, p. 36):

Pelo lado português a aproximação do atual território paraguaio se deu no contexto das entradas e bandeiras paulistas, que tornaram obsoleto o Tratado de Tordesilhas. Em 1719 foi fundada a cidade de Cuiabá, e entre 1775 e 1778 foram fundados o forte de Coimbra e o arraial de Albuquerque, atual Corumbá.

Com comprovações robustas de mútuas invasões entre as terras coloniais pertencentes a Portugal e Espanha, foi formulado o Tratado de Madri, levando-se em conta justamente o critério da ocupação, o chamado *uti possidetis*.

Portugal cedeu a Colônia do Sacramento e as suas pretensões ao estuário da Prata, e em contrapartida recebia os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (território das missões jesuíticas espanholas), o atual Mato Grosso do Sul e a zona compreendida entre o alto Paraguai, o Guaporé e o Madeira de um lado e o Tapajós e Tocantins do outro. Os portugueses ficavam com uma rica região em pastagens e ervais e os espanhóis conseguiam o monopólio da navegação do rio da Prata (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Essas divisões foram extenuadamente rediscutidas com o passar dos anos em busca de limitações equânimes e que contemplassem os interesses dos colonizadores. Tratados de El Pardo anularam pontos do tratado de Madri, porém a maior parte do que estava prevista permaneceu ao final, com a celebração do tratado de Santo Ildefonso.

Essa litigância constante quanto às terras das Américas Portuguesas e Espanhola demonstra as origens dessas querelas por terras, águas, riquezas e facilidades comerciais. As porções de terras brasileiras e paraguaias como as conhecemos hoje só foram definidas após a assinatura de outro tratado. O Tratado de Limites (1872) foi uma espécie de armistício assinado pelos países que guerrearam na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

A Guerra da Tríplice Aliança tem expressivo legado em termos históricos, sociais e geográficos. Foi o maior conflito armado já visto em solo sul-americano e determinou a distribuição territorial dos envolvidos, como esperado. Os impactos sociais abrangem desde o legado de pobreza e sofrimento experimentado mormente pelo Paraguai, até as percepções de desconfiança e ressentimentos acostados na identidade fronteiriça-mestiça-paraguaia. Pois, “a Guerra parece ter assentado de forma profunda no imaginário paraguaio e brasileiro a imagem de “vizinho perigoso” ou “traíçoeiro” (LEITE, 2014, p. 10). Baller (2020) caracteriza esse sentimento de animosidade subjetiva e intrínseca dos envolvidos, como “ranço”, como vemos nesse excerto:

as relações existentes entre Brasil e Paraguai, ou mais propriamente entre brasileiros e paraguaios – território e sujeito – possuem vetores de conflitos na longa duração, e em vários e diferentes momentos da história dos dois

países. Essas práticas violentas e de agressão perpassaram de modo conflitivo por inúmeras vertentes de pensamento por que não dizer que há um forte ranço em especial desde a guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870) (BALLER, 2020, p. 90).

No que se refere aos efeitos históricos, é impossível articular estudos sobre a região de fronteira e não mencionar a Guerra. Decorrendo de uma série de eventos e desavenças diplomáticas, contendas sobre comércio e disputas por espaços para navegação (exportações e segurança) a guerra, como evento histórico definitivo em aspectos regionais, se concretizou. As várias menções sobre a fronteira enquanto lugar perigoso tiveram seu momento mais direto e intenso com a conflagração do conflito.

O conflito bélico que uniu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai durou seis anos e incluíram batalhas sangrentas, um governo provisório instalado no país perdedor e posterior rediscussão de fronteiras. As estimativas sobre as vidas paraguaias ceifadas na guerra variam, mas orbitam em torno de 600 mil mortes, de um total de 800 mil habitantes à época; deste total de sobreviventes, apenas 15 mil eram homens (ALBUQUERQUE, 2010, p. 150).

Outro pilar histórico da formação regional que decorreu dos acontecimentos da Guerra, se refere a Companhia Mate Laranjeira. A história da região sul de Mato Grosso (hoje Estado de Mato Grosso do Sul) se confunde com a história da Companhia. Isto porque após o encerramento da Guerra da Tríplice Aliança, a empresa recebeu por meio de concessão, grandes porções de terras. Desde o fim do século XIX até a década de 1940 a atuação da Companhia Matte Laranjeira foi decisiva, tanto economicamente como também um poderoso vetor para o surgimento de cidades gêmeas, já que a empresa atuava em Mato Grosso e no Paraguai. A empresa atuava na exploração de ervais nativos e, para o escoamento da produção via rios Paraná e Paraguai, foram sendo erguidos escritórios, portos e cidades (OLIVEIRA, 2008, p. 99).

O olhar renovado a que me refiro neste subitem vem da junção da desnaturalização da fronteira enquanto cenário dos temas a serem desenvolvidos, com as ambiguidades que as expectativas de estranhamento e proximidade podem trazer. Uma fronteira rica em abundantes enfoques que se busque conhecer, como já fora aludido.

1.4 - A fronteira Brasil/Paraguai: a centralidade do debate na contemporaneidade

O processo histórico verificado na fronteira Brasil/Paraguai é repleto de construções, descontinuidades e conflitos; um processo “edificado em um terreno movediço” (BALLER, 2020, p. 91).

Seguindo o raciocínio que conceitua a temporalidade da fronteira como uma temporalidade própria e sujeita a processos de longa, média e curta duração de acordo com as especificidades experienciadas (mesmo quando mostra desenrolares secundários provenientes de decisões e estratégias políticas de fora, que desembocam de maneira particular nesta faixa territorial binacional), o autor Leandro Baller (BALLER, 2014) destaca os processos de aproximação de ambos os países.

Com várias/os atrizes/atores participando em diferentes áreas na construção histórica desta fronteira, sobretudo a partir da década de 1950, Baller (2014) aponta para a existência de diferentes regimes de historicidade, cada qual, vivendo e transformando a área no que se refere a comércio, agricultura, relações sociais e identitárias. A compreensão de um mesmo local suportar regimes de historicidade, ora conflitantes, ora aproximados no mesmo espaço e lastro temporal, foi primeiramente sugerido por José de Souza Martins em seu livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, produto de pesquisas realizadas pelo sociólogo entre as décadas de 1970 e 1990³⁴.

A partir da década de 50 do século passado, subiu ao poder pelo lado paraguaio o General Alfredo Stroessner (1954). O regime ditatorial teve diversas ações com finalidade de conveniência e aproximação com o Brasil, que logo depois também viveu sob regime militar (1964-1985). Grandes obras começaram a ser erguidas como a construção da Ponte Internacional da Amizade entre Brasil e Paraguai (1956-1965), a operacionalização do comércio externo pelo Paraguai, com Porto Franco no Brasil (1956), a abertura da Estrada Carretera Internacional, a Ruta 07 (1956-1959), e o início das conversações sobre o Projeto Itaipu (BALLER, 2020, p. 93). Havia, pois, a confluência de entendimento quanto ao pensar e desenvolver as relações entre Brasil e Paraguai; neste sentido os regimes políticos assemelhados partilhavam de entendimento quanto ao que se projetara sobre “desenvolvimento” e “bilateralidade”.

Anos mais tarde, a partir da década de 1970, o General Stroessner desenvolve uma

34 A história dos estudos sobre fronteiras tem na figura de Frederick Jackson Turner um expoente. O norte-americano escreveu teses sobre a expansão e ocupação realizada pelos pioneiros, recuando os limites de suas fronteiras em direção ao oeste nos Estados Unidos da América durante o século XIX. Suas teses foram de certa forma replicadas por outros autores para tentar explicar colonização e expansão em outros países, mais tarde, vimos as críticas realizadas a concepção imperialista e generalizante de Turner. No caso brasileiro, Martins muito se afastou dessas elaborações, dando protagonismo aos moradores que sofreram com as invasões diretamente, como indígenas e camponeses (BALLER, 2014, p. 33).

política de apoio à agricultura familiar aos moldes do que se passou ao sul do Brasil. Tais ações e posturas por parte do governo paraguaio, influenciou um enorme contingente de famílias brasileiras (em grande parte gaúchas e paranaenses) a migrarem. Os dados e pesquisas sobre esta fase são dispersos mas remontam a cerca de 500 mil brasileiros que passaram a viver em terras ao leste do Paraguai, influenciados pelas propostas de melhoria de vida e terras próprias para produção agrícola (BALLER, 2020, p. 95).

Estudos que prezem por constar a presença de mulheres nessas migrações são poucos. Mesmo quando se relata a importância que a agricultura familiar tem na ocupação do território e em sua transformação e área produtiva, muitas vezes a categoria “brasiguai” invisibiliza as atuações femininas neste processo histórico³⁵.

O pesquisador Leandro Baller (2012) traz em artigo pautado na temporalidade do presente, entrevistas realizadas com essas personagens constantemente ignoradas³⁶. As entrevistadas relatam, em maioria, as dificuldades por elas experimentadas em decorrência da separação da família. Enquanto seus maridos passam mais tempo em solos paraguaios a cuidar de suas terras, as mulheres acabam por permanecerem com os filhos no Brasil para um melhor estudo das crianças, pois relatam dificuldades de aprendizagem e integração das crianças em escolas paraguaias. (5 das 6 entrevistadas relatam experiências parecidas nesse sentido).

Outra constância nos relatos, é que as mulheres se dizem “ajudar” na lavoura quando estão com seus maridos. Não se identificam como “agricultoras”, porém assumem que não restringem seus trabalhos aos afazeres domésticos e cuidados maternos (BALLER, 2012, p. 240). Esses exemplos reafirmam a necessidade de pesquisas que reflitam sobre as vivências das mulheres na fronteira em toda sua amplitude e complexidade.

Em uma abordagem mais subjetiva do que essas mulheres, que compartilham suas vidas na fronteira experimentam, é quando relatam de seus sentimentos de pertença. Para algumas, Paraguai e Brasil já são uma mesma realidade; um *continuum* de onde retiram e usufruem pontos positivos de cada país. Mesmo localizando-se separadamente os países, denota-se a existência de expressões de continuidade ao tratar “do outro lado”. O autor diz

35 Elisandra Tomascheski trabalha habilmente essas histórias de mulheres migrantes ignoradas e silenciadas. Em sua dissertação de mestrado intitulada “Dos lugares deixados, aos lugares chegados’ história de mulheres brasiguaias do assentamento Itamarati – MS”, traz os relatos dessas mulheres com análise de gênero.

36 O artigo “Mulheres da Fronteira e suas narrativas orais” (BALLER, 2012) resgata entrevistas de mulheres moradoras da fronteira Brasil/Paraguai, articulando história oral e estudos de gênero, a fim de historicizar essa presença feminina na região, tomando os cuidados de não naturalizar suas funções sociais historicamente estereotipadas.

que os sentimentos envolvidos, mostram essa continuidade como um terceiro lugar. Um lugar alternativo, composto de sentimentos e lembranças (BALLER, 2012, p. 244).

Nas entrevistas realizadas por mim, com as mulheres reclusas no Pabellon de Mujeres/PY, temos situações assemelhadas como as apresentadas logo acima. Das cinco brasileiras ouvidas, três eram moradoras da fronteira, que se haviam de um lugar ao outro, dependendo de trabalhos e família. Isabela, por exemplo, é brasileira, mas tem maior identificação com a vida no Paraguai. Além de ser casada com um homem paraguaio, viveu a maior parte de sua vida em Pedro Juan, apesar de ter estudado no Brasil, assim como suas filhas:

Eu queria muito ter a nacionalidade paraguaia, mas não vou poder ter. Vou ter que cumprir tudo porque sou estrangeira. E além disso, quando eu cumprir tudo ainda vou ser expulsa. Eu não vou poder entrar no Paraguai mais. Eu não sei como vai ser; minha vida sempre foi aqui. O pai é paraguaio e eu vou levar as crianças comigo. A gente vai ter que se separar... não sei como vai ser.³⁷

Isabela relata o temor de ter que voltar a viver no Brasil, já que possui o sentimento de pertença a cultura e identidade paraguaias e, apesar de sua situação, não teve saída ao optar em permanecer presa no Paraguai (para ficar próxima a família e ter visitas). Todos os meandros de sua existência fronteiriça parecem colaborar para um maior tempo de cumprimento de pena, já que em Pedro Juan é estrangeira e no Brasil ficaria mais longe de toda sua rede familiar.

Enquanto Celi estudou e trabalhava no Brasil, mas sua vida era vivida entre os dois países, já que as três vezes que foi presa, cumpriu e está cumprindo pena em Pedro Juan. Seus filhos mais novos possuem nacionalidade paraguaia:

Eu tenho 28 anos, tenho um filho de 11 anos e tenho gêmeos novinhos, eles tem 4 anos. Eu estava grávida quando caí presa e tive eles aqui no Paraguai, só o mais velho que é registrado no Brasil. Agora não consigo registrar eles no Brasil porque nasceram aqui no Paraguai; eles já tem documento paraguaio. Eu saí em liberdade um mês antes de ganhar eles, então eles não chegaram a vir pra o presídio quando nasceram. Depois eu voltei de novo pra cá.³⁸

Há, portanto, uma situação de vida partilhada nos lugares, quando falamos das

³⁷ Entrevista, Isabela (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

³⁸ Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

mulheres entrevistadas no presídio paraguaio. Corroborando o dito por Baller (2012) e Albuquerque (2015) ao retratarem a fluidez destas pessoas, que em um momento estão no Brasil para estudar, em outro estão trabalhando ou presas do outro lado da linha limítrofe entre os países.

José Lindomar Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2015) aborda, em artigo, a circulação de brasileiros pelo território fronteiro Brasil/Paraguai e os usos que os mesmos fazem por meio de “tática” ou “estratégia” para usufruírem o que cada país lhe apresenta de mais oportuno³⁹. Por esta razão, explica que há movimentos pendulares ao longo do tempo nesta fronteira, tanto no que se refere à imigração, quanto às circulações cotidianas por razões de trabalho, escola, atendimentos médicos e sociais, etc.

Em seguida, o autor discorre sobre as mudanças nos interesses pela imigração de brasileiros para solos vizinhos. Como acima relatado, houve oferecimento de facilidades para brasileiros ocuparem as terras ao leste paraguaio, com vistas sobretudo a agricultura e posteriormente a construção da Usina de Itaipu, entre os anos 1950 e 1970. A partir da década de 1980, o perfil de interesses que levavam aos deslocamentos entre os países se tornou muito mais heterogêneo.

O processo de urbanização das antigas colônias de imigrantes, a abertura de rodovias próximas às novas cidades, o boom do comércio de fronteira em Ciudad del Este, a instalação das antenas parabólicas com os canais brasileiros, tudo isso gerou uma complexa e permanente migração e circulação transfronteiriça entre os dois países. Os novos imigrantes foram sendo atraídos para as atividades comerciais e de serviços, industriais, agrícolas e domésticas, bem como para as atividades ilícitas de tráfico de armas, drogas e de pessoas (ALBUQUERQUE, 2015, p. 99).

Em complementação a este ponto, Oliveira destaca que a partir dos anos de 1950 o Paraguai havia se transformado em uma espécie de "porto franco" para estimular o comércio na fronteira e, uma alternativa aos processos internos de outros países que taxavam com altos impostos os produtos importados. Daí o surgimento de uma nova forma de comércio e o surgimento da figura do *sacoleiro* (pessoa que vem a fronteira adquirir produtos importados e/ou falsificados para revenda em suas respectivas cidades). O autor aponta que como resposta, o Brasil adotou algumas políticas econômicas que prejudicou mormente o comércio de Pedro Juan Caballero, e atribui a esse motivo o aumento de comércios ilegais nesta

39 Sob aspectos trabalhados por Certau, desenvolve a argumentação para explicar os interesses e necessidades em jogo e a busca por garantias de cidadania que envolvem os atores fronteiriços, não apenas brasileiros, pois, “as práticas cotidianas (estratégicas e táticas) são lugares e espaços de disputas, confrontos e rupturas que reforçam e subvertem as formas de poder e saber” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 99).

fronteira, em detrimento de Ciudad del Este. (OLIVEIRA, 2008, p. 99).

Prado destaca que o mercado informal de vendas de produtos importados perfaz cerca de 70% do comércio local de Pedro Juan Caballero (PRADO, 2016). Explica ainda que o Paraguai não possui uma Zona Franca e sim, um "Regime de Turismo", caracterizado por ser um regime específico de liquidação de tributos internos.

Em se tratando de estudos sobre os aspectos aqui elencados, temos que no Brasil, os estudos sobre as fronteiras têm crescido em espaço e produção. Muitos pesquisadores se debruçam sobre as muitas vias de conhecimento que podem ser tomadas a partir de limites de estados nacionais⁴⁰. Segundo Baller (2012), no que se refere ao impulsionamento dos estudos relativos às regiões fronteiriças nas últimas décadas, que se expandiram com estudos identitários, o autor elenca como um fator preponderante a criação e a ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil.

Já o que acontece no Paraguai se distancia do cenário profícuo que ocorre no Brasil. Há que se destacar que o país vizinho não incentiva a realização de pesquisas através de suas Universidades, e mesmo a produção sobre história, ainda é pequena e localizada. O modelo de pesquisa paraguaio, é adepto de parcerias com instituições híbridas e privadas e este é um dos elementos que causam óbices aos pesquisadores que necessitam de dados e análises.

Ao relatar a pouca produção científica paraguaia, José Galeano Monti (2017, p. 5) expõe que "en el Paraguay se legisla y se piensa con base al sentido común y al conocimiento empírico y vulgar. Ello no es producto de la casualidad, de la mala suerte o del infortunio". O autor utiliza o indicador de publicações *Web of Science (WoS)*, comparando com países da América Latina, entre 2002 e 2015, para exemplificar que o "Paraguay tiene 1.063 publicaciones, frente a Brasil con 623.010 (...) La relación sería entonces que Brasil produce documentación científica 600 veces más" (MONTI, 2017, p. 5).

Muitas vezes tida como experimental ou não profissionalizada, a disciplina de História e pesquisas daí advindas no Paraguai já foi objeto de alguns trabalhos. Já realizei este apontamento em trabalho recente, com fulcro em Masi, González e Servín. Baller e Prado também abordaram as dificuldades para realizar levantamento de pesquisas sobre o Paraguai, em razão da parca produção acadêmica e especializada, porém, tal situação nos direciona para o lado oposto e oportuno de se pesquisar no país vizinho: há muitas fontes para se desbravar⁴¹.

40 Algumas pesquisas dos estudos fronteiriços que abordam outras temáticas são, por exemplo, trabalho realizado pelos pesquisadores Marcos Mondardo e Pamela Staliano (2020) sobre acesso à saúde na fronteira, já Eliana Rosa Sturza (2005) trabalha aspectos linguísticos na fronteira; e, Joana de Barros Amaral (2016) sobre apontamentos da política educacional nas áreas de fronteiras brasileiras.

41 Realizei tal apontamento em artigo, exemplificando que "no que se refere a realização de pesquisa em Ciências Sociais no Paraguai, esse nos apresenta alguns desafios. Nosso país vizinho não possui tradição na

Sobre o município de Pedro Juan Caballero, a dificuldade de localizar dados atualizados prejudica, de certa maneira, uma análise comparada mais densa, mesmo trabalhando com as estimativas oficiais, uma vez que o DGEEC trabalha regularmente com dados departamentais. Contudo, outras entidades buscam suprir essa lacuna, sobretudo ligada às iniciativas com a sociedade civil (PRADO, 2016, p. 216).

Por outro viés, e em complementação, Baller (BALLER, 2014, p. 55) afirma que:

o Paraguai é um campo aberto para pesquisas a serem desenvolvidas sobre os mais diferentes assuntos: guerras, ditadura empreendimentos energéticos, etnografia, demandas migratórias para dentro e para fora do país, fronteiras, entre outros.

Com as considerações aqui trazidas, notamos que esta fronteira precisa também ser estranhada pela ótica do feminino. Há proliferação de estudos fronteiriços do mesmo modo que de estudos sobre presídios, ambos assuntos com relevância inquestionável. Por isso mesmo há novas fontes a serem examinadas no Paraguai, como acima descrito, e assuntos correlatos ao Brasil e Mato Grosso do Sul que merecem espaço. Primordialmente que se interrompa os silêncios e amarras de gênero, de exclusões, de lugares impostas há tanto tempo.

A historiografia tem dado sua contribuição nessas temáticas, com colaboração de outras áreas de conhecimento e estudos interdisciplinares. A fronteira, enquanto categoria analítica, com território e tempo diferenciado requer também uma abordagem que se pretenda renovada, em compasso com seus objetos.

produção de conhecimento, ficando à margem dos países sul-americanos neste quesito. As pesquisas por lá desenvolvidas também se diferenciam quanto aos locais produtores, já que as Universidades Públicas não possuem o mesmo protagonismo em pesquisas, sobretudo na área de humanidades, quanto no Brasil, por exemplo (ZAHRA, 2022, p. 328).

2 - PRESÍDIOS FEMININOS NO BRASIL E PARAGUAI: O CASO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

Neste capítulo preconizamos por apresentar elementos que confluem para a compreensão da complexidade dos presídios, sistema judiciário, política antidrogas e corpos passíveis de desinteresse. Contamos os aspectos essenciais e históricos para a compreensão do cenário atual de abarrotamento dos presídios e, como políticas populistas de segregação e punitivismo atuam pesadamente no encarceramento, e mais especificamente o encarceramento de mulheres nesta fronteira.

2.1 - Um relato sobre presídios e presídios femininos

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (FOUCAULT, 2014)⁴² analisa a mudança no modo de punir ao longo do tempo, o aperfeiçoamento das técnicas de poder pelo Estado, altera o ritual de encenação de aplicação de penalidade. Durante séculos a exposição pública dos suplícios infligidos aos corpos dos condenados era encarada como retribuição punitiva natural, mesmo que ela exacerbasse o crime originalmente praticado.

A ampla pesquisa desenvolvida por Foucault (2014), a partir da Europa é ainda uma das principais obras para se entender as mudanças punitivas no decorrer de décadas/século e a especialização em sua aplicação por parte do Estado. O uso de técnicas de poder que não mais se restringiam aos corpos – os corpos passaram a ser poupados para que se punisse em lugares irreversíveis: a alma. Descrevendo a “tecnicidade” que se deu pela “especialização” de punir, e a passagem da aplicação dessas penas para seguimentos diferentes da figura do “juiz” monocrático, a punição como uma etapa de um ato administrativo foi sendo revestida de civilidade para que em seus meandros restasse claro o poder exercido pelo Estado, direta e indiretamente. Essa transposição dos modos de se punir foi sendo alterada entre os séculos XVIII e XIX.

Nos dias de hoje, vemos no Brasil poucas alterações nesse engendrado sistema de punir e divisão de tarefas podem ser notadas em relação ao que Foucault descreveu, “a execução da pena

⁴² Esta obra, do importante filósofo francês Michel Foucault, foi primeiramente publicada em 1975 e é até hoje um marco no estudo sobre prisões.

vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena” (FOUCAULT, 2014, p. 15). Um exemplo que reflete esta constatação auferida por Foucault (2014) em relação ao pavilhão de mulheres da Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero, encontra-se no ISPM nº 15/16 realizado pelo Mecanismo Nacional de Prevención de La Tortura (PY)⁴³. Neste documento, escrito após realização de vistoria periódica, realizada pelo órgão em 2016, há descrição de descumprimento de disposições legais por parte do corpo técnico que trabalha no local.

A equipe de comissionados do MNP/PY relata a verificação de ocupação de cela de isolamento em contrariedade ao Código de Execução Penal paraguaio, que prevê tal sanção para infrações específicas, após apuração por meio de procedimento administrativo:

Un aspecto de especial preocupación es lo relativo a una de las internas que habia llegado as penal hacia cinco días y desde esa fecha se encontraba em aislamiento, sin accder a todas las comidas del día y sin una justificación fundada más que la orden de la coodinadora general. Se dialogó al respecto con la misma sin comprender los motivos esbozados. La interna afectada por lá medida es lesbiana y conforme al análisis de lo recabado, el aislamiento podria tener vinculación directa com su orientación sexual, significando esto una discriminación inadmisible (ISPM nº 15/16 – MNP/PY, 2016, p. 09).

Nota-se que não há justificativa para a manutenção de uma presa, recém-chegada ao estabelecimento em cela isolada⁴⁴, constatando-se apenas que fora uma determinação da coordenadora geral. Fora isto, a percepção dos integrantes da vistoria é que poderia ser uma tentativa de exclusão da presa, baseada em sua orientação sexual, já que se tratava de uma mulher lésbica. Nesta esteira que Foucault (2014) argumentava em sua obra que “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência” (FOUCAULT, 2014, p. 223).

Ao que parece, colocar uma mulher lésbica presa em isolamento nos primeiros dias de seu cumprimento de pena, sem aparentemente outra motivação, seria uma pena a parte para forjar o “enquadramento” do que se espera pelas autoridades do local.

O mencionado Informe nº 15/2016 – MNP/PY ainda destacava que as pessoas que se

43 Apesar da criação do MNP/PY datar do ano de 2011 e pelos documentos disponíveis em seu site remeterem a “Informes de Monitoramento” de 2014, estão presentes na mencionada página todos os relatórios feitos a partir de 2016, entre eles 4 relativos à Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero – PABELLON DE MUJERES. Destes relatórios, o mais longo e detalhado, possuindo 28 páginas, é o realizado no ano de 2016, sob o número ISPM Nº 15/16. Seus informes e comparações são feitos em relação ao relatório de 2014.

44 Cabe ressaltar que este informe é do ano de 2016, portanto muito antes do início da Pandemia de COVID/19, portanto não era um procedimento aplicado às presas que chegavam no estabelecimento.

encontravam nas celas destinadas ao isolamento, dependiam de outras presas para sua alimentação – as refeições eram disponibilizadas em ambiente externo e precisavam que as internas fossem retirar; as presas em isolamento precisariam que as outras internas retirassem suas refeições e levassem às suas celas, localizadas ao final do pavilhão: “quienes están en aislamiento dependen exclusivamente de la solidaridad de sus compañeras” (ISPM nº 15/16 – MNP/PY, 2016, p. 09).

Remontando a evolução histórica da aplicação da pena, quando da instituição dos presídios, constata-se que o espetáculo público da execução da pena continha requintes de crueldade, como se sabe: esquartejamento, enforcamento, espancamento, exposição de membros dos corpos punidos em praça pública, etc. Com o passar do tempo, essas formas de punição e humilhação pública foram sendo rechaçadas pela sociedade, e foram sendo criadas regras para se projetar uma imagem profissional e técnica aos julgados, afinal, a figura do carrasco se igualava a do autor da infração, quando não se excedia. Passou-se a se questionar se era justo que o monopólio de punição exercido com exclusividade pelo Estado, pudesse ser tão ou mais cruel que os hábitos que se buscava expurgar (FOUCAULT, 2014).

A introdução do uso da guilhotina, por exemplo, veio para que a execução fosse efetivada de uma só vez e rapidamente. Era, por assim dizer, um aprimoramento da técnica:

Quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida, tal como a prisão suprime a liberdade, ou uma multa tira os bens. Ela aplica a lei não tanto a um corpo real e suscetível de dor quanto a um sujeito jurídico, detentor, entre outros direitos, do de existir. Ela devia ter a abstração da própria lei (FOUCAULT, 2014, p. 18).

Há uma distribuição nas tarefas punitivas e uma equipe de profissionais passa a integrar o sistema, como psicólogos, médicos, guardas, etc. Daí decorre uma interpretação, que Foucault chama de “negação teórica”, que se baseia em não mais creditar a aplicação da pena como retribuição ao ato infracional/crime e, um exemplo para os demais cidadãos, e sim, passa-se a justificar a intencionalidade do Estado, através de seus representantes no judiciário, os juízes, pois o cumprimento da pena deve ter finalidade “educativa”, de “cura” (FOUCAULT, 2014, p. 15).

Outro exemplo que coaduna com as observações acima, extraído da entrevista realizada com o Defensor Público criminal, lotado na comarca de Ponta Porã, é o que segue:

Tem uma coisa que você pode querer entender, que é o seguinte: o fato do Estado não dar absorvente para as presas, faz com que algumas fiquem presas mais tempo. Sabe como? Já ouviu falar em PADIC (processos administrativos disciplinares de custodiados) no presídio? Por exemplo, tem um celular na cela, os agentes descobrem esse celular e daí começa errado, porque alguém (não importa se inocente ou culpado) tem que assumir a propriedade do celular. Se ninguém assumir a posse do celular (tanto no masculino como no feminino) eles tiram as chamadas “regalias”. Eles não podem fazer uma sanção formal contra a cela,

porque é proibido sanção coletiva... Mas eles reduzem o banho de sol, tira a televisão, tira o trabalho (que alguns trabalham e tem remissão de pena, todo mundo perde), dificultam tudo naquela cela. Já ouvi falar que alguns mudam pra celas que são piores... mas isso não consegui confirmar, estava até pedindo pra investigar. Enfim, alguém tem que assumir e os presos já se acertam quem vai assumir aquele celular. Quando é feita a busca os presos já decidem; alguém tem que se apresentar. Nunca é ninguém. Por que se não for ninguém todo mundo acaba se prejudicando. Aí geralmente a pessoa que está em dívida com os outros é que assume; é uma forma de pagar a dívida. E por que a pessoa está em dívida? No feminino isso é pior porque elas têm que comprar absorvente. Kit de higiene básica, né? E muitas não têm dinheiro, condição... E pra não passar aquela situação toda, pegam dinheiro emprestado. Aí são obrigadas a assumir o celular pra quitar essa dívida, pelo fato do presídio não ter absorvente. Uma vez que a pessoa assume o PADIC, mesmo que ela explique isso depois no procedimento, o presídio condena ela. Uma vez condenada ela fica um ano com má conduta e a alteração da data base da progressão também. Então ela não consegue sair de lá em menos de um ano a partir dali, podendo ficar mais tempo por causa dessa infração disciplinar. Então a pobreza da pessoa, o fato dela não ter condições comprar escova de dente, sabonete, absorvente, faz com que ela se endivida e por conta disso também assuma a posse de algo ilícito, fazendo com que a pena dela fique maior ainda, e ela precise de mais coisas lá dentro... porque ela não vai ganhar dinheiro, né? Vai continuar fazendo dívida pra conseguir ter o absorvente ou até uma alimentação melhorzinha. Eles têm alimentação correta lá, mas eles querem comer algo diferente de vez em quando, um lanche, alguma coisa. Eles fazem dívida por causa disso também. Então a pobreza é criminalizada de novo dentro do presídio. Eu já ouvi diretamente essa história de absorvente umas 3 vezes já. Gente se endividando com absorvente, porque não tinha kit de higiene básica. Então assim, o presídio oferece? Ele oferece. Mas não é com a regularidade que tem, eu acho que isso não está no orçamento da AGEPEN, é doado. Eles precisam de doação de outras entidades. O Estado tinha que saber que interna tem o ciclo menstrual, deveria ter previsto isso e regulamentado isso no programa, no orçamento anual. Eu acho que a própria AGEPEN não compra... pelo que me falaram os presídios recebem de doação. Eu acho, não tenho certeza, mas que não tem suficiente, eu sei que não tem⁴⁵.

Esta passagem é significativa para se notar as vulnerabilidades a que estão sujeitas as mulheres no cárcere, tendo privação de insumos básicos. Aqui, o Estado além de amplificar a pena simbolicamente infligindo às mulheres reclusas uma situação degradante de cunho de saúde e higiene mínimos, observa-se também que mesmo havendo um processo administrativo, este sempre será desfavorável, não importando suas respostas nos autos. A “técnica” própria da administração do presídio é revestida de formalidade legal, não se importando com a veracidade dos fatos e por conseguinte, impondo mais dificuldades a essas mulheres presas.

Ainda no que se refere aos aspectos impalpáveis sobre quais as penas incidem, Foucault explica o porquê da pena recair também na alma do apenado, pois, alega “a alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como elemento na atribuição

45 Entrevista - Tulio Cruz Nogueira (vídeo - Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima Do Sul/Ponta Porã. Data: 04/03/2022, 58 min.

jurídica de responsabilidades; [...] é para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição” (FOUCAULT, 2014, p. 23). Por esta razão, notamos que o aparato estatal implementado para acompanhar o cumprimento dessa pena, é também usado para majorá-la ou dificultá-la.

Este tipo de reflexão acerca do aparato administrativo prisional apareceu nas entrevistas mais evidentemente entre as presas do pavilhão feminino da Penitenciaria Regional de Pedro Juan Caballero. Os relatos coincidiram em relatar “opressão” das guardas em relação as mulheres usuárias de drogas, que ficavam nas últimas celas, e por isso, não tinham a mesma liberdade que as mulheres que ficavam mais próximas à sala de aula e ao pátio. Por exemplo, é o que conta Celi:

A gente é muito oprimida aqui. No pavilhão aqui é de boa, mas eu fico no quadrilátero*, lá... são pessoas que fumam droga, e eles rejeitam a gente. Não por sermos brasileiras, mas por nós usarmos droga. Ficam descartando a gente. Eu acho que isso não é certo, tinha que ser tudo igual. As meninas aqui da frente saem na hora que quiserem, descem, lavam roupa e nós lá do fundo não pode. A gente não pode ir na enfermaria, não tem direito de pedir quase nada. O portão nosso abre às 15 horas, e o pavilhão tá aberto o dia inteiro. Então a gente é muito oprimida. Quem fica aqui tem mais liberdade.⁴⁷

Celi é uma mulher fronteiriça, que embora seja brasileira, construiu sua vida também no Paraguai, o que é perceptível inclusive no seu sotaque. É a terceira vez que vem presa no presídio de Pedro Juan por crimes de roubo cometidos, segundo ela, pelo vício em drogas. Celi foi uma das que mais externou problemas como falta de médico e itens básicos de higiene:

Não tem médico também, esses dias eu fiquei supermal. Me levaram só no outro dia na enfermaria. Só colocam dipirona em você, paracetamol e pronto. Pra levar pro hospital lá fora é difícil. Só com papel do juiz, do advogado. Muito difícil remédio.⁴⁸

46 O mencionado “quadrilátero” é um cela mais afastada e em várias falas é exposto como o lugar para onde vão as presas estrangeiras ou viciadas em drogas. Um lugar não apenas de desprestígio, é também mais isolado e com menos regalias que as presas que ficam nas celas próximas à entrada.

47 Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min. Todas as mulheres com quem conversei em Pedro Juan Caballero denunciam o pouco tempo que possuem ao sol, e argumentam, como no dito por Celi, que não são perigosas e não seria necessário ficarem tanto tempo trancafiadas, sem qualquer tipo de ocupação. É neste sentido que Valois (2020) discorre e constata como o ambiente prisional desde os tempos remotos aos atuais, sempre considerou seus ocupantes como seres do sexo masculino. As grades e celas projetadas ou improvisadas para conter a força de homens, jamais cogitado um local com estrutura para prender mulheres e/ou pessoas que cometem crimes leves (VALOIS, 2021, p. 618).

48 Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

Assim como outras presas no Paraguai, a religião aparece em suas falas para demonstrar a melhoria de seus comportamentos e ajustamentos de condutas que são esperados delas, continua Celi: “Tudo nós somos culpadas, a gente não pode conversar muito alto... nós somos quem mais busca Jesus aqui. Todo dia a gente ora, a gente fica louvando a Deus, Deus é grande, vai mudar nossa história em nome de Jesus”.⁴⁹

Em entrevista realizada com Fabieli conta que estando há dois anos presa, ainda em caráter provisório, também atribui à religião a sua saída das drogas e a convicção que a vida de presa não é o que ela quer para si “Pela vida do crime, deixei o serviço de lado e vim buscar droga. Aqui Deus me mostrou que esse não é o caminho para mim, as drogas”.⁵⁰

A religião é assim afirmada como uma forma de redenção lá dentro e também demonstração aos setores de segurança e da administração da penitenciária de seu arrependimento. Participar das celebrações religiosas é ressaltado como mais um ponto que corrobora que a vida do crime ficou para trás.

Para Dona Nalva, de 52 anos, a religião foi o que a manteve firme para cumprir seus 12 anos de pena integralmente, 8 deles na mesma cela. Não quis me relatar nada de sua vida pregressa em razão de sua doença “neurose depressiva” disse que não pode falar no assunto para não sofrer com as lembranças, mas chorou ao falar de Deus.

O que eu vou lembrar, olha os meus joelhos como são? Está vendo os machucados? O que eu vou lembrar é de Deus. Eu pedi “Deus, me ajuda. Eu sozinha não tenho força, mas o senhor pode mudar minha vida” A minha certeza é Deus. O que me ajudou foi a religião. Eu participo de todos os cultos evangélicos; minha família é quase toda evangélica. Quando eu sair eu vou me batizar. em nome de Jesus!

Aqui vemos o suplício religioso para superar o suplício da pena. A penitência corporal auto imposta de Dona Nalva para superar suas angústias e suportar as dolorosas lembranças que jamais saberei do que se tratam. Ao puxar seu vestido e me mostrar suas cicatrizes afirmando que foi o que a levou a estar tão perto da saída (faltavam 5 dias para sua liberdade quando conversamos).

Em complementação a temática da exclusão social, no livro *A sociedade Punitiva* (FOUCAULT, 2015), temos as aulas proferidas por Michel de Foucault, em 1973, em curso realizado no Collège de France, aponta esse conceito como impreciso e esvaziado, para dar conta das técnicas utilizadas pelo poder Estatal para apresentar certos indivíduos como

49 Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

50 Entrevista, Fabieli (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 30/03/2023, 14 min.

anormais/desviantes, sendo que foram impelidas uma série de ações que os relegaram. Assim, não era questão pessoal e psicológica de alguém e sim, um aparato desenvolvido e empregado para deliberadamente excluir determinadas pessoas (FOUCAULT, 2020, p; 04). Destarte, “a exclusão seria o efeito representativo geral de várias estratégias e táticas de poder, que a própria noção de exclusão não pode atingir por si só” (FOUCAULT, 2020, p; 05).

Sobre a realidade do cárcere paraguaio na contemporaneidade, o sociólogo José Galeano Monti (2017) reflete acerca dos temas de exclusão social e a finalidade, atribuída às prisões até os dias atuais: reinserção social. Assim, exclama que “*si se sigue pensando que la cárcel cumple un in de reinserción social (¿qué paradoja la de reinsertar a personas excluidas!)*” (MONTI, 2017, p. 11). Ou seja, um instrumento aperfeiçoado para excluir determinadas pessoas, que tem como função precípua devolver estes sujeitos mais “ajustados”, ou “dóceis e úteis” nos dizeres foucaultianos; ao que se segue o questionamento formulado por Monti (2017), como reinserir àqueles que jamais tiveram a oportunidade de pertencer socialmente?

Nesse sentido, o Defensor Público Túlio C. Nogueira, em entrevista concedida para esta pesquisa, concluiu ao falar das presas que ele atende no Presídio de Ponta Porã: “Ela comete o crime porque é pobre. Ela é presa porque é pobre. Fica mais tempo porque é pobre”⁵¹. Mais uma vez, trazemos as reflexões de José Galeano Monti (2017) em relação a situação do Paraguai:

As formas de exclusão que atuam cada vez mais potentes em relação a esses sujeitos. Decir que, en la actualidad, en las cárceles se encuentran casi con exclusividad y en su totalidad las personas con mayores desventajas y pertenecientes a la clase social y a los estratos más bajos, no es una exageración (MONTI, 2017, p. 7).

Na história das prisões, a complexa estratégia punitiva foi se adaptando a novos tempos e contextos. A mudança dos paradigmas e as penas foram sendo implementadas na Europa e seus reflexos foram incorporados em outras partes do mundo. Com o seguir dos anos e a chegada da modernidade, outras formas de punição foram inseridas no sistema punitivo, que foi se especializando. As novas concepções de se pensar a sociedade advindas das ideias iluministas, adentraram também no sistema penal punitivo, sendo introduzidas novas modalidades de cumprimento de pena com elementos “humanizadores” (FOUCAUT, 2020). Este gradativo movimento tem seu ápice na denominada “reforma penal” que foi sendo efetuada na Europa, por vários países.

A mudança legislativa, que ocorreu na virada do século XVIII ao XIX, é um momento

⁵¹ Entrevista - Tulio Cruz Nogueira (vídeo - Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima Do Sul/Ponta Porã. Data: 04/03/2022, 58 min.

peculiar onde se registra a inauguração desse novo mecanismo de exercer o poder, representando toda a sociedade, sobre qualquer um. O que se presencia após é que se passa a quantificar em tempo o equivalente ao crime cometido; cada tipificação passa a ter seu correspondente direto em dias, meses e anos de vida (FOUCAULT, 2020, p. 224).

Ocorre que nunca foi visado somente o encarceramento desses indivíduos, a exclusão do convívio social, ao contrário, desde o início a prisão demonstrou aplicar uma “transformação técnica” dos indivíduos. É o que diz Foucault (2020), ao relacionar que a técnica de correção aplicada sobre as pessoas em situação prisional foi desenvolvida desde a embrionária gestação da “detenção legal”, pois “o encarceramento nunca se confunde com a simples privação de liberdade” (FOUCAULT, 2020, p. 225).

Foucault também credita a chamada “reforma penal” como um fato sempre ocorrendo desde o surgimento das prisões – enquanto se cria o sistema vai se construindo tal reforma. Estes estabelecimentos sempre foram objeto de acompanhamentos que tinham como função “corrigi-la”, mas faziam parte do sistema em criação (FOUCAULT, 2020, p. 226). A gradativa mudança de pena que deixou de ser aplicada ao corpo e passou a ser medida em tempo, não teve intenção de melhoria e humanização das penas (apesar da comumente relação atribuída ao iluminismo), e sim um novo meio de gerir o sistema⁵².

A prisão exerce seu poder de forma total sobre o indivíduo. Todos os aspectos do viver dentro do sistema prisional é constituído para aprimorar essa pessoa de forma que sirva exatamente aos moldes que a sociedade industrial requer. É o que Foucault denomina ser um “aparelho disciplinar exaustivo”. Como demonstra na obra *História da sexualidade 1*, o biopoder exercido para regular o sexo de forma a se compatibilizar o trabalho capitalista, aqui relata que a prisão age para adestrar seus membros, fabricando “indivíduos máquinas” e também proletários (FOUCAULT, 2020, p. 236).

As formas como Foucault (2020) apresenta as técnicas aprimoradas com a finalidade de homogeneização de docilidade e utilidade de certos grupos sociais em detrimento de outros, teve como seu melhor laboratório os estabelecimentos prisionais. Embora o autor não tenha relacionado diretamente capitalismo e as penas privativas de liberdade, ele demonstra sim a utilidade que o

52 É como exemplifica Caio Souto (SOUTO, 2010, p. 28) em artigo denominado “Direito e ilegalismos: reflexões sobre a normalização na obra de Michel Foucault”: “Sob as fórmulas humanização ou suavização das penas, em que o homem apareceria como medida do castigo, concentravam-se todas essas pretensões dos reformadores. Mas para Foucault, por trás da reforma penal havia no fundo aspirações contra o próprio absolutismo e seu poder irregular, cujo suplício era um dispositivo. Para Foucault, por trás do “homem” que se queria respeitar havia, antes, o desejo por uma nova tecnologia política de punição mais eficaz, que fosse para isso menos “corpórea” e mais “física”, que circulasse melhor e mais eficazmente pelos indivíduos”.

adestramento de seres humanos, efetivado por técnicas de poder regulamentadas ou apenas reguladas socialmente. A disciplina forjada nas prisões expandiu seus tentáculos para toda uma sociedade ocidental, favorecendo demasiadamente os pilares de exploração das classes trabalhadoras menos favorecidas no sistema capitalista⁵³. Aos discorrer sobre esse tópico, Caroline Melo (2019) resume que:

No período neoliberal, o complexo penitenciário exerce funções extrapenais conforme assume uma centralidade em administrar a pobreza, por isso, mesmo que seja propalada uma “guerra contra o crime” – somente determinadas ilegalidades são combatidas -, na verdade, através desse discurso reformularam-se as funções do Estado, e conseqüentemente houve um deslocamento dos investimentos públicos dos direitos sociais para os setores policiais, jurídicos e correccionais (MELO, 2019, p. 58).

Após a difusão dos ideais iluministas ao redor do mundo influenciando as alterações no sistema prisional como um efeito colateral, a premissa de igualdade perante a lei não encontrava tarefa fácil nos países sul-americanos. As alterações legislativas foram acontecendo e mudanças implementadas sem que houvesse uma igualdade material para abarcar tais implementos. Esta ocorrência é recordada por Zamboni (2019), assim:

A manutenção de diferenças jurídicas entre cidadãos de origem (predominantemente) europeia e a população de origem africana e indígena, relacionada com o controle da mão de obra nas periferias do capitalismo, afetou significativamente o desenvolvimento dos sistemas penitenciários. No contexto latino-americano, as prisões modernas (com penas de duração legalmente estabelecidas e programas de reabilitação) começaram a se difundir somente na segunda metade do século XIX – coexistindo com os mais brutais métodos de gestão do trabalho compulsório (ZAMBONI, 2019, p. 121).

Outro ponto relevante que destaca Foucault é quando da execução da pena, papel que a prisão exerce na modulação da pena, haja vista que o acompanhamento do desempenho do presidiário é feito lá. Esse ajustamento vai ocorrendo, após a constatação de como o estímulo à progressão de regime também era uma forma de exercer o poder e atuar na disciplinarização desse sujeito (FOUCAULT, 2020, p. 237). “A grande maquinária carcerária está ligada ao próprio funcionamento da prisão. Podemos bem ver o sinal dessa autonomia nas violências ‘inúteis’ dos guardas ou no despotismo de uma administração que tem os privilégios das quatro paredes” (FOUCAULT, 2020, p. 241).

Celi mais uma vez aponta os tratamentos humilhantes que recebem das carcereiras:

⁵³ Caroline Andressa Melo (2019) em sua dissertação de mestrado aponta os caminhos do tráfico de drogas na região transfronteiriça de PY/BR. A análise sociológica visa destrinchar os atores, rotas e vetores nesta intrincada trama do comércio ilegal de drogas.

O que me marcou aqui é a convivência com as pessoas que são maltratadas. Pessoas que vem de outras cidades. São rejeitadas demais. Pessoas que morrem que não sai nas notícias, não sai no jornal. Morre aqui e acaba aqui. Isso fica marcado pra gente. Quem é de longe não tem a família aqui perto pra ajudar e eles sofrem mais. Fica pedindo gelo, sabão, essas coisas... aí falam “ah, fica aí e fuma sua droga”... “ah, você tá fedido”... isso não tá certo, e é sempre lá no fundo. É um tratamento humilhante, as próprias tias falam essas coisas pra gente, a gente tá morrendo de dor e elas falam “não tem nada na sanidade”, tem guardas que são assim. Oprime demais a gente.⁵⁴

Essa disciplinarização dos corpos através dos pequenos (ou micro) poderes exercidos por aqueles que fazem parte da administração dos presídios, também foi descrita em alguns momentos pela comissionada do MNP/PY, Dra. Sonia Von Lepel:

A violência em relação às mulheres trans é mais notória, mas a situação das mulheres lésbicas também é de violações e violências. Se a administração identifica que existem casais, elas são separadas, todo tempo lhes chamam a atenção, as incomodam. No caso das mulheres que usam roupas masculinas, vão controlando, impedindo que se vistam dessa maneira. Não há nenhuma disposição que as ampare. Na prática, nas conversas com os funcionários eles dizem que não podem identificar essas pessoas ou quando o fazem, não são para protegê-las e sim para violentar mais, ou restringir seus direitos. Castigos, separações, chamadas de atenção... não deixar usar determinadas roupas (tradução minha).⁵⁵

Estes relatos conversam intimamente com o que Foucault descreve ao tratar dos códigos penal e de instrução criminal promulgados na França, entre 1825 e 1848; assim expõe a base de todo um ordenamento, não apenas francês, mas uma concepção geral sobre o interesse em punir formulado naqueles anos. Àqueles a quem as normas eram destinadas, evidentemente não eram os mesmos que as propunham e aprovavam. Este ponto expõe quais interesses são relevantes na condução da política criminal a partir de determinadas ópticas de poder. Ao examinar os discursos da época da formulação das leis, menciona a clareza do entendimento social quanto quem pode legislar e decidir e contra quem se voltaria as atuações: “está em curso a guerra social, não a guerra de todos contra todos, mas a guerra dos ricos contra os pobres, dos proprietários contra aqueles que não possuem nada, dos patrões contra os proletários” (FOUCAULT, 2020, p. 21).

Tem-se então na mesma época, a partir do século XVIII, que o crime não tem somente uma característica de culpa individual e retribuição à mesma; o entendimento passa a ser que um crime é desferido contra as regras sociais e todos aqueles que estão sob seu julgo. O criminoso, com seu empreendimento que burla as normas, infringe o pacto social. Daí advém a noção de que a pena não

⁵⁴ Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

⁵⁵ Entrevista, Sonia Von Lepel (vídeo e áudio – Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima do Sul/Assunción. Data: 11/11/2021, 60 min.

seria calculada consoante seu dano de fato, e sim a partir do que seria “útil” para a sociedade (FOUCAULT, 2020, p. 31).

O antropólogo Márcio Zamboni (2019) realizou etnografia em estabelecimentos prisionais no Brasil e no México objetivando analisar as modalidades de gestão de diversidade sexual e de gênero, demonstra que, apesar da obra foucaultiana ainda ser hegemônica em estudos prisionais, há que se ressaltar que a utilização ingênua e sem crítica pode causar severas desinformações, visto que a obra retrata preponderantemente o cenário penitenciário francês. A situação de metrópole colonial da França não é considerada, ao mesmo tempo que não é possível tratar de encarceramento no Brasil sem que a exploração colonial e escravagista esteja presente. Nos alicerces das instituições totais penais, como demonstrado por Foucault (2020), já se previa a exclusão social dos indesejáveis e dispensáveis: os pobres. Nos países da América Latina os debates raciais precisam somar aos econômico-sociais, para se abordar temáticas correlacionadas às penitenciárias.

A médica e pesquisadora paraguaia Lilian Soto (2017) publicou diversos trabalhos que relacionam as exclusões sociais de mulheres que trabalham como empregadas domésticas naquele país. Ao abordar a relação entre as vulnerabilidades econômicas e sociais sofridas em razão do gênero pelas mulheres trabalhadoras domésticas, traz a lume os fatores que tornam esta profissão como a ocupação prévia de 16,3% de mulheres, antes de adentrarem ao sistema penal de reclusão. Soto (2017, p. 149) diz que trata-se de:

una categoría ocupacional en la que se cruzan varios factores de discriminación al tratarse, generalmente, de mujeres pobres, jóvenes, con escasa educación, duras responsabilidades familiares, migrantes del campo a la ciudad o pertenecientes a zonas marginalizadas de los núcleos urbanos y guaraní hablantes, con toda la carga discriminatoria que la lengua -aunque oficial- aun conlleva.

Observamos aqui a interseccionalidade como ensinada por Crenshaw (2002)⁵⁶, onde as vias de exclusão são somadas para prejudicar a situação de uma mulher que já é vulnerável. Nesse aspecto, quanto a questão relatada por Soto da fluência na língua guarani, o Defensor Tulio C. Nogueira também destacou como o fator da língua é excludente e muitas vezes preponderante na dosagem da pena a ser fixada pelo juiz, ou depois no decorrer de sua execução no Brasil, em especial na comarca de Ponta Porã onde transitam indígenas e estrangeiras. Pois:

Tem uma mulher lá no presídio... esses exames criminológicos feitos por psicólogos, como que o índio reprova muito mais que o branco, é impressionante.

⁵⁶ A professora Kimberle Crenshaw tem contribuição enorme neste campo ao elaborar sobre as várias vias de exclusão que uma mulher racializada e pobre pode ter, utilizando o termo interseccionalidade. Assim, o descreve como uma associação de sistemas múltiplos de subordinação de raça, gênero e classe (mas não somente) que exercem um desempenho crucial nas vidas das mulheres e como essas desigualdades se juntam e afetam diretamente, em muitos âmbitos da vida da sujeita.

Por que eles não sabem falar... Eles até colocam no laudo que eles não sabem falar direito, não sabem explicar direito... E reprovam, não conseguem progredir de pena muitas vezes.⁵⁷

O fator linguístico é mais um a ser somado para pesar e penalizar as mulheres encarceradas, tanto no Paraguai como em Ponta Porã/MS/BR em razão da fronteira, como vimos. As camadas de exclusão são sobrepostas em uma escala interminável de opressões⁵⁸, como aponta Fabieli⁵⁹, que saindo de um presídio no interior do Paraguai e indo para fronteira onde havia pessoas com as quais pudesse se comunicar com facilidade, teve uma melhora em toda sua vivência, se sentiu mais amparada e deixou o consumo de crack “Aqui foi melhor porque tem muitas pessoas da fronteira, né? Brasileiros, entendem mais o português”.

Há o fator linguístico por serem estrangeiras ou indígenas, mas há também a exclusão pela linguagem do Direito. Mulheres que não conseguem entender sobre suas condenações e seus direitos e que sem uma assistência jurídica adequada e atenta sofrem as consequências. É o caso de Isabela, brasileira que viveu a vida toda no Paraguai e é casada com um homem paraguaio, que pode usufruir dos direitos de progressão que ela não pode:

Eu queria muito ter a nacionalidade paraguaia, mas não vou poder ter. Vou ter que cumprir tudo porque sou estrangeira. E além disso, quando eu cumprir tudo ainda vou ser expulsa. Eu não vou poder entrar no Paraguai mais. (...) Eu cheguei já tem 4 anos. Foi por microtráfico: 50 gramas de crack e 300 gramas de maconha. A pena total foi de 7 anos e meio pra nós três. Fez 4 anos em fevereiro e eu tenho mais 3 anos e meio pela frente. Eu não recorri porque fiquei com medo deles aumentarem a minha condenação. Aí eu deixei quieto. Minha advogada falou pra mim, mas eu não quis.. fiquei com medo de aumentarem. Aí fiquei sabendo que não vou ter direito a redenção, não sei o que vai ser. Me disseram que porque eu recusei de ir pro Brasil. Minhas colegas que falaram.. eu não vou perguntar, parece que cada vez que eu pergunto é pior. Eu fico doente...⁶⁰

57 Entrevista - Tulio Cruz Nogueira (vídeo - Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima Do Sul/Ponta Porã. Data: 04/03/2022, 58 min.

58 As autoras Ligia Ruel Cabreira e Jacy Corrêa Curado (2019) fazem um retrospecto da representação da categoria “mulher paraguaia” ao relembrar a importante função na reconstrução do país após a Guerra da Tríplice Aliança ter dizimado os homens e em muitos aspectos, destruído o país. À mulher coube ir para batalha, e depois também assumir as tarefas nas propriedades rurais como agricultoras e responsáveis pelo sustento de suas famílias. Retrata os ciclos de migração dessas mulheres para Mato Grosso do Sul após o conflito e as dificuldades por elas enfrentadas em razão das discriminações sofridas; acentuadas pelo fator linguístico. As autoras também pontuam que os traços da língua materna (espanhol ou guarani) são causadores de problemas para acesso a políticas públicas.

59 Entrevista, Fabieli (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 14 min.

60 Entrevista, Isabela (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

Isabela tinha o direito de ter feito a imigração, mas nunca imaginou que passaria por esta situação e não a fez. Já presa poderia cumprir a pena no Brasil, mas se recusou para ficar perto de sua família. Sua advogada não conseguiu pedir a imigração para que ela usufrísse dos direitos de pessoas naturais do Paraguai, como seu marido que já progrediu de regime de pena e sai aos finais de semana, já que ela estava presa. A advogada propôs que eles se casassem para que ela tivesse o direito; eles que vivem juntos há 18 anos e possuem 4 filhos em comum se casaram e não foi aceita a união pela Juiz, que alegou que a oficialização ocorreu após o crime e não poderia contar para o cumprimento atual da pena.

É como se todas as portas e janelas que poderiam ajudar Isabela a transpor este período do cárcere com mais celeridade, acabassem por excluí-la de obter e usufruir seus direitos. Como ela disse, tenta não pensar para não ficar mais doente. Cumpre uma pena grande e de forma integral por ter medo de recorrer e piorar sua situação. Além disso, após sua saída ela será expulsa do Paraguai por ter sido presa, situação que não suporta pensar e dessa sim quer recorrer para poder viver com sua família como sempre fez, entre a fronteira.

Um sistema penitenciário com raízes comuns ao capitalismo e a exclusão/controle social forma a base dos estudos de Dario Melossi e Massimo Pavarini (MELOSSI; PAVARINI, 2006). Os autores reivindicam em seu trabalho uma maior objetividade quanto aos dados históricos como forma de contraponto os estudos trazidos por Foucault (2014) em *Vigiar e Punir*, a quem mais interessava a abstração do modelo de dominação, da técnica punitiva, da mudança social que ensejou a mudança na vontade estatal de punição.

Enquanto Melossi (2019) realiza seu ensaio analisando o início do cárcere na Europa, precipuamente Inglaterra e Itália, Pavarini (2019) trará reflexão e dados sobre o sistema penitenciário norte americano. Segundo o primeiro, a forma embrionária do cárcere moderno surgido na Europa veio da *workhouses* inglesas, que foram abrigos assemelhados as prisões como hoje conhecemos, com a finalidade explicitamente anunciada de deter a parcela de população de indesejáveis, vadios e desempregados e adestrá-los ao trabalho (MELOSSI, 2019, p. 37)⁶¹.

No ensaio de Pavarini (2019) a atenção se dá aos modelos penitenciários desenvolvidos nos Estados Unidos e seu avanço umbilical com o desenvolvimento econômico daquele país no século XIX. Os sistemas penitenciários lá formulados, Filadélfia, e, depois, Auburn foram organizados visando a organização produtiva e competitiva do trabalho, naquele período temporal.

61 Melossi também argumenta que as formas de castigos infligidas aos religiosos como punição por pecados/erros, foram como sementes a germinar o que veio a ser desenvolvido depois em forma de prisão (MELOSSI, 2019, p. 23). Posteriormente (século XVI), a ideia e exigência para que fossem destinados castelos desocupados para serem utilizados como casa de correção na Inglaterra (*workhouses*) também foi um pleito do clero inglês (MELOSSI, 2019, p. 37).

Esta relação com ocupação ou falta de, trabalho e exploração, pode não ser observada tão intrinsecamente nos dias de hoje, mas é latente na aferição de algumas estatísticas, como pontuado por Campos (2015) na avaliação de seus dados aferidos ao analisar os Boletins de Ocorrência em delegacias de São Paulo:

Constata-se, a partir das descrições acima, que a grande maioria dos incriminados por uso e comércio de Drogas na cidade de São Paulo pertence ao grupo Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, em um percentual total de 31,4%. Em seguida, os Desempregados representavam 20,7% e os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, 14,6%. Somados os dois grupos, temos que 52% dos incriminados estão relacionados a profissões de baixa escolaridade e que 20% são desempregados, muitas vezes, inseridos nas discontinuidades entre o mercado informal e formal de trabalho num personagem urbano descontínuo nas dobras entre o formal-informal, legal-ilegal, lícito-ilícito. (CAMPOS, 2015, p. 138).

A título de ilustração, Moreira (2021) descreve a inauguração do primeiro presídio para mulheres no início do século passado, no Paraguai e suas motivações como circundavam por moralidade, trabalho, religiosidade:

La intención de las autoridades se centraba en que la nueva cárcel de mujeres y correccional de menores sirviera de escuela de moralidad y trabajo para las reclusas y, si bien la capacidad del edificio era un tanto reducida, se trataba de evitar toda posibilidad de contacto entre las penadas y las menores de edad, a quienes se pretendía educar para luego reinsertarlas a la sociedad (MOREIRA, 2021, p. 52).

Como vimos acima, são categorias que se entrelaçam nos primórdios dos presídios: excluídos e excluídas socialmente, pobres, trabalhadores e trabalhadoras e continuam a ocupar majoritariamente ainda nos dias de hoje, as vagas nas prisões. Vagas essas, aliás, que jamais são ou serão suficientes num sistema que se atualiza e aperfeiçoa em quantidades industriais e tempo recorde. Como expusemos anteriormente, é também uma de suas características fundamentais e fundadoras: o sistema de punir desde sua inauguração é reformulado, aprimorado; a cada época se nota apenas algumas diferenças nas aplicações das penas e muita semelhança em relação ao público para quem são feitas.

2.1.1 – Presídios no Brasil e no Paraguai e a situação feminina

Angela Teixeira Artur (2011) em sua dissertação de mestrado retratou a história do presídio de mulheres em São Paulo, inaugurado em 1942, em seguida da entrada em vigor do

código penal de 1942 que previa a separação de instalações. Para isso a historiadora utiliza um recuo temporal até os primórdios das cadeias públicas do estado de São Paulo e do Brasil; relata, pois, a existência de registros de mulheres presas nestas cadeias a partir de 1830.

Nas primeiras décadas do século XX não houve alteração na situação das mulheres encarceradas até o surgimento de notas jornalísticas em forma de denúncia para descrever as situações as quais as mulheres reclusas estavam sendo submetidas, como celas úmidas, sujas, insalubres, que haviam sido feitas para serem ocupadas por homens. Um espaço amplo era dado aos relatos que descreviam a promiscuidade existente no local. Assim, como evidencia na sequência de seu relato sobre as discussões que precederam a legislação e criação dos presídios para mulheres, Angela Teixeira Artur (2011, p. 99) diz:

a reivindicação por uma solução física envolvia as mais recorrentes críticas às práticas de encarceramento de mulheres no Brasil ao longo de todo o século XIX e princípios do XX. Tais propostas de acomodação física eram apresentadas na tentativa de dar cabo àquilo que era considerado, unanimemente, como o maior problema do aprisionamento de mulheres: a existência de todo tipo de promiscuidade no interior das celas.

Não havendo a previsão legal obrigando a separação entre presos homens e mulheres, a autoridade responsável pelo presídio ou cadeia pública não era obrigada a fazê-lo; a separação de presos quanto ao sexo, tipo de delito praticado, se eram condenados ou não, não era uma atitude naturalizada ou até mesmo esperada. Ademais os relatos e dados quanto a situação carcerária do fim do século XIX e início de XX já era de superlotação e improvisos, tanto no que se refere às celas como de certa maneira ao próprio funcionamento do estabelecimento. Como bem frisa Angela Teixeira Artur (2011, p. 100):

A promoção de uma segregação entre os presos no interior do cárcere fosse pelo sexo do preso, pela idade, pelo tipo de delito ou pela situação jurídica nunca foi uma prática óbvia, nem sempre fisicamente possível nem regulamentada. Isso nos indica que as regras de funcionamento dos presídios foram estabelecidas depois da criação desses, foram estabelecidas com as instituições já em funcionamento.

A esse respeito, em solos paraguaios, Mary Monte de López Moreira (2021) realizou estudo, até então inédito, aglutinando as informações sobre as prisões paraguaias desde o período colonial. A autora ressalta que embora houvesse leis espanholas que determinavam a construção separada de estabelecimentos prisionais para homens e mulheres, tal legislação não teve cumprimento.

[...] en casi todos los pueblos de América Latina, pues Asunción, al igual que en otras villas fundadas en los años iniciales de la conquista luso-hispana en el

Nuevo Mundo, no contó con un edificio distintivo que sirviera de reclusorio para albergar a las mujeres delincuentes. En cumplimiento de las Leyes españolas, hubo intenciones de construir una cárcel para hombres y otra para mujeres, pero la precariedad económica y el poco interés que la corona demostró por la provincia paraguaya a causa de la inexistencia de metales preciosos, impidieron la realización de tales propósitos. (MONTEIRO, p.16, 2021).

Interessante observar que uma das razões expostas pela autora para isso seria a pobreza da colônia e a falta de recursos oriundos de exploração de metais preciosos, motivo que não poderia ser elencado em relação a falta de suporte às carceragens brasileiras, que ao fim e ao cabo, tiveram destinos similares.

Mesmo após a independência – governos Francia (a partir de 1814) até López (1870), observa Moreira (2021) que não houve alteração legislativa, mantendo-se durante todo o período aplicação das mesmas leis e até com mais severidade que nos tempos de colônia “*se mantuvieron códigos medievales que no distinguían la moral del derecho, el fuero civil del religioso, lo público de lo privado y que sancionaban la tortura, el destierro, la confiscación de bienes, la pena de muerte por razones políticas y distintos tipos de discriminación étnica*” (2021, p. 17).

No século XX foi iniciada nova etapa na história do cárcere paraguaio destinado às mulheres com contrato firmado com a entidade religiosa Bom Pastor⁶², e inauguração da primeira penitenciária feminina em 1920, após realização de reformas e adaptações (2021). A atuação desta congregação religiosa deu-se em várias partes do mundo nesta mesma época, inclusive também foram responsáveis pela administração Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo desde sua inauguração em 1942 até os anos 70⁶³.

A historiadora brasileira Angela Artur (2011) também resgata em seu trabalho como a arquitetura do presídio representa na situação fática do cumprimento de pena, parte fundamental do processo. Tanto o modo de se cumprir pena nas celas projetadas, a incidência de luz (ou falta dela), a distância de cada ambiente deveria ser pensada para se adequar a intencionalidade do cumprimento da pena privativa de liberdade. Assim, demonstra como o imprevisto de abrigar, antes

62 “De inmediato se iniciaron las obras de la nueva correccional de mujeres, y para custodiar a las internas, el propio Jefe de Policía, José Balteiro, solicitó a la madre superiora de la Congregación de la Providencia la colaboración de las Hermanas de la Congregación de Nuestra Señora de la Caridad de Buen Pastor de Buenos Aires. En octubre de 1918, con la intermediación de las Hermanas Vicentinas y del Monseñor Juan Sinforiano Bogarín, llegaron al país las primeras religiosas, quienes se ocuparían de dirigir dicho reclusorio” (MOREIRA, 2021, p. 51).

63 Na tese de doutorado da historiadora Angela Teixeira Artur (2017), o objeto é justamente a atuação da congregação nos presídios paulistas. Diz, em seu resumo: “Entre as penitenciárias criadas a partir do Código figura o Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo. Inaugurado em 1942, o estabelecimento permaneceu sob a gestão da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers até 1977. A mesma Congregação administrou, também, o Presídio Feminino de Tremembé, desde sua inauguração em 1963 até o advento da gestão laica, em 1980. (ARTUR, 2017, p. 14).

da construção do Presídio para Mulheres da capital/SP, onde outrora estivera a casa destinada habitação dos diretores de presídios do estado de São Paulo denotava que a regeneração da mulher era pensada para seu habitat natural: a casa. “O investimento público que ora se fazia estava voltado à definição e manutenção de certo grupo de mulheres em um devido lugar social. Para tal o Presídio objetivava certa ordem de regeneração” (ARTUR, 2011, p. 86).

Neste sentido, o Juiz Carlos Valois (2021), em livro publicado fruto de sua tese de Doutorado, destaca este ponto do local destinado ao cumprimento de penas, sobretudo mulheres, um lugar fisicamente e espacialmente, em geral, não projetado para esta finalidade:

As prisões foram construídas para homens, suas paredes muros e grades foram pensados para conter homens e sua violência, sequer foram imaginados para o encarceramento de pessoas que cometeram delitos sem vítimas, como são os casos dos crimes relacionados às drogas, quanto mais para recolher mulheres envolvidas com tais fatos. (VALOIS, 2021, p. 618).

Ângela Artur (2011) teve em suas mãos, fontes como os documentos da época de criação dos presídios, o Museu Penitenciário de São Paulo, plantas dos locais, etc. Em Mato Grosso do Sul não se tem a preservação de tantos dados documentais. Mesmo para saber a data de criação do Presídio de Mulheres de Ponta Porã/MS não se encontra data precisa através do site da Agência Penitenciária de Mato Grosso do Sul ou através de solicitação nos ambientes de atendimento. No primeiro trabalho de campo, onde compareci no estabelecimento (19.03.2022) me foi relatado que há poucos dias haviam encontrado uma placa enterrada no pátio que sugeria que o local fora uma escola municipal. Em outra oportunidade confirmei a informação com o Diretor do Presídio Feminino de Ponta Porã:

Achamos uma placa recentemente que nos deu a informação que aqui foi uma escola. Este prédio também não foi pensado para ser uma presídio. Sempre há adaptação do lugar. Os presídios que são construídos com esta finalidade tem outra estrutura. Quando eu transportava presos para o presídio de Dois irmãos de Buriti e Naviraí que são projetados, o presídio é maravilhoso; tem tudo o que você possa pensar. Os que estão sendo construídos lá em Campo Grande, são ainda melhores. Ao que parece estão seguindo os modelos de presídios de segurança máxima federal. Tudo que a LEP⁶⁴ determina, praticamente todos os espaços que devem ter, são feitos⁶⁵.

Ou seja, os próprios servidores da Polícia Penal lotados em Ponta Porã não possuíam clareza quando da inauguração do local. O que era certo, e continua sendo realidade, são as constantes adaptações realizadas no Presídio; coaduna, desta forma, com esta visão quando menciona a ocorrência frequente dos chamados “puxadinhos” quando se trata de presídios

64 Aqui o Sr. Rodrigo cita a Lei de Execução Penal ENTREVISTA. Rodrigo Borges (áudio). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra. Ponta Porã. 12/05/2022. 01h20 min. (aprox.).

65 ENTREVISTA. Rodrigo Borges (áudio). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra. Ponta Porã. 12/05/2022. 01h20 min. (aprox.).

femininos (VALOIS, 2021, p. 620).

É o que também fora retratado pela Policial Penal mais antiga em atividade no presídio feminino de Ponta Porã, Dona Rosina. No sistema penitenciário está trabalhando há 30 anos e em Ponta Porã, há 27. Quando perguntei sobre o prédio onde funciona o estabelecimento penal, ela me contou que quando veio morar e trabalhar na cidade já era no mesmo local:

Já. Já era aqui mas mudou muito. Aqui acho que era uma escola municipal, inclusive acho que este terreno ainda é do município. Nesse pátio tinha uma cozinhezinha que foi desmanchada, esse gramado fui eu que trouxe lá da minha casa. Trouxe há muitos anos quando a Dona Leonice era a Diretora. E foi adaptando... essas partes aqui não tinha nada. Aquela galeria de lá [aponta à direita] também não tinha, foi construída depois. Aí foi aumentando as internas, enchendo, enchendo, aí foram feitas mais celas⁶⁶.

Em levantamento realizado por Braga e Angotti (2014) sobre as questões relativas à maternidade no cárcere, lembram que o gênero não foi invisível somente na construção de estabelecimentos para abrigar mulheres que cometeram crimes, pois a desigualdade antecede a isso. Dizem-nos:

o modelo de justiça esconde e inviabiliza qualquer diferença positiva, tornando-a desigualdade. A excepcionalidade do feminino no sistema faz com que as políticas e espaços voltados às mulheres presas sejam as sobras. O discurso de igualdade jurídica esconde a hegemonia masculina no campo da lei (BRAGA; ANGOTTI, p. 2014).

Valois (2021) lembra, ainda, que contrariando um dos pilares do Direto que apregoa que a pena não deve passar da pessoa condenada, o caso das mulheres demonstra clara e diretamente como este princípio é simplesmente solapado, visto que “sobre nenhuma punição se pode tanto dizer que está passando da pessoa do criminoso como no caso das mulheres” (VALOIS, 2021, p. 620). Com isso o autor escancara como que crianças são abandonadas em instituições ou sob cuidados de outros familiares quando da prisão de suas mães. Recai sob cuidados das avós, na maioria das vezes, repassando e penalizando ainda mais estas mulheres, em geral, de baixa renda, e inúmeras responsabilidades familiares.

Esta situação é frequentemente relatada pelas mulheres encarceradas que entrevistei, quase sempre o apoio que lhes resta são suas mães. Ao entrevistar o Diretor do presídio Feminino de Ponta Porã, o senhor Rodrigo Borges⁶⁷, compara a situação que hoje verifica estando na direção com

⁶⁶ Entrevista, Rosina Maria Sartor Souza (áudio). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã/MS. Data: 19/03/2022, 53 min.

⁶⁷ Entrevista, Rodrigo Borges (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 1h20 min.

o tempo em que exerceu a mesma função só que na gestão do presídio masculino de Ponta Porã. Ele diz que “elas recebem bem poucas visitas. No masculino é bem mais, é difícil um interno ficar sem receber visita. Aqui, quando muito, tem 10 visitas no fim de semana. Quase não vem maridos ou companheiros; são as mães e filhos”.

Outro ponto essencial na formação deste mosaico social/penal brasileiro é apontado por Joana das Flores Duarte (2020) destrincha a construção dos inimigos públicos no Brasil e como se deu a criminalização primeiramente de escravos/escravas até se chegar ao modelo atual que continua atuando incisivamente sobre determinados marcadores, em especial raça, classe, gênero. A importação de conceitos estrangeiros para a realidade brasileira escravocrata acirrou as diferenças sociais e exacerbou os abismos da desigualdade. Se no início se prendia os escravos fugitivos e os com potenciais para rebelião, as técnicas de controle foram sendo aprimoradas no sistema judiciário nacional, com pouca alteração quanto aos destinatários do poder repressivo estatal. Duarte (2020, p. 148), explica:

Assim, o direito penal do inimigo surge como forma não somente de mera aplicabilidade formal da lei, é também usado como mecanismo de controle e correção sobre determinados sujeitos, isso ocorreu porque na sua fundamentação jurídica estabeleceu desde o início a quais sujeitos destinava-se, ou seja, era um direito penal previsto e criado para punir e criminalizar corpos específicos.

A construção de lugares para abrigar os desajustados do sistema de justiça brasileiro, os/as vadios, eram desde sempre destinados aos pretos e pobres, o que ajuda a sedimentar a falta de interesse público em planejar e construir presídios e cadeias minimamente estruturados e dignos.

Na esteira de um judiciário com leis objetivas, mas aplicação enviesada por apelos morais, racistas e classistas, operadores do Direito se equilibram entre o que é formulado pelos representantes do povo no legislativo e o que os aplicadores da ponta decidem fazer. As prescrições de igualdade perante a lei são, na dimensão prática, derretidas. Como mudar a aplicação se membros dos mais altos cargos do judiciário continuam sendo os mesmos que lá atrás ajudaram a construir o sistema, ou seja, são ainda dominados por pessoas brancas e economicamente favorecidas. Aliás, favorecida é a palavra para muitas das características que formatam a estrutura de poder brasileira. Como relata o Defensor Público de Ponta Porã:

O legislador até tentou diminuir isso daí, mas existe uma cultura jurídica que vem de anseios populares, de preconceito, de recriminação da figura do tráfico e o parágrafo 4º do art. 33, que é o tráfico privilegiado não é aplicado, que caberia pra essas mulheres na maior parte delas. A pessoa que é pega a primeira vez, não tem provas de dedicação à criminalidade, não tem provas de que integre organização criminosa só que eles criam presunções com base na quantidade da droga. Ou por exemplo, o carro tinha um esconderijo, tinha um mocó, aí falam ‘não, isso

demonstra que o cara que estava transportando o carro ele tem ligação com o tráfico, senão não dariam um carro com mocó pra ele'... mas assim, ele não tem nada a ver com o que fizeram com o carro, não tem uma comprovação dessa ligação. Eles presumem sem provas. É por preconceito. Não confiam em nada que vem do acusado. A partir do momento que a pessoa vira ré de um crime, o que ela fala não tem credibilidade nenhuma, se for pobre, principalmente⁶⁸.

Na pesquisa desenvolvida por Campos (2015) contou com uma análise quanto a origem social de homens e mulheres (1256 boletins de ocorrência) em delegacias de São Paulo/SP. Foi objeto de seu escrutínio as "relações entre idade, gênero, escolaridade e ocupação dos inculminados", com o objetivo de compreender como, no Brasil contemporâneo, "articulam-se práticas sociais, regras legais e o assujeitamento de um grupo social rotulado e estigmatizado, nas intersecções entre as práticas policiais e as leis penais" (CAMPOS, 2015, p. 11), ou seja, como preconceitos quanto a origem, gênero, classe e raça interferem na aplicação prática das leis penais a depender da avaliação dos primeiros agentes públicos incumbidos, no caso, os policiais.

Como retratado pelo defensor público Tulio Nogueira⁶⁹ acima, essas disparidades na aplicação dos preceitos jurídicos vão acompanhar, no caso em tela - mulheres presas - por todo processo penal e execução da pena; como se a legislação previsse uma presunção de culpabilidade para os mesmos atores sociais pobres de sempre. O Defensor exemplifica mais uma vez, vejamos:

Um exemplo [de presunções probatórias na prática penal], a pessoa vem de Mato Grosso pegar uma droga, então existe [uma causa legal de aumento] de pena quando a droga é destinada a outro estado. A pessoa vem de Cuiabá, pega uma droga em Ponta Porã e fala que tá levando para Três Lagoas. Ainda que ela tenha passagem de ônibus de Ponta Porã para Três Lagoas, o Ministério Público se manifesta afirmando que não é possível que ela venha de outro estado para transportar droga dentro de Mato Grosso do Sul, ela estaria falando isso para se livrar dessa causa de interestadualidade na pena. Faz sentido esta desconfiança, mas usar isso como prova é um absurdo. Você condenar alguém com base nessa ilação. "Se a droga não fosse [destinada] para outro estado, o réu não viria de outro estado", mas não existe essa prova de que a pessoa realmente ia levar pra outro estado. A passagem não é pra outro estado, ela não disse que iria pra outro estado. Cadê a prova? Não tem a prova, isso é uma presunção. Vai alegar isso pro juiz no cível 'não é possível que ela teria trabalhado pra mim sem receber [o devido pagamento]', se você não apresentar o recibo que você pagou, o juiz vai te mandar pagar novamente. Essas ilações no direito civil que visa proteger a propriedade não são aceitas, mas são aceitas no criminal⁷⁰.

68 Entrevista - Tulio Cruz Nogueira (vídeo - Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima Do Sul/Ponta Porã. Data: 04/03/2022, 58 min.

69 Entrevista - Tulio Cruz Nogueira (vídeo - Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima Do Sul/Ponta Porã. Data: 04/03/2022, 58 min.

70 Os colchetes foram inclusões do entrevistado para melhor compreensão de sua fala. Como houve esta solicitação decidi manter o texto como ele autorizou.

Aqui o Tulio Nogueira denuncia na prática judiciária brasileira e em especial na fronteira (em se tratando do exemplo quanto a majoração da pena por interestadualidade) como as situações encontradas durante a prisão da pessoa sempre são refutadas em seu próprio malefício. A prática, como alertada por Campos (2015) acima, corrompe as variações definidas pelo legislador para casos diferentes. Outro ponto que o Dr. Tulio ressalta é como a prova no Processo Civil é aceita de uma forma, cuja lógica é diversa no Processo Penal, ou deveria ser, segundo a legislação e estudiosos da esfera criminal.

Em outro aspecto abordado por Helpes (2014) também joga luz sobre este ponto de nossa história, ancorada em reflexões foucaultianas que já elencamos anteriormente. Enfatiza, desta forma, que as primeiras prisioneiras que se tem registro em solo brasileiro foram mulheres escravizadas. Até os dias de hoje, os objetivos formais do aprisionamento são diametralmente opostos ao que se encontra e sempre se encontrou nos estabelecimentos encarceradores. Diz-se sobre o isolamento e regeneração, enquanto que “os objetivos reais são outros: a repressão seletiva da criminalidade e a organização da delinquência, como técnica política de garantir a submissão” (HELPE, p. 61, 2014). Nesta esteira, Joana Flores Duarte (2020) discorre sobre as raízes negras do sistema prisional brasileiro, iniciado para punir e exilar pessoas escravizadas e seus descendentes:

Quando falamos na atualidade que a população prisional brasileira é composta em sua maioria de pessoas negras, não basta dizermos que isso ocorre por questões relativas a degradação do mundo do trabalho, bem como do empobrecimento em massa. Se fosse apenas este fator, teríamos também um número maior de pessoas brancas encarceradas, pois a condição de pobreza e desemprego não atinge somente pessoas negras. Quando falamos em seletividade penal de raça, classe e gênero, afirmamos que, não basta ser mulher para ser presa, é preciso que ela tenha marcadores de condições materiais de vida e raça (DUARTE, 2020, p. 142).

A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (2019) escreveu também sobre a formação do povo brasileiro e a violência impregnada em nosso DNA escravocrata. A autora relembra que para o Brasil veio praticamente a metade do contingente de africanos e africanas escravizados em todos os países para os quais foram enviados, através de violência, como mão de obra. Esta mensuração coincide com a realidade atual encontrada nos presídios brasileiros, sendo aumentado o quantitativo de pessoas negras presas ano após anos, em detrimento do que ocorre com pessoas brancas; hoje os dados apontam que 67% das pessoas encarceradas são de negros e negras⁷¹. Schwarcz enfatiza que essa condição é determinante para a formação do autoritarismo em nossa sociedade:

⁷¹ Os dados foram apresentados na edição de 2022 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Não é possível passar impunemente pelo fato de termos sido uma colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor de terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio econômico e político (SCHWARCZ, 2019, p. 23).

Um dos legados da escravidão foi uma sociedade autoritária, mas constantemente atualizando as formas de reprodução dessas desigualdades e brutalidades. É desta maneira que foi delegado às polícias “o papel de performar a discriminação, nos famosos ‘atos de intimidação’” (SCHWARCZ, 2019, p. 23), mais conhecidos como “batidas policiais”.

As práticas implementadas pelo Estado através de suas polícias, patrocina situações conflitantes ao constatar-se que mais homens são presos por abordagens de “rotina” em lugares públicos, enquanto mais mulheres são presas quando as buscas são realizadas em seus espaços domiciliares. Este é um ponto abordado por Carlos Valois (2021) ao tratar das abordagens policiais constantes dos autos analisados em sua tese.

A repressão à camada pobre da população sob o argumento de combate às drogas, as mulheres parecem ser as menos abordadas, mas podem ser as que mais sofrem injustiças ou, ao menos, as que mais são presas por práticas policiais, no mínimo, discutíveis. Diz-se isso porque, na pesquisa realizada para este trabalho, dos 69 autos pesquisados com invasão de domicílio, em 19 houve prisão de mulheres (VALOIS, 2021, p. 622).

Das 4 colaboradoras desta pesquisa que se encontravam aprisionadas no Presídio Feminino de Ponta Porã, 3 eram mães e me contaram dos desafios pelos quais passavam. Das 5 colaboradoras presas em Pedro Juan Caballero, 4 também estão nessa condição. Essa pequena amostra com a qual tive contato corresponde aos dados oficiais disponibilizados pelo INFOPEN 2019. As realidades presenciadas nas prisões são de mulheres pobres, mães solo, baixa escolaridade, presas por infrações definidas na Lei de Drogas.

Braga (2015), em artigo que trata da maternidade no cárcere, realiza um recorte, utilizando entrevistas concedidas anteriormente, para demonstrar os entraves pelos quais essas mulheres e suas condições próprias, dentre elas a maternidade, são invisibilizadas pela instituição prisional e pelo Estado. A autora centra sua análise na dicotomia das representações sociais esperadas para a vida das mulheres: mãe x criminosa.

A autora contrapõe as categorias para demonstrar como as mulheres presas são consideradas, através das representações sociais, como desviantes, não mulheres de verdade, etc. Essas mulheres, porquanto, falham em seus papéis sociais de seres domesticados.

A mulher presa transita entre os papéis de mãe e criminosa, papéis estes que

ocupam posições diametralmente opostas na representação do feminino: o primeiro pautado pela maternidade como vocação natural, exclusiva e sacralizada da mulher; e o segundo marcado pelo crime como um desvio das expectativas sociais e morais que recaem sobre quem nasce sob o sexo feminino (BRAGA, 2015, p.527).

Quando conversei com Julia⁷² ela contou que ser mãe solo e estar passando por dificuldades financeiras na época de pandemia, foram fatores decisivos para que aceitasse realizar o trabalho para o qual foi aliciada: transportar drogas. Deixando o filho aos cuidados de seu pai, demonstra muita culpa pelo resultado obtido a partir de sua decisão “[...] quando eu fui presa, meu pai ficou muito abalado. Eu acho que jamais um pai quer que aconteça isso com uma filha... ainda mais em um presídio, né?”.

A culpa por ter falhado, a atordoa: “toda quinta-feira eu consigo ligar pra ele de manhã, antes dele ir pra escolinha e conseguir ter ao menos uma conversa com ele. É gostoso, mas dói muito. Toda conversa ele fala “mamãe porque você tá demorando?” ‘mamãe você tá demorando muito!’”.

Este relato se assemelha com o de Larissa cujo filho desenvolveu esquizofrenia depois de sua prisão. Ela também foi presa por estar carregando drogas em seu carro. Estar ausente nesse momento da doença do filho e imaginar que impôs vergonha ao seu pai, são sentimentos que a machucam muito: “pra minha família eu estar aqui foi um choque. Eu tinha falado pra minha irmã que viria, mas pro meu pai foi um choque muito grande, pra minha mãe, pro meu filho, então... Foi uma decepção. Eu falo assim que eu envergonhei muito a minha família”.

Muito comum também é o relato de um passado bom; de que não havia necessidade de ter se inserido nesta situação. Rememorar os fatos e suas histórias e entrar em contato com as escolhas feitas, as trazem a este lugar de reflexão e culpa, onde hoje se pensam de forma diferente do que se enxergavam outrora. O exercício incessante de olhar para o passado, no entanto, não o altera; o que constantemente se atualiza são percepções.

Carla nega qualquer participação nos negócios do seu ex-namorado, mesmo assim foi condenada em dois processos diferentes e hoje é reincidente. Mais uma mulher que relata o adoecimento de sua filha diante da nova prisão.

A minha filha está muito abalada. A gente estava começando uma vida nova e agora bagunçou tudo de novo. Eu ligo pra ela sempre mas isso mexe muito com a família. Minha mãe também está muito abalada. Essa semana meu pai veio me ver. Ele e meu padrasto. Eles vieram ver se eu tava bem, eles querem que eu fique limpa, sem dever nada pra justiça. Justamente porque eu já estava retornando do semiaberto... Eu tinha começado a trabalhar, mas em 2 dias eu fui dispensada por

⁷² Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

causa da torção do tornozelo. A mulher me despediu só com 2 dias de trabalho.

Como relata Valois (2021), a pena para mulheres ultrapassa a própria pessoa. Toda a família é envolvida e tem de assumir as responsabilidades dessas mulheres. Há que se salientar que nenhuma das mulheres ouvidas foi abandonada por sua família, ficando suas crianças geralmente aos cuidados da avó materna.

Carla, Larissa e Julia são mães solo. Carla e Julia lembram seus relacionamentos antigos com homens e os abusos que sofreram. Luisa, não tem filhos, mas lamenta ter sido inconsequente e vindo para a fronteira com seu namorado. Conta que vieram para Ponta Porã “buscar um carro” e que não se atentou do que se tratava; considera que está presa de “gaiato”:

Eu conheci um rapaz, 4 anos atrás, começamos a namorar 3 meses antes de ser presa e no casamento da minha irmã, ele era motorista de aplicativo, também trabalhava na agência e também trabalhava como corretor de imóveis. Nisso ele acabou recebendo um convite para vir para Ponta Porã, quando ele falou Ponta Porã, eu achei que era em São Paulo, porque em São Paulo também tem Ponta Porã. Só que era pra vir pra cá, pra buscar um carro “que a mecânica tava ruim...” [...] A gente nem se conhecia, na verdade. O cara que contratou o meu marido, passou o meu contato pro cara que ia carregar a droga ‘olha, se você não conseguir falar com o João*, você fala com a mulher dele’. Então tô aqui de gaiato na história e meu marido lá.

Mas a função da mulher não é apenas o maternar crianças. Luísa tem tristeza profunda por não estar ajudando seus pais.

Fora o sofrimento, né? Da família... mesmo eu morando sozinha, eu moro a 2km da minha mãe. Minha mãe tem AIDS, a gente descobriu 1 dia antes do meu aniversário. 6 meses antes de ser presa... Parece que toda bomba estourou de uma vez só [...]. Minha família está desestruturada. Minha mãe tá lá, meu avô morreu... minha mãe teve que fazer o inventário. Aquela briga de herança... e cadê a filha pra estar lá amparando? E o meu pai que operou duas hérnias? Quem tá lá?⁷³

No relato de Luisa podemos notar o desenho imenso das dificuldades familiares. Um corpo que sente os impactos das relações familiares e as dificuldades de saúde da família sobre o seu. Disputas familiares, doenças, tudo em torno de um corpo que sente, que vive, que imagina, quem sabe, uma possível solução desse universo de problemas junto ao tráfico? Ou seria uma confiança alicerçada na passabilidade branca que até então usufruía, já que o privilégio social de sua pele e classe sempre a favoreceram.

73 Entrevista, Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41 min.

2.2 - Lei de drogas: surgimento, desdobramentos e impacto na vida das mulheres

Quando se traz para a discussão a história das legislações brasileiras, verifica-se que a chamada proliferação legislativa é uma realidade permanente para os profissionais da área jurídica desde os tempos remotos até os hodiernos. Alguns momentos desse passado são relevantes para nossa pesquisa, porém não é a intenção desenvolver o processo pelo qual passou cada lei e suas alterações desde o período colonial; centrando-nos, assim, em algumas das inovações legislativas mais significativas.

O retrospecto legislativo brasileiro sobre às drogas ilícitas é formulado em vários trabalhos e de diferentes áreas do conhecimento⁷⁴. Para alcançar sua situação atual alguns pontos deste histórico merecem atenção. Ainda no período colonial o Direito Penal adotado pelos donos das capitanias hereditárias foi as Ordenações Filipinas, em detrimento das Ordenações Manuêlinas (as ordenações Filipinas foram utilizadas em solo brasileiros por cerca de dois séculos). Desde os tempos deste dispositivo legal havia a previsão de penalidade contra o comércio e transporte de algumas substâncias, ressalvada a permissão ao “boticário” por razões de ofício⁷⁵ (AVELINO, 2010).

A aplicação deste dispositivo legal só deixou de ser utilizada no Brasil, após a Proclamação da Independência e conseguinte promulgação de nova constituição em 1824. O Código Penal formulado na sequência da primeira constituição como país independente (datado do ano de 1830), não continha artigos relacionados ao armazenamento, transporte e comércio de drogas, porém, houve um regulamento formulado para tratar da questão da política sanitária em 1851, que pontuava alguns aspectos desta questão (AVELINO, 2010).

Após a Proclamação da República em 1889 novas legislações foram implementadas e com isso um novo Código Penal em 1890. É importante ressaltar que a àquela altura, as discussões de ideais liberais e novas posturas dos Estados Unidos em atuação na esfera penal, tinham reflexos no que fora produzido no Brasil ao passar dos anos e o Código Penal ora mencionado foi sofrendo diversas alterações por meio de decretos ao longo dos anos, em sua maioria pelo viés dos crimes contra a saúde pública (AVELINO, 2010). Salo de Carvalho (1996) tem trabalho pioneiro na investigação do tratamento judicial brasileiro para as drogas, e explica este momento de controle legislativo ainda pelo viés de saúde, da seguinte forma:

⁷⁴ Como Marcelo da Silveira Campos (2015) e Salo de Carvalho (1996), por exemplo.

⁷⁵ Este mapa legislativo foi traçado por Vitor Pereira Avelino (2010).

No início do século, a onda da toxicomania, seguindo o exemplo europeu, invade as principais capitais do país e o consumo, principalmente de ópio e haxixe pela casta intelectual, incentivando a criação de medidas legislativas que regulamentassem o uso e a venda de tais substâncias. Neste sentido, a Consolidação das Leis Penais de dezembro de 1932, disciplina a matéria em seu artigo 159 (CARVALHO, p. 25, 1996).

Estas leis esparsas foram consolidadas por meio de decreto em 1932 e passando-se a constar uma tipificação penal específica para o delito de tráfico ilícito de entorpecentes. Novas substâncias foram sendo incluídas no rol contido nesta consolidação de leis sendo necessária a implementação de uma Comissão, em 1938, inspirada na Convenção de Genebra de 1936, para apreciar demais detalhes da situação (AVELINO, 2010). Nesta época já se fazia distinção entre o comerciante e o usuário, tanto é que a figura da internação e interdição de pessoas já figurava na legislação a partir dos trabalhos realizados pela mencionada Comissão.

Nas primeiras décadas do século XX outro assunto até então ignorado pelos códigos penais anteriores começou a ser aventado: a regulamentação das práticas encarceradoras de mulheres. Tentava-se produzir regulamentos e corrigir a omissão legislativa dada ao tema, começava-se os estudos e propostas sob o título “Unisexualidade do Regime Penitenciário. Penitenciária para Mulheres Criminosas” de José Tavares Bastos⁷⁶.

O decreto legislativo derivado dos acontecimentos posteriores à Convenção de Genebra, segundo Salo Carvalho (1996), marca o ingresso do Brasil no “modelo internacional de controle”. O sociólogo Marcelo da Silveira Campos (2015) explica que nascia assim um modelo de controle que perdura até o presente:

O Referido modelo internacional de controle proveio das disposições contidas na Convenção de Genebra de 1936 e estabeleceu o desenho básico da política que, em maior ou menor grau, ainda hoje subsiste: legislação restritiva da produção, do comércio e do consumo de entorpecentes, com a previsão de internação ou prisão de usuários (CAMPOS, 2015, p. 29).

Nas décadas de 1910 e 1920, começavam a surgir as primeiras propostas de regulamentação das práticas de encarceramento das mulheres infratoras. Sob o título “Unisexualidade do Regime Penitenciário. Penitenciária para Mulheres Criminosas”, José Tavares Bastos acusava o Código Criminal do Império, de 1830, e o Código Penal, de 1890, de não tratarem devidamente a mulher infratora (ARTUR, p. 97, 2014).

Novo código penal foi promulgado em 1940, vigorando até 1976 quando nova lei

⁷⁶ Angela Teixeira Artur (2011) fez um retrospecto das discussões legislativas sobre o Presídio Feminino do Estado de São Paulo e às práticas de encarceramento das mulheres, que compartilhavam, como se vê com a questão das drogas, o silêncio estatal.

modificou os dispositivos que tratavam do comércio ilegal de entorpecentes, revogando o texto do código penal nestes casos. As modificações versavam quanto ao rol de substâncias proibidas, seu modo de fabricação e valor de multa a ser fixado.

Nesse sentido, Marcelo da Silveira Campos (2015) retrata os anos 70 como uma década com maior articulação de controle quanto ao consumo de drogas, advindo de contextos históricos inclinados à repressão moral em diversos níveis. O autor cita, então, que o termo “Guerra às Drogas” foi empregado pelo ex-presidente estadunidense Richard Nixon em 1971, onde elegia o consumo desenfreado de drogas como “inimigo número 1” daquele país (CAMPOS, 2015, p. 29).

Salo de Carvalho (1996) explica um ponto de virada no contexto de combate as drogas durante a década de 1970:

A partir da década de setenta, o consumo de drogas, principalmente drogas psicodélicas, como o LSD e a maconha, alcança amplitude generalizada e o controle toma-se extremamente difícil para as agências de poder dos Estados. Os movimentos contestatórios passam a utilizar as drogas como instrumento de protesto contra o imperialismo, base da política externa norte-americana para a América Latina, contra a síndrome armamentista e, fundamentalmente nos Estados Unidos da América do Norte, contra a Guerra do Vietnã. O uso de drogas ilícitas passa a ter, neste preciso momento histórico, sentido libertário, adquirindo caráter de manifestação política. Contrariamente ao que vinha acontecendo nas décadas anteriores, o consumo de drogas sai dos guetos e invade a classe média (CARVALHO, p. 25, 1996).

Outro movimento detectado a partir da década de 1970 é a prática discursiva norte americana relacionando a América Latina como um local profícuo no surgimento e atuação de supostos grupos paramilitares/guerrilheiros que deveriam ser detidos por praticarem “crimes econômicos, tráfico de drogas, contrabando de armas e mercadorias ilícitas, se articulariam em uma criminalidade (des) organizada ou transnacional” (CAMPOS, 2015, p. 30). Assim, verificou-se que os interesses dos Estados Unidos, assim como em outros momentos históricos, era sobrepor seus interesses exercendo sua conhecida hegemonia na região da América latina (CAMPOS, 2015).

As alterações legislativas continuaram sendo realizadas sob justificativa de erros processuais e falhas técnicas, sendo substituída a legislação vigente a partir de 1976 até 2002, e posteriormente todo conteúdo desta modificado pela chamada “Nova Lei de Drogas” de 2006. Acréscimos importantes de serem destacados nesta lei de 6.368 de 1976 estão nos artigos 1º e 10º, vejamos: “Art. 1º É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar na prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.” e “Art. 10. O tratamento sob regime de internação hospitalar será obrigatório quando o quadro clínico do dependente ou a natureza de suas manifestações psicopatológicas assim o

exigirem”⁷⁷.

Em ambos os casos, tanto em 1976 quanto em 2006, a ideia de repressão às drogas foi a estruturação dessas duas leis, todavia o que pouco se observa é que, comparando-as, a legislação de 2006 é mais rígida no tocante à repressão e punição de quem comercializa ou trafica, do que a sancionada 30 anos antes (DUARTE, 2020, p. 154).

2.3 - PCC e fronteira: a influência da facção nos presídios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Quando iniciei a pesquisa, falar da facção criminosa Primeiro Comando da Capital/PCC não estava no meu radar. Quando entrevistei brasileiros este assunto também não foi recorrente. Apenas Luísa mencionou, com brevidade, que como veio de São Paulo já a estigmatizavam, nos documentos de seu processo, que ela pertenceria à facção.⁷⁸

Ocorre que nos meus entrevistados paraguaios o assunto surgiu espontaneamente e instantaneamente. Percebi que talvez para estes sujeitos a presença da organização criminosa brasileira e o desencadear de suas ações na fronteira tiveram impacto maior do que podemos supor a priori.

A intencionalidade da/o pesquisadora/pesquisador aparece nos assuntos sobre os quais decide escrever, qual viés é escolhido ao realizar suas abordagens ou quando da escolha dos participantes/colaboradores. O que se faz quando os entrevistados falam do que não havíamos cogitado? Bem, o que está presente em suas vivências deve, portanto, nos importar. Se este assunto pulula sem instigação, devemos olhar com um pouco mais de atenção⁷⁹.

77 Os excertos da lei 6.368/76 foram retirados do site do Planalto, onde contam todas as legislações brasileiras. Esclareço que como foi revogado com o advento da lei de 2002, este dispositivo conta inteiramente tachado para demarcar que não está em vigência.

78 Entrevista, Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41 min.

79 Bruno Paes Manso (2014) realizou entrevista com quatro pesquisadores do campo das Ciências Sociais que se debruçam nas questões sobre violência, presídios e PCC. O assunto PCC também tomou centralidade em suas pesquisas a partir do campo, como nos diz Gabriel Feltran: "Sinceramente, eu nunca quis estudar violência, crime ou PCC. Sou um pesquisador das periferias urbanas - estudo as transformações desses territórios, as relações com o Estado, os movimentos sociais, associações de bairro, famílias etc. O problema é que a questão da violência e do crime - e mais recentemente do PCC - atravessou as histórias de vida das pessoas com quem eu convivo em pesquisa. [...]. Não foi possível desviar do tema"; No mesmo sentido, Karina Biondi relata que "À época, ainda não era meu interesse estudar o PCC, mas para onde eu olhava, via-o em funcionamento. O estudo do PCC decorreu de uma impossibilidade de estudar uma instituição prisional sem falar do PCC.". Para Adalton Marques, "o PCC também me apareceu logo nessas primeiras conversas. Era difícil um ex-presidiário não marcar diferenças entre o "proceder do PCC" e o "proceder das antigas" ou o "proceder" de outros "comandos".

Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias publicaram em 2018 o livro “A Guerra: ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil”. Para entender fenômenos sociais que emergiram dos presídios, os autores contam do início e fortalecimento do hoje mais famoso grupo criminoso do Brasil e como suas teias na fronteira foram determinantes para sua posição de poder desde o começo. Além das pesquisas de rotina e entrevistas com membros e adversários, o livro traz como um de seus pontos altos, transcrições dos comunicados que foram/são enviados a todos os filiados da “família”. São os chamados “salve”, e contam muitas partes destes eventos.

Alguns autores que discutem o surgimento e empoderamento do PCC no sistema criminal brasileiro e fora dele, como Gabriel Feltran (2018) e Karina Biondi (2014), além dos já citados pesquisadores, em maior ou menor medida replicam uma história parecida sobre estes fatos e época. Vejamos o resumo de Marcio Zamboni (2020):

Na versão da história que se tornou hegemônica, o PCC nasce como uma reação ao Massacre do Carandiru: o comando pretendia justamente garantir que esse tipo de tragédia jamais se repetisse. Essa é a principal promessa que dá legitimidade à sua existência entre presos e seus familiares. Trata-se de uma forma de organização política de presos que se origina dentro do sistema penitenciário, mas logo se expande para o mundo do crime (em especial o tráfico de drogas) e para os bairros onde vivem os familiares dos presos (e para onde esses voltam depois de absorver os ideais da organização) (ZAMBONI, 2020, p. 137).

Dias e Manso (MANSO; DIAS, 2018) retrocedem no tempo para descrever que nos anos 80 o mercado de distribuição de drogas no Brasil operava em duas frentes: os varejistas e os atacadistas. Estes últimos detinham maior poder já que articulavam grandes quantidades de drogas via fronteiras com Paraguai, Peru e Bolívia e as distribuíam tanto internamente pelo país quanto no exterior. Os varejistas⁸⁰, como sabe-se, estão presentes diretamente nas ruas de suas cidades/estados.

O vértice mais influente e rico neste mercado, os atacadistas, precisavam de uma série de requisitos para integrar o comércio, como mencionam Manso e Dias (MANSO; DIAS, 2018), “é preciso dispor de capital para investir na mercadoria, articulação política para o suborno de autoridades que fiscalizam as rotas, contato com pilotos e planejamento para evitar prejuízos” (MANSO; DIAS, 2018, p. 10).

Antes do Primeiro Comando da Capital/PCC se destacar e posteriormente assumir protagonismo no comércio internacional de drogas a partir dos países produtores com os quais o Brasil faz fronteira, começou ainda na década de 1990 a dominação deste ramo especializado por outro famoso grupo criminoso, o carioca Comando Vermelho.

⁸⁰ São, segundo definidos por Manso e Dias (MANSO; DIAS, 2018) “alvos fáceis, fixos e descartáveis”.

Ao detectar a importância de eliminar os intermediários para ultrapassar o patamar de varejista nas favelas cariocas (e não apenas), Fernandinho Beira-Mar, que chefiava o Comando Vermelho na ocasião, foi o primeiro a estreitar laços com os produtores de drogas de Colômbia e Paraguai. Articulado e com domínio na distribuição do produto, conquistou a posição de atacadista. Também se deve a Fernandinho Beira-Mar outra inovação na administração deste tipo de negócio, qual seja, o gerenciamento de sua complexa rede de dentro da cadeia, através de telefone celular, após sua prisão nos anos 2000.

O CV, criado no fim dos anos 1970, foi a primeira entre as facções criminosas brasileiras atuais. Trazia em seu lema palavras contra a opressão carcerária e as injustiças sociais: “Paz, Justiça e Liberdade”, que anos depois serviria como referência para a fundação do grupo paulista. O PCC nasceu nas prisões de São Paulo mais de uma década depois. Assumiu o mesmo mote do Comando Vermelho e ainda registrou em seu primeiro estatuto a “coligação” com o grupo carioca (MANSO; DIAS, 2018, p 11).

Um de meus colaboradores que demonstraram a relevância do assunto PCC e CV na fronteira, foi o advogado do consulado paraguaio, Hugo⁸¹. Aqui trago trecho onde ele destaca a complexidade de atuação conjunta das polícias na extensa fronteira:

É importante ver como a sociedade maneja o crime organizado na fronteira. Porque a região de fronteira tem suas peculiaridades, porque todos os crimes são consequência do tráfico de drogas. Aqui tem pouco roubo... mais é tráfico de drogas, homicídio. Tem uma presença muito forte de duas organizações conhecidas no Brasil, como é o PCC e o Comando Vermelho. Teve uma época que houve uma guerra aqui – continua de uma certa maneira. Teve uma época que mataram o empresário da fronteira, o Raffat. Essa foi uma guerra iniciou com o PCC contra um grupo da fronteira. (...) É um trabalho que precisa ser coordenado. Uma região com 560 KM de fronteira seca, então é difícil o controle, mas estão trabalhando bem. Pedro Juan e Capitan Bado principalmente, são os lugares com maiores fluxos. São fronteiras secas e facilitam o transporte de drogas, tanto para a polícia federal, quanto para a polícia nacional do Paraguai, é difícil controlar, muitas vezes a pessoa vem como turista.

A guerra travada na fronteira e descrita pelo advogado foi bastante noticiada (como relatei na introdução) e vem de longa data. É também tema de extenso capítulo do mencionado livro de Dias e Manso (2018). Como dito acima, a fronteira seca entre Brasil e Paraguai é uma condição única para o comércio ilegal e transnacional de drogas.

Uma de minhas colaboradoras que se encontra presa em Pedro Juan Caballero conta que

81 ENTREVISTA. Dr. Hugo (áudio). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra. Ponta Porã 2022. 37 min. (aprox.).

precisou ser transferida de presídio para ficar segura, já que ela é natural de Cuiabá/MT, região dominada pelo Comando Vermelho e foi presa em Concepción⁸², território do PCC. É um relato especialmente forte neste ponto, Fabieli⁸³ conta que as humilhações que passou a levaram a consumir crack pela primeira vez em Concepción, condição que foi intensificada quando soube da morte de seu irmão em sua cidade natal pelo PCC:

Aqui minha vida tem sido de muita luta. Muita luta. Muita luta... Quando eu cheguei eu fui pro presídio de Concepción, eu caí lá. Lá é muito mais pesado. Questão de comida e tudo... é mais pesado. As pessoas te maltratam muito. Lá é o PCC que comanda... foi muito difícil lá pra mim. [...] Quando eu tava em Concepción, lá eu cheguei até a fumar o crack de tanta humilhação que eu passei. [...] Lá foi a primeira vez que fumei crack, nunca fumei na rua. Tava muito difícil lá e mataram meu irmão em Cuiabá, aí que eu recaí mais ainda. Aí me mandaram pra cá porque eu sou de Cuiabá né, lá é Comando Vermelho e aqui é do PCC. O PCC matou meu irmão, aí me mandaram de seguridade pra cá. Meu irmão era envolvido.

Outro relato interessante é da agente penal do Presídio Feminino de Ponta Porã Rosina⁸⁴, enquanto a colaboradora me contava dos momentos de transformações suportados pelos presídios nas últimas décadas e em especial ao presídio onde ela trabalhava há 27 anos, traçava paralelos com as transformações experimentadas pela sociedade. Logo, ela trazia uma reflexão aparentemente simples, mas que demonstra como os “de fora” do sistema costumam enxergar os presídios; como microcosmos fechados, aparte do qual participamos quando em liberdade.

No princípio, quando eu vim pra cá, tinha menos presas, era menor... em 96. Os celulares nem a gente tinha. E com essa corrida, com esses recursos todos da internet... mudou tudo aqui. Mudou nossa família, né? E aqui ajudou pra criminalidade. Hoje em dia as cadeias tão cheias e eles continuam administrando... os chefões podem estar dentro, mas continuam mandando. (grifo meu)

Na obra *A Guerra* (MANSO; DIAS, 2018), os autores relatam como a organização criminosa PCC tornou-se uma espécie de partido, já que seus filiados deveriam compartilhar da mesma ideologia, respeitar as diretrizes, pagar taxas, e, claro, usufruir (o próprio e sua família) da assistência fornecida pelo grupo. Outro elemento que contribuía para essa interação partidária era que uma das máximas do PCC consiste em que seus membros se identifiquem como oprimidos pelo

82 Concepción é uma cidade e capital de um departamento do mesmo nome, no Paraguai, fica localizada a 214 km de Pedro Juan Caballero.

83 Entrevista, Fabieli (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 30/03/2023, 14 min.

84 Entrevista, Rosina Maria Sartor Souza (áudio - MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã/MS. Data: 19/03/2022, 53 min.

sistema e por esta razão os crimes são justificados. A insurgência à opressão é um combate a algo maior que eles próprios. Essa constatação coincide com os relatos a mim concedidos do lado paraguaio da fronteira pelos advogados, tanto por Hugo, quanto por Sonia (comissária do Mecanismo Nacional de Prevención de la Tortura – MNP/PY):

O PCC possui uma postura altruísta nesse sentido, eles dizem que a pena é de restrição de liberdade e todos os demais direitos devem ser mantidos. E nisso eles tem razão. Eles dizem ‘o Estado não nos dá nossos direitos então nós nos organizamos, nos ajudamos, lutamos e exigimos’. Por exemplo, há casos de pessoas que precisam de medicamentos e não recebem, daí ingressam nas facções que os garantem seus medicamentos. Por isso, nestes casos de necessidade extrema, alguns acabam respondendo aos grupos armados que os apoiam, e em retribuição sabemos que, esses novos integrantes terão de cumprir tarefas, como no tráfico de drogas ou alguma morte solicitada. Os que não cumprem essas exigências acabam tendo sua morte decretada.⁸⁵

Não há, no entanto, consenso entre pesquisadores cujas pesquisas são atravessadas pela história do PCC quanto a articulação interna da organização. Em entrevista organizada por Bruno Paes Manso (2014) com quatro pesquisadores advindos do campo das Ciências Sociais, notamos achados diversificados. Para Camila Nunes Dias (2018) trata-se de uma organização estratificada, com comando e com influência importante dentro das cadeias em negociações entre presos e administração, já para Karina Biondi (2014) no decorrer do tempo o PCC ficou mais democrático e não há, por isso, uma liderança específica. Em sua etnografia, Biondi o que observou foi uma discussão entre os membros sobre pontos específicos (como proibição de uso de crack, ou estupros), que foram tratados, tal qual em assembleias, na busca de representar seus filiados a partir de suas reflexões⁸⁶.

Os presídios foram usados como estratégia para articular a parte atacadista do PCC com seus filiados varejistas. Essa situação possibilitou a criação de uma rede de distribuição eficiente de drogas a partir dos presídios, dentro dos braços do Estado, portanto. Essa nova forma de gestão implementada pelo PCC mudou o comércio de drogas no Brasil e “o mundo do crime brasileiro

85 Entrevista, Sonia Von Lepel (vídeo e áudio – Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima do Sul/Assunción. Data: 11/11/2021, 60 min.

86 Além das autoras citadas, participantes da entrevista coordenada por Manso (2014), Gabriel Feltran (2014) explica, nesse sentido, que “Não se trata de “ordens,” mas de “salves,” diferença sutil, mas relevante. Os “salves” representam uma posição a ser considerada, mas é no “debate” que eles podem se transformar em ação prática, ou não. E os “salves” circulam por dentro e fora das prisões, como se sabe muito bem, por meio de telefones celulares”. Adalto Marques ressalta: “Mais uma vez devo dizer que essa noção de liderança, tão dependente de um princípio hierárquico, não funciona no caso em tela. Os ‘presos de cadeias do PCC’ não endossam essa externalidade entre lideranças e massa. Senão, veriam a si mesmos numa relação entre ‘bandidões’ (um avatar para essa liderança imperiosa) e ‘lagartos’ (um avatar para essa massa destituída de força e bastante obediente). O que, por certo, lhes é uma relação odiosa.”

assumia, então, um novo formato” (MANSO; DIAS, 2018, p 12). Em 2018 o PCC passava de 28 mil filiados entre seu estado de origem, São Paulo, e o restante do Brasil⁸⁷.

Vejamos um exemplo de uma unidade localizada em São Paulo que não comporta membros do PCC, descrita pelo antropólogo Marcio Zamboni (2020) em sua tese de doutoramento:

Esta visita aconteceu em um Centro de Detenção Provisória na Região Metropolitana de São Paulo, uma unidade projetada para abrigar cerca de 500 pessoas aguardando julgamento por períodos de até 90 dias, mas que hoje confina mais de dois mil presos (condenados ou não) por até dois anos. Trata-se de uma das cerca de dez unidades “neutras” ou “de seguro” do estado de São Paulo. Ou seja, uma das poucas prisões onde não há membros do PCC - o Primeiro Comando da Capital -, coletivo de presos que domina mais de 90% das prisões paulistas. Isso significa que ela concentra determinados perfis rechaçados nas demais unidades: ex-policiais e seguranças, ex-membros do PCC (ou de algum comando rival), condenados por estupro ou pela lei Maria da Penha, usuários de crack, endividados ou jurados de morte e também uma grande variedade de presas e presos que não se encaixam nos padrões de masculinidade valorizados no universo prisional: bichas, monas, travestis, envolvidos (ZAMBONI, 2020, p. 38).

Nesse cenário em que eliminar intermediários entre produtores e comerciantes se tornou a mais importante tarefa para a expansão, o PCC mirou sua infiltração e parceria com os produtores de maconha no Paraguai e na fronteira com o Brasil, principalmente no Mato Grosso do Sul. Além de desenvolver o comércio de maconha, o Paraguai também era importante no escoamento de produção de pasta de cocaína produzida nos países andinos e Mato Grosso do Sul era um elemento fundamental para o sucesso desses planos. As tratativas de inserção nestas etapas e nos próprios presídios na fronteira precisou de dedicação, tempo e emissários especiais. Assim menciona Dr. Hugo sobre a influência exercida pelas organizações criminosas brasileiras em presídios paraguaios:

Existe esse problema de verdade quanto as facções, eles estão muito dentro do presídio. Então qualquer outro grupo que queira entrar provoca uma briga, que pode acabar inclusive em homicídio dentro do presídio. É um mundo a parte, induz o paraguaio depois que ele já entrou na penitenciária a entrar para o PCC. O Diretor tem muito cuidado quando é gente do PCC, porque na região da fronteira são muitos. Inclusive o Ministério Público e o Juiz estão solicitando à PF informar se o preso brasileiro é integrante ou não do PCC, isso acaba sendo importante pra autoridades paraguaias para verificar o tratamento durante o cumprimento da pena dentro do estabelecimento, pois trata-se de pessoas perigosas para a justiça e para a sociedade⁸⁸.

⁸⁷ Em 2012 80% de seus filiados em São Paulo estavam dentro dos presídios, que perfaziam no total 8 mil membros, nos demais estados brasileiros eram cerca de dois mil e quinhentos faccionados. Com um processo de expansão chegaram em 2018 a um aumento mais de 15 mil novas adesões em todos os estados, alguns, obviamente, em maior medida que outros, principalmente considerando-se a importante atuação do CV em algumas unidades da federação (MANSO; DIAS, 2018).

⁸⁸ ENTREVISTA. Dr. Hugo (áudio). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra. Ponta Porã 2022. 54 min. (aprox.).

Um trabalho de longo prazo e com revezes. Os interesses do PCC conflitavam com os chefes locais do tráfico ocasionando, como vimos no capítulo 1, violência e execuções sumárias. A disputa por quem seria o detentor do título de rei da fronteira segue atualmente em aberto. O impacto local foi sentido, evidentemente, mas os lucros sempre se sobrepuseram na equação e Mato Grosso do Sul, principalmente as cidades gêmeas Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, continuam a ser as joias da coroa do comércio ilegal de drogas⁸⁹.

Mesmo sem períodos longos de trégua, pode-se dizer que os objetivos do PCC na fronteira foram largamente proveitosos. A medida desse poder pode nos ser ilustrada por esta fala do advogado Hugo:

O que mais marca nesse período, é importante mencionar uma fuga massiva que aconteceu, 109 pessoas escaparam do presídio de Pedro Juan. Desses, 105 eram do PCC. Escaparam por um túnel que foi feito. Eu digo que o maior problema, é a corrupção. É um problema grave em todo lugar na verdade. Não posso falar que nesse caso específico foi o caso de corrupção, mas foi também um descuido (negligência) da pessoa que estava trabalhando. E tem uma desigualdade importante também dentro do presídio, porque a pessoa que tem mais condições econômicas vive melhor. Se você está preso no Paraguai, pode ter algumas regalias dentro da cela que não deveriam ser permitidos. Isso é uma desigualdade que ocorre. Uma desigualdade social dentro dos presídios... o que não é somente no Paraguai né, isso ocorre em muitos lugares. O fator econômico influi muito nos presídios, tanto no Paraguai como no Brasil.

A fuga mencionada por Hugo foi muito noticiada na época, no ano de 2020. O então Ministro da Justiça do governo Bolsonaro, o ex-juiz Sérgio Moro se chegou a declarar “Se voltarem ao Brasil, ganham passagem só de ida para presídio federal”; além disso, o governo brasileiro chegou a fechar temporariamente as fronteiras entre os países.⁹⁰

O “Projeto Paraguai”, detalhadamente recontado em capítulo próprio na obra de Dias e Manso (2018) possuiu, portanto, muitos desdobramentos, em especial, muitos dividendos para o grupo. Dados estimados pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado/GAECO, do Ministério Público de São Paulo retratam um faturamento de 1 bilhão de

⁸⁹ Em outro trecho da conversa que tive com Hugo, ele explicou um pouco mais as situações de conflito que acabaram na recente chacina relatada no capítulo 1. Disse: “outro episódio chocante foi o assassinato da filha do governador. É um caso nebuloso, o que posso falar é que é uma insegurança total. Era uma festa, tem muitas versões, a realidade é que temos que destacar a falta de segurança que vivem as pessoas na região de fronteira. Alguns crimes são solucionados e outros não. Neste caso, existem pessoas presas respondendo sobre ele.” ENTREVISTA. Dr. Hugo (áudio). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra. Ponta Porã 2022. 54 min. (aprox.).

⁹⁰ Uma das reportagens veiculadas na época está disponível em matéria do jornal Correio Braziliense (BRAZILIENSE, 2020).

dólares anuais pelo PCC, sendo $\frac{2}{3}$ deste valor arrecadados somente pelo tráfico internacional de drogas⁹¹.

2.4 – Biopoder e desigualdades sobre os corpos femininos

A gestão de países com um passado colonial que ainda na atualidade se faz tão atual, tem de lidar com os choques brutais de cultura e violência. Gerenciar questões que derivam da pobreza é enfrentar o racismo (e todas suas tecnologias de dominação e exclusão). O combate seletivo a crimes, e porquanto aos crimes relacionados ao tráfico, também pertencem a este debate.

Um passado colonial que ainda reverbera. O histórico de exploração de riquezas e violência contra os povos originários de Brasil e Paraguai reflete na gestão de sua população pobre e num pensamento ainda predominante de exploração através das fronteiras. Além dos aspectos sociais, como lembrou Durval Muniz Albuquerque Junior (2007), há inclusive incrustada no imaginário popular o preconceito quanto a origem – aqui caracterizado tanto em relação aos brasileiros quanto em relação aos paraguaios, mutuamente.

Achille Mbembe (2018), em seu ensaio *Necropolítica* perpassa estas categorias para trabalhar as formulações implementadas pelo “poder” e as consequências a que se tem chegado diante de genocídios e violências, através de exemplos históricos. Com base na categoria “biopoder” cunhada por Michel Foucault, o autor discorre sobre a expressão máxima de soberania, ou seja, na capacidade de ditar quem pode morrer e quem pode viver. Articula a noção de biopoder, com os conceitos de estado de exceção e o estado de sítio⁹². Esses constituem a base normativa do direito de matar. Em seguida, novamente a partir de Foucault diz que “racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Neste sentido, como demonstrado anteriormente, o biopoder é eficaz ainda para se pensar outras facetas de extermínio; outros tipos de morte. Maneiras de obstar mulheres; vidas bloqueadas, exiladas, intoleradas, descartáveis, ou seja, atua sobre vidas femininas as inviabilizando. Mulheres, são os seres que ficam; aquelas que não fogem; aquelas que permanecem. Quando se fala de presídios femininos há que se falar das tecnologias de dominação e exploração de mulheres, que

91 Conforme consta na seguinte reportagem: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/09/04/pcc-faturamento-trafico-internacional-drogas.htm>

92 Vidas que são menos importantes socialmente; são perdas e dores que não comovem. Por isto no capítulo 3 falarei “desimportantes”. O conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe, tem aproximação com o que Judith Butler (BUTLER, 2019) chama de “vida precária” e também guarda paralelo com o que Giorgio Agambem (2007) fala de “vida nua”: os limites da vida e quais vidas interessam. Esta comparação foi realizada por alguns pesquisadores, como Reginaldo Oliveira da Silva (2022), no artigo “Morte Impune, Luto Proibido: vida nua e vida precária em Giorgio Agambem e Judith Butler”.

além dos cuidados familiares que já relatamos, são sobrecarregadas com os cuidados financeiros. O que fazem mulheres sem estrutura ou rede de apoio estatal para dar conta do que os homens deixam para trás?

Dona Rosina, servidora mais antiga do presídio de Ponta Porã, é também uma mulher que vive o cárcere na fronteira. Sua experiência profissional traz elementos distintos para elucidar e refletir sobre a realidade que ela vivencia de perto, porém do outro lado das grades. Ao retratar sua rotina de plantões, exemplifica:

As vezes estamos em 4, divide em 4 o horário, mas a qualquer momento pode chamar se tiver alguma emergência, quase sempre tem gestante.

Com a nova lei muitas são liberadas, e o tráfico tá usando isso, né? A lei da mãezinha. O tráfico tá usando bastante meninas que são novas e estão grávidas, tem filhos menores... Se elas são reincidentes não é concedido o benefício. Daí essas que estão aqui e são mães, é porque são reincidentes, ou tem filhos maiores⁹³⁹⁴.

Pode-se conectar aos muitos aspectos levantados por Rita Laura Segato (2012) que há tempos se insurge e demonstra a atuação das desigualdades e exploração de mulheres como alicerce da sociedade hoje e desde antes da fase “pré-intrusão”, Segato (2012) em seu artigo destaca como as estratégias de poder – estatal ou não – de se refazer, refinar:

o Estado entrega aqui com uma mão aquilo que já retirou com a outra: cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia. O advento moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula (SEGATO, 2012, p. 110).

Mais adiante retorna este ponto ao dizer que:

[...] em um gesto que pretende a universalização da cidadania, pensamos que se trata de substituir a hierarquia que ordenava a relação de homens e mulheres por uma relação igualitária, o que estamos realmente fazendo é remediando os males que a modernidade já introduziu com soluções também modernas: o Estado entrega

93 Entrevista, Rosina Maria Sartor Souza (áudio - MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã/MS. Data: 19/03/2022, 53 min.

94 Aqui Dona Rosina aponta em forma de exemplo o que Marcelo Campos (2015) desenvolve em algumas páginas de sua tese ao falar de suas pesquisas que demonstram que se a legislação brasileira de um lado aumentou a pena por tráfico, por outra, acabou criando saídas paliativas para os problemas sociais que também são decorrentes desta política agressiva contra drogas/pobres. Porquanto retrata uma ‘ambiguidade’ na produção legislativa brasileira: “Os dados apontaram para a ambiguidade do Executivo e do Congresso Nacional para a política de segurança brasileira pós-democratização. Entretanto, tal variedade se constitui muitas vezes através do recurso simbólico do penal, que se mostra como parte importante e integrante das políticas criminais brasileiras e das (novas) criminalizações. Não há, portanto, uma oposição entre leis mais punitivas *versus* leis que garantam certos direitos, mas sim uma coexistência entre leis formuladas com certa pretensão universalista (de expandir direitos) com uma legislação que restringe direitos (punindo mais)” (CAMPOS, 2015, p. 99).

com uma mão o que já retirou com outra (SEGATO, 2012, p. 128).

O domínio de corpos femininos é tão antigo quanto a modernidade. As mulheres muitas vezes ainda são impedidas de ter história, de ter carreira. Suas vidas são moldadas a partir do que os homens desejam que elas façam e ocupem. As mulheres avançavam até onde lhes era permitido.

A rapinagem sobre o feminino se manifesta tanto sob as formas de destruição corporal sem precedentes, como sob as formas de tráfico e comercialização de tudo o que estes corpos podem oferecer, até ao seu limite. A ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados se pratica como nunca até aqui e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos [...]. Pensar aquela situação me levou a perceber que a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões (SEGATO, 2012, p. 108).

A professora e pesquisadora Joana das Flores Duarte (2020) faz uma análise de 8 produções que retratam as mulheres “mulas” do tráfico, comparando com as mulas (animais de carga) do período colonial. A autora vai adiante das argumentações sobre o maior protagonismo feminino na vida social, e destaca que a centralidade do debate deveria se ater às dificuldades financeiras em que grande parte das mulheres periféricas estão e como isso as fragiliza para o ingresso no mercado ilegal de drogas.

[...] como as mulas do Brasil colonial, as mulheres que atuam nessa função estão mais expostas às políticas punitivas de guerra às drogas, de modo que essas além de afetarem desproporcionalmente suas vidas contribuem significativamente para o encarceramento massivo. Isso se dá pelo fato de essas mulheres ocuparem os piores postos de trabalho no mercado de drogas, viverem em espacialidades criminalizadas pelo Estado policial, terem baixa escolarização e formação profissional, serem solteiras, com filhos e sem acesso à renda e trabalho formal assegurado. Esse conjunto de fatores que a destitui da condição de sujeita de direitos, a coloca em condição permanente de invisibilidade e vulnerabilidade política, econômica, social e cultural (DUARTE, 2020, p. 883).

Em se tratando de transporte de drogas, a relação de quantidade também é um ponto que Tulio Nogueira, Defensor Público de Ponta Porã, abordou em entrevista. No trecho abaixo, é possível notar como a quantidade de drogas no momento da apreensão é determinante para a condenação da pessoa e como na prática os artifícios estatais (neste caso por meio do Ministério Público Estadual e Juízes) vão sendo aprimorados para a manutenção da prisão de mulheres e homens pobres. Articula-se assim, quantidade de drogas, desimportância desses sujeitos, falta de emprego e dignidade. Há sempre como prender e manter por mais tempo esse público.

Eu não vejo como associar uma culpabilidade com o objeto carregado. O acordo dela é transportar uma mala, muitas vezes nem falam o que tem ali dentro, ir

embora e receber o dinheiro. Agora o que vão por lá dentro, quanto que vão pôr, pra ela não faz diferença. Mas esse é o critério do juiz na hora de decretar uma prisão ou pôr uma tornozeleira: a quantidade de droga. É porque é mais fácil mensurar...

Elas não sabem de nada... vem um conhecido e fala: 'olha você tá passando dificuldade, eu conheço um cara que te paga uma quantidade pra você ir lá e fazer um corre'. Aí esse cara, ninguém sabe o nome, é por telefone... Confiam que vão pagar, porque eles pagam sempre (se não for preso). Eles não sabem de nada, quem é a pessoa, quem que vai entregar essa mala, o que vai ter lá dentro. É assim, eles são 'peão', mesmo. É uma função bem delimitada de transporte. Aí vem o Ministério Público com aquela fala: 'Há indícios que ela integra organização criminosa senão não daria essa quantidade de droga pra ela'. Essa é uma tese/afirmação que vem preponderando e tendo acolhida na jurisprudência e nos julgados. Mas a verdade é que eles não sabem mesmo, não tem ligação, não precisam saber. Elas estão lá de peão mesmo, pra carregar... transportar, entregar no destino e pronto. Muitas nem usam drogas, nem gostam de nada disso, nem sabe como se embala, como é feito. Aí o traficante contrata várias e várias pessoas, aí caem 1, 2, 3... pra ele o prejuízo é só a droga, porque pra ele tanto faz se a pessoa fica presa ou não. Às vezes ainda fala pra pessoa que caiu com a droga 'olha, você tá devendo pra gente, você vai ter que fazer outra pra nós', não é o que sempre acontece, mas já ouvi esses relatos. Normalmente é pego e perde lá e pronto. Mas há esse relatos que a pessoa fica em dívida e tem que voltar a fazer após ser pega. Então é uma situação bem complicada pra pessoa que aceita isso. Acaba que sofre opressão de todos os lados, do traficante, do Estado, da sociedade também já que depois que sai não consegue emprego.

Mulheres colocadas em situação de desespero pelos acúmulos de necessidades e atribuições são presas fáceis ao tráfico. Esta é uma realidade encontrada nas vidas das mulheres presas em Ponta Porã.

Como ilustra Dona Rosina:

Geralmente quando a gente recebe a interna, a gente faz umas perguntas... E geralmente elas falam 'não, eu tava com meu marido...', 'eu tava com meu namorado', 'eu não sabia..'. Mas geralmente elas sabem, sim. Mas se é uma pessoa de outro estado, vai vir pra cá pra fazer compra? Você não vai questionar?

Já aconteceu caso de pessoas aqui que chegaram falando que o marido deixou elas fazendo compras e foi arrumar o carro pra carregar (de drogas), depois pega a mulher e vai. Aí a gente não tem certeza se elas sabiam.

Casos de mães solteiras, separadas...que marido não ajuda.. ficam desesperadas, aí vão pra prostituição...

No início da pandemia chegaram algumas, umas meninas de Goiânia..cada menina nova, bonita. Deixava a criança com ex-sogra. Às vezes não tem mãe, não tem família... se submetendo sabe? Aí vinha, transtornada, pra ganhar 2, 3 mil, porque não tinha da onde tirar pra nada. Aí a gente ouve essas histórias..doidas né, aí a gente pergunta porque que não trabalha né... mas a gente sabe que não é bem assim. A gente que trabalha e sabe como que tá a situação do nosso país, e como é a realidade da vida.. não é bem assim. Às vezes não é só querer.

Se você fizer um estudo bem aprofundado, ouvir cada uma, você vai chegar lá na criação, no berço. Na estrutura da família. Pouco estudo...

Tem as que são formadas, geralmente é caso de namoro. Se envolvem, se apaixonam. Esses caras que são salafrários, sem vergonha. Aí pega essa menina que não está bem estruturada, aventureira..e é de todos os lugares: Rio Grande so

Sul, Mato Grosso, Goiás, Brasil, do nordeste, do norte... de todos os lugares... São Paulo, Rio de Janeiro⁹⁵.

As mulheres fronteiriças, mestiças, brasileiras e brasiguaias que estão encarceradas em Pedro Juan Caballero, já tem nuances diferentes e menos saídas ainda para se livrar de muitos anos de prisão. Se no Brasil os aliciadores buscam mulheres que tenham perfil para ficar pouco tempo presas, a amostra de mulheres presas em solo paraguaio revela histórias muito mais diversificadas, porém igualmente aterrorizantes. O Defensor Público de Ponta Porã, Dr. Tulio, falou em alguns momentos durante a entrevista, sobre o fator financeiro determinante para estas mulheres e o que via de diferenças entre o presídio feminino e masculino da mesma cidade. Vejamos:

Eu vejo que no feminino a quantidade de droga geralmente é menor; quase sempre o transporte é de ônibus – o de homem costuma ter muito carro, mais quantidade [de entorpecentes].

Eu percebo também a motivação delas é menos por ganância, do que no masculino.. mais por questão de sobrevivência. Eu vejo que é mais uma questão de dificuldade financeira mesmo, mais que no masculino.

Eu não vejo mulheres querendo carreira no tráfico, querendo se sobressair.. Querer se envolver a fundo na criminalidade. Tem algumas que são reincidentes [porque não conseguem trabalho ou] não sabem fazer outra coisa, vai lá e volta a tentar de novo transportar droga, mas eu vejo mais essa questão de vulnerabilidade mesmo, mais no feminino que no masculino. Muitas vezes são mães sozinhas, que aceitam [transportar drogas] pra ter um alívio [financeiro] e [mesmo assim] tem a prisão decretada. E o critério que o juiz vai utilizar é a quantidade de droga, quase sempre isso⁹⁶.

O então Diretor do presídio feminino, Rodrigo Borges⁹⁷, também refletiu em alguns momentos de nossa conversa sobre as diferenças que notava tendo tido a experiência incomum de ser gestor tanto do presídio masculino, como do feminino na cidade de Ponta Porã. Seu Borges, como é chamado tanto por presidiárias quanto pelas servidoras do local, deixa claro, também, como o interesse em trabalhar enquanto preso, remunerado ou não, é muito maior que a disposição que ele encontra das mulheres. Destaca em alguns momentos como a parte “sentimental” é mais evidente no feminino, e reverbera, sem perceber, algumas reificações sobre os gêneros.

Não consigo entender porque esta diferença. Não sei se é porque o público aqui é

⁹⁵ Entrevista, Rosina Maria Sartor Souza (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã/MS. Data: 19/03/2022, 53 min.

⁹⁶ Entrevista - Tulio Cruz Nogueira (vídeo - Zoom). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Fátima Do Sul/Ponta Porã. Data: 04/03/2022, 58 min.

⁹⁷ Entrevista, Rodrigo Borges (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 1h20 min.

mais voltado para a família; mães. Lá eles eram os mantenedores dos lares. (...) E aqui é tudo menor, quantidade, lucro. Lá o anseio era pra aquisição de algo, um maquinário, um veículo. Aqui era dar uma coisa melhor pros filhos; pra pagar dívida. Pra eles, estar preso é perda de recurso. Os funcionários que ficam tomando conta. Muitos tem seus próprios negócios. Aqui elas falam: eu queria estar com meu filho.⁹⁸

Em outro momento, o Diretor do presídio comete um ato falho ao diferenciar mulheres presas de homens presos:

O que me marca hoje, neste presídio... aqui as internas são mais sentimentais. Dá pra sentir... são mais afetivas, os sentimentos são bem mais aflorados. O sentimento delas é mais acometido **do que o do ser humano**. Lá eu não via diferença de um interno de um dia para o outro, aqui a gente já percebe. Um dia a interna vem disposta, no outro já não quer trabalhar, quando vai ver é porque tá preocupada com a família (grifo meu).⁹⁹

Não há como deixar de constatar que para o gestor, ser humano é o ser humano do sexo masculino. Suas falas perpetram sexismo ao mencionar que o “ser humano” como sinônimo de “homem” é mais ganancioso, mas que também mais dedicado ao trabalho; enquanto as mulheres são mais sensíveis e preocupadas com a aparência:

Aqui, renda remunerada só tenho na cozinha. No futuro queremos mais, eu almejo um setor de costura e artesanato. Nós estamos com dificuldade de ter alguém qualificado. Lá era comum o interno entrar no serviço sem ter conhecimento e logo aprender e já ir passando pro próximo. Aqui não tem esse interesse demonstrado.¹⁰⁰

Ainda no campo das desigualdades, sob outro viés – afora os contrastes culturais e regionais que se encontram (e confrontam) dentro das celas, nesta região fronteiriça temos ainda uma presença de indígenas em quantidades elevadas, em relação a outros presídios de mulheres (com exceção da região norte, onde também se vê uma proeminente presença de mulheres indígenas aprisionadas). Dona Rosina também relatou neste sentido, um fato de violência marcante que viveu com presas indígenas:

Elas são problemáticas. Elas são meio diferentes no sentido de que são meio ignorantes; elas não aturam muito as coisas. É uma outra cultura. Mas elas são muito trabalhadeiras. Sempre trabalharam as indígenas aqui. Mas geralmente as

98 Entrevista, Rodrigo Borges (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 1h20 min.

99 Entrevista, Rodrigo Borges (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 1h20 min.

100 Entrevista, Rodrigo Borges (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 1h20 min.

que chegam aqui são alcoólatras... O problema de bebida nas aldeias é muito grande, né? E os crimes delas são geralmente decorrentes disso; de morte; de matar o companheiro... por defesa, matar um irmão...

Tem algumas que chegam aqui por tráfico também, porque tem algumas bocas nas aldeias... Mas geralmente elas veem por assassinato.

Nós tínhamos uma *índia* que estava aqui que é de Amambai e ela era soropositivo.

Tem uma aqui que foi muito judiada. Ela chegou era meu plantão; ela e mais duas mas só ela que ficou condenada, foi um caso federal. Ela e o marido extorquiam os outros índios, pegavam os documentos dos outros *índios* e pegavam dinheiro da aposentadoria, sacavam e não devolviam pras pessoas; tinha envolvimento com venda de criança... Quando chegaram aqui as presas (faz sinal de que bateram) caíram em cima. Quando percebemos a movimentação já tinham judiado muito... Porque colocaram som alto e nós não ouvimos. Fizeram elas comerem cocô... ameaçaram elas pra não chamar a gente, se não iam matar elas até a polícia chegar. As outras presas não queria soltar elas. A louca aqui é que foi lá.

Minha colega tava tremendo, eu entrei, gritei, bati na grade com vassoura e mandem: 'quero elas aqui, agora!'. Aí elas foram se afastando e eu consegui pegar elas e tirei da cela.

Quando a polícia chegou elas já estavam aqui fora. Isso tem 3, 4 anos já.¹⁰¹

É importante destacar o lugar de dona Rosina, não apenas de poder, como servidora do presídio na área de segurança, como também a marcação de raça: quem fala das indígenas como geralmente problemáticas é também uma mulher branca e loira.

Dentro das vidas menos vistas, menos protagonistas e mais suscetíveis a não gerar indignação no corpo social, temos as mulheres indígenas. Ou seja, dentro das mulheres presas na fronteira, ainda assim temos outras camadas adicionadas em vulnerabilidade quando falamos de indígenas. As mulheres indígenas brasileiras, parecem ser lidas como as demais mulheres brasileiras o são dentro de prisões no Paraguai, como veremos nos relatos colhidos e trazidos que contam abaixo.

Aqui traçamos um painel com os temas afluentes aos presídios femininos na fronteira e as mulheres que nele se encontram privadas de liberdade. Caminhamos pelas histórias dos presídios e apresentamos como os presídios femininos são, em grande parte, locais improvisados. Fulcrados em Foucault, explicamos um pouco do pensamento eurocêntrico na formação das detenções e posteriormente as tentativas de importação de modelos norte-americanos – principalmente o superencarceramento.

Relatamos um pouco mais a especificidade encontrada na fronteira, com o suporte de nossas fontes orais. Outra face do fenômeno do encarceramento em massa e a guerra às drogas foi abordada também ao citarmos o caso das facções predominantes entre Brasil e Paraguai, sendo a principal, o Primeiro Comando da Capital/PCC.

101 Entrevista, Rosina Maria Sartor Souza (áudio - MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã/MS. Data: 19/03/2022, 53 min.

Por fim, e já nos preparando para os relatos das mulheres, mostramos aspectos de vidas descartáveis. Muitas autoras/autores já discorreram sobre temas extremos, como guerras e holocausto, para falar de seres humanos cuja dor, morte ou liberdade não possuem espaço na mídia ou consternação. Não há comoção para certas vidas perdidas ou esquecidas.

No capítulo seguinte, traremos as histórias destas mulheres que abordam sua vida pregressa, sua vida na cadeia e suas angústias. Após, faço análises sobre temas específicos que transversalizaram nossos diálogos.

3. DESIMPORTANTES E DISPENSÁVEIS: TODAS TÊM DIREITO A FAZER PARTE DA HISTÓRIA?

Neste último capítulo, nosso objetivo é inserir as entrevistas de maneira integral e após, consta uma análise que compatibiliza e compara entrevistas com a teoria, a depender de uma categoria pré-determinada. Antes das entrevistas faço um relato inicial da minha chegada aos presídios, e antes de cada entrevistada, relato minhas impressões e como nos encontramos. Também incluí algumas imagens dos respectivos locais.

Quanto a organização dos procedimentos de história oral, pela variedade acima elencada de possíveis participantes, entendo que a divisão adequada precisava se dar nos seguintes termos: 2 colônias, englobando parte brasileira e paraguaia de colaboradores. Em continuidade, a partir desta segunda separação, propomos as redes. As redes são, assim, a menor parcela contendo elos comuns e únicos.

Minha divisão de redes se deu, portanto, 1º as mulheres presas e/ou ex-presidiárias em ambos os lados da fronteira, 2º agentes públicos (policiais penais, gestores); 3º observadores externos (advogados/Defensoria Pública, representante de ONG ou Agência – no caso paraguaio Mecanismo Nacional de Prevención de la Tortura/PY”)¹⁰².

Escrevi um roteiro para as entrevistas conforme as redes foram definidas, porém não se tratou de questionários fechados. O roteiro buscou ter orientação para determinados grupos e depois na análise dessas entrevistas, caso houvesse a necessidade de comparação, esta se daria mais facilmente.

As entrevistas realizadas com mulheres em situação de cárcere foram realizadas à guisa da história oral temática. A intenção foi que elas falassem sobre suas vidas pregressas e pudessem fazer conexões, a partir de estímulos¹⁰³, elaborando suas trajetórias e posteriormente relatando de

102 O trabalho com redes tem suas peculiaridades, e aqui empresto trecho contido na dissertação de Lucas Maceno ao falar deste tema “Nesse ensejo, o trabalho com múltiplas redes demandou adequações no circunstancial das entrevistas, respeitando diferenças entre os modos de afecção elaborados. Equivale dizer que foram necessárias estratégias distintas de negociação e conferência (MACENO, 2021, p. 45). A cada rede é demandado da diretora/do diretor do projeto adaptações para extrair o que se pretende, coadunando com o que é possível naquela ocasião e com dado colaborador.

103 É importante destacar que como não havia um seguimento fechado ao roteiro, as investidas aos temas eram dadas por estímulos, concordâncias, pontuações sobre alguma informação entregue. Como relata Lucas Maceno (MACENO, 2021, p. 45), “uso de estímulos no lugar de perguntas encerradas; os estímulos foram efetivados em blocos multifacetados, incursionando desde a vida até a manifestação do trauma pela memória de expressão oral”.

suas vidas na prisão¹⁰⁴. Os outro/as colaboradores seguiram mais pelas vias da história oral temática – embora vocês possam verificar que as verdades pessoais e o que se encontra no trabalho formal são imiscuídas, fundidas, por vezes inseparáveis.

Logo, com todos os participantes cientes dos objetivos da pesquisa e mediante a autorização verbal¹⁰⁵ para a utilização de suas falas nesta tese, os passos conseguintes foram dados pela gravação (via *google meet* durante a parte mais severa da COVID e gravadores, quando assim foi possível ir aos encontros presencialmente), transcrição dos áudios, textualização e transcrição¹⁰⁶.

Com os áudios transcritos com exatidão, outro arquivo era feito para a textualização da entrevista ora em trabalho de elaboração. Nesta fase busquei concatenar as ideias que o/a entrevistado/a emitiu, preservando suas palavras, mas dando mais clareza aos testemunhos emitidos, visto que o momento da emissão das histórias que constam da memória pode ser, e em geral o é, entrecortado. Coisas ditas em uma questão às vezes são mais desenvolvidas logo ao final, por exemplo. Desta maneira, “a textualização se caracteriza pelo reordenamento das ideias emitidas pelo entrevistado, independentemente da ordem em que ele as pôs” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 134).

Com este primeiro tratamento feito para aos colaboradores que tinham acesso por vias eletrônicas para ler o conteúdo e opinar sobre o que havia sido falado anteriormente em gravação. Nenhum colaborador pediu supressão ou alteração no arquivo (exceto breves esclarecimentos em determinados pontos, a fim de complementar o dito). Ou seja, mesmo em momentos que foram tratados assuntos sensíveis envolvendo questões profissionais dos colaboradores foi solicitada remoção do trecho.

A verdade é que o mundo que acontece dentro das grades é apenas um cosmos apartado da sociedade, muito similar ao que se passa fora. E os sentimentos humanos são os mesmos desde

104 Um tipo de história oral que combina os gêneros história oral de vida e história oral temática é “história oral testemunhal” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 75), porém seu caráter político e militante social não foi buscado. Em que pese o incursionamento pelas histórias pessoais vividas por estas mulheres, havia um objetivo de conectar as vivências pregressas à vida que passaram a comungar dentro dos presídios.

105 Assim como lembrado por Maceno (2021), bebendo nos ensinamentos de Meihy e Seawhright (2020) houve a pactuação entre as partes, após a explicação sobre o projeto e por conseguinte, o aceite na concessão das entrevistas, como ressaltado também quando se referiu a validação do “labor pela potência da tradição oral” (MACENO, 2021, p. 49). As mulheres encarceradas possuem volatilidade em sua estadia, haja vista as progressões de regime, porém a autorização concedida oralmente foi a saída encontrada para que os objetivos não fossem inalcançados por este óbice de reencontrar a colaboradora. As entrevistas mais sensíveis eram elas e a partir daí foi a mesma tratativa empregada aos outros entrevistados, sendo a diferença destacável nestes casos de que as tratativas quanto ao resultado final (e negociações) com os demais foram feitas via meios eletrônicos (e-mail e WhatsApp).

106 “Em relação a passagem do código oral ao escrito, operou-se por etapas interdependentes iniciadas desde a transcrição literal das entrevistas, cuidando da textualização, identificação do tom vital” (MACENO, 2021, p. 46).

sempre e em quaisquer lugares. A necessidade humana da escuta e a valorização de sua vida move a todos.

As narrativas de mulheres que conheci em razão desta tese, estão aqui com poucas alterações. Em respeito à confiança que mantivemos; em respeito às suas histórias. Elas merecem ser lidas. Suas complexidades, tristezas, ações.

Abaixo estão as mulheres que vieram à fronteira e outras que são da fronteira. Tento demonstrar as nuances de suas histórias, as diferenças e semelhanças. As que vieram em razão do tráfico ou foram de alguma forma envolvidas por seus companheiros as situações delitivas que acarretaram seus aprisionamentos. Mesmo as que não tiveram motivação direta advinda de um relacionamento amoroso heterossexual, de certa forma estavam buscando uma forma de pagar as contas diante do acúmulo de funções, trabalhos mal pagos e maternidade solo.

O sofrimento psíquico diversas vezes relatado, ou as humilhações sofridas presentes nas falas das mulheres encarceradas em Pedro Juan Caballero: eu vi, ouvi e as trago aqui.

Algumas delas, agentes de si, demonstraram a variedade destas mulheres presas. Como Rachel Sohiet (1997) demonstrou, não há somente vítimas, embora muitas venham de profundas fraturas sociais; de muitas injustiças e fruto de desigualdade de gênero¹⁰⁷. Em comum, temos um contingente de mulheres à margem, as quais poucas vezes foram oferecidas oportunidades e recomeços. Um grupo de mulheres sobrecarregadas e excluídas. Relegadas à “desinteressância”. Vidas coadjuvantes e cada vez mais invisibilizadas. Por todos os lados que olhem, elas veem paredes, grades e costas.

3.1 – As mulheres nos presídios da fronteira: o que se vê, o que se sente, o que se ouve

Marcio Zamboni (2020) fala sobre o cheiro da prisão e como sente que este nunca mais o deixou¹⁰⁸. Devo aqui localizar os/as leitor/as que estes cheiros e sentimentos despertados pela

¹⁰⁷ A autora pontua ao longo de sua produção, que é preciso romper com a dicotomia “entre a vitimização ou os sucessos femininos” (SOHIEt, 1997, p. 100). Não apenas neste artigo, mas em vários momentos de sua obra, Sohiet apresenta as facetas variadas do grupo “mulheres” inclusive quando fala de mulheres criminosas.

¹⁰⁸ Assim o antropólogo explica as sensações que teve “Adentrar os pavilhões e conviver com os presos é uma experiência fortemente corporificada, que perpassa todos os sentidos – por um período muito maior do que a própria duração das visitas. Ainda cruzando o jardim, o primeiro sentido a ser afetado é o olfato: todas as prisões que visitei tem um cheiro característico e onipresente, que se impõe rapidamente. Um odor azedo e carregado, que em um primeiro contato revira o estômago e provoca um forte ímpeto de vômito. Naquela primeira visita, como em todas as outras subsequentes, fiz um grande esforço para conter esse impulso. Chegando mais perto da entrada, a reação do meu corpo foi a de bloquear completamente o olfato. A partir de certo momento, paro completamente de sentir esse cheiro. Ou qualquer outro. O efeito dura em mim todo o tempo da visita – e em geral algumas horas e até dias depois de sair das muralhas. Nos períodos de visita mais constantes, fiquei semanas sem olfato. Amigos ou conhecidos que já foram presos me contaram que demoraram meses na rua para recuperar o olfato e que a sensibilidade nunca voltou a ser a

presença no cárcere não foram os mesmos comigo. Talvez porque o presídio de Ponta Porã seja um ambiente pequeno e bem cuidado, ou talvez por este contato em unidades prisionais não ser novidade para mim.

Tenho algumas recordações em relação aos presídios. A primeira vez que tive este contato eu era criança. Meu tio encontrava-se preso e minha família foi visitá-lo, era uma delegacia e o fragmento da minha memória é só uma fotografia. Lembro das grades e que meu tio estava com um violão quando chegamos.

Já adulta e fazendo faculdade de Direito fui, enquanto estagiária, realizar uma visita/acompanhando uma das Promotoras de Justiça da comarca de Rio Brilhante, no presídio de Segurança máxima de Dourados. Também já fui a delegacias a trabalho.

Mas meu contato de presídio como rotina vem do pessoal. Minha irmã foi diretora do Presídio feminino de Rio brilhante/MS por vários anos. Fui algumas vezes no estabelecimento, conhecia seus colegas e acompanhava de perto sua disposição em advogar pela progressão de regime das presas. Apesar de diretora, no presídio pequeno também atuava como departamento jurídico afim de que as presas obtivessem mais agilidade em seus pedidos e direitos.

Portanto, quando chego em Ponta Porã e início esta etapa do campo, tudo ao meu redor é conhecido. As rotinas, as divisões administrativas, os desafios diários, etc.

As tratativas para conseguir esta entrada não foram tão árduas quanto Ângela Teixeira Artur (2017) descreveu em sua pesquisa, como vemos abaixo:

Seguiram-se as tentativas de acesso às fontes penitenciárias, o mais moroso e desgastante processo de pesquisa deste trabalho. A maior barreira para a realização desta pesquisa foi a alegação de que não existiam documentos do antigo Presídio de Mulheres [...] desde 2008 fui desencorajada por esse relato que se repetia como uma ladainha e servia como justificativa para as constantes recusas às solicitações de pesquisa. A cada recusa parecia verdadeira a ladainha do incêndio e crescia a desesperança na sobrevivência de registros penitenciários da gestão religiosa e da população carcerária feminina. Entretanto, a cada recusa as solicitações eram reformuladas e reenviadas (ARTUR, 2017, p. 16).

O dialeto próprio da cadeia também não me eram estranhos. Havia absorvido por anos escutando minha irmã. A organização administrativa também não era novidade. A horta e o uniforme também não.

Quando Nana Queiroz (2019) fala da diferença de ser uma pesquisadora mulher no ambiente e na escuta dessas histórias, sinto o mesmo. É fácil se conectar com estas histórias. Das mulheres que compõe o estafe, às mulheres presas, me vejo em todas. As ouço como interesse de pesquisa, mas com a atenção e respeito que todos merecem ao contar suas razões e mesma” (ZAMBONI, 2020, p. 43).

arrependimentos.

A seguir trago relatos de campo e as entrevistas transcritas. Primeiramente em Ponta Porã (BR), e depois as realizadas em Pedro Juan Caballero (PY). As histórias delas merecem ser contadas integralmente.

Figura 1 - Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã-MS (2022)



Fonte: Acervo Particular da Autora – 19/03/2022 – Ponta Porã.

Fragmento do caderno de campo da minha primeira visita ao presídio feminino de Ponta Porã, em 19/03/2022:

Às 13h chego ao estabelecimento.

Na portaria uma simpática servidora me atende e explicou que havia combinado de realizar uma visita para a realização da minha pesquisa. Ela abre a porta e diz que vai falar com as pessoas da administração. Não espero nem 2 minutos e me chama para entrar na sala onde ficam as servidoras que cumprem expediente (ao contrário das agentes de segurança que realizam plantões). A sala do Diretor fica no mesmo ambiente, havendo apenas uma porta de separação. A porta estava aberta.

Nesta sala da administração, todas servidoras são mulheres. Uma é responsável pelo jurídico, outra por processos administrativos disciplinares das presas – pelo volume de trabalho são duas divisões e servidoras diferentes. Há servidora responsável por cursos e pela disciplina. Uma administradora.

A servidora do setor jurídico me recebe e solicita a vinda do diretor que está no pátio.

Até ele chegar ela me explica um pouco do funcionamento do local. Pergunto sobre as hortas caprichadas que vejo e ela me diz que é recente, realizada pelo atual diretor (que está há um ano no cargo).

Pouco tempo depois ele chega e me atende. Vamos para a sala dele e lhe explico sobre minha pesquisa. Uma interna que trabalha junto ao setor de expediente nos oferece café – ela, assim como a maioria das internas que vi neste dia usavam camiseta laranja do uniforme.

Tomamos café e o senhor Rodrigo Borges, diretor, vai relatando um pouco do seu histórico na AGEPEN e no presídio. Ele me diz que está há vinte anos na AGEPEN, sendo 7 como diretor do presídio masculino, 2 como diretor do semiaberto (que não existe mais) e 1 no feminino. Ele me pergunta se acho estranho ele ser o diretor, por ser homem. Nem consigo responder, ele já explica que foi convidado pra assumir pois o presídio estava em uma situação muito difícil.¹⁰⁹

Tulio Nogueira, Defensor Público de Ponta Porã e um dos meus primeiros entrevistados, já havia me falado que a equipe era muito boa e o diretor bem interessado, impressão que acabei por confirmar.

Tanto o diretor, quanto a servidora do jurídico, queriam saber com quantas pessoas eu desejava conversar... expliquei que iria depender do desenvolvimento da pesquisa.

O Diretor falou para separarem presas que estavam no trabalho. Os espaços do trabalho junto com os servidores não estão disponíveis para todas. Há uma seleção rigorosa, que leva em conta as habilidades, comportamento, etc. Para participar das atividades como aula, trabalho, coisas que envolvam remissão de pena também é feita essa análise criteriosa.

O senhor Borges me relata que foi convidado para assumir a direção do masculino num momento difícil e que juntamente com sua equipe conseguiu manter a contento o presídio em seu período de atuação. O presídio masculino é sempre lembrado como um local difícil e suscetível a rebeliões e tentativas de fuga, o Borges (como é chamado), relata que em seu período não houve qualquer ocorrência dessa ordem e que entende que é lembrado a assumir tais posições sempre que exista problemas nas unidades.

Me conta que seu cargo no presídio masculino foi dado para uma outra pessoa por decisão política e que esta pessoa hoje está presa em decorrência deste trabalho.

Diz que entende que foi chamado para o feminino pelo mesmo motivo, que havia muitos problemas com drogas, celulares e indisciplina, mas que conseguiram um bom resultado com as

¹⁰⁹ O diretor do Presídio Feminino de Ponta Porã, que aparecerá algumas vezes no texto, deixou o cargo em setembro de 2023. Atualmente, o estabelecimento tem como diretora, Dilma Colman Delbane (AGEPEN, 2023).

ações que implementou. Com cursos e trabalho.

Me explica que as melhorias realizadas no prédio, os materiais de limpeza e higiene são comprados com um caixa próprio da cantina. Ele relata que todos os presídios possuem essa cantina, que mais parece uma pequena mercearia. Ele conta que os produtos são comprados no atacado e que são vendidos com uma margem de 30% de lucro (valor estabelecido em diretrizes pela própria AGEPEN). A maior parte fica com os presídios, mas há um percentual de cada produto que é destinado para o fundo da AGEPEN. Isso é controlado por planilhas e programas da própria Agência.

A instalação de câmera de segurança também é recente e feita com esse dinheiro da cantina. O kit higiene das internas também.

Chega um policial militar para falar com Borges e eu falo que não tem problema que podemos marcar outras visitas pra fazer as entrevistas, que quero ouvir internas e pessoas da administração.

Borges fala para servidora do jurídico me fazer companhia, explicar as coisas do trabalho dela e das outras servidoras do expediente e depois me levar pra “baixo”. Realmente abaixo ficam outros ambientes, como cozinha, sala de aula, salão de beleza, salas para outros trabalhos, cantina, local onde ficam os servidores plantonistas e sala de descanso dos mesmos.

Suiane, a servidora encarregada do setor jurídico, me conta da função de cada servidora de maneira informal. Me mostra mais cotidiano de seu trabalho, das cartinhas das presas para ver seus processos. Sua planilha dividida entre processadas e condenadas. Relata a importância da lei das mãezinhas¹¹⁰.

Nesta tarde, desci para o pátio e esperei as agentes escolherem as internas para eu conversar. Um pudim ficou pronto e me ofereceram, comi.

Suiane me explicou que era uma cozinheira contratada, haja vista que a comida dos agentes não pode ser feita pelas presas.

Fiquei a tarde toda, fui tratada com cortesia e disponibilidade pelos servidores.

Quando fui embora, a servidora responsável pela portaria me pediu para anotar meu nome e origem, pois esqueceu quando entrei.

Figura 2 - Horta no presídio de Ponta Porã (2022)

¹¹⁰ Descrevo no próximo capítulo alguns arcabouços jurídicos que são importantes para entender as miúças da situação das mulheres presas. Um pouco disso também aparece no relato da servidora plantonista entrevistada chamada Rosina. Com o advento desta lei (nº 13.796/2018), em seu artigo 1º preceitua: “Esta Lei estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação”.



Fonte: Fotos enviadas pela servidora Suiane em 18 de março de 2022.

Figura 3 - Horta no presídio de Ponta Porã (2022)



Fonte: Fotos enviadas pela servidora Suiane em 18 de março de 2022.

3.2 – Mulheres presas em Ponta Porã: o que ouvi e o que senti

Durante a pesquisa no doutorado fiz trabalho de campo nos presídios, no Presídio Feminino de Ponta Porã estive por duas vezes. No primeiro campo em março de 2022 entrevistei duas mulheres presas (Julia e Carla) e uma servidora agente penal (dona Rosina). Na segunda vez – em maio do mesmo ano, entrevistei mais duas mulheres que cumpriam pena (Luísa e Larissa) e o então diretor do estabelecimento penal, Rodrigo Borges.

Das quatro entrevistadas que cumpriam pena, três vieram de diferentes estados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo), de Mato Grosso do Sul, apenas Carla que também era a única negra. Todas, no entanto, estavam aprisionadas em decorrência do tráfico de drogas.

Julia e Larissa admitiram com franqueza a decisão de cometer o crime, suas razões pessoais, como foi o convite e como foram pegas. Carla e Luísa se colocam como sujeitas passivas da ação de seus namorados.

Carla e Luísa não admitem que sabiam das ações de seus companheiros e ambas se assumem como pagando por crimes que não foram seus. Apesar de suas justificativas, e entendendo todo o contexto relatado, ficamos realmente em dúvida se elas viajavam com seus companheiros sem saber o que se passava, no caso que estavam traficando. Será que ingenuamente pensavam que os delitos de seus companheiros não as atingiram?

Apesar de assumirem suas decisões ao aceitarem levar as drogas para suas respectivas cidades, Julia e Larissa explicam que a necessidade financeira qual passavam, e sendo responsáveis pela criação sozinha de seus filhos, essas somas de dinheiro envolvido nas transações reflete como isso foi um fator decisivo. Denota-se, que indiretamente, a decisão também veio motivadas por seus ex-companheiros que as abandonaram com todas as responsabilidades de mantenedoras de si e das crianças.

Todas entrevistadas estavam trabalhando a época dos fatos (com exceção de Carla que cumpria pena em prisão domiciliar e é reincidente - antes da primeira condenação trabalhava como cozinheira e vendia marmitas). Carla e Julia não possuem ensino médio completo e Larissa não concluiu a faculdade. Luísa possui ensino superior.

O critério central da escolha das 4 mulheres para as entrevistas se deu em especial, e em primeiro lugar por elas serem mulheres, essa foi uma escolha que a pesquisa nos conduziu desde o início e o critério se estabeleceu a partir disso – serem mulheres encarceradas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

O desenrolar das demais questões tanto objetivas quanto subjetivas foram sendo alicerçadas e analisadas a partir de suas narrativas coletadas na prisão ou em condição de penalizadas. Todas essas questões vieram a consubstanciar grande parte dos objetivos que definimos para a construção da tese, quer seja, entender como mulheres de diferentes lugares do Brasil, com formações familiares distintas umas das outras, com distintos níveis de estudos entre elas, presumivelmente com condições financeiras, econômicas, de trabalho, moradia, entre outros fatores que envolvem o cotidiano das pessoas, também passaram a fazer parte de um contingente de mulheres encarceradas que vem aumentando nos últimos anos, em especial ligados ao tráfico de drogas em regiões fronteiriças, elas, servindo muitas vezes, como simples acompanhantes de seus companheiros deduzindo-se por vez em uma viagem comum pela região, e outras vezes de maneira assumida como mulas do tráfico sabendo do a cometimento do ilícito.

Tudo isso corrobora um pouco para reafirmar a velha impressão que o próprio senso comum têm muito bem construído em seus discursos, de que o crime não escolhe cor, instrução educacional, condição financeira ou outros fatores, mas logicamente um ou outro desses caracteres pode resultar em agravantes para a realização ou não de um determinado crime, como no caso aqui em tela do tráfico de drogas entre dois países, geralmente com pequenas poções.

Presídio Feminino de Ponta Porã/MS

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Júlia	Passado idílico	Julia apresenta seu passado como um refúgio e uma vida que haveria de ter sido mantida	Minha vida era muito diferente da que eu levo aqui,
Carla	Passado idílico	Carla conta que sempre trabalhou com cozinha e tinha uma vida tranquila até ser surpreendida pela prisão	Antes de tudo eu tinha uma vida normal, eu trabalhava.
Luísa	Passado idílico	Luísa relata sua vida na metrópole, finais de semana com familiares no sítio ou praia. Reforça, portanto, sua diferença pras meninas com quem divide o local, que fazem “corre” que são da “roça”	A diferença é que quando eu saio eu não vou pra minha casa, meu conforto, minha cama queen maravilhosa, pro meu marido, comer meu queijo brie, comer filé mignon... não, a diferença é que eu vou pra cela
Larissa	Passado idílico	Larissa ressalta que tinha uma vida simples, mas que não precisava ter passado por isto.	Antes de chegar aqui eu tinha uma rotina de vida normal, trabalhava num hospital na parte de atendimento, como secretária e recepcionista
Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Júlia	inumanidade	Sem ter espaços físicos e emocionais para se expressar, Julia escreve	escrever é uma coisa que eu quero pra mim
Carla	inumanidade	Carla relata a discriminação que sofria quando estava em liberdade e como mesmo não	Eu tinha começado a trabalhar, mas em 2 dias eu fui

	ade	estando atrás das grades, quando cumpria pena em casa precisava de ajuda para qualquer tarefa.	dispensada por causa da torção do tornozelo.
Luísa	inumanidade	Pelo que diz, Luísa demonstra o preconceito que tinha em relação ao presídio e quem os ocupava. Para Luísa era o lugar das “negonas”, não dela.	‘Só tem negona na cadeia, eu sou branca elas vão me bater’... essa era a minha visão
Larissa	inumanidade	Larissa teme o preconceito que enfrentará ao sair.	Eu tenho medo dos olhos da sociedade sobre mim, como eles irão me receber

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Júlia	abandono	Julia é mãe solo e este é um dos motivos que elenca para ter aceitado transportar drogas.	Eu tive um relacionamento de 8 anos, desde os meus 16 anos de idade. Era um relacionamento abusivo
Carla	abandono	Carla relata que não estava envolvida com os crimes de seu ex-companheiro, que mesmo após deixá-lo sofre as consequências	Esse relacionamento que me deixou aqui
Luísa	abandono	O remorso de Luísa vem de não poder estar ajudando seus pais. Ela sente que falhou estando longe e não fazendo o que costumava fazer para ajudá-los	Aquela briga de herança... e cadê a filha pra estar lá amparando?
Larissa	abandono	Larissa foi mãe muito jovem, aos 15. Com a responsabilidade dos cuidados, sente que	Nesse período minha mãe foi morar com ele até dar o tempo pra eu sair daqui e retornar.

		abandonou sua família e que falhou. Em que pese ter a responsabilidade da casa e filho sozinha, diz que sua família não a abandonou.	
--	--	--	--

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Júlia	crime/ seletividade do lembrar	Julia descreve a vida pregressa em detalhes, mas fala brevemente sobre sua vinda para Ponta Porã e o convite para levar drogas.	Nós saímos, conhecemos uma pessoa que nos fez esta proposta. Eu aceitei, nós aceitamos.
Carla	crime/ seletividade do lembrar	Carla conta sobre suas duas entradas no presídio e como nem sabia da existência de um segundo processo.	Quando vi, eu estava envolvida no processo.
Luísa	crime/ seletividade do lembrar	Luísa relata que veio para a fronteira sem se dar conta do que estava acontecendo. Que estava a passeio. Mas nas entrelinhas, em frases desconexas, percebemos desencontro de informações sobre o conhecimento da prática do crime.	era pra vir pra cá, pra buscar um carro “que a mecânica tava ruim...” era de um cliente particular dele de São Paulo
Larissa	crime/ seletividade do lembrar	Larissa tinha conhecimento total da operação, mas relata que desconhecia a quantidade e a droga que levava.	Verdadeira ilusão, aquela proposta encantadora... o dinheiro fácil, entre aspas, né, porque não é fácil ficar 2 anos presa aqui

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Júlia	fronteira	Julia é parte do intrincado retrato	Como vai desistir numa fronteira?

		fronteiriço e reproduz o discurso da fronteira como local perigoso.	
Carla	fronteira	Carla vivia em Amambai/MS, a única entrevistada da região.	Aí estourou um mandado de prisão do Paraná pra cá pro Mato Grosso do Sul, que foi este que cumpri em casa, na domiciliar.
Luísa	fronteira	Luísa relata sobre o atraso de seu processo por estar na fronteira, como um lugar difícil já que a maioria vem com a finalidade de praticar crimes.	A meu ver, o problema é que estamos na fronteira e a maioria vem mesmo com a intenção de praticar um crime
Larissa	fronteira		

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Júlia	remorso	Julia pensa no impacto de sua prisão na família, e revela também a ansiedade que a condição de encarcerada promove todo dia	eu penso muito e é onde me machuca muito
Carla	remorso	Carla relata o prejuízo na saúde de sua filha e em sua educação. O remorso também aparece ao falar do relacionamento amoroso que teve.	Eu não quero saber dele nunca mais, não tenho contato nenhum
Luísa	remorso	Luísa se abala ao falar da família e como sofre com a saudade da família, além de relatar o uso de remédios para suportar a	Eu não quero que vocês venham pra cá que é muita humilhação”

		vida na cadeia	
Larissa	remorso	Larissa expressa muito seu sentimento de culpa pela doença de seu filho e pela vergonha que acredita ter imposto à sua família	Pra minha família eu estar aqui foi um choque

3.2.1 - Julia: “Escrever Pra Mim É Um Desabafo Muito Grande”

Minha primeira entrevista com uma interna, foi com Julia. Naquela visita realizada em março de 2022 eu ainda tateava o presídio. Tentava entender o que o ambiente possuía e o que me era apresentado; as relações e as minúcias do cotidiano. A teia na qual essas mulheres estavam coladas temporariamente e até onde ativamente tecendo. Os limites impostos pela prisão e agência por elas mesmas empregadas.

Julia era jovem, sorridente e bonita. Era desenvolta e se comunicava com facilidade. Cabelos escuros longos e se dispôs a participar da pesquisa rápida e assertivamente. Eu desejava conhecer sua história ali, sua rotina, relações e trabalho, mas também como ela havia chegado ao presídio. Como era sua vida antes e o que vislumbrava para seu futuro.

As dores de saudade da vida que levava e do filho e as estratégias para que se perceba o tempo passando mais rápido são expostas durante esta conversa. Quando fala de suas dores, vergonha e decepção da família as lágrimas descem imediatamente.

Enquanto falava do filho, errou a idade dele e se entristeceu ao perceber que não estava com ele em seu último aniversário. Abaixo a sua entrevista:

Eu sou de Florianópolis e tenho 24 anos. Minha vida era muito diferente da que eu levo aqui, eu tinha um salão de beleza e vendia coisas no meu salão, como cosméticos, roupas... Eu cuidava do meu filhinho e trabalhava com meus negócios. Meu filho tem 4 aninhos e está com meu pai hoje. Quer dizer, meu filho fez 05, eu não lembrei porque eu já estava aqui quando ele completou 5 aninhos. Faz 07 meses que eu cheguei ao presídio, então durante este tempo ele está sob os cuidados do meu pai e da minha madrastra, já que minha mãe faleceu quando eu tinha 14 anos.

Eu não tenho o ensino médio completo. Deixa eu te contar pra você entender... Eu tive um relacionamento de 8 anos, desde os meus 16 anos de idade. Era um relacionamento abusivo. Ele me mantinha muito fechada, eu não podia ter amizades, conviver com outras pessoas. Quando eu estava no 2º ano do Ensino Médio ele não me deixou mais estudar, de tanto ciúme que ele tinha. Com o tempo eu comecei a trabalhar em algumas empresas de telemarketing, e depois eu trabalhei numa empresa que comercializava software pra posto de combustível, captando clientes. Depois eu fui trabalhar com salão porque eu sempre gostei disso. Soube de um curso de cabeleireira e manicure e fui fazer. Durou 6 meses.

Com a pandemia eu passei por muitas dificuldades financeiras para manter o meu negócio. Eu fazia compras de produtos cosméticos em São Paulo e revendia no salão, mas os preços subiram demais e eu não conseguia aumentar o lucro do salão. Daí resolvemos vir pra cá, eu e uma amiga, para estudar os preços e o mercado, conhecer os produtos e ver o que compensava levarmos para revender em Santa Catarina. Nós já estávamos aqui há uma semana fazendo esta análise, o que comprar ou não... quando recebemos a proposta.

Nós saímos, conhecemos uma pessoa que nos fez esta proposta. Eu aceitei,

nós aceitamos. Por ser mãe solteira, por estar passando por essa dificuldade financeira... nós aceitamos. Nós fomos pegadas. Nós caímos e por isso eu vim parar aqui.

Quando a gente chega aqui, a gente vai para a cela de triagem – lá é o tempo da gente ir se dando conta da realidade e de como as coisas funcionam aqui. Fiquei um mês lá. Depois que passei pela triagem eu fui pra galeria 1. Lá não tinha nada pra fazer neste começo e eu ficava muito angustiada, com a ansiedade a mil. Quando saí de lá comecei a trabalhar na remissão do crochê, eu não sabia fazer nada até então. Apreendi e passei a fazer uns trabalhos. Depois eu fui trabalhar na horta e me encontrei, descobri que tenho uma conexão com as plantas, eu adorava trabalhar lá e me fazia muito bem, mas precisavam de gente aqui no salão de beleza do presídio e eu tenho curso de tudo nessa área, né? É minha especialidade e ficava mais prático.

Todo mundo acorda, toma banho, 06h30m mais ou menos. Aí vem o café, a gente toma café. Às 08h a gente sai das celas. Eu já venho pro salão até as 11h. Aí almoça, descansa e volta às 13h. Até mais ou menos umas 15h30m, aí a gente entra de novo. Daí só no outro dia. Mas é tranquilo, a rotina aqui acaba sendo tranquila por eu fazer o que eu gosto.

Desde que eu vim pra cá só vi meu filho uma vez neste período, foi no mês que eu cheguei aqui quando estava com o psicólogo e pude fazer uma chamada de vídeo, isso foi no ano passado. Então de vídeo, de ver ele, já faz quase 07 meses. Falando por telefone, eu consigo toda quinta-feira pelo orelhão que a gente tem aqui na unidade; eu ligo a cobrar. Teve uma quinta-feira que a minha madrastra atendeu e eu falei “bota crédito, bota crédito, que eu vou ligar a cobrar toda quinta-feira”, daí ela entendeu. Toda quinta-feira eu consigo ligar pra ele de manhã, antes dele ir pra escolinha e conseguir ter ao menos uma conversa com ele.

É gostoso, mas dói muito. Toda conversa ele fala “mamãe porque você tá demorando?” “mamãe você tá demorando muito!” “Você já tá no carro vindo, mamãe?”... São coisas assim que machucam muito. Eu penso muito nele.

Mas eu tento sempre me manter com a cabeça erguida, pra que o tempo possa passar mais rápido.

Quando eu fui presa, meu pai ficou muito abalado. Eu acho que jamais um pai quer que aconteça isso com uma filha... ainda mais em um presídio, né? Ele falou que estaria comigo para o que eu precisasse... ele faz isso e me mantém muito calma. Fala que tá tudo bem... que vai ficar tudo bem.

Meu filho tem 5 anos, ele não tem a percepção que eu estou presa. Ele acha que eu tô trabalhando em outra cidade. Eu falo pra ele “a mamãe já vai chegar”, “você vai ver que vai passar bem rápido e a mamãe já vai chegar”.

Aqui no salão eu atendo todo mundo, não só as internas. As senhoras da segurança normalmente vem no sábado. Eu me ocupo, o dia vai passando mais rápido e eu gosto de trabalhar com isso.

No início eu tinha advogado, agora eu estou com a Defensoria. Eu tive advogado só até a audiência. Eu estava com meu carro e minha amiga no dela quando fomos apreendidas pela DOF. A DOF nos levou para a Polícia Federal e só então caiu a ficha – Foi quando eu entrei em desespero. Aí eu vi o carro indo de guincho, aquelas coisas que parecem em câmera lenta...

A gente pensou em desistir mas tivemos medo. Como vai desistir numa fronteira? A quantidade de droga era grande e pensamos que, com certeza, estavam acompanhando a gente. A gente ficou com medo de recuar, aí a gente preferiu arriscar. Nós pensamos e falamos “vamos arriscar, né?”.

No caminho mesmo, na estrada, a gente não andou nem 40 minutos, nós já fomos paradas. A DOF vinha na outra mão. Aí já mandaram parar e aconteceu a apreensão. Só que acho que o mais difícil foi isso, o vir pra cá, a revista – que é procedimento normal, mas pra gente dói, sabe? O tempo que

a gente ficou no correccional, que é tipo uma triagem como te falei, são trinta dias... que é onde vai caindo a ficha e vai ficando bem difícil.

Nós duas fomos condenadas a 9 anos, 8 meses e 21 dias. A princípio a gente poderia progredir com o cumprimento de 1/6 da pena, mas como temos filhos, caiu pra 1/8, o que reduz pra 1 ano e 1 mês mais ou menos, no regime fechado. Daqui a 3 meses eu posso pedir antecipação de regime pra ir embora. No máximo agora demora uns 3 meses pra eu sair. Eu vou dizer pra ti que quando eu sair eu vou me sentir atordoada; o coração tá saindo pela boca.

O primeiro contato com a família... é muito difícil. Depois eu fui pensando o que eles me falam toda quinta-feira, que eu tenho que ter força. Que meu filho está me esperando, e é isso que importa. Não vou te dizer que todos os dias eu tô bem... não, isso é nítido. Tem dia que eu tô bem, tô alegre... mas tem dias que eu não consigo nem me expressar. Os piores dias pra mim, são os domingos. Os domingos são da família. Principalmente dia de visita.

No período que a Pandemia estava bem forte a gente ficou fechado, sem visitação, agora abriu, a cada 15 dias tem dia de visita aos domingos. Só que é difícil, a gente é de Florianópolis, né. Não tem nem possibilidade deles virem, eu também nem quero... uma que, tomara Deus que a gente já vá embora logo. E outra também é que é muito gasto. E o medo, são 1.600 km na estrada... se acontecesse alguma coisa eu jamais iria me perdoar.

Eu sinto muita ansiedade. Muita, muita, muita. Eu penso o tempo todo. Eu sou uma pessoa que penso demais nas coisas. O que eu faço pra melhorar isso é que eu coloco todo dia um desafio pra mim na minha cabeça: hoje eu tenho que fazer isso, aquilo. Então é isso que eu vou seguir pra passar mais rápido. Os dias que eu tô ruim eu procuro escrever. Me deixa mais calma... escrever, ler..eu gosto muito. Gosto muito de livro espírita, me prende a atenção.

O escrever pra mim é um desabafo muito grande. Gosto muito de escrever. Acaba que me distrai a cabeça, se eu ficar muito tempo parada... eu penso muito e é onde me machuca muito. Onde já fico nervosa, já começo a chorar. Daí eu já fico ruim. Então nós passamos o tempo todo uma distraindo a outra na cela, pra tentar animar, quando a gente vê que um não tá bem a gente tenta dar um consolo... nesse ponto a gente é muito unida.

Pra mim tudo foi uma surpresa aqui no presídio, porque eu imaginava como nos filmes..gigante. Tem isso, tem aquilo. Achava totalmente diferente do que é. Aqui é pequenininho, nunca que eu ia imaginar que era assim. São poucas jegas, que é como a gente chama as camas. Tem bastante menina que dorme no chão, que a gente chama de praia.

Não tem cama pra todo mundo aqui na galeria 2. Em baixo já tem muita mulher, aí tem mais jegas, tem mais camas. Aqui em cima não, acho que o maior é o 1, onde ficam as mãezinhas, as grávidas.. os outros são menores.

Eu fiz amigas. Eu gosto muito de escutar a história de todo mundo, me prende bastante a atenção. Acho até por eu gostar de escrever. Tem pessoas que eu acho que nem mereciam estar aqui. As vezes Deus coloca na vida da gente porque sabe que a gente é capaz, ou pra prevenir de algo acontecer com a gente, ou pra gente poder ajudar alguém. Ou poder dar uma palavra de conforto. Pra trazer alguém que era pra estar na nossa vida e só acontecendo isso foi possível.

Eu quero voltar pra Florianópolis mas isso depende do que o juiz vai determinar. Se vai ser um salvo conduto pra continuar assinando lá, aí assina direto no Fórum. Aí assina por mês ou por semana... Ou se a gente vai sair de tornozeleira eletrônica. A princípio se ele autorizar a gente sair de tornozeleira a gente vai ter que ficar aqui na cidade. Aí a gente arruma um endereço certinho e passa pra ele... mas só de estar livre já é o bastante.

Pretendo continuar trabalhando com salão de beleza. Botar minha loja de novo... eu tinha loja virtual de roupas. Que é uma área que eu gosto e me identifico. Mas escrever é uma coisa que eu quero pra mim. Eu ainda quero escrever o meu livro, a minha história.¹¹¹

3.2.2 - Carla: “Não tem como desviar dos problemas aqui dentro”

Uma outra entrevista que tive foi com a Carla foi chamada pelas agentes de segurança para falar comigo. Como seu caso é de reincidente, as agentes acharam que seria uma entrevista interessante. Escutei ela respondendo ao convite: “eu? Contar a minha história? Ela vai chorar!”

Carla é uma mulher negra, alta e forte. Eu nunca vou esquecer o seu olhar, o mais triste que já vi. Ao conversar com ela era quase palpável a desesperança. As respostas eram curtas e vagas e a respiração pausada e profunda, sugerindo que falava pouco não por característica própria de sua personalidade, e sim porque tinha coisas demais dentro de si. Ela não conseguia me olhar diretamente.

Seu semblante era de tristeza e desilusão. As respostas monossilábicas. Ela está com a touca de quem trabalhava na cozinha, e quando perguntei se fazia isso porque o tempo passava mais rápido, me respondeu prontamente que não. Cozinhas porque gostava e ponto. Uma constante nas histórias são como os relacionamentos ruins com homens, influenciaram em suas prisões e como suas prisões fizeram suas famílias desmoronar. Carla nos expressa da seguinte forma essa tristeza e desilusão:

Pra mim foi muito constrangedor voltar para o presídio. Eu estava cumprindo certinho as regras que o juiz determinou e tive que voltar. Eu só fiquei 5 meses livre, podendo sair na rua e já faz 3 meses que voltei pra cá. Na primeira vez que eu vim pra cá presa, eu fiquei um ano, mas eu estava cumprindo 7. O restante da pena eu cumpri em casa com a tornozeleira eletrônica. Como eu estava em regime domiciliar e com tornozeleira, eu cumpria certinho. Eu só ficava dentro de casa, não podia sair pra fora nem nada. Na época o advogado conseguiu pra mim cumprir a pena assim porque minha filha era menor de idade.

Antes de tudo eu tinha uma vida normal, eu trabalhava. Vendia lingerie, vendia marmita. Sempre trabalhei. Eu sou de Amambai, eu morava com a minha filha e trabalhava lá. A minha filha tem 16 anos agora.

Eu tive um relacionamento e nesse relacionamento o rapaz usava meu cartão. Eu não sabia das coisas que ela fazia e que usava meu nome... Quando vi, eu estava envolvida no processo. Aí estourou um mandado de prisão do Paraná pra cá pro Mato Grosso do Sul, que foi este que cumpri em

¹¹¹ Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

casa, na domiciliar. Dos 7 anos que eu tinha pra cumprir, 6 eu passei em casa. ‘Puxando’ em casa.

Mesmo estando em casa eu não podia nem fazer um mercado, eu precisava de ajuda toda hora pra fazer as coisas pra mim. Minha filha precisou ir morar com a minha mãe, pra poder estudar... porque ficava mais difícil pra eu acompanhar, ajudar. Eu só podia ficar realmente dentro de casa.

O que aconteceu é que meu namorado - agora eu sou separada – foi pego numa escuta telefônica. Eles pegaram uma fala minha que não tinha nada a ver com isso e consideraram que eu estava envolvida. Em uma parte eu falava pra ele não passar na minha casa, e pra polícia e pra justiça eu estava ajudando ele de alguma maneira. Disseram que eu estava envolvida com tráfico por conta disso.

Eu não estava envolvida com nada disso, mas ele me chamava pra viajar com ele e eu ia. Ele não levava droga nas viagens... Eu achava que era viagem normal. Nós ficamos juntos por 4 anos e meio. Teve agressão, teve tudo. Eu não quero saber dele nunca mais, não tenho contato nenhum.

E esse processo agora que tô cumprindo é outro processo, mas é bem parecido com o primeiro – é da mesma época. São fatos que aconteceram em 2014 quando a gente estava junto. Mas eu não tinha conhecimento deste.

Agora minha pena ficou em 9 anos e 4 meses. No outro era de 11 anos e 8 meses.

Agora eu imagino que vou cumprir uns 3 anos no fechado, trabalhando pra ter remissão de pena.

Minha rotina aqui é como a das outras meninas... eu levanto cedo e venho trabalhar. Entro meio dia pra cela, almoço. Volto a trabalhar às 13h, quando é lá pelas 15h, 16h já entro de novo. Cada uma toma seu banho, e eu já eu deito.

Agora tá sendo mais difícil do que na primeira vez porque eu não imaginava nada disso, eu achei que não devia mais nada. Eu estava cumprindo certo; fiz minha parte pra não ter mais problemas, de repente vem esse outro mandato.

Foi muito decepcionante.

Eu não tinha a menor ideia que esse processo estava correndo.

Minha mãe foi no advogado e ele instruiu ela, eu ia me apresentar na segunda-feira. Minha mãe foi no advogado... ele instruiu, falou que eu podia ir me apresentar, já estava tudo certo.

Foi nesse último mês de dezembro, eu estava sentada na frente de casa com a minha filha, aí a polícia encostou pra fazer uma visita de rotina... Eu havia pedido uma medida protetiva contra meu ex e os policiais foram fazer uma visita normal. Quando eles chegaram pediram meus documentos e verificaram pelo sistema que tinha este outro mandado de prisão contra mim. Eu ia esperar passar o final do ano pra vir me apresentar como parte final do outro processo que estava encerrando... mas não teve jeito, já me recolheram ali mesmo. A polícia foi até minha casa me prender com mandado de prisão. Na primeira e na segunda vez.

A minha filha está muito abalada. A gente estava começando uma vida nova e agora bagunçou tudo de novo. Eu ligo pra ela sempre mas isso mexe muito com a família. Minha mãe também está muito abalada. Essa semana meu pai veio me ver. Ele e meu padrasto. Eles vieram ver se eu tava bem, eles querem que eu fique limpa, sem dever nada pra justiça. Justamente porque eu já estava retornando do semiaberto... Eu tinha começado a trabalhar, mas em 2 dias eu fui dispensada por causa da torção de tornozelo. A mulher me despediu só com 2 dias de trabalho.

A sociedade discrimina muito a gente.

Não voltei ainda pra trabalhar na cozinha. Eu estou cobrindo uma menina, trabalhando como eventual. Já conta pra remissão de pena mas ainda não

tem vaga. Tem que sair alguém da cozinha pra me encaixarem. Eu já conhecia o pessoal da outra vez que fiquei aqui, foi quase um ano, agora espero que logo apareça a vaga de vez. Eu estudei até a 7ª série, só. Toda minha vida eu mexi com comida. Eu gosto muito de mexer com comida. É o que eu faço porque eu gosto.

Pra mim, voltar agora foi o que foi mais marcante. Me marcou muito mais porque eu levei aquele choque. Você pensa ‘vou fazer a coisa certa, porque vai ficar tudo bem... vai dar tudo certo’.. E no fim você tá aqui de novo. Fui querer buscar a lei, procurar meus direitos pra não me prejudicar mais, aí vem a bomba de novo.

Esse relacionamento que me deixou aqui. Mudou tudo. Todo sábado eu trabalhava com marmita. Eu fazia feijoadada, dobradinha, galinhada e vendia nos finais de semana. Cheguei até a montar um bar, pra esse meu ex marido. Montei tudo certinho e ele acabou com tudo. Sumiu com a minha moto, acabou com as minhas coisas. Aí que houve a separação.

Agora está sendo o pior pra mim e pra minha família. Não esperava passar por isso de novo. Tivemos que preparar minha filha e o psicológico dela já não é muito bom, conversar, pedir pra ela ter paciência que eu ia voltar.

O que me surpreende aqui é o ser humano. Totalmente diferente. A gente acha que é uma coisa e não é. As pessoas... tem de tudo um pouco aqui. E a gente na rua não percebe isso. Porque a gente se desvia... não tem como desviar dos problemas aqui dentro.

Já ajudei pessoas aqui e depois fiquei decepcionada. Fazem conversinha, querem derrubar uma a outra.

Na primeira vez que fiquei aqui eu sofria sem material de higiene nem nada, agora tá melhor aqui. Eles pagam e agora minha família tá podendo trazer também. Não to sofrendo tanto com isso como na primeira vez.

3.2.3 - Luísa: “O Marcelo, que é o meu advogado, inclusive foi advogado do Eike Batista”¹¹²

Luísa foi convidada a participar pelo Diretor da unidade, que disse que seria bom pra minha pesquisa pois ela é bem comunicativa. Há dois anos presa, possui um corte de cabelo moderno e devidamente aparado. Estava maquiada, gostava de dizer como não pertencia ao lugar e provavelmente sua forma de se apresentar era uma forma também de demarcar essas diferenças. Ser natural de São Paulo era o traço definidor de sua personalidade.

Faz graça, fala com ironia sobre alguns pontos de sua história e ri. Quando fala da família, assim como as outras mulheres, chora. Era uma tarde de temperatura amena e as presas que trabalham junto da equipe administrativa usavam camisetas laranjadas de manga longa como uniforme. Apesar disso, Luísa usava várias pulseiras grossas por debaixo dessas mangas e mexia nelas, enquanto contava sua história.

112 Eike Batista é um empresário bastante conhecido dos noticiários brasileiros e suas empresas atuavam no setor de energia. Em 2012 era muito popular e foi nomeado como o brasileiro mais rico do mundo pela FORBES, época em que ocupava a sétima posição no famoso ranking.

Meu nome é Luísa. Tenho 35 anos, faço 36 este ano. Sou formada em administração. Sou de São Paulo, capital; nasci e fui criada lá. Sempre trabalhei, desde os meus 12 anos, nunca fui envolvida com nada ilícito.

Morava sozinha; tenho minha kitnet. Moro próximo da minha mãe, meu pai mora na praia, enfim, cada um mora sozinho. Eu tinha dois trabalhos, eu prestava serviços administrativos para uma associação brasileira de lojistas e trabalhava na agência do meu cunhado. Eu prestava serviço pros dois, tinha uma dinâmica bem corrida do dia a dia.

Eu conheci um rapaz, 4 anos atrás, começamos a namorar 3 meses antes de eu ser presa e no casamento da minha irmã, ele era motorista de aplicativo, também trabalhava na agência e também trabalhava como corretor de imóveis. Nisso ele acabou recebendo um convite para vir para Ponta Porã, quando ele falou Ponta Porã, eu achei que era em São Paulo, porque em São Paulo também tem Ponta Porã. Só que era pra vir pra cá, pra buscar um carro “que a mecânica tava ruim...” era de um cliente particular dele de São Paulo. Ele também nunca foi envolvido com nada ilícito. Não tem passagem na polícia, nada. Ele tem 42 anos e também está preso aqui em Ponta Porã, no Brandão.

Quando ele falou da viagem, a gente tava no auge do lockdown em São Paulo, se não me engano no dia 20/06/2020.

Minha irmã casou no dia 17, a gente tava lá no sítio comemorando. Aí ele recebeu a proposta de vir buscar um carro aqui e receber 6 mil reais. De início eu estranhei, mas... Bom, eu vim mais a passeio. No caminho pra cá, meu pai falou ‘olha, não sei o que você tá fazendo indo praí no Paraguai, a fronteira tá fechada por causa da COVID’. Enfim, não me atentei. Viemos, ficamos 2 dias no hotel. No terceiro dia o cara informou que o carro tava pronto, que nós iríamos na estrada só avisando ao carro de trás se tinha polícia ou não. Aí meu marido já desconfiou. Quando meu marido foi ver o carro, o carro estava cheio de drogas. Ele entrou no quarto e falou: ‘arruma as coisas, eu não vou fazer o serviço, o negócio é com droga. Vamo embora’. Fomos embora. Na CAPEI aqui de Ponta Porã nós fomos parados e revistaram nosso carro todo, não tinha nada. Ficamos uma hora e meia na CAPEI esperando eles liberarem a gente.

Uma hora e meia depois eles apreenderam o outro carro com a droga e o meu contato de telefone estava no celular do cara. Foi um rolo, fomos presos em flagrante.

Então eu vim pra cá no dia 24 de junho de 2020. Fui condenada a 7 anos eu e meu marido, nós recorremos e nossa cadeia aumentou, foi pra 12. Então, assim: ré primário, bons antecedentes, endereço fixo, empresa... nada disso foi levado em consideração. Aí ainda foi reconhecida associação ao tráfico e a gente tá com embargos infringentes e recurso especial. Aí eu cancelei o advogado que a gente tava aqui e peguei um escritório de São Paulo mais renomado, pra resolver o problema. Então a gente ainda tá recorrendo.

Eu cheguei no presídio em junho, quando eu cheguei eu estava apavorada ‘meu Deus cadeia, vou morrer’; ‘Só tem negona na cadeia, eu sou branca elas vão me bater’... essa era a minha visão. Então eu pensava assim, quando eu passava na frente de um presídio em São Paulo eu falava: podia cair uma bomba e matar todo mundo ali dentro, que não ia fazer falta porque é tudo farinha do mesmo saco. E hoje eu estou num presídio, enfim.

Eu fiquei na triagem 30 dias quando cheguei por causa do COVID, até descer pro convívio e passei por outra triagem. Já naquela triagem me instruíram a pedir emprego. Tinha que pedir ‘trabalho, trabalho..remissão’. Foi quando eu comecei a conhecer o que é cadeia, como funciona. Aí eu pedi emprego e comecei a trabalhar no dia 10 de agosto. Desde então eu trabalho.

Aqui foi rápido. Acredito que por ser um presídio pequeno. Não sei como é em outros lugares porque nunca tinha sido presa, né. Aqui foi rápido, em 2 meses que eu estava aqui eu comecei a trabalhar. Trabalhei no setor da água, na farmácia, na copa, fui sub-chefe. Depois trabalhei na marmita, depois eu trabalhei no solário... todos os setores praticamente. Aí me chamaram para trabalhar aqui na administração. Vim pra administração em setembro aí em fevereiro, acharam um celular aqui nesse quatinho, e a primeira suspeita era que possivelmente fosse eu. Aí eu fui notificada que eu estava sendo investigada e fui afastada. Aquilo mexeu com meu psicológico porque eu sempre me dediquei ao máximo, sempre fui extremamente comprometida. E querendo, ou não, aqui é uma cadeia, não é uma empresa com lá fora. Aqui você é uma criminoso, você cometeu um crime e está aqui, você sempre vai ser vista com um olhar de desconfiança. Leva um tempo pra você digerir estas informações, tudo que está acontecendo.

Fora o sofrimento, né? Da família... mesmo eu morando sozinha, eu moro a 2km da minha mãe. Minha mãe tem AIDS, a gente descobriu 1 dia antes do meu aniversário. 6 meses antes deu ser presa... Parece que toda bomba estourou de uma vez só.

Aqui no presídio, na gestão anterior, tinha muito mais acesso às drogas e a celulares. Até mesmo os próprios agentes que faziam isso. Depois que mudou a gestão e o Seu Borges assumiu, muita coisa mudou. No meu ver, pra mim é até melhor. Apesar das regras serem mais rigorosas e tudo mais. A questão da alimentação ele é super exigente; ele faz questão de fiscalizar quando chega o caminhão, a verdura, a carne, o frango. A alimentação melhorou 100%. Tanto é que se a senhora for perguntar para as outras presas, as meninas entram magrinhas e saem uns 10kg a mais!

Aí a gente tem a cantina. Você tem refrigerante, água com gás, fruta, verdura. Antes não tinha essa quantidade e variedade, antes não tinha fruta... Por exemplo: nescau ball, o chocolate de por no leite, nunca que eu ia imaginar que tem num presídio e aqui tem. Caixa de bombom: tem. Bolo de aniversário se quiser encomendar: tem. Isso torna o dia a dia um pouco mais agradável e a sua alimentação não fica tão restrita. Você consegue variar o seu cardápio.

Isso traz um conforto pra mim e acho que pras outras também. A meu ver, o problema é que estamos na fronteira e a maioria vem mesmo com a intenção de praticar um crime. Direta ou indiretamente. Então como é fronteira, são muitas meninas de outros estados. Você tem o Brasil inteiro aqui. Acho que de umas 100 presas, vou colocar pra senhora que nós temos umas 30 que são de Mato Grosso do Sul. Então assim, tem gente do Acre, Rondônia, Amapá, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Daí a dificuldade que elas encontram aqui é ter alguém pra trazer um pertence, um dinheiro. Porque você tá aqui dentro e você tem a alimentação que é 06:30 da manhã você tem pão e chá. 10h30m você tem o almoço, arroz, feijão, macarrão uma verdura e um frango, ou porco ou carne bovina. E você tem a janta que é 15:30 da tarde, então quem não tem condições só vai comer no outro dia. Essa é a maior dificuldade aqui.

Em relação aos agentes, das histórias que eu ouço, de presídios maiores, você nem fala com o agente, polícia... você não tem contrato com o diretor. É tudo muito restrito. Aqui não, talvez por ser um presídio menor, você tem muito mais fácil acesso a eles. Se você precisa de alguma coisa isso facilita muito. Existe uma rotina aqui que de manhã, a gente chama de bereu, você escreve num pedaço de papel para o setor que você quer falar: setor jurídico, da disciplina, do trabalho. Ex: "eu quero mudar de cela", "tô tendo problema com a colega de cela", ou "tô precisando de medicamento"... daí elas escrevem de manhã na hora que é feito o confere, a gente repassa à agente, é

feita a triagem e encaminhado aos setores. Médico a gente tem praticamente todos os dias. O básico a gente tem. Agora se tem algum problema específico, tem que solicitar escolta... é um pouco mais chato.

Meu companheiro está no Brandão. Também está trabalhando; está no crochê. Mandou duas bolsas de praia (porque a gente tem casa na praia) e falou pra guardar pra quando a gente sair.

A gente tá recorrendo da nossa sentença. Ainda está na segunda instância, está na mão de algum desembargador para ser votado. Porque no primeiro julgamento não teve unanimidade.

Nosso carro não tinha nada, foi feito até perícia pra ver se encontravam rádio de comunicação, que diz que é o principal meio, não tinha rádio. Nosso whatsapp, messenger, imbox do instagram.. não tinha nada. A gente nem se conhecia, na verdade. O cara que contratou o meu marido, passou o meu contato pro cara que ia carregar a droga 'olha, se você não conseguir falar com o João*, você fala com a mulher dele'. Então tô aqui de gaiato na história e meu marido lá.

De 7 anos foi pra 12. Aí meus advogados entraram com embargos infringentes, porque segundo eles, pra dar associação ao tráfico, tem que ter uma ligação. Essa ligação tem que ter um certo tempo, de 3 a 6 meses. Tem que ser provado que você tem uma ligação com essas pessoas. Pra existir essa organização... e não foi. Então a gente teve alguns votos contra e alguns a favor. Aí agora vão para outra votação com 8 desembargadores, Se mesmo assim não diminuir a gente vai lá pra Brasília. Se quebrar isso eu já consigo ir embora.

Se a pena permanecer em 12 anos eu saio no ano que vem. Não sei se meu marido sairia na mesma data porque comecei a trabalhar logo que cheguei e eu tô aqui vai fazer 2 anos. Tô a 1 ano e 11 meses aqui e um ano e pouco trabalhando.

Pra minha família tudo foi um choque. Na delegacia, a primeira pessoa pra quem eu liguei foi pro meu cunhado, marido da minha irmã. Porque meu pai tem 65 anos, minha mãe tem 64, apesar deles não serem tão velhos, minha mãe tem o fator da doença... meu pai era militar então... meu pai é extremamente tradicional, de direita radical, enfim. Então eu liguei pro meu cunhado, ele pesquisou um advogado no google e pediu pro advogado ir na delegacia nos orientar. Eu nem dei depoimento pra não constar nada contra a minha pessoa. Quando eu cheguei aqui, que meu advogado veio fazer visita que ele falou 'olha, o carro que foi apreendido não tinha 30 kg de maconha, tinha 250 kg de maconha' e a quantidade de droga agravou a pena. Mas segundo os advogados, por ser fronteira, a quantidade não é tão alta. Dizem que é muito maior o que costumam apreender aqui, diz que é 1, 2 toneladas, até mais. Enfim, estou aqui no aguardo.

É nítido que meu perfil é diferente. Quanto a classe social, etnia, credo, opção sexual tudo é bem diferente. Não só por eu ser da capital. Eu digo assim, eu vim de São Paulo, terceira maior megametrópole do mundo, são 12 milhões de habitantes, no estado tem 44 milhões. Nem sei quantos habitantes tem no estado de Mato Grosso do Sul. Eu já sinto essa diferença aí. Inclusive nas conversas que eu tenho com a minha mãe, porque a gente tem direito de fazer as ligações toda quinta-feira a cobrar e tem a correspondência, toda semana eu recebo e envio pra minha família; e eu falei pra minha mãe que o que eu tô vivendo aqui, corresponde ao que 80% da população brasileira vive. Em questão de estudo, de base, de princípios de tudo. É tudo muito diferente, é gritante. Você conversa com as pessoas e a maioria das meninas aqui é da roça e já vem da vida do crime, é uma coisa corriqueira, normal. Pra mim não, então quando começa os assuntos, eu fico 'meu Deus!, aonde eu tô, que que eu to fazendo aqui? Não tenho nada a ver com isso'. Enfim, é

a vida delas né, nasceu aqui no rural, no campo, na roça; plantando e colhendo maconha, fazendo corre. Eu vim saber dessas coisas depois que eu vim pra cá, porque na rua eu não fazia uso de drogas, tanto é que passei pelo psiquiatra e ele me indicou a tomar o *lítio*, porque falou que eu era bipolar e o *esc*, não tomei nenhum porque eu sou contra, acho que causa dependência, vicia. Sempre fui atrás de tratamento fitoterápico. Mas aqui eu tô sentindo muita necessidade de tomar um ansiolítico... esses 2 anos de cadeia estão batendo. Tem o começo, que é digerir que você está presa, aquele baque com a família... eu tive muito amparo. Graças a Deus meus pais acreditam fielmente em mim; me amparam, são muito amorosos, carinhosos; eles ligam toda semana aqui.

Esse apoio faz muita diferença. E a perspectiva de vida, né. Quando Você vai sair, pra onde você vai? O que você vai fazer, quais são seus planos? Porque você tá fechada e saindo daqui, não terminou sua condena. Mesmo que a minha condena baixe, eu ainda tenho o que cumprir e eu vou estar suja, pra conseguir emprego... você não consegue. Ainda bem que que tenho empresa. Então tenho que sair, pagar tudo que está atrasado e por em ordem a empresa. Meu avô faleceu no final do ano passado e minha mãe falou que eu vou ficar responsável pela camisaria, porque meu avô era alfaiate, fazia tudo com tecido italiano, eu tenho esse negócio pra tocar. Minha kitinet tá lá... Eu tenho amparo quando eu sair daqui e as demais?

Elas falam que vão sair e fazer um corre pra conseguir dinheiro, etc. Essa é a perspectiva de vida delas. O que eu sinto, acho que aqui eles até tentam, o que falta é uma reintegração social. Um incentivo pra estudar, o estudo te abre portas, o conhecimento te abre caminhos, te abre oportunidades; elas não batem na porta. Quando você estuda, tem conhecimento, isto te abre um leque de oportunidades e eu acho que é o que falta: incentivo ao estudo, leitura, poderia ter curso...mais setores de trabalho. Incentivar as meninas a trabalharem mais.

A mente vazia é oficina do diabo. Você fica um tempo parado, o que a sua mente fica buscando? Aquilo que é errado. Quando você ocupa sua mente com algo útil, e você começa a se envolver com pessoas que tenham algo útil pra te passar, muda a sua visão. Essa influência existe. Tanto é que eu vejo meninas que chegaram de um jeito e agora são de outro, umas melhoraram e outras pioraram.

Eu consegui fazer amigas aqui, tem algumas que eu tenho um laço maior, que inclusive são de São Paulo. Tenho muito contato com ela. Converso com todo mundo, conheço todas, mas quem eu tenho intimidade e consigo conversar mais são elas.

Antes de eu vir pra cá eu tinha um pensamento medíocre. Não só o meu caso, mas em muitos. Quando você vê um filme baseado em histórias reais ou lê um livro baseado em história real, você pensa: 'caramba, olha o que aconteceu com essa pessoa. Ela só se ferrou a vida inteira, que azar'. Você acha que só acontece nos filmes. Não, isso acontece no dia a dia, não é raro. Existem muitos casos. Nosso sistema penitenciário está lotado. Tem muitas que estão aqui, comentaram um crime? Sim, mas nem sabiam o que estavam fazendo. Foram induzidas. Elas devem pagar? Devem, mas essa medida cautelar deveria prevalecer em alguns casos. Em vez dela estar aqui, ocupando espaço de quem realmente deve, ela poderia estar na rua, fazendo algum trabalho beneficente, algum projeto social. Pagando de alguma outra forma. Que nem é no Japão, por exemplo. Não sei se a senhora conhece. Dá uma pesquisada como funciona o sistema penitenciário do Japão, o tempo de pena que você pega é revertido em trabalhos à sociedade.

Então, tem muitas internas, das histórias que eu ouço falar, umas eu acredito outras não, que não deveriam estar aqui. Porque assim, prisão preventiva até

que saia sua sentença, mas existe a medida cautelar, ela pode ficar em casa, ela pode vir assinar. De fato aquela pessoa representa um perigo à sociedade? Tudo isso não é peneirado, não é feito uma triagem de fato. Juiz de primeiro piso, ele é ctrl+c – ctrl+v. Ele não faz uma análise, até porque, aqui é fronteira... Quantos mil casos ele tem? Mas aí superlota as penitenciárias, não tem estrutura pra isso. Aqui por exemplo, é uma cadeia que cabe 50, 60 presas.

O período mais difícil desde que cheguei é agora. É esse período que eu estou vivendo. Até então, eu iria embora este ano, 7 anos de condena, meu trabalho para remissão, quando eu fiquei sabendo que minha cadeia aumentou, que foi pra 12 anos, são 5 no fechado... aquilo já me perturbou. Eu não durmo. 02:00, 02:30 eu já acordo. Sempre olho no relógio e falo: putz, 02h30m da manhã.

Aí aquela rotina... Você acorda, tem 10 meninas na cela. A gente não tem água quente no chuveiro, tem que esquentar a água, então demora... até as 07h da manhã tem gente tomando banho. Aí toma café, se arruma, responde o confere e vem trabalhar. Aí você tem a rotina que as vezes é estressante. Depende do plantão, tem Agente que é mais exigente, que segue mais o protocolo, e tem outras agentes que são mais flexíveis.

O que seria esse “exigente”? A forma de tratar. O tom de voz. Algum comentário... eu cheguei a ouvir “depois que você passou por esta porta, você não tem mais dignidade; ficou lá fora”. Isso é uma coisa que dá um baque muito grande.

Por isso que cada caso, é um caso. A mentalidade de uma pessoa que matou, estuprou, foi conivente com abuso de uma criança, é diferente de uma pessoa que traficou. E aquela pessoa que traficou, traficou porquê? O que levou ela a traficar? Não justificando o erro, mas tudo tem um porquê. E eu acredito que isso deveria ser avaliado.

O sistema judiciário é completamente falho, tanto é que o STJ está lotado de HC. Quando chega em Brasília, sai. Poque no primeiro piso não fazem o trabalho competente que deveriam. Se você tem bons antecedentes criminais, 35 anos, você tem empresa... nada disso conta? Não. “você veio de São Paulo então deve ser faccionada, e você é batedor então você é dono da droga”. Isso tudo eu vim saber aqui. Eu não tinha nada desse conhecimento lá fora, porque essa não era minha vida, não era minha realidade.

Eu acordava, tomava banho, tomava meu café, pegava ônibus pra ir trabalhar. Ficava 10, 12, 15 horas no escritório. Pegava ônibus, voltava pra casa, ia lavar minha roupa, fazer minha janta. Ia tomar banho, lavar meu cabelo, secar meu cabelo. E final de semana eu ia pro sítio da minha mãe em São Roque ou ia pra casa do meu pai na praia. A minha rotina era essa. Eu não tinha acesso a droga. Bebida sim, maconha também. Meu cunhado fuma maconha. Agora cocaína, heroína, crack. Essas coisas eu acho demais.

Agora saudade? Eu tenho demais. Dos meus pais. Demais. Absurda. É uma coisa que bate muito, porque mesmo morando sozinha eu sempre tive muito contato com meus pais. A minha irmã é mais independente. Eu não, eu era aquela filha que sai do trabalho pra buscar a mãe, pra levar ao médico. Ia na praia ver o que meu pai tava precisando, pagava o carnê do INSS dele, meu pai tá desempregado, enfim. Então eu tenho essa conexão muito forte. Tanto é que ele falaram: a gente vai te visitar’, eu falei “não. Não venham. Ano que vem eu to indo embora. Eu não quero que vocês venham pra cá que é muita humilhação”. Quando eu fiquei sabendo que a minha cadeia aumentou, eu fiquei ‘nossa, são 5 anos no fechado’... disseram ‘não a gente vai recorrer, vai cair...’. Mas até recorrer... até cair... quanto tempo mais isso vai demorar? Aqui é muito devagar.

O escritório que a gente contratou, chama Tal* advogados. O Marcelo*, que é o meu advogado, inclusive foi advogado do Eike Batista, do tesoureiro do PT... Então é um escritório grande, bem renomado. Eles mesmos falaram: “Luísa, a gente nunca viu um estado tão atrasado como é o Mato Grosso do Sul, porque é fronteira... A ré tem prazo, nós temos prazo, eles não. Vamos supor que o Ministério Público tenha 15 dias pra apresentar, chegou o prazo e ele não apresentou, ele pede mais prazo e o juiz dá mais 15 dias... e dá mais 15, e dá mais 15, e dá mais 15... e você vai ficando. E essa prisão é a preventiva... e até sair sua sentença?

Hoje mesmo saiu uma menina, Maria*, ficou um ano e 3 meses aqui, veio a sentença dela junto com o alvará de soltura, em regime aberto. Tinha necessidade dela ficar 1 ano e 3 meses aqui com 3 filhos menores de idade em casa?

Outro caso também, Luana*, trabalhava na cozinha, veio presa. Foi pega com granada. Qual foi o motivo de você fazer isso se você nunca fez na sua vida inteira? Ela tem um filho especial que precisava passar por uma cirurgia de urgência e tinha que entrar na fila do SUS e esperar e ele não tinha esse tempo, precisava fazer pelo particular. Então pra conseguir esse dinheiro rápido, aceitou o corre de transportar a granada. O juiz deu 4 anos pro marido e três pra ela e o filho morreu porque não fez a cirurgia.

Então assim, tem muita história. Umas que você acredita, e outras que não fazem o menor sentido. E tem gente que é mesmo do crime, que não tem vergonha de falar. E que fala que vai voltar a fazer.

Eu acho que isso tudo é berço. Princípios, não tem a ver com dinheiro. Mas o que você aprende na sua casa? Quais são os valores que são passados a você?

Quando acontece algum conflito entre as internas, eu falo: você não pode exigir amor dela, ela não foi criada com amor. Ela foi criada com porrada. Ela não sabe o que é um carinho; um abraço. Ela foi criada como um bicho, não tem como exigir uma coisa que a pessoa não pode te proporcionar. E até você ensinar e ela aprender...

Psiquiatra. Tinha que ter psiquiatra. Porque não é uma ou outra...

Tem uma médica geral e tem o psicólogo, ambos podem fazer o encaminhamento. Mas é complicado. Eu mesma já pedi, falei: 2 anos de cadeia, tava crente que eu ia sair, é mais um natal, mais um ano novo, dia das mães, dia dos pais, aniversário... que eu vou ter que passar aqui. E isso já mexe muito com a minha mente. E a rotina, eu trabalho aqui em cima e querendo ou não é um trabalho que demanda responsabilidade e eles tem que ter um voto de confiança; eu não deixo de ser uma criminosa. Mas eu mexo com documento, audiência, tenho acesso a dinheiro...

Eu presto assistência a todos os setores. Tanto ao diretor, quanto ao jurídico, quanto ao financeiro, ao trabalho, disciplina. Todos. Tudo que elas pedem. Marcar audiência, vencimento de boleto, fazer um PADIC... E aqui também é o setor que eu mais me identifiquei, porque lembra a minha rotina anterior. A diferença é que quando eu saio eu não vou pra minha casa, meu conforto, minha cama queen maravilhosa, pro meu marido, comer meu queijo brie, comer filé mignon... não, a diferença é que eu vou pra cela. Vou pra jega. Minha jega minha vida. E não é a mesma coisa... então é um baque. Você não poder falar coma sua família quando você quer... você tá presa, você tá na cadeia.

E eu tô pedindo o psiquiatra e eles não querem me passar porque eles falam: ‘Luísa você tá ótima’. E eu falo, ‘você não tá dentro da minha cabeça, você não tá sentindo o que eu tô sentindo... os traumas. É muito difícil’.

Mas aqui eu tenho que me manter forte, porque eu preciso trabalhar. Eu preciso diminuir minha cadeia. Eu preciso ir embora. E ficar longe de

problemas. O que é ficar longe de problemas na cadeia? Ficar longe de celular, ficar longe de drogas; não ter nenhum tipo de envolvimento. Quando eu fui indiciada pra essa investigação, era outra chefe de disciplina, eu disse pra ela que fiquei muito chateada. Entendo que é o trabalho deles e que meu cargo é de confiança, mas eu sempre fui o mais transparente possível, me dediquei. Quando me falaram que eu estava sendo indiciada por causa do celular, ‘esse celular que está lá é seu’; aquilo mexeu muito comigo. “Luísa, aqui é uma cadeia”, ‘sim, mas eu nunca vou me adaptar 100%. Aqui não é o meu lugar. Aqui não é o meu ambiente. Meu ambiente é São Paulo, minhas coisas estão lá em São Paulo. Então pra mim, aceitar algumas coisas é muito difícil.

Os momentos mais difíceis foram esses do indiciamento e quando saiu o resultado do julgamento que aumentou minha pena. Eu estava preparada pra sair este ano... ainda há chance de sair este ano; está nas mãos do desembargador. Mas ele não tem prazo. Eu acho que eles fazem isso propositalmente, vão adiando e acaba dando o tempo da pena que você tem que cumprir. Enquanto isso minha vida lá fora está parada. Minha família está desestruturada. Minha mãe tá lá, meu avô morreu... minha mãe teve que fazer o inventário. Aquela briga de herança... e cadê a filha pra estar lá amparando? E o meu pai que operou duas hérnias? Quem tá lá?

Eu vou ficar com meu companheiro quando sairmos. Eu conheço ele há 4 anos. Minha família conhece ele, ele é do mesmo nível social que eu. E independente disso que aconteceu, eu não posso julgar tudo que nós tínhamos antes. É diferente... não é um cara que eu conheci na internet, que eu vim me aventurar. Ele era meu melhor amigo. Quando nos conhecemos eu estava saindo de um relacionamento tóxico e ele tava saindo de um casamento. Quem mais me amparou foi ele. Quem mais me ajudou e a minha família foi ele. ‘vai buscar, vai levar, vai comprar...’ Tudo era o João*. No casamento da minha irmã nós estávamos na madrugada anterior comprando flores e arrumando... Quando você tem uma turminha de amigos, sempre tem o cara que é o mais legal da galera. É o feinho, mas é o mais legal da galera? Esse é o meu marido. Tem um coração do tamanho do mundo. Ele tem 42 anos. Ele nunca teve passagem pela polícia, qualquer envolvimento. Essa foi a primeira vez que ele caiu nessa cilada, digamos assim.

“Ah, ele não sabia?” Sabia. Mas na hora H ele amarelou, falou que não ia fazer, falou ‘minha mulher tá aqui, vamos voltar e tal’. Mas daí não tinha mais como. A gente já estava parado na CAPEI. A gente tentou ir embora pra São Paulo mas ficamos uma hora e meia parados lá.

Ele também tem uma estrutura. Ele é formado também. Ele tem casa, ele tem pai, tem mãe, tem casa na praia. A mãe dele mora no brooklym, que é um bairro de alto padrão em São Paulo. Tem apartamento... a internet dele é do lado da minha. Ele também tem uma estrutura que quando a gente sair a gente pretende retomar. O irmão dele mora na Europa, joga futebol lá. O outro irmão dele mora no interior. E tem meu cunhado que tem agência e ele falou que está tudo lá me esperando. Que nada mudou.¹¹³

3.2.4 - Larissa: “nós não somos bichos”

113 Entrevista, Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41 min.

Naquele dia 12/05/2022 a Larissa foi minha terceira e última entrevistada. Ela é uma mulher tímida e demorou a se abrir um pouco às perguntas, no início respondia com poucas palavras cada questão.

Me apresento e a convido para a realização da entrevista. Ela aceita e conversamos na sala do diretor, com portas abertas e voz baixa. Aviso que quero conversar um pouco falando de sua história.

Foi a entrevistada mais contida e no desenvolver da entrevista isso se mostrou um tanto parte de sua personalidade e outro tanto uma maneira defesa que construiu para permanecer presa. Larissa tem 32 anos e aparência de ainda mais jovem. Cabelo liso castanho preso e sem maquiagem. Cabeça quase sempre mais baixa e parece ter represado no peito muitas coisas. Em algumas respostas emite um riso de nervosismo.

Foi perceptível seu sentimento de culpa pela doença do seu filho e a vergonha que diz ter imposto à sua família.

Apesar de poucas palavras em alguns momentos abriu um pouco mais de sua história dentro do presídio e como chegou ali. Foi a única a tocar no assunto da abstinência de drogas; mas assim como as demais relatou que domingo – o dia de visita – é o mais difícil.

Eu me chamo Larissa* e tenho 32 anos. Sou de Umuarama/PR. Antes de chegar aqui eu tinha uma rotina de vida normal, trabalhava num hospital na parte de atendimento, como secretária e recepcionista. Eu morava com meu filho, que na época tinha 16 anos – hoje ele tem 18. Tenho o ensino médio completo, cheguei a ir pra faculdade, mas não terminei... eu fazia enfermagem. E como eu cheguei aqui? Bem, eu recebi a proposta e vim buscar drogas aqui em Ponta Porã, daí fui presa.

Esta proposta veio através de uma pessoa que eu conhecia fazia pouco tempo. Aquelas amizades rápidas. A proposta é aquilo, né, encantadora. Uma verdadeira ilusão.

Me falaram que eu só iria vir buscar, que daria tudo certo... quer era uma quantidade muito pequena, que não seria notado, que eu ia receber uma boa quantia. Verdadeira ilusão, aquela proposta encantadora... o dinheiro fácil, entre aspas, né, porque não é fácil ficar 2 anos presa aqui.

Então foi um convite feito pessoalmente por uma pessoa que eu conhecia. Eu fui presa no dia 05/06/2020, estava no meu carro.

Eu vim só pra isso, passei uma noite aqui só. No outro dia eu estava voltando e fui pega na estrada. Já vim presa. Foi um choque. Um choque de realidade quando eu cheguei aqui.

Fui parada na estrada e teve todo o procedimento da prisão, mas o choque aconteceu aqui... quando eu olhei e vi várias pessoas, vários humores, cada um é diferente, né? Aqui você tem que aprender a conviver com todos os tipos de pessoas. Educação, humildade, respeito umas tem, outras não. É complicado.

Muita gente acha a triagem mais difícil, mas pra mim não foi assim. Na triagem fui bem, o mais difícil é o convívio depois. Querendo ou não, ali você fica numa cela com cerca de 15, 17 meninas. Imagina 17 mulheres menstruadas, o estresse que não é. Muitas usam droga e aqui não tem, entoa

tem as crises de abstinência... elas estão no nível do estresse total, da irritabilidade. Então tem que saber levar pra não discutir.

Comecei rápido a trabalhar aqui, pelo meu comportamento. Foi melhor pra mim, porque eu desestressava durante o meu dia trabalhando, então quando eu entrava pro meu alojamento era banho, cama e dormir. Acordava só pra trabalhar. A parte do setor de trabalho me ajudou muito aqui dentro. Eu distraía muito a minha mente. As meninas até falavam que eu não era muito de sol, eu não ficava com as meninas no sol, não gostava “ah, você não vai tomar sol?” “não, não gostava”. “Por que?”, “Não perdi nada lá fora”; “você parece um gato de armazém, nessa cama trancada”. Eu não vivia. Não tinha vontade. Não saía pra fora.

Aí quando eu comecei a trabalhar e comecei a ter contato com mais pessoas aqui fora eu melhorei, até pra dormir melhor. Eu chegava cansada...

Fiquei um ano no setor da cantina e quase um ano no setor da saúde, na farmácia. Agora tem um mês que estou aqui na administração. Aqui eu auxilio as senhoras agentes: pego impressão na impressora, arquivo... sirvo café. Eu gosto daqui. Eu me identifiquei com todos os setores que trabalhei aqui. Gostava da cantina, mas preferi sair pela minha saúde, é muito desgastante. Eu sou cardiopata e a cantina estressa um pouco, né? Mexer com todas as presas, 100 presas... imagina? Todo dia: ‘eu quero isso, quero aquilo’. O setor da saúde era bom porque eu ajudava outras meninas, conversava...

Pra minha família eu estar aqui foi um choque. Eu tinha falado pra minha irmã que viria, mas pro meu pai foi um choque muito grande, pra minha mãe, pro meu filho, então... Foi uma decepção. Eu falo assim que eu envergonhei muito a minha família. Meu pai é empresário, minha mãe aposentada. São pessoas conhecidas na cidade. Eu envergonhei eles. Inclusive eu tenho medo de voltar pra casa. Tenho vontade de voltar, não vejo a hora. Eu tenho medo dos olhos da sociedade sobre mim, como eles irão me receber. Como os pais dos amigos do meu filho irão me olhar. Mês que vem eu vou embora.

Eu falo com meu filho sempre. Depois que eu vim presa ele desenvolveu uma esquizofrenia. Chegou a ficar internado em hospital psiquiátrico em Curitiba. Acho que juntou tudo, ele já estava com uma depressão, porque ele nunca viveu longe da mãe. Daí veio a vergonha, os amigos todos se afastaram... não que os próprios amigos quisessem, mas os pais né, os pais afastaram os amigos dele. Então ele ficou doente. Ele ficou 2 meses. Foi muito difícil pra mim aqui, longe... sem poder ajudar.

Agora ele está retomando a vida e o convívio com as pessoas aos poucos. Ele fala, e eu também concordo, que ele só vai retomar a vida dele quando eu voltar pra casa. Porque eu sempre fui o porto seguro dele e ele o meu. Nós dois estávamos sempre juntos. Ele tinha 16 anos e dormia na mesma cama que eu. Então nós temos essa ligação forte. Vamos esperar agora, mês que vem eu tô indo.

Nesse período minha mãe foi morar com ele até dar o tempo pra eu sair daqui e retornar. Meu pai tem a casa dele, a família dele, mas sempre mantemos contato. Toda vida. E eles me ajudam muito. De todas as meninas que estão aqui, acho que tem umas 100, poucas tem assistência familiar ou de outras pessoas. Dá pra contar nos dedos. Eu tenho o privilégio de ter assistência da minha família em tudo, desde medicação a dinheiro, roupa, calçado. Nunca me abandonaram.

Eu peguei uma pena de 6 anos e nove meses. Eu tenho que tirar 2 anos e 8 meses. Mês que vem eu completo 2 anos e como eu trabalho desde que eu cheguei, então já posso ir embora. Por isso que as meninas que querem ir embora logo, tem isso na cabeça, é melhor trabalhar. Porque sua pena

diminui. Fora a remissão de pena tem a questão da distração né; ocupa sua mente... você tem contato com pessoas que não estão presas. Porque se você ficar só trancada...

Tem umas 30 meninas que trabalham. Eu falo pras outras meninas que nós estamos trancadas dentro de uma jaula, mas nós não somos bichos. Nós somos seres humanos. Por isso eu falo de ter contato com gente de fora. Pelo menos você tá vendo outras pessoas. Não tá só ali na cela fazendo um confere. Me ajuda muito.

Eu imaginava que seria um presídio muito grande. Quando cheguei achei que aqui seria alguma triagem, depois iria pra outro presídio... aí a agente falou que não, que era aqui que eu iria ficar, se eu me comportasse até o final. Ela me avisou que se houvesse problemas da minha parte eu poderia ser transferida pra outro lugar. Eu falei, “não fica tranquila, pretendo ficar aqui”. Achei que aqui seria como aqueles complexos que a gente vê na televisão.

Apesar dessas dificuldades de convivência, eu fiz duas amigas aqui dentro. Uma delas já foi solta e até hoje me ajuda. Minha família manda dinheiro por ela, ela traz o que eu preciso toda semana, minha família fala diretamente com ela. Ela é de Ponta Porã, filha de uma advogada e toda semana ela traz o que eu preciso. Essa é a única amiga que eu fiz aqui que acho que lá fora, em liberdade, a amizade vai ter continuidade.

Como eu estou bem perto de sair, a ansiedade tá batendo muito forte. Ainda assim acho que minha família está mais que eu. Eu tento me controlar. Eu penso que já passou um ano e 11 meses, falta só 30 dias. O que são 30 dias pra mim? Eu penso “vou continuar calma”. Eles não. Eles ficam ‘ai filha, quando você vai vir?’, ‘será que vai demorar muito?’, Aí minha mãe liga pro advogado, eu falo que não precisa porque não tá no dia... meu filho fica ‘mãe tá demorando’, ‘quantos dias falta’.

Meu filho não terminou os estudos, ele estava na fase final. Minha ideia é voltar e ajudar ele com isso pra ele concluir a escola. Eu não quero nem que ele comece num emprego agora... até porque ele tem que ter um certo convívio com a sociedade novamente. Ele ficou muito isolado esse período e eu acho que ele tem que começar aos poucos, um dia de cada vez. Não tem porque acelerar todos os passos dele.

Eu cumpri mais tempo que as outras meninas porque meu filho já tinha 16 quando fui condenada. Pela lei da mãezinha, a redução de pena é para mulheres com filhos até 12 anos. Aí por isso fiquei mais. A minha condena foi de 8 anos e dois meses, eu recorri e ela baixou pra 6 anos e 9 meses.

Eu fui presa com 25 Kg de cocaína. Eu não sabia que era essa quantidade e também não sabia que era cocaína. Me contrataram pra vir buscar 10kg de maconha. Na hora que acharam eu também fiquei perplexa.

Minha irmã foi a única pessoa da minha família que veio me ver. Veio 2 vezes, depois ela não veio mais. Ela tem criança pequena e os gastos com meu filho são grandes. O gasto pra ela vir também é enorme... ela se deslocar, vindo com criança pequena, pagando hotel, eu prefiro que não venha. E eu não gosto do dia de visita. Não suporto domingo dia de visita. São dois sofrimentos: um pra quem veio e pra quem recebeu na hora de se despedir. Na hora da entrada e na hora da saída. Eu prefiro que eu não tenha visita.

Exemplo: às vezes a Maria gosta de ver a mãezinha dela. Aí a mãezinha sai chorando. Ela vai ficar contente vendo a mãe triste deixando a filha presa? Não é legal. Pelo menos eu não ia querer ver minha mãe ir embora chorando por eu estar aqui. Ela tá indo embora, eu to ficando com saudades e ela tá indo deixando a filha presa. Então prefiro não ter isso. Minha irmã veio duas vezes e eu pedi pra não vir mais.

Eu mesma não volto pra cadeia. Eu estou bem resolvida em refazer minha vida. Se depender de crime eu não volto. Eu não sei se vou conseguir um emprego fácil, né? Porque as vezes eu vou ir embora de tornozeleira e na minha área de hospital eu já não consigo, trabalha no final de semana. Com tornozeleira não pode trabalhar final de semana. Então não sei como vai ser. Meu pai quer que eu vá trabalhar com ele na empresa... é uma oportunidade pra mim. Vamos ver...

Eu falo que na primeira semana vou querer ficar dentro da minha casa, quero mimar muito meu filho e na segunda semana eu vou começar a atualizar minha cabeça com o mundo lá fora. Mas a primeira é isolamento familiar!

Nesse tempo todo acho que o que me marcou muito foi quando eu recebi a notícia que meu filho estava sendo internado. Que iriam trazer meu filho pra se despedir de mim. Marcou muito. Ele não chegou a vir aqui, não deu tempo. Precisou ser internado de emergência. Isso me marcou muito, em questão da minha família; eu sofri muito.

O que me marcou das coisas aqui acho que foi a troca de direção. Porque você tá acostumada com uma rotina... essa direção é muito boa, não tenho o que reclamar. Mas ficou todo mundo assustado, pensando 'o que vai ser de nós..' mas correu tudo bem, foi só um susto. Mas não tem muito pra dizer do que marcou... além de convivência com meninas diferentes; você tem que conviver com vários tipos de pessoa. Desde o coração bom até o coração mau. Sempre manter um equilíbrio.

Eu falo pras menininhas que chegam: Deus te deu 2 ouvidos e uma boca, é pra você ouvir bem e falar bem pouquinho. Se resguardar é muito importante. Só que eu sou muito querida pela unidade toda. Nas duas galerias eu passo e todo mundo me chama pra conversar. Então eu sou assim, o que eu ouvi de você eu guardo pra mim, o que eu ouvi de fulana eu guardo pra mim. Não fico falando de um pro outro. Nem na rua eu era assim, porque eu faria isso aqui. Pra você tirar a sua cadeia certinho, eu acho que você tem que ouvir e ficar quietinha. Para não criar intrigas...

Isso foi uma coisa que assim que eu cheguei eu percebi. Eu cheguei e olhei bem pra tudo. Vi que todo dia tinha uma conversinha. Fofoca, fofoca, fofoca. Eu pensei: meu deus eu não tenho psicológico pra viver uma vida dessa. Eu treinei muito o meu psicológico, eu treinei bastante... pra não me envolver em conversas. Sempre vem uma ou outra falar, então escute e guarde pra ti. Até na rua acho que tem que ser assim, o tal do ser humano é difícil de lidar. Aqui cada quadradinho tem um monte de gente. Você convive com quem vem do Espírito Santo, da Bahia, do Paraguai de todo lugar, são vários costumes. São muitas culturas diferentes misturadas ali. Eu falo: meu Deus onde eu vim parar. Eu falo pras meninas, onde eu vim parar depois de velha? Como eu vim pra cá depois de 30 anos. É muita conversa... Os sapatões então, meu Deus. Eles vivem brigando entre eles. 'você mexeu com a minha namorada', e você dá risada. Eu passo e falo: "ê sapatão você tá aprontando de novo..."

3.3 - O dito, o compreendido e o descrito: análises das vozes que constroem o cotidiano na prisão

Optamos por trazer as histórias destas mulheres sem muitas interferências ou recortes, pois mesmo em trechos que não convergem com outros elementos da tese, percebemos detalhes em suas falas que são importantes estarem presentes, pois fazem parte

do seu cotidiano, e do dia a dia de outras pessoas, e as entrevistas servem inclusive para isso, trazer para a História personagens que nem sempre são protagonistas das histórias contadas, mas são partícipes delas.

Acima pudemos notar que as mulheres que vieram até a fronteira, assumindo a intenção de transportar drogas ou não, falam do ambiente fronteiriço como perigoso. Relatam medo, como Julia que pensou em desistir. Similar ao que é contado por Luísa. Mas para nós que vivificamos esses espaços e seus arredores conseguimos perceber com muita clareza que se trata de um lugar-comum, construído de maneira palmilhada com outras histórias e não apenas àquilo que as entrevistadas contaram, as relações socioculturais entre os dois países demonstram elementos importantes para desconstruirmos esses estereótipos.

Luísa relata ainda o quanto, na sua percepção, a região é atrasada em relação ao andamento dos processos, segundo informação de seus advogados. Questão essa que não é provinda de atrasos como algo que não foi realizado dentro de um determinado período, diria que mesmo a justiça e todo o seu aparato legal na região de fronteira atua de acordo com o “tempo da fronteira” como muito bem nos explica José de Sousa Martins (2015).

Carla diz que viajava com seu companheiro, mas que ele não carregava drogas no carro nessas viagens, similar ao relato de Luísa neste ponto. Aparentemente, as mulheres com as diferenças econômicas mais marcadas e distantes, constando em pólos diametralmente opostos da teia social, se encontram no momento em que dizem não saber dos feitos dos companheiros e evitam as minúcias desta parte da história de como chegaram a serem aprisionadas.

É certo, apesar disso, que o Direito Penal não se ampara em suposições, e como explicado pelo Defensor Público de Ponta Porã, qualquer detalhe de suas histórias são utilizados pela polícia e pelo Ministério Público para um enquadramento mais severo de pena. Porém, aqui podemos emular as lacunas e apontar as contradições, não para penalizar e sim para compreender essas histórias, pois os chamados “batedores” de outros veículos com drogas, incorrem em crimes da mesma forma, mesmo não carregando drogas diretamente em seus veículos.

Carla não consegue, ou não quis, relatar exatamente o que acarretou sua prisão. Apropria toda a subjetividade discursiva ao dizer que viajava com seu ex-companheiro, que o mesmo usava seu cartão e que foi pega em uma interceptação telefônica que não foi adequadamente interpretada.

Já no ponto de maior sensibilidade, as mulheres falam de suas famílias. Larissa possuía com seu filho uma relação extremamente próxima e afetuosa. Mãe solo,

compartilhava até mesmo a cama com seu rebento adolescente. Seu relato é cru ao escrever que foi iludida com a promessa de dinheiro fácil e rápido. Por seu filho ter mais de doze anos à época do delito, ficou mais tempo encarcerada, já que não podia assim usufruir da inovação trazida pela chamada “Lei das mãezinhas”.

Todas estas mulheres contam que estão sendo amparadas por suas famílias. Larissa e Carla, talvez por seus filhos já serem adolescentes, relataram o impacto na saúde mental dos mesmos e a enorme culpa que guardam em relação a isso: terem desencadeado severas sequelas em seus filhos.

Julia deixou seu pequeno filho de 5 anos aos cuidados do avô e sua madrasta. Pela tenra idade da criança, consegue dizer para o menino que está trabalhando e em breve retornará.

Outro elemento que verificamos em todos os relatos, versa sobre os problemas de saúde mental que todas precisam conviver, como ansiedade, angústia, depressão e outros transtornos. Relatam a importância de se manterem ocupadas trabalhando, para além de remissão de pena; para conseguir lidar com a realidade que enfrentam cotidianamente na prisão.

Estas mulheres não relatam o uso de drogas. As que assumem sua efetiva participação no ilícito, atrelam suas ações apenas a uma relação de trabalho e não como usuárias.

Larissa transparece seu preconceito em relação as mulheres lésbicas com quem convive, mas tenta minimizar ao dizer que brinca e fala “eee sapatão”. Carla emudece quando aborda o choque de conviver obrigatoriamente com tantas pessoas diferentes, e como Larissa, diz o quão decepcionante é lidar com intrigas e fofocas de outras presas.

Em Luísa, o que muitas vezes escapa é sua reiterada posição de não pertencimento àquele lugar. Sua cultura, educação e poder aquisitivo são destacados a todo momento. Mesmo ao relatar amizades construídas no cárcere, diz que são “coincidentemente” com mulheres de São Paulo.

Por falar bastante, Luísa foi uma excelente colaboradora. Sem freios, demonstrou sua mesquinhez, mas também suas fragilidades. Os problemas de saúde de sua família, a confortável vida que levava, são pontos que a transportam para a constatação do que hoje vive não fazer parte do que seria o seu destino.

Pedante em certos momentos, e muito contraditória ao expor seus preconceitos, Luísa nos serviu muito bem para observarmos que o conjunto de mulheres presas é também heterogêneo.

Quando relatam sua chegada ao presídio, demonstram estarrecimento ao se depararem com a vida que lhes espera, ou a famosa “ficha caindo”, dita por Julia. Contam como é uma lembrança em câmera lenta, desde a revista, o carro indo embora, e principalmente o período da triagem. Esta é retratada como uma fase importante para aceitar a nova condição, se dar conta das profundas transformações que enfrentarão.

Percebe-se que todas evocam uma representação de mundo ideal dentro das celas, seja antes, durante ou para depois do cárcere, em que uma dita vida futura “correta” é a todo momento posta em ação, justamente procurando justificar a condição de prisioneira numa situação de fronteira.

4 - AS ENCARCERADAS EM PEDRO JUAN CABALLERO: AS ANGÚSTIAS DE MULHERES BRASILEIRAS PRESAS NO LADO PARAGUAIO DA FRONTEIRA

Neste capítulo trago as dificuldades que encontrei para finalizar a pesquisa. Foram três anos de tentativas para ser recebida no pavilhão onde estão as mulheres encarceradas em Pedro Juan Caballero/PY. Relato as diferenças que observei quanto ao local, ao tratamento e as mulheres que lá conheci. Após, como colocado no capítulo anterior, trago as histórias que me contaram e que não fui capaz de esquecer.

Pabellon Mujeres Pedro Juan Caballero

Colaboradora	tema/ categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Fátima	Religião	Fátima evoca “Deus” várias vezes para falar de como cumprir a pena no Paraguai está sendo difícil.	É muito difícil, meu deus do céu
Fabiele	Religião	Fabiele sofreu muito e em seus momentos de tristeza e até ameaça, recorreu às drogas. Ela diz que o sofrimento tão intenso e Deus a fizeram enxergar que ela pode traçar outro caminho.	Aqui Deus me mostrou que esse não é o caminho pra mim, as drogas.
Nalva	Religião	De todas as entrevistadas, Nalva foi a que mais enfatizou a religiosidade na prisão do Paraguai – que por sua vez foi bem mais evocada que nas falas das presas do Brasil.	A minha certeza é Deus
Celi	Religião	Para Celi, elas (as presas que ficam no quadrilátero) não deveriam ser oprimidas por serem usuárias de drogas, já que são as que mais	Deus é grande vai mudar nossa história em nome de Jesus.

		oram por Deus.	
Isabela	Religião	Isabela agradece em modo automático e não evoca tanto a questão da religiosidade se comparada as demais entrevistadas	Reza, passa e vai seguindo

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Fátima	Tempo	Pela 3ª vez presa, sendo a primeira passagem por homicídio – 7 anos – tendo cumprido também quase 2 anos no Brasil; este último período é o que percebe ser mais difícil de viver.	Eu já tô com 38 anos, não aguento mais tirar cadeia; já tirei muita cadeia nova
Fabiele	Tempo	Há dois anos presa, Fabiele não teve nenhum passo de seu processo.	Estou como presa provisória, ainda
Nalva	Tempo	Nalva é a entrevistada que está há mais tempo presa. Com uma condenação de 15 anos, cumpriu integralmente 12, sem jamais ter saído do pavilhão; nem mesmo para ir ao médico.	São 12 anos fechada aqui
Celi	Tempo	Celi foi uma das entrevistadas que mais se expressou sobre o tempo em suspenso quando	Ela falou “tem que ver pra sair e se comportar”, eu fico ouvindo e pensando todo dia.

		se está presa e como é difícil lidar com os próprios pensamentos o tempo todo.	
Isabela	Tempo	Condenada por microtráfico, Isabela deve cumprir o total da pena por ser estrangeira.	Fez 4 anos em fevereiro e eu tenho mais 3 anos e meio pela frente.

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Fátima	Fronteira	Fátima já cumpriu pena no Brasil e no Paraguai e sua vida é imbricada nesta região.	Eu sou aqui da fronteira, tanto em Ponta Porã como no Paraguai.
Fabiele	Fronteira	Para Fabiele, a fronteira foi sua salvação. Tanto física, quanto social, pois passou a se recuperar das drogas e dos maus tratos.	Aqui foi melhor porque tem muitas pessoas da fronteira aqui, né?
Nalva	Fronteira	A única declaração sobre o crime que a levou presa foi em referência ao lugar. Toda a família mora na cidade de Três Lagoas (divisa com estado de São Paulo), para onde ela pretende retornar após sua saída.	Eu morava na época em Ponta Porã e o caso aconteceu aqui em Pedro Juan.
Celi	Fronteira	Celi é também uma mulher imbricada na fronteira. Com laços nos dois países.	Eu estava grávida quando caí presa e tive eles aqui no Paraguai, só o mais velho que é registrado no Brasil.

Isabela	Fronteira	Isabela é fronteira típica, que vive a ambiência desde criança. Transita entre ambos os países, buscando viver por afinidade no Paraguai, mas para estudos, quer que os filhos estudem no Brasil.	Eu queria muito ter a nacionalidade paraguaia, mas não vou poder ter
---------	-----------	---	--

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Fátima	Saúde	Fátima argumenta que brasileiras são tratadas pior dentro da cadeia e que não possuem acesso à saúde.	Esses dias eu peguei Chikungunya e quase morri; não dão atenção não levam a gente pro médico.
Fabiele	Saúde	Fabiele não reclama de maus cuidados em relação a saúde, ou falta de tratamentos, fala da saúde como o apoio que recebeu da servidora e suas companheiras para deixar de ser usuária de drogas	Depois minha chefe me ajudou, minhas companheiras aqui me ajudaram.
Nalva	Saúde	Nalva pouco quis falar para não lembrar dos motivos que a levaram presa, e somente expressou isso ao mencionar saúde e se disse “não problemática”.	2 anos que eu tô aqui, 8 anos só numa cela. 12 anos nesse pavilhão, nunca saí pra ir ao médico nem nada

Celi	Saúde	Celi relatou como uma grande dificuldade, o atendimento de saúde e itens de higiene. Também enfatizou a falta de atenção dos profissionais responsáveis.	Só colocam dipirona em você, paracetamol e pronto.
Isabela	Saúde	Isabela relata condições precárias de saúde, mas enfatiza que emocionalmente é o mais difícil	Eu fico doente... eu já sou doente, tenho pressão alta, tenho colesterol, diabetes, triglicerídeos, tenho tudo!

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Fátima	estrangeira	Fátima argumenta que estrangeiras sofrem mais, são discriminadas. Ficam em celas mais tempo fechadas.	Aqui quem tem dinheiro tem mais privilégio
Fabiele	estrangeira	Fabiele foi hostilizada por ser estrangeira e de lugar ligado a facção diversa da que predomina em Concepción/PY. Teve que ser transferida para sua segurança.	Quando eu tava em Concepción, lá eu cheguei até a fumar o crack de tanta humilhação que eu passei.
Nalva	estrangeira	Não mencionou nada neste sentido	

Celi	estrangeira	Celi cita dificuldade de atividades para brasileiras, mas acha que a principal razão de serem destratadas é por serem usuárias de drogas.	Pessoas que vem de outras cidades são rejeitadas demais.
Isabela	estrangeira	Isabela não se sente diferenciada por ser estrangeira	

Colaboradora	tema/categoria	Cerne do argumento	Frase que mais simboliza o argumento dela
Fátima	arrependimento	Fátima demonstra arrependimento do crime que a levou para a prisão apenas desta vez. Mesmo tendo ficado longe do filho, envolvimento com drogas, o que a perturba é não ter tido vontade de machucar a pessoa que agrediu, resultando em lesão corporal grave.	Os outros eu fiz mesmo, não me arrependo e já paguei
Fabiele	arrependimento	Fabiele tinha vários trabalhos precarizados, mas hoje reflete que não precisava ter vindo ao Paraguai para buscar drogas.	Eu tinha uma vida boa, não precisava fazer essas coisas
Nalva	arrependimento	Não mencionou nada nesse sentido	
Celi	arrependimento	Celi não fala abertamente de arrependimentos, mas fala que não quer voltar uma 4ª vez presa	Eu quero ir embora da cidade, pra falar a verdade, ficar

			livre das drogas.
Isabela	Arrependimento	O que Isabela mais se arrepende é de não ter regularizado sua situação no Paraguai antes da prisão.	Eu não sei como vai ser; minha vida sempre foi aqui

PABELLON DE MUJERES – Pedro Juan Caballero

Em 30 de março de 2023, após muitas tratativas, finalmente consegui ir ao Presídio de Pedro Juan Caballero e visitar seu pavilhão de mulheres. Como relatado anteriormente, há desafios consistentes ao desenvolver pesquisa no Paraguai.

Em 2020 consegui um contato de um servidor administrativo do Presídio e algumas vezes conversei com ele na tentativa de agendar uma visita. Além da dificuldade em todo esse acesso, ao realizar os contatos, nas ocasiões que tentei efetivamente marcar uma data, aconteceram rebeliões e/ou troca na direção do estabelecimento.

Já era 2023 e meu prazo para realizar esta etapa do meu projeto ainda não tinha iniciado. Tentei inúmeras vezes contato por meio do Mecanismo Nacional de Prevención de La Tortura/PY, mas os relatórios que eu acompanhava, estavam há muito defasados, em grande parte pela falta de realizações de inspeções, em decorrência da COVID-19.

No fim, só foi possível conseguir a entrada porque o advogado do Consulado Paraguaio em Ponta Porã – indicação do Dr. Tulio e um de meus entrevistados – é uma pessoa bem relacionada politicamente e amigo do novo diretor. Quando chegamos, percebi que não havia prévio agendamento com o presídio, mas não houve dificuldades para entrar.

Figura 4 - Cárcere paraguaio. Pavilhão de mulheres (2023)



Fonte: Acervo da autora – Pedro Juan Caballero/PY, 2023.

Observamos na foto acima a entrada do pavilhão que abriga as mulheres no presídio localizado em território paraguaio. Chama a atenção a utilização da expressão “*bienvenidos*” ocupando a fachada, visto que é pouco provável que alguém deseje chegar ao recinto, habitá-lo ou mesmo que a inscrição cumpra sua função e acolha suas recém chegadas moradoras.

Abaixo exponho fragmento do caderno de campo da minha visita à Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero:

Na manhã de 30 de março de 2023, às 08h da manhã compareço ao Consulado do Paraguai em Ponta Porã, conforme combinado com o advogado que lá atua. De lá nos dirigimos à Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero/PY.

A Penitenciária fica localizada em área distante do centro de Pedro Juan. O caminho é acidentado e já fica perceptível não se tratar de localização de fácil acesso às visitas. Até chegar no presídio, andamos boa parte por estrada de terra, pedras e cascalho, ficando situado praticamente na zona rural da cidade. Até o caminho cruza com muitas motos pilotadas por motoristas sem capacete, é uma situação corriqueira da fronteira mas a quantidade surpreende um olhar brasileiro acostumado.

Ao chegar na penitenciária, há um estacionamento e uma pequena guarita. Nesta

guarita temos familiares aguardando notícias, muita poeira, alguns cachorros abandonados se imiscuem entre a guarita e a portaria. Meu acesso foi muito facilitado pelos contatos do Dr. Hugo, não fui revistada nem precisei deixar minha bolsa em local reservado, apenas deixei um documento na portaria.

Figura 5 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, entrada (2023)



Fonte: Acervo da Autora, Pedro Juan Caballero/PY – 2023.

Figura 6 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, entrada panorâmica (2023)



Fonte: Acervo da Autora, Pedro Juan Caballero/PY – 2023.

Fui recebida pela assistente social e guarda responsável do dia. Em nossa primeira conversa já me informou que no pavilhão tinham 6 estrangeiras, todas brasileiras, e que as chamaria para participar das entrevistas. Entrevistei 5 brasileiras naquela manhã, não foi uma solicitação minha, mas entendi que a iniciativa se deu sobretudo pela questão da língua falada, tanto minha quanto das colaboradoras.

Mesmo explicando sobre minha pesquisa, percebi que fui apresentada como “advogada defensora de Direitos Humanos”, por esta razão, creio, todas as colaboradoras se manifestaram sobre as necessidades em que se encontram e as dificuldades do local. Frisavam mais as condições do cárcere que as mulheres presas em Ponta Porã; pontuavam melhorias que deveriam ser realizadas.

As servidoras do pavilhão feminino me colocaram na sala de descanso das agentes (assim como existe no Brasil), ligaram o ar-condicionado e me deram uma garrafa de água mineral gelada. Quando realizei as entrevistas, na fala de algumas, fui informada que para se tomar água gelada é preciso pagar por cada pedra de gelo.

4.1.1 Fátima: “Eu abri a cabeça dela com um facão e eu não consigo esquecer”

Fátima foi minha primeira entrevista naquela manhã de 30/03/2023. É uma mulher de 38 anos, magra, cabelos curtos e alguns dentes a menos. Apesar de jovem, aparenta ser mais velha.

Ela relata com uma crueza absoluta seus sentimentos em relação ao assassinato que cometeu, as drogas e por último a lesão corporal grave que a levou ao cárcere pela terceira vez. Com esta experiência de ter estado nos dois presídios que ora vos conto, me diz que preferia estar cumprindo sua pena no Brasil.

Além da singularidade de ser fronteira e ter cumprido pena em ambas as cidades, seu filho nasceu no Pabellon de Mujeres.

Eu sou brasileira, nascida em Ponta Porã mas registrada em Dourados. Eu tenho duas entradas aqui no Paraguai. Primeiro eu vim por homicídio e fiquei 7 anos; daí fiquei 8 anos na rua e agora caí de novo tem 3 meses. Nesses 8 anos eu fui presa no Brasil, fiquei 1 ano e 9 meses lá em Ponta Porã, por furto. Eu tinha quebrado o semiaberto e tive que voltar.

E agora eu caí aqui por lesão grave.

Eu tenho 38 anos. Eu sou aqui da fronteira, tanto em Ponta Porã como no Paraguai. Eu morava com a minha mãe e com meus irmãos, depois eu caí no mundo da droga, comecei a fazer coisas erradas e vim parar aqui.

Tenho um filho de 8 anos que nasceu aqui dentro na minha primeira estada. Eu engravidei aqui dentro e tive meu filho aqui. Eu caí presa com o pai dele; a gente se visitava aqui e eu engravidei. Quando meu filho tinha 40 dias eu mandei ele pra fora pra morar com a minha mãe. E está com ela até hoje. É difícil eles virem, as coisas aqui dentro são muito difíceis. Meu filho tá bem, estuda, tem saúde... mais ou menos uma vez por mês ele vem me visitar.

Principalmente pra gente que é brasileiro, aqui é muito ruim. É pior pra gente... eles não dão muita atenção. Esses dias eu peguei chikungunya e quase morri; não dão atenção não levam a gente pro médico. Pra tirar daqui só morrendo já mesmo. Não tem remédio... agora vamos ver porque trocou o diretor. Agora tá dando uma melhorada, diz que ele é muito bom... Já trouxe material de higiene. Diz que ele dá atenção pras mulheres. Só tem esse pavilhão de mulher e tem 8 de homens, tem mais de mil homens.

Teve duas mortes aqui no mês passado, numa semana só, aí trocou o diretor. Foram dois homens, briga por nada... sem razão. Muitas vezes por um isqueiro, um galetto, um cozido.

Me falaram que eu vou ficar 6 meses dessa vez, diz que lesão grave não é muito pesado. Na primeira vez foi um homicídio, um cara que queria me agredir, estava eu e o pai do meu filho, e nós matamos ele, senão ele me mataria. Nós ficamos juntos aqui, separei dele só depois que eu fui embora.

Aqui é muito difícil, preferia mil vezes tirar essa cadeia lá no Brasil. Aqui quem tem dinheiro tem mais privilégio. Se você tem dinheiro você pode tudo. Aqui a gente que não tem dinheiro tem que esperar mais pra tudo. Vamos ver com esse novo diretor se melhora, porque ele que manda nos presos... aqui a gente não se manda. É muito difícil, meu deus do céu.

Desta vez que eu tô puxando cadeia eu tô achando mais difícil. Tudo mudou, tudo muda... as pessoas, as regras. Aqui a gente fica presa misturadas brasileiras e paraguaias, só que quem tem dinheiro fica aqui na frente, nessas primeiras celas, a gente que não tem fica lá no fundo e tem uma grade que separa, antigamente não tinha esse isolamento. 4 celas são fechadas com portão e antes não era, você se sentia mais livre, podia descer, lavar roupa, estender, tinha mais espaço, o tempo passava mais rápido. Você tinha mais o que fazer, aqui não tem um serviço, um nada. Não tem nada pra você fazer, nada.

Eu pedi pra minha mãe trazer pra mim linha de crochê, pra eu poder fazer alguma coisa, trabalhar, ocupar a cabeça. E eu sei fazer crochê, sei costurar,

sei fazer tapete, qualquer coisa de crochê eu faço. Sei bordar chinelo, sei fazer unha... tem o que fazer, mas não tem os materiais pra fazer e ocupar a mente. Isso o presídio deveria dar, né? Pra ter remissão também, pra diminuir a pena; um serviço pra você conseguir ir embora.

Eu estudei até o primeiro ano do segundo grau, trabalhei. Tenho curso de cozinhar no micro-ondas, curso de manicure, trabalhei em salão, fazia muito crochê pra vender. E trabalhava em lanchonetes. Depois me envolvi com um cara que usava drogas, casei com ele e acabei com a minha vida. Ele usava e eu comecei a usar também. Eu já estava separada do pai do meu filho, foi depois que eu saí daqui.

E meu filho sempre com a minha mãe. Agora eu voltei pra cá, 8 anos depois e o pai do meu filho ainda tá aqui. Ele tá há 12 anos. Ele que assumiu o homicídio, no juri popular ele assumiu tudo pra eu sair porque eu estava grávida, pra eu ir embora. Ele foi condenado a 15 anos, e ele é brasileiro... tem que cumprir integral. Depois é expulso daqui. O paraguaio não, ele pode sair de transitória, uma condicional. Mas ele não saiu ainda porque ele não correu atrás. Nós registramos nosso filho aqui então eu ganhei o direito; nós ganhamos o vínculo paraguaio.

Minha família vem sempre quando dá. Meu filho também vê ele. Mas é difícil, meu deus do céu. Se eu pudesse voltar atrás... eu não cometeria novamente. Tem coisas que a gente faz; é uma lição pra gente aprender a dar valor nas coisas e não fazer mais.

Quando eu sair daqui eu quero ir pra minha casa, cuidar do meu filho, trabalhar, fazer o que eu sei e seguir em frente. Ajudar minha mãe e meu filho, ele tá crescendo... tá aprendendo. Eu tenho que dar exemplo de mãe. Minha mãe disse que ele tá terrível.

Dessa vez agora eu briguei com uma guria lá fora e machuquei a cabeça dela. Aí diz que é lesão grave, 6 meses, vamos ver. Já estou com 4 meses.

Pra mim essa prisão foi o pior momento, porque eu não queria machucar a menina. Me assuntei, fiquei muito brava... eu abri a cabeça dela com um facão e eu não consigo esquecer. A gente estava na rua aqui, perto do Mercado Guarani, eu estava bebendo e descendo com um amigo meu. Aí encontrei ela e outro com outro cara e a gente não se gostava. Eu tava com um facão, peguei ela e dei na cabeça dela. Aquilo ali não sai da minha cabeça... porque eu não queria fazer aquilo. Nem tava pensando nisso. Não é que você se prepara pra fazer. Eu me assustei. Eu não queria. E tô aqui por causa disso, mas não era pra acontecer.. Isso pesa minha consciência. Não era minha intenção. Os outros eu fiz mesmo, não me arrependo e já paguei. Eu só queria assustar ela, achei que ela ia correr, mas ela ficou parada. Não era pra acertar... ela ficou parada assustada e ela não correu... eu abri a cabeça dela. Não queria fazer, isso não sai da minha cabeça. Pra mim essa parte é muito ruim. Me arrependo muito de ter feito, eu não queria fazer. Fiz no susto... Eu me assustei.

Não sei se é por ser a última; as outras eu já passei... me dói muito. Não queria que isso acontecesse, eu machuquei ela.

Eu já tô com 38 anos, não aguento mais tirar cadeia; já tirei muita cadeia nova. Agora eu quero ir cuidar do meu filho, não quero que ele cresça e eu tirando cadeia. Antes ele não entendia, falava que estava trabalhando.. agora ele já entende, tá na 3 série. Não quero nunca que ele vá pra cadeia, que ele passe pelas coisas que eu passei, pelas coisas que eu sofri. Não quero que ele use drogas, então tenho que dar o exemplo. Em casa eu nem fumo cigarro.

A rotina aqui é sempre a mesma, eu acordo de manhã pra fazer a limpeza aqui do pavilhão, cada dia uma que faz. Acordo cedo, pego o café da manhã, um cozido, um galeto. Aí volta e fica deitada. Antes a gente via TV, agora tem uns 2 meses que queimou. Aí eu leio a bíblia, leio os livros que a gente

ganha aqui. 11h pega o almoço, 15h é o recreio... até as 17h. Podemos jogar vôlei, levar roupa. Aí fecha de novo e só no outro dia. É muito pouco tempo... todo dia a mesma coisa. O que muda são os dias de visita. A visita de fora é quinta, sábado e domingo. Sexta é dia dos namorados virem aqui. Pra mim quase não muda porque é difícil eu ter visita.

A comida aqui é boa, mas é pouca; muitas vezes falta, sabe?

Acho que tinha que ter dentista, não tem. Essas partes de saúde e de material de higiene eles não tem. Antes o consulado do Brasil trazia essas coisas pra gente, da outra vez que fiquei presa era assim.. não tem mais agora. Eles vinham de 3 em 3 meses, traziam tudo e cesta básica. Cobertas. Mas não tem mais.

É difícil pra quem é de longe, tem bastante gente de Assunção, ou brasileiras que são de longe... Quem tem dinheiro tem sem próprio telefone. Agora quem não tem... eu lavo roupa quando aparece, pra eu me manter, ter minhas coisinhas, sabonete, escova. Gelo, até gelo pra você tomar uma água gelada você tem que comprar. Eu não quero pedir pra minha mãe, meu filho da muito gasto, material escolar, criança gasta. Agora eu quero sair e cuidar deles.

4.1.2 - Fabieli: “Aqui minha vida tem sido de muita luta. Muita luta. Muita luta”

Fabieli é pequena e franzina. Magra, cabelos longos. Fala baixo, pouco, gesticula pra terminar as frases. Emocionada em alguns momentos, percebe-se um grande sofrimento sufocado. Quando lembra das humilhações que passou no presídio e que por este motivo começou a usar crack, chora. Lembra do irmão que faleceu quando estava presa e chora.

Quando agradei ao final por sua colaboração ela disse “obrigada você por vir aqui ouvir a gente e nos dar força”. Abaixo trago seu relato.

Sou de Cuiabá, Mato Grosso e tenho 25 anos.

Eu caí ano retrasado, vai fazer 2 anos em julho que eu tô aqui.

Eu vim aqui buscar uma droga e me pegaram quando eu estava indo embora.

Me pegaram com bolsa e tudo.

Não tem previsão da minha saída, não tive juízo oral... não tive nada do processo ainda. Não saiu minha condenação. Estou como presa provisória, ainda. Tem sido difícil demais, sem essa certeza... de quando vai terminar, quando vou embora.

Minha família está toda lá em Cuiabá. A única pessoa que eu falo, que dá pra eu falar, quando dá, é minha mãe. Pode ser uma vez a cada 15 dias, uma vez por mês.. Varia. Minha mãe está bem agora, tentando ficar forte. Quando eu cheguei ela ficou muito mal, e eu também. Quando eu caí presa eu não contei na hora, esperei passar uns 3 dias pra eu contar. Na hora ia ser um baque... tive que esperar pra falar pra ela. Eu não tenho filhos, nós morávamos juntas.

Eu tinha uma vida boa, não precisava fazer essas coisas. Eu fazia faxina e era babá, gostava de cuidar de criança. Eu morava em Diamantina até então, eu sou a melhor faxineira que tem na cidade. Pela vida do crime, deixei o serviço de lado e vim buscar droga. Aqui Deus me mostrou que esse não é o caminho pra mim, as drogas.

Antes de vir pra cá eu consumia maconha. Eu vim pra cá pra buscar droga pelo trabalho; pra ganhar dinheiro mesmo. Eu estava indo embora daqui do

Paraguai em uma kombi e havia uma barreira na estrada, nessa barreira pararam a kombi que eu estava e revistaram. Aí acharam as coisas na minha mochila.

Quando eu vim foi um convite feito por um colega. Ele perguntou se eu tava trabalhando ainda com buscar droga, eu já tinha feito antes, mas no Brasil. Nunca tinha saído do Brasil. Eu falei que sim. Ele disse que tinha uma droga pra eu buscar no Paraguai e eu disse que vinha. Falou que ia ser tudo segurança, mas não foi. Quando vim fiquei uma semana no hotel, quando saí desse hotel pra ir embora me pegaram.

Aqui minha vida tem sido de muita luta. Muita luta. Muita luta... Quando eu cheguei eu fui pro presídio de Concepción, eu caí lá. Lá é muito mais pesado. Questão de comida e tudo... é mais pesado. As pessoas te maltratam muito. Lá é o PCC que comanda... Foi muito difícil lá pra mim. Aqui foi melhor porque tem muitas pessoas da fronteira aqui, né? Brasileiros, entendem mais o português. Quando eu tava em Concepción, lá eu cheguei até a fumar o crack de tanta humilhação que eu passei. Tive que sair de onde eu tava e mudar pro quadrilátero, eu fumava o crack lá.

Lá foi a primeira vez que fumei crack, nunca fumei na rua. Tava muito difícil lá e mataram meu irmão em Cuiabá, aí que eu recaí mais ainda. Me mandaram pra cá porque eu sou de Cuiabá né, lá é Comando Vermelho e aqui é do PCC. O PCC matou meu irmão, aí me mandaram de seguridade pra cá. Meu irmão era envolvido com o mundo do crime também.

Quando eu cheguei aqui a chefe Doli e minhas companheiras me ajudaram muito, foi assim que eu consegui sair disso, parei de fumar essa droga.

Aqui no começo foi muito difícil porque eu estava fumando crack e tudo... passei muitas lutas, muitas pessoas me roubaram. Depois minha chefe me ajudou, minhas companheiras aqui me ajudaram. Tem 10 meses que eu tô aqui e 6 meses que eu deixei as drogas. Fumei pouco tempo, porque eu tava muito abatida, mesmo. Não tinha ninguém do meu lado.

Eu vim pra cá por causa de medida de seguridade, mas eu acho que eu não estou, porque que posso andar por aqui. Acho que aqui não tem muito perigo, então eles me deixam livre. Tem uma outra menina que ela sim está com medida de seguridade, ela fica presa o tempo todo.

Nesse período o pior momento foi saber da morte do meu irmão aqui dentro. Saber que eu vou voltar e ele não vai estar. Ele faleceu em fevereiro; dia 10 mataram ele. Em março, dia 14 eu vim pra cá.

Eu me mantenho aqui limpando os quartos das meninas, lavando roupa... Agora nós estamos vendendo comida por pedido. É assim, eu pra ter minhas coisas tenho que trabalhar. Todo dia eu faço as coisas, lavo a roupa dos rapazes, cada peça é 3 mil guarani, dependendo do tamanho. As comidas é por pedido aqui do pavilhão. Se alguém quiser tem que avisar antes, se não, não dá o tanto de comida. Mas nós vendemos bastante aqui, esse final de semana se Deus quiser a gente vai fazer um churrasco pra vender. Tomara que dê certo, a chefe já autorizou.

Desde que eu cheguei aqui sempre trabalhei, pra ter minhas coisinhas. Minha mãe as vezes me ajudava, mas não dava muito, as coisas estão muito difíceis lá também. No começo ela me ajudou muito, mas agora tá mais difícil. Porque ela ficou com as netas – filhas do meu irmão. Tudo ficou com ela, minha cunhada está lá ajudando... mas meu irmão e minha irmã estão com ela lá também, pra que ela fique firme até eu voltar. Agora só tem eu que estou longe, e meu irmão que se foi.

Eu queria tanto, tanto, que eu fosse embora no meu juízo oral. Lá eles comunicam se você vai ser condenado ou se vai sair no mesmo dia. As pessoas tão falando que brasileiros, assim como eu, eles condenam a 5 anos.

10Kg de maconha só. Eu queria tanto sair no dia do meu júízo oral... nem está marcado ainda.
Obrigada você, por ouvir e dar essa força.¹¹⁴

4.1.3 - Nalva: “12 anos que eu tô aqui, 8 anos só numa cela”

Foi um desafio esta entrevista. Foi a primeira colaboradora que iniciou sua fala já avisando que não contaria sobre sua história para não reavivar suas tristezas. Esta atitude me surpreendeu e tentei direcionar as perguntas em torno de sua experiência dentro do cárcere.

Aos 52 anos, sendo 12 deles vivendo dentro daquele espaço limitado do Pabellón de Mujeres. Nalva traz um semblante levemente sorridente e mesmo evitando assuntos dolorosos se emociona ao falar de uma grande amizade desenvolvida e como Deus tem guiado sua existência ali.

É uma mulher morena, bonita e sua aparência demonstra a vaidade nos detalhes. Usa um vestido frente única de malha estampado em branco e preto, cabelos presos para trás e um batom suave. Em determinado momento me assustei quando puxou a saia com as mãos para me mostrar seus joelhos machucados em penitência e devoção a Deus. Sua fala abaixo nos ilustra sua história:

Sou de Três Lagoas. Eu só não quero contar minha história, tenho neurose depressiva e se eu voltar ao passado eu passo mal, porque aí eu coloco tudo na cabeça de novo. Volto a pensar tudo que aconteceu há doze anos.

Eu quero contar que eu tô feliz; que depois de 12 anos eu tô indo embora. Semana que vem vou embora. Em nome de Jesus, uma condenação de 15 anos eu vou sair com 12.

Eu morava na época em Ponta Porã e o caso aconteceu aqui em Pedro Juan. Aí eles me pegaram e eu vim pra cá, desde que eu cheguei eu nunca saí dessa cadeia, nunca fiz traslado. Não sou problemática. 12 anos que eu tô aqui, 8 anos só numa cela. 12 anos nesse pavilhão, nunca saí pra ir ao médico nem nada. São 12 anos fechada aqui.

Meus planos são trabalhar e curtir meu netos, meus filhos. Eu tenho 3 netos. Só um deles veio aqui, com minha filha e um outro filho. Eles moram longe, em Três Lagoas. Quero ficar com eles, curtir meus netos, eu não tive oportunidade de abraçar minha neta, de pegar, de estar junto... Não tive essa oportunidade. Eles tem 3 anos, 2 anos e 3 meses. E o outro nasceu há 12 anos, foi quando eu vim presa. Mas aqui eu tive uma pessoa muito especial; estou aqui há muito tempo e consegui fazer uma amiga. Se tornou uma amiga de verdade.

Vou fazer 52 anos, né? Eu trabalho e estudo. Minha rotina fora isso é fazer pão. Eu faço pão todos os dias pra vender. Não paro, ando cedo, tô sempre fazendo alguma coisa.

Eu amo cozinhar. Eu cozinho na minha peça. Eu AMO cozinhar. Eu faço o pão dentro da cela, eu tenho tudo na minha cela. Graças a Deus eu tenho

¹¹⁴Entrevista, Fabieli (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 30/03/2023, 14 min.

meu forno, eu asso, tenho tudo; e meu namorado vende pra mim. Eu tenho um namorado aqui e ele vende pra mim e tem um outro senhor que compra de mim pra revender. Graças a Deus é um sucesso meu pão aqui.

Eu não trabalhava com isso, porque eu trabalhava só em casa. Eu era casada e só fazia pra família. Quando eu for pra Três Lagoas eu vou começar tudo do zero, vou precisar trabalhar. Só vou fazer o pão pra família novamente. E assim vai ser. Amém.

O que eu vou lembrar... olha os meus joelhos como são? Está vendo os machucados? O que eu vou lembrar é de Deus. Eu pedi “Deus, me ajuda. Eu sozinha não tenho força, mas o senhor pode mudar minha vida” A minha certeza é Deus. O que me ajudou foi a religião. Eu participo de todos os cultos evangélicos; minha família é quase toda evangélica. Quando eu sair eu vou me batizar, em nome de Jesus!

Eu vou voltar pra Três Lagoas, em nome de Jesus! Eu saio terça-feira da semana que vem, dia 04 de abril. Eu não estou ansiosa porque me apeguei muito a Deus, pra ele tirar essa ansiedade... pra que eu não desespere. Entrego tudo pra Deus.

4.1.4 - Celi: “Aqui a gente tem tempo pra pensar”

Celi é morena, cabelos lisos e pretos. É uma fronteira que viveu sempre “lá e cá”. Tem um sotaque carregado e o ritmo de conversa típico dos paraguaios. Se envolveu com drogas e passou a realizar furtos. É mãe de três crianças e também é a terceira vez que foi presa.

Quando perguntei se, no passado, ela gostava de trabalhar com decoração de festa infantil, ela respondeu com o verbo no presente: “eu gosto até agora”. Segue a história da entrevistada:

Eu estudei no Brasil, ali em Ponta Porã no Joaquim Murtinho. Eu parei de estudar e entrei nas drogas... aí engravidei, depois parei com as drogas, depois voltei de novo pras drogas; comecei a roubar e vim pra cá, já é minha terceira vez. As 3 vezes que vim presa foram aqui, mas minha nacionalidade é brasileira.

Eu tenho 28 anos, tenho um filho de 11 anos e tenho gêmeos novinhos, eles tem 4 anos. Eu estava grávida quando caí presa e tive eles aqui no Paraguai, só o mais velho que é registrado no Brasil. Agora não consigo registrar eles no Brasil porque nasceram aqui no Paraguai; eles já tem documento paraguaio. Eu saí em liberdade um mês antes de ganhar eles, então eles não chegaram a vir pra o presídio quando nasceram. Depois eu voltei de novo pra cá.

Eu vim a primeira vez por causa das drogas. Depois de 8 anos que eu tive o primeiro filho, vieram os gêmeos. Eu estava bem, parei de fumar. Aí eu fiquei com um cara e ele cheirava e daí comecei a cair de novo nas drogas. Eu vim presa grávida sem saber, passei a gravidez toda aqui. Esse rapaz que eu tava desapareceu, ele não veio preso. A gente não está junto. Eu vim por roubo.

Depois que eu tive eles, entrei de novo nas drogas. Agora eles já tem 4 anos e estão com a minha mãe, ela tem a guarda. Os três estão com ela.

Antes eu trabalhava como decoradora de festa infantil. Eu gosto muito de fazer, sei fazer um monte de coisas, desenho em balão, árvore, peixe, nuvens, tudo em balão. Trabalhei 4 anos com uma decoradora ali em Ponta Porã, com uma decoradora muito conhecida. Graças a ela eu tenho essa profissão.

Eu parei a escola no primeiro ano do ensino médio. Antes morava só eu, minha mãe e meus dois irmãozinhos, faz 15 anos que meu pai faleceu. Somos em 7 irmãos, mas depois que meu pai faleceu, nós nos separamos. Ainda hoje meus irmãos que já estão maiores de idade moram com ela. Minha mãe trabalha e cuida das minhas crianças. As vezes elas veem me visitar, mas fica longe daqui. É difícil porque ela tem moto e é perigoso acidente, né? Então a gente evita e só conversa por telefone.

A minha mãe tá bem, só que ela tem problema no coração e isso me preocupa. Meu pai já morreu com problema de coração e a família inteira tem problema de coração. E ela esses dias estava doente, muito cansada por causa dos gêmeos, são muito terríveis. São 2 né? Ela falou “tem que ver pra sair e se comportar”, eu fico ouvindo e pensando todo dia. Aqui a gente tem tempo pra pensar, né? Lá fora todo mundo tá correndo o tempo todo.

Eu tenho 3 irmão que estão presos lá no fundo também, somos em quatro presos aqui. Meu irmão mais velho está há 11 anos preso aqui. Os outros fazem pouco. Mas esse de 11 anos que me marca mais, faz 11 anos que não sai daqui. Mas se Deus quiser ele vai sair. E eu não consigo ver ele, só os que estão há pouco tempo. Ele fica na cela dele o dia inteiro. Tem um deles que vem toda sexta me visitar, a gente toma o café da manhã junto e conversa... Depois ele vai.

O que a gente mais precisa de ajuda aqui é alimentação e higiene. Higiene principalmente, porque tudo tem que vir de fora, não tem nada pra higiene. Alimentação é 3 vezes por dia só, 6h é o chá, meio dia o almoço e 18h a janta e acabou. Não tem médico também, esses dias eu fiquei super mal e me levaram só no outro dia na enfermaria. Só colocam dipirona em você, paracetamol e pronto. Pra levar pro hospital lá fora é difícil. Só com papel do juiz, do advogado. Muito difícil remédio.

Aqui também não tem trabalho. Tem poucas vagas, só tem escola. Não tem alguém que ensine a gente algum curso. A gente precisava sair mais, elas não deixam. A gente precisava tomar um sol de manhã, ter mais trabalho, fazer alguma atividade pra passar o tempo, ainda mais pra nós brasileiros.

Eu quero voltar pra minha casa e ficar tranquila. Trabalhar de novo. A primeira vez que eu vim fiquei 2 meses presa, na segunda 6, e agora estou há 5 meses de novo, agora em abril pode ser que eu saia. Dessa vez deu, eu não quero mais voltar. Três vezes vai ser muita cara de pau voltar. Eu quero ir embora da cidade, pra falar a verdade, ficar livre das drogas.

A gente é muito oprimida aqui. No pavilhão aqui é de boa, mas eu fico no quadrilátero, lá... É onde ficam as pessoas que fumam droga e eles rejeitam a gente. Não por sermos brasileiras, mas por nós usarmos droga. Ficam descartando a gente. Eu acho que isso não é certo, tinha que ser tudo igual. As meninas aqui da frente saem na hora que quiserem, descem, lavam roupa e nós lá do fundo não podemos. A gente não pode ir na enfermaria, não tem direito de pedir quase nada. O portão abre às 15 horas, e o pavilhão tá aberto o dia inteiro. Então a gente é muito oprimida. Quem fica aqui tem mais liberdade.

Somos consideradas culpadas por tudo, a gente não pode conversar muito alto... nós somos quem mais busca Jesus aqui. Todo dia a gente ora, a gente fica louvando a Deus. Deus é grande vai mudar nossa história em nome de Jesus.

Eu quero voltar a trabalhar com festa porque é o que eu gosto. As festas dos meus filhos eu mesma que faço, chegam os convidados e eu ainda estou fazendo... arrumando. Mas se for pra trabalhar em outra coisa eu vou trabalhar, né? Fazer o que? Quando a gente é mãe tem que fazer de tudo. O que me marcou aqui é a convivência com as pessoas que são maltratadas. Pessoas que vem de outras cidades. São rejeitadas demais. Pessoas que morrem que não sai nas notícias, não sai no jornal. Morre aqui e acaba aqui. Isso fica marcado pra gente. Quem é de longe não tem a família aqui perto pra ajudar e eles sofrem mais. Fica pedindo gelo, sabão, essas coisas... aí falam “ah, fica aí e fuma sua droga”... “ah, você tá fedido”... isso não tá certo, e é sempre lá no fundo. É um tratamento humilhante, as próprias tias falam essas coisas pra gente, a gente tá morrendo de dor e elas falam “não tem nada na sanidade”, tem guardas que são assim. Oprime demais a gente.¹¹⁵

4.1.5 - Isabela: “(...) amanhece com os olhos inchados. Reza, passa e vai seguindo”

Izabela é uma mulher branca, com muitas sardas nas bochechas e nariz. Apesar de brasileira, é um ser fronteiriço, pois mais viveu no Paraguai; até seu sotaque é carregado.

Em que pese ser uma mulher branca, os marcadores sociais da diferença agiram para prejudicá-la, a interseccionalidade de gênero e nacionalidade operaram retirando seus direitos.

A falta de orientação jurídica, de como se expressar também a prejudicou.

Ao receber seu relato tive profunda identificação com seu sentimento de impotência em relação a maternidade. Me identifiquei em imaginar o sofrimento de estar longe e não poder ajudar os filhos. Mesmo não tendo vivido esta situação, como mãe sei o tamanho da indignação que sentimos e tentamos proteger nossas crianças. Consegui sentir sua dor em não poder fazer nada para amenizar as dores dos filhos. Me comoveu suas crianças não estarem na escola.

Eu sou aqui da fronteira, de Ponta Porã.
Antes? Antes era tudo bem; eu vivia bem. Tinha minha família, meus 4 filhos. Aí veio eu, meu marido e meu cunhado presos, nós três estamos presos. Só que meu marido já tá indo na “saidinha”, aqui eles chamam de transitório. Ele vai sexta, fica o sábado e volta domingo às 17h. Só que eu não tenho este direito porque eu sou brasileira e ele é paraguaio. A gente casou, mas não adiantou pra nada, eu preciso mesmo fazer a imigração. Tive minha audiência sobre isso na semana passada, aí falou que eu poderia ir pra Ponta Porã, só que eu recusei porque não sabiam dizer se era daqui a um ano, dois anos, três anos... e pra mim só falta três anos, e se eu aceitar isso quando eu já estivesse pra sair? Por que aqui ainda tenho minha “redenção” porque eu trabalho e estudo. Por isso que eu recusei de ir pra Ponta Porã. Lá seria difícil pra mim, porque eu não teria visita, nem nada. Minha família está toda aqui, meus filhos estão aqui com os tios. Aqui eles vem me visitar de vez em quando – não sempre porque eles não tem tempo, trabalham.

¹¹⁵ Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

Minhas filhas estão bem, a maior tem 16, outra tem 15, a gurizinha tem 12 e a menininha tem 7. Antes eu era dona de casa e morava em Pedro Juan, desde que eu nasci praticamente. Só nasci e estudei no Brasil. Terminei o ensino médio no Brasil, minhas filhas também são todas brasileiras.

Eu queria muito ter a nacionalidade paraguaia, mas não vou poder ter. Vou ter que cumprir tudo porque sou estrangeira. E além disso, quando eu cumprir tudo ainda vou ser expulsa. Eu não vou poder entrar no Paraguai mais. Eu não sei como vai ser; minha vida sempre foi aqui. O pai é paraguaio e eu vou levar as crianças comigo. A gente vai ter que se separar... não sei como vai ser.

Eu cheguei já tem 4 anos. Foi por microtráfico: 50 gramas de crack e 300 gramas de maconha. A pena total foi de 7 anos e meio pra nós três. Fez 4 anos em fevereiro e eu tenho mais 3 anos e meio pela frente.

Eu não recorri porque fiquei com medo deles aumentarem ainda mais a minha condenação. Aí eu deixei quieto. Minha advogada falou pra mim, mas eu não quis.. Fiquei com medo de aumentarem.

Aí fiquei sabendo que não vou ter direito a redenção, não sei o que vai ser. Me disseram que porque eu recusei de ir pro Brasil. Minhas colegas que falaram... Eu não vou perguntar, parece que cada vez que eu pergunto é pior. Eu fico doente... eu já sou doente, tenho pressão alta, tenho colesterol, diabetes, triglicerídeos, tenho tudo! Meu triglicerídeos subiu pra 1900 esses dias. Mas eles dão os remédios pra mim aqui, tem a farmácia “sanidade” que eles falam.

Eu vejo sempre meu marido. Ele vem na sexta-feira na visita e eu posso ir lá ver ele segunda, quarta e sexta. Daí quando ele vai na sexta-feira eu fico trissteee. Queria ir junto, fico olhando pela janela.

É muito triste. Porque minhas filhas não estão estudando. Só a pequenininha que está estudando. Porque ninguém quer se responsabilizar, né? Meus cunhados tem os filhos deles... minhas filhas estudavam no Brasil e agora estão morando no Paraguai. Quem vai levar elas? Não quero que elas vão a pé, tem tanto perigo na rua hoje em dia. O último ano que elas estudaram foi o ano que a gente veio. No próximo já não estudaram mais. Agora a pequenininha está estudando, porque estuda aqui no Paraguai, pertinho da casa.

Elas poderiam estar estudando aqui no Paraguai, mas ninguém quer ir lá pegar a transferência... falam que não tem tempo, que isso, que aquilo. Nisso já se passaram 3 anos sem estudar. Gurizinha já tá com 12 anos, parou na terceira série. A outra ficou na quinta, outra na sexta. Pararam aí.

Essa é minha preocupação todo dia. Elas falam “mãe, nós queremos estudar, mãe. Todo mundo estuda”, é assim que elas falam pra mim. Mas quando o pai delas sai elas ficam alegres. Meu marido sai e vai trabalhar. Ele tá fazendo churrasquinho pra vender. Aos domingos ele faz frango assado. Quando ele sai já está tudo preparado, minhas filhas mesmo que preparam tudo... e daí ele também não consegue tempo de ir lá na escola, porque se ele vai ele perde um dia de trabalho.

E ele tem que deixar dinheiro pras crianças, um pouco pra mim, pra ele... é curto o tempo. Agora ele tá lutando pra ter condicional, aí vai ficar melhor, ele mesmo vai trazer as crianças pra me ver.

Eu não tenho pai nem mãe mais, são falecidos. Meu pai tinha imigração, ele tinha uma casa aqui no nome dele. A gente nunca procurou fazer a imigração porque nunca imaginei que ia acontecer isso com a gente. No começo falou “imigração, imigração”, aí minha advogada falou que ia dar com o casamento, que iria resolver. A gente casou e a juíza não aceitou, falou que tinha que ter casado antes de acontecer o fato e agora também não posso

mais fazer a imigração porque já estou na cadeia. Posso fazer depois que eu sair.

É difícil porque eu gosto de morar aqui. Acostumei... Uma vez fui morar em Ponta Porã e quase me deu uma depressão, porque minha mãe foi morar no Brasil. Uma irmã minha faleceu e eles não gostavam mais de ficar aqui depois disso. Ela se suicidou na casa e eles não queriam mais ficar lá. Aí eles mudaram pro Brasil, eu fui ficar lá depois que eles faleceram, mas eu não gostei. Fiquei 11 meses lá, mas eu tive que voltar pra cá, não gostei. Aí vendemos a casa.

Eu tenho uma casa em Ponta Porã, vou ter que ir pra lá se eu for expulsa. Não quero mais arriscar minha liberdade; eu sofri muito aqui já. Aqui o mais difícil é o psicológico, é muita opressão.

É o emocional que mais me marcou neste tempo todo; que é o mais difícil. Ficar longe da família. De madrugada, sem dormir... as vezes as crianças vem e me contam alguma coisa, me deixa mal porque eu não posso resolver. Aqui a gente tá com as mãos amarradas, não dá pra resolver nada. Nada. Aí você começa a chorar e chora a madrugada inteira, amanhece com os olhos inchados. Reza, passa e vai seguindo.

Minha cela é lá no fundo, só tem eu de brasileira. Na nossa cela a gente cozinha, uma compra a carne, a outra o arroz, a gente congela e vai fazendo. Meu marido consegue trazer algumas coisas, as meninas tem as famílias que ajudam... as que menos tem ajuda são as que estão lá no fundo. Tipo, elas não são daqui, elas não tem visita... elas que sofrem mais. Graças a Deus aqui tem tudo, não falta a coisas. De manhã tem café da manhã, depois almoço, janta... a tarde a gente tem nosso recreio.

A gente precisava de um horário maior de lazer. Porque a gente fica só das 15 às 17, o resto é presa o tempo todo e os homens não são assim. E eles que são mais perigosos, né? A gente ia ficar só aqui no pátio, jogando vôlei, tomando tererê. É só isso que a gente precisava mais um pouco.

O diretor trocou, mas sempre troca. É assim mesmo. Ele sempre ajuda no que pode.

4.5 - Idas e vindas, lá e aqui: histórias e memórias entre o cárcere e as livres rememorações.

Uma distância de 8km separa os presídios aqui retratados. Em um espaço tão curto e de tanta mobilidade, como é a fronteira, as diferenças são subjacentes e marcantes.

Das 5 mulheres que entrevistei naquele dia, 3 são mulheres que se identificam como “da fronteira”, com isso elas resumem a experiência de viver em ambos os países, indo e vindo. Suas vidas são forjadas na ambiência fronteira, elas têm sotaque carregado e embora brasileiras, costumam utilizar palavras em espanhol durante a conversa.

Temos duas mulheres que são “de fora”, Fabieli que é natural de Mato Grosso e Nalva que é de Mato Grosso do Sul, na distante Três Lagoas (distante da fronteira – próxima ao estado de São Paulo), entretanto vivia em Ponta Porã na época dos fatos que a levaram presa e sobre os quais não quis comentar.

Exceto Fabieli, todas tem filhos. Os filhos de Celi e Fátima estão com suas mães, os de Isabela com o cunhado. Nalva já possui netos.

Fabieli e Nalva são os polos do grupo, a primeira a mais nova, com 25 anos e a segunda a que possui idade mais avançada, 52 anos. Ambas também são mulheres pardas.

Pouca escolaridade e envolvimento com drogas, são pontos em comum entre elas. A única entrevistada que não mencionou uso de drogas foi Nalva; isto também difere do perfil encontrado em Ponta Porã, visto que aqui elas assumem o consumo, e o comércio ilegal de drogas aparece menos em relação ao uso.

Fabieli veio para buscar drogas realmente, e relata experiência prévia com uso e também com a atividade de mula – que já havia feito no Brasil. Celi relata dependência, assim como Fátima, o que as levou a outros crimes pelos quais já foram presas, outra coisa que ambas têm em comum é que são reincidentes e estão presas pela terceira vez.

Também permeou quase todos os relatos, afirmações quanto à discriminação (muitas vezes dita com o emprego da palavra “opressão”) que passam as estrangeiras e as dependentes químicas. Mencionam que quem está no “quadrilátero” sofre muito. Elas descrevem como o ambiente mais ao fundo, nas últimas celas, onde as que lá estão tem a liberdade mais restringida também.

Em seu relato, Celi retrata ainda que seus irmãos também estão presos e que recebe visita de 2 deles. É preciso destacar que são quatro irmãos presos no mesmo local. Fátima engravidou na prisão, onde seu ex-companheiro está desde o primeiro crime praticado por eles, um assassinato. Celi também esteve grávida enquanto presa pela primeira vez. Já Isabela foi presa junto com seu marido e cunhado, com ínfima quantidade de drogas. Nota-se, portanto, em alguma medida, a família imiscuída ao cárcere. Como fica uma família dividida entre presos e soltos? E a estrutura das crianças que ficam?

Celi e Fátima tem em comum o fato de não estarem presas pelas drogas diretamente, pois estão respondendo por furto e lesão corporal, mas contam de seus vícios em drogas e como se intensificaram a partir dos seus relacionamentos com homens.

Ficou evidenciado no transcorrer de suas entrevistas, uma situação aparentemente mais precária que a encontrada em Ponta Porã, pois houve insistentes reclamações sobre questões de higiene e saúde – o que diferiu substancialmente do presídio localizado em terras brasileiras. Há em ambos os locais salas de aula e tarefas.

Em Ponta Porã as minhas entrevistadas todas trabalhavam e em Pedro Juan havia a reclamação de não haver ocupação. Em Ponta Porã havia também atividades diversas como trabalho administrativo, horta, entrega de água, salão de beleza e estava iniciando a produção

de prendedores para roupas. Enquanto não fora falado diretamente sobre preparo das próprias refeições no ambiente brasileiro, em Pedro Juan foi ressaltado por todas elas, além do preparo pra si e suas companheiras de cela, a prática de venda de comidas (Fabieli e Nalva – inclusive para fora). Um fator que altera muito as relações, é que homens e mulheres estão presos no mesmo local em Pedro Juan Caballero, e elas também mencionam, por isso, que lavam roupas e cozinham para eles, mediante pagamento.

Ressaltemos, porém, que existe quadra de vôlei em Pedro Juan Caballero, e nada relacionado a esportes é mencionado pelas mulheres encarceradas em Ponta Porã.

Como mencionado acima, em Pedro Juan foi mais evidenciado a religiosidade. Todas mencionam cultos, canções e orações de maneira mais enfática. Não consegui identificar até que ponto faziam por genuína devoção, ou se invocavam tais menções para frisar sua ressocialização e que “se encontraram”, que “deus mostrou o caminho”. Ou talvez seja um reflexo presente no “micro lugar” presídio, sobre seu entorno – haja vista que o Paraguai é país com fervorosa prática católica.

Figura 7 – Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, sala de estudos (2023)



Fonte: Acervo particular da autora – Pedro Juan Caballero (2023).

Figura 8 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, máquina de costura (2023)



Fonte: Acervo particular da autora – Pedro Juan Caballero (2023).

Figura 9 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, primeira vista da cela (2023)



Fonte: Acervo particular da autora – Pedro Juan Caballero (2023).

Figura 10 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, segunda vista da cela (2023)



Fonte: Acervo particular da autora – Pedro Juan Caballero (2023).

Figura 11 - Estabelecimento Penal de Pedro Juan Caballero/PY, símbolos religiosos (2023)



Fonte: Acervo particular da autora – Pedro Juan Caballero (2023).

As fotos acima foram todas tiradas na oportunidade que realizei as entrevistas com as mulheres brasileiras presas no Pavilhão de Mulheres da Penitenciária de Pedro Juan Caballero, que é uma unidade mista.

A sala de aula (figura 7) é um local amplo, onde acontecem também outras atividades, como aula de costura (figura 8). Esta sala é a entrada do Pavilhão, que para chegar precisamos subir um lance de escadas. A área externa que rodeia os pavilhões são bem cuidadas (figuras 9 e 10). Há árvores, grama, quadra de vôlei, um espaço para socialização onde as mulheres encarceradas tomam tereré¹¹⁶.

Fica claro o papel central que a religião tem nesse ambiente. Todas as entrevistadas também colocaram a religiosidade como um fator relevante de suas vidas, além de uma segurança e amparo lá dentro.

4.6 - Ouvir as entrevistas, narrar a história

Para produção das análises das entrevistas realizadas, confeccionei duas tabelas organizadoras: uma para cada grupo de mulheres. Ao ler os relatos alguns pontos das histórias tinham denominadores comuns, construções semelhantes, interpretações que se aproximavam. Desta forma, cada tabela foi produzida a partir de categorias que, a meu ver, eram reincidentes e colaboram para uma robustez dos respectivos conteúdos.

4.6.1 – Construindo as análises utilizando tabelas comparativas como ferramenta

Pensando e operacionalizando a pesquisa, refletindo sobre as colaborações e falas das mulheres encarceradas, iniciei separando cada localidade, e inserindo três colunas, logo: a primeira coluna é composta dos nomes das colaboradoras; na segunda, denominada “tema/categoria” elenco esses assuntos comuns em torno de categorias de análise; a terceira é onde resumidamente contextualizo o tema conforme a entrevistada, ou situo a entrevista em relação à temática correlacionada; e por último, na quarta coluna separei uma frase dita por

¹¹⁶ Tereré é uma bebida típica do Paraguai e muito tradicional. Assemelha-se ao chimarrão, porém a água é gelada e a erva mate é mais grossa. É um costume que o estado de Mato Grosso do Sul também partilha com seu país vizinho.

cada mulher presa que melhor resume ou representa aquela temática.

Na tabela referente às mulheres presas em Ponta Porã, as categorias escolhidas por mim foram: “passado idílico”; “inumanidade”; “abandono”; “crime/seletividade ao lembrar”; “fronteira”; e, “remorso”.

Passado idílico reflete um pouco das lembranças dessas mulheres quanto a sua vida pregressa, momentos em que relembram a vida que tinham antes do cárcere com saudades. Ao comentar sobre a categoria “inumanidade”, trouxe as várias formas sentidas e expressadas por minhas entrevistadas de preconceitos e obstáculos pelos quais passam ou já preveem em seu futuro após deixar a prisão.

Na categoria abandono, abordo a ênfase dada à culpa por abandonar os filhos e não o contrário. Não são mulheres que ficaram à mercê durante o cumprimento de pena, apesar de algumas terem vivenciado abandono de companheiros, o que mais está presente em suas falas é a culpa por sobrecarregar demais familiares com os cuidados de seus filhos ou por não poder ajudar, como sempre fizeram.

A próxima categoria elencada foi “crime/seletividade ao lembrar”. Cada uma ao seu modo, estabelece um filtro em suas lembranças quanto aos eventos que as levaram presas. Algumas tergiversaram, enquanto outras relataram com detalhes.

A categoria seguinte é “fronteira”. Duas das entrevistadas relataram o medo da fronteira, enquanto as outras duas não fizeram menções diretas. Mantive esta categoria pela sua importância para a tese e por ser bastante presente na experiência das mulheres presas em Pedro Juan Caballero/PY.

Outra temática relevante e que perpassa as diversas entrevistas é quanto ao “remorso”. Aqui enquadram-se mais os elementos da memória e o sofrimento interno pelo impacto de suas prisões em suas respectivas famílias.

Já na tabela confeccionada para subsidiar a análises quanto às presas em Pedro Juan Caballero, as divisões por colunas foram as mesmas, porém as categorias escolhidas foram outras. Uma categoria bastante verbalizada pelas encarceradas no Paraguai, foi quanto a “religião”. Muito mais presente na fala das mulheres presas no Pablon de Mujeres do que no Presídio Feminino de Ponta Porã.

Outra temática mais destacada neste grupo de mulheres foi em relação ao “tempo”, que é a categoria seguinte na tabela.

É neste sentido que observam Lucilia Delgado e Marieta Ferreira (2014) quando mencionam o fazer história no tempo presente, seus desdobramentos e sua abrangência em fontes: “o tempo presente constitui-se como realidade temporal propícia à construção de

relatos e registros de lembranças. São vozes múltiplas, que muitas vezes registram formas diferentes e até conflitantes de rememoração de acontecimentos e processos” (DELGADO, p. 9, 2014). Alinhadas ou não, cada mulher pode elaborar sua história e seus desafios durante o cumprimento de suas penas.

A terceira categoria explorada, foi “fronteira”, onde todas as entrevistadas elaboraram algo ou relataram em suas experiências, visto que a maioria era sujeita fronteiriça.

Também foi mais destacado, nos relatos obtidos no Paraguai, observações quanto a falta de atendimento médico e acesso a medicamentos.

As mulheres entrevistadas em Pedro Juan Caballero são “estrangeiras”. Embora a maioria seja da região, elas continuam sendo mulheres brasileiras dentro de um cárcere paraguaio e relatam pontos que as tocam neste sentido. Apesar de ter citado anteriormente, o tratamento recebido pelas presas brasileiras e o espaço/cela que ocupam são assuntos bastante destacados.

A última temática é o “arrependimento” ou “remorso”. Aqui se misturam exames sobre o crime cometido com o sonhar com o por vir em liberdade. O arrependimento como categoria identificada nas entrevistas nos levou a entender que elas sofrem o envolvimento de diferentes ordens, em uma arena de emoções e perigo visando muitas vezes o “bem” da família. Ao viver e praticar o delito, e sendo presa, o arrependimento torna-se uma espécie de punição pela privação da liberdade

Ressalto que para uma melhor diferenciação entre citações e trechos das entrevistas, em alguns momentos intercalo falas sem recorrer a citação no corpo do texto. São situações diferenciadas para enfatizar dizeres e reflexões nas quais recorri a uma suspensão episódica e específica da utilização das normas de citação, que valoriza, no meu entendimento, as comparações que sugiro.

4.6.2 – Horizonte de expectativas e campo de experiências: a distância do tempo no cárcere fronteiriço.

As entrevistas mostraram não apenas a vivência enclausurada e lembranças de uma vida em liberdade, mostram o registro da crise do tempo. Assuntos passados ao lado, meras inflexões, ajudam a compor o documento do tempo presente das mulheres presas na fronteira.

Nas falas das mulheres brasileiras presas, notamos a presença, por exemplo de uma fissura recente do nosso tempo: o tempo pandêmico.

Esta é a dimensão do registro de suas vivências encarceradas durante um tempo histórico de crises: sanitárias, ambientais, políticas. Esta tese perpassa o tempo presente e testemunha de forma adjacente, o tempo de sua produção, ou seja, é também um registro histórico do cotidiano em tempos extremos.

Nossa colaboradora Julia, veio de Florianópolis durante a Pandemia para a Fronteira, segundo a mesma, para pesquisar produtos e revendê-los em seu salão de beleza. Ela conta que a Pandemia trouxe muitas dificuldades para se manter e foi neste ponto, decisiva para sua viagem à Ponta Porã. Quando foi presa, as medidas sanitárias dentro do presídio estavam severas – lembrando que este depoimento ocorreu no primeiro semestre de 2022:

No período que a Pandemia estava bem forte a gente ficou fechado, sem visita, agora abriu, a cada 15 dias tem dia de visita aos domingos. Só que é difícil, a gente é de Florianópolis, né. Não tem nem possibilidade deles virem, eu também nem quero.¹¹⁷

Luísa também testemunha este tempo em sua lembrança:

Quando ele falou da viagem, a gente tava no auge do lockdown em São Paulo, se não me engano no dia 20/06/2020.¹¹⁸

Elas ainda relatam outro tempo específico vivido neste período, que é o de triagem. Necessário para ambientação de todas as ingressantes no sistema penitenciário, as recém-chegadas ficam nesta cela para entenderem o ambiente e suas regras, foi um assunto comum quanto ao tempo vivido na prisão.

Segundo Júlia:

Quando a gente chega aqui, a gente vai para a cela de triagem – lá é o tempo da gente ir se dando conta da realidade e de como as coisas funcionam aqui. Fiquei um mês lá. Depois que passei pela triagem eu fui pra galeria 1.¹¹⁹

O tempo de ambientação, é envolto em experiências inesquecíveis:

Só que acho que o mais difícil foi isso, o vir pra cá, a revista – que é procedimento normal, mas pra gente dói, sabe? O tempo que a gente ficou

117 Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

118 Entrevista, Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41min.

119 Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

no correcional, que é tipo uma triagem como te falei, são trinta dias... que é onde vai caindo a ficha e vai ficando bem difícil.¹²⁰

Para Luísa, também se tratou de um marco temporal dentro da cadeia:

Eu fiquei na triagem 30 dias quando cheguei por causa do COVID, até descer pro convívio e passei por outra triagem. Já naquela triagem me instruíram a pedir emprego. Tinha que pedir ‘trabalho, trabalho..remissão’. Foi quando eu comecei a conhecer o que é cadeia, como funciona.¹²¹

Em sua obra *Regimes de Historicidade*, Hartog (2019) disserta sobretudo sobre o presentismo. O “regime de historicidade” é o instrumento, enquanto “o presentismo” é a hipótese, em suas reflexões. São as categorias operacionalizadas para tentar dar conta do que se configura como o presente único: o da tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo” (HARTOG, 2019, p. 11).

Hartog (2019) explica que um “regime de historicidade é apenas uma maneira de encadear o passado, presente e futuro ou compor um misto das três categorias” (HARTOG, 2019, p. 11), e quando não há como concatenar tais categorias, já que se vive as três? Penso, a partir da escuta destas mulheres encarceradas, que elas vivem a situação extremada também da experiência temporal. Suspensas dos acontecimentos de fora, pensaríamos sem muito cuidado, que estão ocupando-se apenas do presentismo – já que suas vidas e famílias estão acontecendo sem estarem incluídas.

Detendo-me um pouco mais, considerando e debruçando sobre o que Celi narrou “aqui a gente tem tempo pra pensar”¹²² – enxergo, então que a ordenação dos nossos tempos imersos na história universal não ocorre da mesma forma para as pessoas aprisionadas. Nos dizeres de Joana Pedro e Eloísa Rosalen (PEDRO; ROSALEN, 2019, p. 148), “a construção de sua memória marcada pelo presente e pela interlocução da entrevista”, ou, como se observa/sente episódios e se constrói a memória a partir do relato no tempo presente.

No contexto da memória, as entrevistadas que cumpriam pena no presídio feminino de Ponta Porã, relataram uma vida anterior prosaica e boa. Ao acessar a memória, destacam como a trivialidade era positiva e falam que não precisavam estar vivendo o encarceramento.

120 Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

121 Entrevista, Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41 min.

122 Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

Julia trabalhava em seu salão de beleza. Carla conta que sempre trabalhou com confecção de refeições. Enquanto Luísa demarca em todas as oportunidades que têm, uma vida de classe média alta – apesar de trabalhadora também. Ao passo que Larissa, contou trabalhar na recepção de hospitais. Todas contam e possuíam o apoio familiar¹²³.

A diferença é que quando eu saio eu não vou pra minha casa, meu conforto, minha cama queen maravilhosa, pro meu marido, comer meu queijo brie, comer filé mignon... não, a diferença é que eu vou pra cela. (Luísa)

Antes de chegar aqui eu tinha uma rotina de vida normal, trabalhava num hospital na parte de atendimento, como secretária e recepcionista (Larissa)

Antes de tudo eu tinha uma vida normal, eu trabalhava. (Carla)

Minha vida era muito diferente da que eu levo aqui. (Julia)¹²⁴

A normalidade¹²⁵ é recordada como um sonho para quem hoje possui diversas restrições, não apenas de sua liberdade. É seguindo este caminho que Janaína Amado (1995) reflete sobre os caminhos da memória e as criações que fazemos afirmando que “toda narrativa, no entanto, possui uma dose, maior ou menor, de criação, invenção, fabulação, isto é: uma dose de ficção” (AMADO, 1995, p. 134) e nos conduz por reflexões maiores entre memória e tempo ao enunciar:

A memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo (AMADO, 1995, p. 132).

123 Aqui as normas de citação da ABNT foram brevemente suspensas para ilustrar a comparação entre as entrevistadas, sendo, portanto, uma opção de estilo a serviço da inteligibilidade do que pretendo demonstrar.

124 Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

125A antropóloga Natália Lago (2017), em artigo, relaciona duas colaboradoras que teve durante a realização de visitas a dois espaços prisionais. Ao contar a história de Cris, a mesma destacava a sua vida normal e a de seus colegas que trabalhavam junto na embalagem de cocaína: “Cris ainda fazia uma espécie de histórico/balanço das pessoas com quem trabalhava: gente normal, com família, religião, gente que teve uma infância normal. Eu tive uma infância normal, era uma pessoa normal, não era uma criminosa. A evocação de uma vida normal traz consigo uma elaboração em torno do que seria essa vida: ter uma infância sem grandes percalços, ter família, pertencer a uma religião e praticá-la [...] Por outro lado, a fala de Cris a retirava de um envolvimento profundo com esse mesmo crime, pois ela não se via como uma criminosa e, sim, como uma pessoa normal” (LAGO, 2017, p. 334).

O “tempo de pensar” de Celi é sentido ao recordar, rememorar, se arrepender em relação ao passado ou ficcioná-lo. A experiência do presente se vive em angústia; esta é exacerbada pelas grades, pelo pouco a fazer, pela abstinência de drogas, pelo assombro dos acontecimentos que reverberam incessantemente em sua mente.

Disse acima sobre se viver suspensa do tempo e ao mesmo passo, senti-lo em três tempos no hoje. É um pouco do que Santo Agostinho, citado por Hartog (2019, p. 12) elenca quando preceitua sobre os “três modos: a memória (presente do passado), a atenção (presente do presente) e a expectativa (presente do futuro)”. Além de só viverem o presente e a rotina maçante da cadeia, com poucas atividades e muitas faltas (faltas de materiais, de saúde, de escuta, de direitos), tendo somente um passado para se ocupar, há, pelas falas destas mulheres uma imensa e generalizada ansiedade.

A ansiedade, caracterizada por esta expectativa e temor do futuro, às vezes medicada, a ansiedade da liberdade e de sua vida é também a vivência extremada pela condição do cárcere. As três categorias que a história se debruça em seu âmago desde sua fundação, são aqui intensificadas pelas grades e crises (não apenas pessoais – é também a crise nos termos de Hartog).

Esta mistura de tempos com a expectativa do futuro, é explicada por Larissa:

Como eu estou bem perto de sair, a ansiedade tá batendo muito forte. Ainda assim acho que minha família está mais que eu. Eu tento me controlar. Eu penso que já passou um ano e 11 meses, falta só 30 dias. O que são 30 dias pra mim? Eu penso “vou continuar calma”. Eles não.

A prisão é vivida também pela família que vive a expectativa da saída junto com a pessoa presa.

Mesmo a colaboradora que menos se abriu para o relato de sua história, menciona estas sensações. Diz Nalva¹²⁶:

Eu não estou ansiosa porque me apego muito a Deus, pra ele tirar essa ansiedade... pra que eu não desespere. Entrego tudo pra Deus.

Julia diz:

Eu sinto muita ansiedade. Muita, muita, muita. Eu penso o tempo todo. Eu sou uma pessoa que penso demais nas coisas.¹²⁷

126 Idem a nota de rodapé 122.

127 Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022,

E Luisa, que relata que antes nunca havia tomado remédio ou drogas, sente necessidade de uso de algumas medicações: “Sempre fui atrás de tratamento fitoterápico. Mas aqui eu tô sentindo muita necessidade de tomar um ansiolítico... esses 2 anos de cadeia estão batendo”.

Em outro sentido, Celi fora umas das entrevistadas que mais relacionou o tempo presa, como um tempo suspenso. Pela terceira vez cumprindo pena, com problemas com drogas e três filhos sob os cuidados da mãe, expressa que:

Ela falou “tem que ver pra sair e se comportar”, eu fico ouvindo e pensando todo dia.¹²⁸

E Fátima lamenta estar cumprindo pena em Pedro Juan Caballero, além de se sentir com pesar por deixar seu filho por tanto tempo sob os cuidados de sua mãe:

Eu já tô com 38 anos, não aguento mais tirar cadeia; já tirei muita cadeia nova.

Essas mulheres presas são, por si só, amostras e derivações das crises do tempo presente (não apenas do presente imediato). A ascensão de políticos de extrema-direita no Brasil e como parte relevante do poder, em decorrência de uma radicalização promovida intensamente nos últimos anos, alimentada e com um projeto claro de poder, tem como um de seus braços a violência e em outro a demagogia. Para alimentar a sanha dos extremistas, racistas e oportunistas, a política penal é um dos guizos que se chacoalha para a cadela do fascismo com mais facilidade e apoio popular¹²⁹.

4.6.3 - Viver na fronteira e ser da fronteira

No primeiro capítulo faço um retrospecto de teorias e categorias que atravessam os

17 min.

128 Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

129 No momento (maio/2024) há um evidente recrudescimento de violência Policial no Estado de São Paulo. Foi aprovada no fim do ano passado a extinção das “saidinhas”. Após a recusa do legislativo em definir limites para usuários e traficantes o STF está decidindo as quantidades, como resposta ao aumento da população negra por tráfico, ao que o Congresso Nacional está em amplo avanço contrário ao STF. Nesta briga quem sempre sofre as consequências das disputas são os mesmos: pobres, pretos periféricos (LARA, 2020).

“A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/23 inclui um inciso na Constituição Federal para tornar crime a posse e o porte de qualquer quantidade de droga ilícita, como maconha, cocaína ou ecstasy. A PEC é oriunda do Senado, onde já foi aprovada, e está em análise na Câmara dos Deputados”. Fonte: Agência Câmara de Notícias. (CRALDE, 2024; JÚNIOR, 2024).

estudos fronteiriços e em especial, a fronteira Brasil - Paraguai. Porém, a partir da escuta das mulheres encarceradas e demais sujeitos que atuam e vivem na fronteira Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, temos ainda mais fronteiras a mencionar.

Na bela composição de Almir Sater e Paulo Simões intitulada “Sonhos Guaranis”, o famoso intérprete nos emociona ao dizer que:

E cego é o coração que trai
Aquela voz primeira que de dentro sai
E as vezes me deixa assim ao
Revelar que eu vim da fronteira onde
O Brasil foi Paraguai

A música nos faz refletir sobre um tempo e uma fronteira cindidos pela guerra, com repercussões que se ouve e, sobretudo, se sente. Em alguns dos relatos das entrevistadas, como já mencionado, emergem preconceitos sobre um estado atrasado ou perigoso. É interessante perceber que o estado do Paraná também faz fronteira com o Paraguai e não recebe, com a mesma intensidade, esta pecha. De onde vem essa desconfiança? Ou de onde vem o desprezo? Podemos dizer que uma das principais razões que explicam mais que sentimentos, comportamentos é que:

Se não fosse a guerra
Quem sabe hoje era um outro país

Em entrevista, Carla, a única entrevistada deste grupo que é de Mato Grosso do Sul e a única reincidente, destaca que cumpre pena por delitos correlatos ao de tráfico, cometidos por seu ex-companheiro. Seu mandado de prisão foi expedido no Paraná, mais um elemento que demonstra os fluxos através da fronteira.

Das colaboradoras presas em Ponta Porã, falam objetivamente sobre a fronteira e seus perigos. Enquanto Julia¹³⁰ relata o medo de desistir de levar drogas em seu carro através da fronteira, Luísa cita, além do medo, pela mesma razão, que a fronteira é um local atrasado/perigoso/propenso ao cometimento de crimes:

A meu ver, o problema é que estamos na fronteira e a maioria vem mesmo com a intenção de praticar um crime.¹³¹

130 Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

131 Entrevista, Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41 min.

Comenta, ainda, que o andamento de seu processo é mais demorado – segundo seus advogados. Constata:

Eles mesmos falaram: “Luísa, a gente nunca viu um estado tão atrasado como é o Mato Grosso do Sul, porque é fronteira... A ré tem prazo, nós temos prazo, eles não.”¹³²

O autor Durval Muniz Albuquerque Jr. (2007), em sua obra “*Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*” elabora a motivação para tal discriminação e exemplifica a situação Brasil/Paraguai. Para tanto, explica que a própria construção da identidade de um povo se dá muitas vezes pelo contraste e que ao longo do tempo diversas invasões territoriais foram justificadas em decorrência de uma atribuição negativa ao grupo rival ou por considerá-lo um perigo, agiram como uma defesa prévia. Esta justificativa para invasões, é muitas vezes a razão forjada na sociedade para incitação contra uma região, classe, grupo étnico, etc., pois a generalização e o antagonismo gerado, se transmutam e evoluem para diversas formas de estigma e exclusão. Prossegue a seguir:

As identidades dos grupos humanos, a sensação de pertencimento a um grupo se dá, em grande medida através da emulação, da disputa, e competição com um outro, que aparece como o estranho, o estrangeiro, a ameaça, o perigo, o inimigo. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 10).

O mencionado historiador esmiúça o preconceito de origem, afirmando que:

O preconceito quanto a origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 10).

Ao falar sobre a formação do Estado Nacional brasileiro, como ponto de partida para entender o arraigado preconceito de origem geográfica, o autor destrincha os vários flancos atuantes para tanto. Por exemplo, nos menciona que:

O fato de termos sido a única monarquia em toda a América, o fato de termos sido o único país americano onde as elites puderam assumir ares e títulos de nobreza e se pensar como uma aristocracia, com a consequência de que as camadas populares serão vistas como plebe, sem nobreza e sem

¹³² Entrevista, Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41 min.

sangue real, marcará definitivamente a forma como nós brasileiros nos vemos, como vemos os nossos vizinhos e como estes nos vêem (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 42).

Ou seja, o Estado nacional surgiu no Brasil como um instrumento de manutenção da mesma estrutura econômica e social que vinha do período colonial, reforçando as mesmas hierarquias sociais, defendendo a manutenção da escravidão, da mesma estrutura fundiária. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 42).

No século XIX, o autor, brevemente, retrata a participação brasileira na Guerra da Tríplice Aliança arrasando seu vizinho, o Paraguai, atendendo interesses ingleses e não próprios. Define como consequência da guerra, que:

as elites brasileiras passaram a ter e divulgar, para toda a população, uma visão profundamente negativa dos paraguaios, que consideramos até hoje serem sinônimo do que não presta, do que é falsificado ou enganador (...) ainda hoje julgamos ser os paraguaios um povo inferior, constituído de contrabandistas ou de pessoas desonestas. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 49).

Além do preconceito referido em relação ao Paraguai e especificamente à fronteira aqui retratada, que remonta a tempos antigos e constata-se que foram aprofundados desde a Guerra da Tríplice Fronteira, a historiadora Ana Colling (2019b) adiciona mais um elemento: a invisibilidade das mulheres durante a mencionada Guerra e o silêncio histórico da presença feminina no conflito.

A presença feminina na Guerra do Paraguai seguiu os mesmos passos da Revolução Francesa e da 1ª Guerra Mundial: a marginalização, a desqualificação e o esquecimento. A iconografia sobre os eventos reproduz imagens femininas, não de mulheres reais, guerreiras, mas de deusas imaginárias sem nomes, sem identidade, sem nacionalidade. (COLLING, 2019b, p. 111).

O apagamento das mulheres da história é um dos resultados do silenciamento delas. As histórias heroicas sempre foram escritas por homens e citavam as realizações de homens, nas palavras da autora: “escrever sobre guerras, historicamente, é uma tarefa masculina que fala sobre eventos entre homens para homens e sobre homens.” (COLLING, 2019b, p. 111).

Refletindo a partir de Foucault sobre as verdades que mostram os documentos, a autora destaca que o documento não é reflexo do acontecimento, mas sim um outro acontecimento. “Ele nos ensinou a prestar atenção ao discurso, na maneira como um objeto histórico é produzido discursivamente e na sua própria narrativa”, e acrescentou também outro ponto de análise através do estranhamento, do esquecimento: “nos alertou para a

produção dos silêncios na narrativa histórica”. (COLLING, 2019b, p. 119).

É também por isso que temos muitas novas formas de utilizar documentos na produção histórica de conhecimento. Histórias que não incluam as mulheres, não pode ser verossímil nos dias e hoje. Ouvir mulheres, tratar seus relatos como fontes históricas que são, é prestar serviço à sociedade, mostrando-lhes a diversidade de vivências e de grupos marginalizados/inferiorizados.

As fontes de pesquisa se constituem num entrave real para o relato histórico não somente sobre as mulheres, mas sobre todos os sujeitos que não eram levados em consideração nas narrativas masculinas e da elite. Não há espaço para os sujeitos marginalizados pelo panteão dos heróis e dos grandes feitos. (COLLING, 2019b, p. 125).

Neste sentido, Joana Pedro e Eloísa Rosalém (PEDRO; ROSALEN, 2019, p. 132) destringem as relações de gênero e suas resultantes sociais “buscamos, assim, pensar gênero como estruturante da política e das relações sociais que são acionadas em situações críticas, mas que podem ter respostas diversas em função das relações de poder contextuais”.

Quando pensamos em gênero, seus poderes de agência socialmente, sabemos quem definiu as histórias que seriam contadas, de que modo, quais documentos seriam valorizados e quais personalidades “entrariam pra história”. As mulheres não ocuparam esses espaços de poder e decisão, mesmo que às vezes tenham a elas relegado papéis figurativos. “Em todas as guerras, muito pouco se fala das mulheres e, quando se fala, resume-se a atividades e tarefas que auxiliam os homens, os guerreiros, entre o mundo público, da política, e o privado, do lar, é acirrado em tempos de guerra” (COLLING, 2019a, p. 126).

Contar e registrar é ofício e é urgente. Registrar como um painel de ocorrências históricas diversas, inclusive o papel desempenhado atualmente em outra guerra; àquela aqui mais retratada: a guerra às drogas. É o que temos buscado apontar aqui, a heterogeneidade do espectro de mulheres encarceradas, que recentemente tornou-se um contingente impossível de ser ignorado. Para haver “disputa” de memórias, é preciso que exista espaço para ouvi-las, como Michel Pollak (1989) já observava que:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional

(POLLAK, 1989, p. 2).

Ana Colling (COLLING, 2019a, p. 126) resume que “foi o silêncio que a historiografia impôs às mulheres, um silêncio que grita sobre suas formas de ação e a diversidade das suas representações”. A existência e o lugar das mulheres precisam ser revelado, visibilizado e sentido, inclusive e sobretudo as que se encontram em maior grau de vulnerabilidade.

Quando falamos do elemento/categoria fronteira, nota-se que enquanto as colaboradoras/entrevistadas do lado brasileiro retrataram a fronteira com estereótipos, não se vê esta marcação emergindo das falas das mulheres entrevistadas em Pedro Juan Caballero. Para a colaboradora que veio de região distante (Mato Grosso), Fabieli encontrou segurança ao ser removida, da Penitenciária de Concepción: “Aqui foi melhor porque tem muitas pessoas da fronteira aqui, né?”¹³³

As outras entrevistadas já viviam a ambiência da fronteira e suas condições diferenciadas. Nalva comenta: “Eu morava na época em Ponta Porã e o caso aconteceu aqui em Pedro Juan”.

Assim como Celi que possui várias passagens pelo presídio de Pedro Juan, mesmo residindo em Ponta Porã, e por esta razão seus filhos gêmeos possuem nacionalidade paraguaia. Já para Fátima, que viveu ambas as experiências de estar presa em Ponta Porã e em Pedro Juan, manifesta que preferia estar cumprindo pena no Brasil. Ela é também um ser da fronteira: “Eu sou aqui da fronteira, tanto em Ponta Porã como no Paraguai”. Eu queria muito ter a nacionalidade paraguaia, mas não vou poder ter”.¹³⁴

Por outro lado da questão fronteira suscitada, mas flertando com os outros eixos da pesquisa, Joana Pedro e Eloísa Rosalen (PEDRO; ROSALEN, 2019), trabalham em artigo intitulado “*Fronteiras de gênero: clandestinidade, exílio e feminismo no Brasil (1964-1985)*” com as categorias de clandestinidade e exílio ao contar histórias de militantes atuantes no período da ditadura brasileira, quando foram obrigadas a viver em clandestinidade e/ou se exilar em razão da perseguição por elas sofridas. Utilizam para tanto, os conceitos de fronteira/zona fronteira, para pensar o “entre lugar” que estas mulheres ocuparam nos mencionados períodos pessoais, dentro do período histórico. (PEDRO; ROSALEN, 2019, p. 129).

133 Entrevista, Fabieli (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 30/03/2023, 14 min.

134 Entrevista, Isabela (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

[...] pensamos aqui a clandestinidade e o exílio como fronteiras, uma vez que, a partir desse lugar situacional, é possível observar reconstruções identitárias, margens que se tocam, criações. Além disso, a ideia de fronteira também nos possibilita pensar o gênero com a (re)construção das relações e das identidades, em situações de subversões onde se confundem os limites. (PEDRO; ROSALEN, 2019, p. 129).

As situações fronteiriças que as autoras abordaram, são metafóricas, apesar de se aproximarem em certa medida das situações limites que as mulheres presas partilham. As mulheres fronteiriças presas ou as momentaneamente fronteiriças, carregam o entrelaçamento dessas categorias e somam-nas às fronteiriças conotativa e denotativamente. Quero dizer que o texto de Joana Pedro e Eloísa Rosalem (PEDRO; ROSALEN, 2019) dialoga com nossas colaboradoras e com nossas categorias, porém as fronteiras aqui, não são apenas uma questão semântica elas ocupam a centralidade de categorias da realidade de todos os temas que são aqui abordados.

No mencionado artigo também debatem o reforço de gênero utilizado pelas mulheres entrevistadas para superar alguns entraves, principalmente nos deslocamentos e fugas. Aquelas mulheres usavam, ora sua aparência jovem e “inofensiva”; ora, os significantes de fragilidade feminina (como roupas insuspeitas, esposas, filhos). Assim, “instrumentalizaram seus corpos e suas identidades de gênero para que não chamassem atenção e pudessem continuar militando tranquilamente”. (PEDRO; ROSALEN, 2019, p. 135).

Interessante pensar, assim, que as mulheres encarceradas contavam, em certa medida, com sua condição feminina e com o que seus corpos aparentam, como nos moldes acima relatados, para a prática do delito, ou até como álibi ao companheiro, como foram – aparentemente - os casos de Luísa e de Carla. Luísa que viajou sem saber bem o porquê, durante a pandemia e Carla que viajava constantemente com seu ex-companheiro e diz não conhecer as motivações para as viagens.

Como Joana Pedro e Eloísa Rosalem (PEDRO; ROSALEN, 2019, p. 137) apontam na seguinte passagem: “ela também se utilizou da sua identidade de gênero para viajar (um pequeno trecho) junto com um caminhoneiro e atravessou facilmente a fronteira”. É muito similar a estratégia ainda utilizada pelo crime organizado hoje quando se contrata casais, ou homens que levam suas companheiras para buscar as cargas de drogas.

Nesta mesma guia de reflexão, Joana Pedro e Eloísa Rosalem (PEDRO; ROSALEN, 2019, p. 139), mencionam, ao falar de suas entrevistadas que “no entanto, todas reforçaram padrões comportamentais ao se apropriarem de práticas discursivas ligadas às identidades de gênero tanto para fuga quanto para continuar militando”.

É evidente também que ao serem contratadas como mulas, isso é considerado pelo tráfico. O reforço do gênero também é articulado por quem explora e pensa em mulheres e mulheres mães para executar tais tarefas na categoria mais baixa da cadeia do comércio ilegal de drogas.

Pensar o que Isabela fala sobre ficarem mais presas que os homens, também é um reforço de gênero, só que novamente para penalizá-las:

A gente precisava de um horário maior de lazer. Porque a gente fica só das 15 às 17, o resto é presa o tempo todo e os homens não são assim. E eles que são mais perigosos, né? A gente ia ficar só aqui no pátio, jogando vôlei, tomando tereré. É só isso que a gente precisava mais um pouco.¹³⁵

4.6.2 - El Pabellón de las Mujeres: desde una mirada religiosa

A religiosidade dentro do sistema penal é bastante conhecida e complexa. O alinhamento da religião às prisões femininas remonta ao próprio surgimento do cárcere em vários países, inclusive Brasil e Paraguai. A congregação do Bom Pastor d'Angers, ligada a Igreja Católica administrou por muito tempo estabelecimentos penais femininos na América Latina (ARTUR; 2013; KARPOWICZ, 2017). Ainda hoje temos em Assunção, no Paraguai, um presídio feminino que leva o nome da Congregação.

Deste embrião do sistema penitenciário feminino, advêm a arraigada ideia de “consertamento” de mulheres através da conversão religiosa.

Erlando da Silva Reses e Wallace Roza Pinel (2018) analisam em artigo a questão religiosa dentro da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, com mulheres jovens. As análises foram realizadas a partir de alunas da modalidade Educação de Jovens e Adultos no espaço penitenciário (PFDf), curso PRONATEC Prisional, em 2017.

Os autores fazem um comparativo do perfil carcerário sob o aspecto racial, majoritariamente negro, que não reflete nas práticas religiosas mais praticadas no âmbito prisional. Na mencionada pesquisa, as religiões católica e evangélica são as mais mencionadas pelas jovens (RESES; PINEL, 2018, p. 71). Este dado observado pelos autores, não há como ser verificado na minha pesquisa, uma vez que o exercício da religiosidade foi bastante mencionado, mas na maioria das vezes, não especificamente as religiões – também não lhes perguntei, haja visto que não havia esta intenção específica de pesquisa.

¹³⁵ Entrevista, Isabela (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

Julia relata seu apreço pelas leituras espíritas, e Nalva fala que deseja se batizar na igreja evangélica quando de sua saída do presídio:

Os dias que eu tô ruim eu procuro escrever. Me deixa mais calma... escrever, ler..eu gosto muito. Gosto muito de livro espírita, me prende a atenção.¹³⁶

Eu participo de todos os cultos evangélicos; minha família é quase toda evangélica. Quando eu sair eu vou me batizar, em nome de Jesus!

Novamente trazendo as contribuições de Erlando da Silva Reses e Wallace Roza Pinel, os autores argumentam que presas consideradas com “bom comportamento” tem mais oportunidades de trabalho, de acesso e outros benefícios.

Entendemos que as categorias subjetivas podem indicar que a interna com “bom comportamento” está, supostamente, apta para retornar ao convívio social fora da cadeia, mas é equívoco que a prática religiosa declarada ou a Conversão”, durante o cumprimento da pena, pode influir decisivamente nesse sentido (RESES; PINEL, 2018, p. 72).

Uma passagem que ilustra este ponto, são as declarações de Celi. Presa em Pedro Juan Caballero, menciona muitas vezes a forma degradante de tratamento que lhes é dado pelos trabalhadores do presídio, por serem as usuárias de drogas.

Somos consideradas culpadas por tudo, a gente não pode conversar muito alto... nós somos quem mais busca Jesus aqui. Todo dia a gente ora, a gente fica louvando a Deus. Deus é grande vai mudar nossa história em nome de Jesus.¹³⁷

Além da busca por apoio ao enfrentar o cárcere, Celi parece reivindicar que seja tratada com mais dignidade por frequentar o culto e orar. Suas falas demonstram que a entrevistada compreende a ciada dinâmica do “bom comportamento” para que obtenha melhores condições lá dentro. Coaduna, portanto, o que Reses e Pinel (RESES; PINEL, 2018) elaboraram:

o fato de uma mulher pertencer e declarar uma prática religiosa pode aumentar significativamente a possibilidade de acesso ao espaço educativo. Embora oficialmente não haja restrições ao exercício e prática de outras religiões, em nossa percepção – corroborando outras pesquisas que apontam para a mesma direção - , o fato de uma interna se declarar cristã parece “abrir portas” no acesso às políticas sociais e educativas naquele espaço

136 Entrevista, Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data 19/03/2022, 17 min.

137 Entrevista, Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

prisional, especialmente considerando a discricionariedade da classificação de comportamento (RESES; PINEL, 2018, p. 73).

Gilse Rodrigues (2007), que partiu de um estudo antropológico acerca das religiões no cárcere, tem interpretação afinada neste sentido:

Aqui se torna central a questão do poder dentro da instituição e as possibilidades dos atores sociais de negociarem a vida cotidiana, através de papéis sociais diferenciados alcançando direitos, privilégios, regalias e punições. Existem as regras oficiais da instituição e existem as regras que surgem das relações da vida cotidiana. (RODRIGUES, 2007, p. 14).

Ao resgatar um exemplo de seu caderno de campo, Gilse Rodrigues (2007) demonstra que os trabalhadores responsáveis pela guarda das celas utilizam tais informações (bom comportamento) e realmente interfere nas decisões que tomam sobre quem pode ou não sair para ir ao culto, vejamos:

Os horários dos encontros religiosos são definidos obviamente pela administração da penitenciária, de acordo com as possibilidades de monitoramento por parte da equipe dirigente. Esta detém o controle sobre as possibilidades de participação das detentas que depende muitas vezes do “bom comportamento”, mas isto também é passível de negociação, como me confirmou um agente penitenciário: [...] quando estão muito rebeldes, elas sabem que não podem descer para o culto. Eu não deixo, mas tem gente que acha que a participação no culto pode melhorar o comportamento. Vai depender de quem tá no controle no dia. (Caderno de campo). (RODRIGUES, 2007, p. 14).

Mas a pesquisadora Gilse Rodrigues (2005) pondera que não se trata de um manejo puramente interesseiro nas regalias que podem vir da participação em cultos religiosos dentro dos presídios. A que se compreender que há todo um apoio emocional que pode advir da prática religiosa, que pode sim causar melhorias íntimas para o enfrentamento da clausura e isolamento.

Torna-se necessário, dentro da perspectiva antropológica desse estudo, entender a conversão intramuros não como uma “falsa conversão”, mas como um processo de transformação do sujeito com dimensões e significados próprios. A religião pode ser também uma linguagem da qual essas mulheres lançam mão para solucionar conflitos decorrentes do drama social que o aprisionamento representa (RODRIGUES, 2007, p. 11).

O apoio e escuta que podem vir da participação em grupos de louvor e oração, para além dos cultos propriamente ditos, podem representar muito para a condição psicológica e para resignação, como nota-se das falas de Nalva¹³⁸:

O que eu vou lembrar... olha os meus joelhos como são? Está vendo os machucados? O que eu vou lembrar é de Deus. Eu pedi “Deus, me ajuda. Eu sozinha não tenho força, mas o senhor pode mudar minha vida” A minha certeza é Deus. O que me ajudou foi a religião.

A observação panóptica religiosa supera qualquer entrave e opera seu objetivo de medir, acompanhar e controlar o comportamento da condenada assegurando pela incorporação as presas de uma identidade coletiva de pecadores e devem assumir a culpa e partir em busca da redenção transformadora sobre os pilares dogmáticos da religião¹³⁹.

Outro ponto relevante que Gilse Rodrigues aponta, é para o valor da escuta dentro do regime penitenciário. A ânsia de ser ouvido, como já dissemos, é inerente ao ser humano e pouco considerada quando se fala de pessoas aprisionadas. Nestas condições encontram (ou são encontradas), muitas vezes, nas representações religiosas autorizadas a adentrar o estabelecimento. Diz, “a interação entre detentas e agentes religiosos aponta para uma necessidade urgente do sujeito preso de falar sobre os seus dramas e, através de uma narrativa, lidar com os limites que o sistema dominante lhe impõe dentro e fora da prisão” (RODRIGUES, 2007, p. 14), o que corrobora com o dito por Fabieli ao final da entrevista: ‘Obrigada você, por ouvir e dar essa força.’¹⁴⁰”

Destacamos, ainda, Nalva e Carla, que se propuseram a conversar e serem ouvidas, mas não conseguiram articular alguns elementos - cada uma à sua maneira, não se abriu tanto à nossa conversa. A primeira, já de partida avisou que nãoalaria sobre o motivo que a levou presa, ao passo que a segunda era monossilábica e fazia espaçadas respirações profundas. O

138 Nalva (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 11 min.

139 Neste contexto, Simone Aparecida de Sousa Capperucci e Alessandro Moreira Dias (2020) nos exemplificam como os religiosos atuam intencionalmente em prol de interesses e convicções, não apenas no âmbito prisional "Quando observados diversos discursos de líderes religiosos percebe-se que, através das palavras escolhidas, entonações e eloquência apoiam-se em textos bíblicos para convencer os indivíduos a adquirirem hábitos e praticarem ações, de acordo com modelos e intenções, nem sempre explícitos, mas de forma sublinhar; alterando a participação dos indivíduos nos meios em que estão inseridos e sua subjetividade. Essas ações e seus efeitos demonstram o poder que essas instituições exercem na coerção e ação da manutenção de ordens sociais, sem que os indivíduos percebam abertamente esse poder moldador e coercivo" (CAPPERNUCCI; DIAS p.139, 2020).

140 Entrevista, Fabieli (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 14 min.

espaço e a escuta ativa não são os únicos elementos em jogo que determinam o quão profundos serão os relatos.

As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p. 8).

Neste capítulo trouxemos a íntegra das histórias das mulheres que colaboraram com esta pesquisa, falamos de detalhes e impressões na chegada e estando nos locais, os presídios. Apesar de menções das entrevistas para discutir pontos cruciais desta Tese durante todo o texto, neste capítulo o trabalho com as fontes foi o enfoque.

As memórias das mulheres presas nesta fronteira, se entrelaçam com a história do tempo presente e com as minhas memórias de mulher e pesquisadora. Acima falávamos sobre os não ditos, e o que transborda após estes meses/anos de pesquisa são os inesquecíveis gestos, lágrimas, faltas, olhares e sentimentos. Memórias relatadas no momento do cárcere, num eterno não presente, numa busca pelo aconchego do passado e ansiedade pelo futuro longe daquele(s) lugar(es).

CONCLUSÃO

Quando tinha cerca de 10 anos de idade, tive que escrever uma tarefa para a disciplina de português em que eu simulava uma entrevista. Eu estava na quarta série e poderia escolher qualquer pessoa ou personalidade para escolher perguntas e imaginar respostas. Lembro nitidamente, tão nítido como uma memória nos permite ver, ter pensado: “eu vou fazer uma entrevista com uma pessoa comum, estou cansada de entrevistas com artistas e atletas famosos”. Desde a primeira linha o que me guiou foi escrever uma tese que eu gostaria de ler. Esta foi a minha regra. Foi o que eu fiz.

Como um cineasta que durante sua carreira conta as mesmas histórias em filmes pretensamente diferentes, aqui, agora e adulta eu volto a Vivian criança e entrevisto pessoas comuns. Eu volto a Vivian criança e faço um doutorado na minha matéria preferida da escola.

As perguntas que guiaram esta tese e as quais tentei responder no decorrer dos capítulos foram/são: que fronteira é esta? Como podemos compreender sua ambiência e peculiaridade? O que a torna um local diferenciado? No segundo capítulo, as questões que busquei responder foram: Como chegamos nesta situação de encarceramento? Para quem os presídios foram criados? O que a guerra às drogas tem a ver com mulheres presas? Por que sabemos tão pouco sobre o encarceramento de mulheres? Enquanto no terceiro capítulo respondi: quem são essas mulheres? Quais histórias elas contam? O que silenciam? Como são os presídios onde estão e como encaram a rotina na prisão?

Esta tese tem como coração entrevistas realizadas com mulheres presas em presídios da fronteira Brasil/Paraguai. Mas para apresentar essas mulheres e suas histórias, suas dores, arrependimentos e alegrias, passamos por outras categorias necessárias para emoldurar essas narrativas.

No primeiro capítulo ao retratar várias categorias que se conectam a “fronteira”, desejamos apresentar às leitoras/leitores o espaço, o local, a região e a paisagem *sui generis* da fronteira Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. A porosidade desta fronteira, bem como as acepções de limite, restrição e circulação, possuem significantes que descrevem os próprios micro lugares (presídios) instalados nestas cidades. A metodologia usada foi essencialmente uma revisão de literatura combinando autores e áreas interdisciplinares.

No segundo capítulo, apresentamos densos conceitos correlacionados entre história e história dos presídios, história da punição, lei de drogas e PCC. Não é possível ler sobre os relatos destas mulheres sem uma prévia compreensão de tantos flancos que atuaram e atuam nestas histórias de mulheres presas na fronteira. Neste capítulo também trouxe, além da discussão de conceitos formadores da história dos presídios e da falta de presença de mulheres da história hegemônica, algumas reflexões a partir de entrevistas elencadas, cujo método para sua confecção foi a História Oral.

Por último, nos capítulos 3 e 4, trouxe as histórias destas mulheres e depois demonstrei como tratei estas fontes. A inserção das tabelas teve por objetivo apresentar como foram gerados os textos de análise a partir de *insights* obtidos nesta coleta e agrupamento. A maior parte desta tese foi construída a partir deste capítulo; as entrevistas moldaram os outros itens e subitens deste trabalho. Como detalhado na introdução, as memórias de expressão oral foram incluídas em sua integralidade no corpo do texto quando se tratou de mulheres encarceradas, e na íntegra no espaço dos anexos com as demais colaboradoras e colaboradores.

A/o leitora/leitor verá, ainda, momentos que descrevo impressões e sentimentos. Compartilho observações que realizei nos dias que visitei os presídios e meu percurso até conseguir chegar a estes locais. Esses momentos se aproximaram um pouco mais de uma experiência etnográfica do que da História Oral propriamente dita, e esta escolha feita durante a escrita foi a saída que encontrei para dar vazão a tantas emoções e experiências. Julguei justo, portanto, trazer a quem me lê, uma imersão completa – no que for possível – ao vivido também pela pesquisadora.

A intrincada fronteira em Brasil e Paraguai é objeto de muitas pesquisas. Aqui minha pesquisa tratou das mulheres encarceradas nesta fronteira. Minha tese parte dessa extraordinária fronteira e local diferenciado, conhecido como melhor corredor de drogas terrestre neste lado Sul da América Latina e um dos mais rentáveis do mundo, pra falar daquelas que normalmente não são vistas, ouvidas, registradas. Minha tese, portanto, procurou colocar as vidas e experiências dessas mulheres em perspectiva, dar visibilidade, mostrar suas existências – tão complexas e polissêmicas quanto esta fronteira.

Temos aqui mulheres fronteiriças, fruto da ambiência, que exploram e sobrevivem como a fronteira lhes apresenta. E temos as forasteiras que hoje residem entre as grades desses presídios.

A condição feminina na história possui muitas lacunas, que desde os movimentos feministas em interlocução com a academia, iniciaram a inserção da mulher em diferentes

posições. Este é um trabalho que traz histórias de mulheres presas na fronteira e contribui para reflexões quanto a precarização da vida das mulheres e a sociedade patriarcal como um elemento-chave para que mulheres sejam acessórios de/para homens quando do cometimento de delitos através da fronteira, ou em decorrência dos abandonos destes homens.

Minha tese traz relatos diversos, histórias de vidas diferentes e demonstra toda a gama de atravessamentos que vemos nessas memórias relatadas. Isto é importante porque precisamos falar, expor, e gritar as causas femininas, as vidas dessas mulheres, suas angústias, tropeços existências.

Precisamos registrar e falar delas porque a invisibilização das mulheres encarceradas ainda é imensa e desencadeia em problemas familiares – suportados, via de regra, por mulheres. As mulheres são ainda e sempre as vigas das famílias.

Como relatei no corpo deste trabalho, a complexidade que acessamos nos presídios é muito maior do que as dicotomias que comumente nos deparamos em notícias e análises superficiais. Apesar de algumas mulheres verbalizarem se sentirem injustiçadas (por circunstâncias da prisão ou pelo sistema penal), grande parte reconheceu que cometeu crime conscientemente. As mulheres não demonstraram apenas reação, assumiram suas escolhas.

Hoje estas ações são criminalizadas (transporte de drogas), porém o crime é também uma questão de inserção temporal. Atualmente Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional puxam um cabo de guerra institucional sobre o tema, onde o Congresso sempre busca o recrudescimento, o populismo penal e o reacionarismo. Quais interesses estão sendo atendidos por este tipo de legislação retrógrada? O que interessa mais que prender pessoas pobres? Sobretudo a vida das mulheres e o controle de seus corpos são manejados politicamente diuturnamente.

Pesquisei mulheres com vidas comuns porque são essas que me interessam. As extraordinárias vidas que tentam sobreviver, com as imensas responsabilidades de cuidados que toda uma sociedade lhes manda dar conta.

Aqui registrei também, as contradições entre o senso comum e o real observado no âmbito da parcela a que tive acesso no contexto do encarceramento feminino: “mulheres são abandonadas pela família”. Na verdade, em se tratando das colaboradoras desta pesquisa, todas relataram serem apoiadas por suas famílias e mantinham relação estreita, apesar do cárcere; o abandono notado algumas vezes, em algumas histórias, se refere aos seus companheiros.

Outra contradição: sobre a pobreza e a falta de oportunidade. Dentro da minha amostra de entrevistas a pobreza não apareceu como a única motivação para o tráfico. Apesar

de conhecermos a situação geral do Brasil, essas mulheres verbalizaram que possuíam rendimentos e outras formas de sustento, mesmo que de forma mínima. As generalizações causam distanciamento da complexidade da situação fática, da produção do real. É por mais esta razão que incluí as entrevistas integralmente – o que foi dito por essas mulheres é o encontro entre o suposto e o vivido e por isso arrebatada.

A situação-limite vivida por pessoas encarceradas é mostrada como a organização de uma rede (presídios para mulheres) pensado apenas em poucas adaptações. No sistema patriarcal, a regra é ser homem. Tudo que vem de mulheres e é feito para mulheres, homogeneiza e faz com que estas sofram na pele um descuido nada casual.

Muitas delas já não estão mais encarceradas e torço para que a vida lhes dê novas chances. Que seus filhos consigam ter suas mães presentes e que seus familiares consigam demonstrar para elas que elas podem recomeçar. Sempre me lembro delas e secretamente desejo que possam superar seus traumas, elaborar suas histórias e serem felizes.

Foi nas falas e no ouvir que pudemos confirmar nossa hipótese de que as histórias de vida aqui registradas são fontes de pesquisa ricas em desvelar um mundo pouco conhecido, dentro dos muros, através das grades e que se faz necessário o registro das memórias de mulheres encarceradas dando significado para suas narrativas.

Esta tese foi escrita também a partir de emoções e como me senti tocada por temas sensíveis aqui abordados. Aqui escrevi como a minha lente leu e absorveu tudo que vi e ouvi. Como me portei, como fui recebida, como observei essas mulheres e onde elas se encontram. Mesmo quando escrevi na terceira pessoa do plural, eu falava por mim. A tese me tocou muito enquanto mulher ao ouvir essas histórias, ao adentrar nas celas dos presídios na fronteira, ao pensar os conceitos e as subjetividades vividas e sentidas por mim a partir das falas dessas mulheres, me transformei como pessoa e penso que esses sujeitos que sempre estiveram ausentes/presentes na história merecem e tem o direito de serem ouvidas

REFERÊNCIAS

- ABC COLOR. **Atentado en Pedro Juan.** Disponível em: <<https://www.abc.com.py/nacionales/2021/10/14/atentado-en-pedro-juan-presunto-mandante-vivia-con-lujos-y-privilegios-en-la-carcel/>>.
- AGAMBEM, GIORGIO. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2007.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. **História de MS. Governo do estado do MS.** [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ms.gov.br/a-historia-de-ms/>>. , 3 ago. 2016
- AGEPEN. **Agepen designa nova diretora para o presídio feminino de Ponta Porã.** Disponível em: <<https://www.agepen.ms.gov.br/agepen-designa-nova-diretora-para-o-presidio-feminino-de-ponta-pora/>>.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** 1ª ed. São Paulo, SP: Annablume, 2010.
- _____. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. **Revista TOMO**, p. 26, 1 jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/4404>>.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nos destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional.** 1ª ed. Recife, PE: Bagaço, 2008.
- _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia.** São Paulo, SP: Cortez, 2007.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher.** 1ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, v. 14, p. 125–136, 1995.
- ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. **Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus. O surgimento dos presídios femininos no Brasil.** 2011. 317 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 2011. Disponível em: <[doi:10.11606/D.8.2011.tde-11062012-145419](https://doi.org/10.11606/D.8.2011.tde-11062012-145419)>.
- ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **População carcerária volta a aumentar, mas déficit de vagas diminui. Conjur.** [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jul-10/populacao-carceraria-volta-aumentar-deficit-vagas-cai/#:~:text=Perfil%20dos%20detentos&text=Atualmente%2C%20s%C3%A3o%20429%2C%20mil,e%2036%2C6%25%20branca>>. Acesso em: 10 jul. 2024. , 10 jul. 2022
- ARTUR, Angela Teixeira. **As Origens do Presídio de Mulheres do estado de São Paulo.** 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2011. Disponível em:

<doi:10.11606/D.8.2011.tde-31052012-163121>.

_____. **Práticas do Encarceramento de Mulheres: Presas, Presídios e Freiras**. 2017. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <doi:10.11606/T.8.2017.tde-04082017-193834>.

AVELINO, Vitor Pereira. A evolução da legislação brasileira sobre drogas. **Revista Jus Navigandi**, v. 15, n. 2440, 7 mar. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14470>>. Acesso em: 16 maio 2022.

BALLER, Leandro. **Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

_____. Fronteiras transnacionais e interculturalidade em zonas de contato. In: CHONG, Natividad Gutiérrez; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). **Fronteras de Género, Subjetividades e interculturalidad**. 1ª ed. Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales / Universidade Federal Da Grande Dourados, 2020. v. 1. p. 81–105.

_____. **Leituras de fronteiras: trajetórias, histórias e territórios**. 1ª ed. Jundiá, SP: Paco, 2018.

_____. Mulheres da Fronteira e suas narrativas orais. In: LEITE, Eudes Fernando; FERNANDES, Frederico (Org.). **Trânsitos da voz: estudos de oralidade e literatura**. 1ª ed. [S.l.]: Eduel, 2012. p. 308.

BBC NEWS BRASIL. Chacina e assassinatos revelam PCC “fora de controle” das autoridades na fronteira Brasil-Paraguai. **BBC News Brasil**, São Paulo, SP, 15 out. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58891562>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

BORGES, Juliana. **Prisões: Espelhos de nós**. 1ª ed. São Paulo, SP: Todavia, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro, RJ.: Bertrand Brasil, 2006.

BRAZILIENSE, Correio. **Presos do PCC que fugiram no Paraguai já podem estar no Brasil**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/19/interna-brasil,821719/presos-do-pcc-que-fugiram-no-paraguai-ja-podem-estar-no-brasil.shtml>>.

BUTLER, Judith. **Vida precária: Os poderes do luto e da violência**. São Paulo: Autêntica, 2019.

CABRAL, Luiz Otávio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. **Geosul**, v. 15, n. 30, p. 34–45, 1 jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14252>>.

CABREIRA, L. M. R.; CURADO, J. C. A mulher paraguaia da fronteira: dejame hablar mi lengua – Del derecho al bilingüismo. In: TEDESCHI, Losandro Antonio; BIDASECA, Karina (Org.). **A Fronteiras de gênero: corpos, feminismos e história das mulheres**. Ponta Grossa, PR: UEPG / UFGD, 2019. p. 231–244.

CÂMARA, José. **Crimes na fronteira**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/10/14/momento-tenso-na-fronteira-com-varias-mortes-secretaria-alerta-a-moradores-de-ponta-pora-que-portem-identificacao-no-dia-a-dia.ghml>>.

CAMPOS. **Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo**. 2015. 321 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH/USP – USP, São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31072015-151308/>>.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ.: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ.: DIFEL, 2002. (Coleção Memória E Sociedade).

CLEMENTE DE SOUZA, Edson Belo; GEMELLI, Vanderléia. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 101–101, 30 nov. 2011. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/397>>.

CNJ. Covid-19 no Sistema Prisional. **Boletim CNJ de Monitoramento Covid-19 - Registro de casos e óbitos**, 15 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/monitoramento-casos-e-obitos-covid-19-151121.pdf>>.

COELHO, Fabiano. Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. **Fronteiras**, v. 16 (28), p. 87–99, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4544>>.

COLLING, Ana Maria. A Guerra se escreve no feminino: invisibilidade e importância histórica. **Fronteiras de gênero**: In: TEDESCHI, Losandro Antonio; BIDASECA, Karina (Org.). . **Fronteiras de gênero: corpos, feminismos e história das mulheres**. 1ª ed. Ponta Grossa, PR: UEPG / UFGD, 2019a. p. 109–128.

_____. A Guerra se escreve no feminino: invisibilidade e importância histórica. **Fronteiras de gênero**: In: TEDESCHI, Losandro Antonio; BIDASECA, Karina (Org.). . **Fronteiras de gênero: corpos, feminismos e história das mulheres**. 1ª ed. Ponta Grossa, PR: UEPG / UFGD, 2019b. p. 109–128.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **Revista História & Perspectivas**, v. 28, n. 53, 5 jan. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32777>>.

CRALDE, Sabrina. **Câmara aprova fim da saidinha de presos; projeto vai à sanção**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-03/camara-aprova-fim-da-saidinha-de-presos-projeto-vai-sancao>>.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

DE LÓPEZ MOREIRA, M. M. Mujeres entre rejas: reseña histórica sobre penas y reclusión de mujeres en el Paraguay -desde la Colonia hasta nuestros días. **Revista Estudios**

Paraguayos, v. 39 (1), p. 13–64, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47133/respy3390101>>.

DUARTE, Joana das Flores. Mulas e Mulheres no Brasil: uma questão de gênero, justiça e interseccionalidade. **Revista Vértices**, v. 22, n. n° especial, p. 871–888, 2020. Disponível em: <<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15821>>.

Emicida: AmarElo - É Tudo Pra Ontem. . [S.l.]: Netflix. , 2019

FOLHA DE SÃO PAULO. **O que explica a onda de violência na fronteira entre Brasil e Paraguai**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2021/10/o-que-explica-a-onda-de-violencia-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai-ouca-podcast.shtml>>.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva. Curso no Collège de France (1972-1973)**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRAZÃO, Felipe. Narcos: megatraficante brasileiro é fuzilado no Paraguai. **Narcos: megatraficante brasileiro é fuzilado no Paraguai**, 16 jun. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/narcos-megatraficante-brasileiro-e-fuzilado-no-paraguai/#_blank>. Acesso em: 3 jul. 2024.

FREITAS, Hélio de. **Um mês após morte de Rafaat, fronteira tem “vida normal” e crimes continuam**. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/um-mes-apos-morte-de-rafaat-fronteira-tem-vida-normal-e-crimes-continuum>>.

_____. Vida real na fronteira virou enredo de dois filmes gravados em MS em 2015. **Campo Grande News**, Campo Grande - MS, 30 dez. 2015. ArtesDisponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/vida-real-na-fronteira-virou-enredo-de-dois-filmes-gravados-em-ms-em-2015#_blank>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ.: LTC, 2012.

GOETTERT, Jones Dari. "Sobre O Espaço": Elementos Para Uma Leitura Das Transformações Espaciais Do Corpo E Da Casa A Partir Do Processo Civilizador, De Norbert Elias. In: GOETTERT, Jones Dari; SARAT, Magda (Org.). . **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados / MS: Editora da UFGD., 2009. v. 1. .

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, RJ.: LTC, 1975.

GOOGLE MAPAS. **AGEPEN - Estabelecimento Penal Feminino to Data Despachos Aduaneiros**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir/AGEPEN+-+Estabelecimento+Penal+Feminino,+R.+Baltazar+Saldanha,+1156+-+Ipanema,+Ponta+Por%C3%A3+-+MS,+79900-000/Pedro+Juan+Caballero+Prison,+Naciones+Unidas,+130146,+Paraguai/Data+Despachos+Aduaneiros,+Av.+Internacional,+580+-+Centro,+Ponta+Por%C3%A3+-+MS,+79904-738/@-22.5459552,-55.7742692,13z/data=!4m19!4m18!1m5!1m1!1s0x94626f1d28e91a93:0x78d483e9e799f641!2m2!1d-55.725149!2d-22.5262732!1m5!1m1!1s0x94626952b41ad033:0x9d0e2e0b7587e0b8!2m2!1d-55.7581877!2d-22.5689311!1m5!1m1!1s0x94626eed432d0ee3:0x712d2118c456ba8e!2m2!1d-55.7156706!2d-22.5550944?entry=tту>>. Acesso em: 3 mar. 2024.

GUIMARÃES, Ligia. **Brasileiros “viram” made in Paraguai em busca de competitividade.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/11/brasileiros-viram-made-paraguai-em-busca-de-competitividade.html>>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 1ª ed. São Paulo, SP: Revista dos tribunais Ltda., 1990. (Biblioteca Vértice: sociologia e política).

HARTOG, Francois. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo.** 1ª (3ª reimpressão) ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.

IBGE. **Ponta Porã (MS).** Institucional. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/ponta-pora.html#_blank>.

ITTC. **Encarceramento feminino no Brasil e nos Estados Unidos. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC.** [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://ittc.org.br/encarceramento-feminino-eua-brasil/>, <https://ittc.org.br/encarceramento-feminino-eua-brasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2022. , 1 dez. 2020

JORNAL DA BAND. **Alerta na fronteira: facção paraguaia rival do PCC estaria expandindo atuação ao Brasil | Band.** Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/alerta-na-fronteira-facao-paraguaia-rival-do-pcc-estaria-expandindo-atuacao-ao-brasil-16324895#_blank>.

JÚNIOR, Janary. **Proposta criminaliza posse e porte de qualquer quantidade de droga - Notícias.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1057455-proposta-criminaliza-posse-e-porte-de-qualquer-quantidade-de-droga/>>.

LAGO, Natália. Corajosas e batalhadoras: gênero, classe e família em histórias de mulheres na prisão. **Revista InSURgência**, v. 3, n. 1, p. 318–342, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/insurgencia.v3i1.19405>>.

LARA, Lorena. **A escalada da violência na PM de SP e o futuro das polícias.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/a-escalada-da-violencia-na-pm-de-sp-durante-a-pandemia-e-o-futuro-das-policias/>>.

LIMA; SILVA, Mônica Costa. **O aumento do encarceramento feminino no Brasil. Observatório das Desigualdades.** [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=975>>. , 19 jun. 2023

LOZANO, José Eduardo Aceves. **Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. Usos e abusos da História Oral.** 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ.: FGV, 2008.

MACENO, Lucas Sales. **Memórias de suicídio Guarani e Kaiowa na Reserva Indígena de Dourados: história oral aplicada.** 2021. 320 f. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados / MS, 2021.

MANSO, Bruno Paes. 16 perguntas sobre o PCC. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 24 jan. 2014.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do**

crime no Brasil. 1ª ed. São Paulo, SP: Todavia, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memória e História: História Oral Aplicada.** 1ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

MELO, Caroline Andressa Momente. **Circuitos transfronteiriços de Drogas entre o Paraguai e o Brasil: atores e dinâmicas sociais.** 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados / MS, 2019.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica. As Origens do Sistema Penitenciário. Séculos XVI - XIX.** 1ª. ed. Rio de Janeiro, RJ.: Revan, 2006.

MNP. **Anuário - Mecanismo Nacional de Prevención de La Tortura.** . Asunción: MNP, 2023. Disponível em: <<https://mnp.gov.py/wp-content/uploads/InfoGes2023.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

_____. Censo de mujeres privadas de libertad 2015. In: CENSO DE MUJERES PRIVADAS DE LIBERTAD, 2015, Paraguai. *Anais...* Paraguai: Mecanismo Nacional de Prevención de la Tortura (MNP), 2015. Disponível em: <<http://www.mnp.gov.py/index.php/about/informacion>>.

MONTI, José Galeano. Gerenciando la exclusión social: Vidas marginales en instituciones de encierro y de afectación de libertad. **Estudios Paraguayos**, Centro de Estudios Antropológicos (CEADUC), v. XXXV (1), p. 5–14, jun. 2017. Disponível em: <www.respy.org>.

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **A fronteira Brasil-Paraguai : principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade.** 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade de Brasília, Brasília – UnB, Brasília - DF, 2008. Disponível em: <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/2687>>.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, 1 jan. 2005.

PEDRO, Joana Maria; ROSALEN, Eloísa. Fronteiras de gênero: clandestinidade, exílio e feminismo no Brasil (1964-1985). In: TEDESCHI, Losandro Antonio; BIDASECA, Karina (Org.). **Fronteiras do Gênero: Corpos, Feminismos, e História das Mulheres.** 1ª ed. Ponta Grossa, PR: UEPG / UFGD, 2019. .

PEREIRA, Juliana Martins. MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. **Horizontes antropológicos**, v. 25, n. 55, p. 367–371, 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros.** 12ª ed. Rio de Janeiro, RJ.: Paz & Terra, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2 (3), p. 3–15, 1989.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil: o caso das cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.**

2016. 319 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ., 2016. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/12460#preview-link0>>.

QUEIROZ, Nana. **Presos Que Menstruam: a Brutal Vida das Mulheres - Tratadas Como Homens**. 11ª ed. Rio de Janeiro, RJ.: Record, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. (Colección Sur Sur).

RESES, Erlando da Silva; PINEL, Wallace Roza. Estudantes no cárcere: uma análise a partir da categoria religião na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 6, p. 66–76, 2018.

RODRIGUES, Artur; VIZONI, Adriano. Série de mortes na fronteira leva Brasil e Paraguai a montar bloqueios e lançar operações conjuntas. **Folha de S.Paulo**, section: Cotidiano, São Paulo, SP, 14 out. 2021. CotidianoDisponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/serie-de-mortes-na-fronteira-leva-brasil-e-paraguai-a-montar-bloqueios-e-lancar-operacoes-conjuntas.shtml>>.

RODRIGUES, Gilse Elisa. Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na penitenciária feminina do estado do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, v. 6, n. 8 (2005), 21 dez. 2007. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2756>>.

SALVATICITI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. v. 8, n. 1, p. 29–42, 2009. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SANTOS, Douglas Ribeiro dos. **Reflexos da covid no sistema prisional**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/351924/reflexos-da-covid-no-sistema-prisional>>.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses Do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 1ª ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1988.

SCHERMA, Marcio. Rumo à cooperação e ao desenvolvimento: as políticas brasileiras para a faixa de fronteira. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 32–55, 30 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/493>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES - Centro de Estudos Sociais**, v. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, n. 18, p. 27, 2012. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1533>>.

SILVA, Camila Rodrigues da et al. **Sistema prisional registra quase 450 óbitos por Covid-19; nº de servidores mortos é maior que o de presos | Monitor da Violência | G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/sistema-prisional-registra-quase-450-obitos-por-covid-19-no-de-servidores-mortos-e-maior-que-o-de-presos.ghtml>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SILVA, Reginaldo Oliveira. Morte impune, luto proibido: Vida nua e vida precária em Giorgio Agamben e Judith Butler. **Trans/Form/Ação**, v. 43, n. 3, p. 339–360, 15 jul. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2020.v43n3.25.p339>>.

SISDEPEN. **SISDEPEN — Secretaria Nacional de Políticas Penais**. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>>. Acesso em: 3 jul. 2023. , 2023

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). . **Gênero**. Rio de Janeiro, RJ.: Rosa do Tempos, 1997. v. 5. p. 95–114.

SOTO, Lilian. Mujeres Privadas de Libertad y Empleo Doméstico em Paraguay. Classe, Género y Delito. **Estudios Paraguayos**, Centro de Estudios Antropológicos (CEADUC), v. XXXV (1), p. 145–166, jun. 2017. Disponível em: <www.respy.org>.

SOUTO, Caio Augusto T. Direito e ilegalismos: reflexões sobre a normalização na obra de Michel Foucault. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. II (04), p. 23–39, dez. 2010.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Deslocar-se por outras histórias: Mulheres e a fronteira Brasil-Paraguai**. 1ª ed. [S.l.]: Mandaçaia, 2023. (Fissuras).

. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. EDUFGD, 2014.

TOMAZELA, José Maria. **Guerra do tráfico já deixou 160 mortos este ano na fronteira com o Paraguai**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/guerra-do-trafico-ja-deixou-160-mortos-este-ano-na-fronteira-com-o-paraguai,e09424817e12fae3e4a78678b692cecd44uq4t23.html>>.

TORRECILHA, Maria Lucia. **Gestão Compartilhada como Espaço de Integração na Fronteira Ponta Porã**. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, SP, 2013.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. 4ª ed. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2021.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ.: Jorge Zahar Editor, 1987. p. 149.

WALMSLEY, Roy. **World Female Imprisonment List (4th edition)**. . [S.l.]: WPB. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf>. , 2017

ZAHRA, Vivian Manfrim Muhamed. Fronteiras e interseccionalidade em Presídios femininos. In: COLLING, Ana Maria; AZEVEDO, Paula (Org.). . **Diálogos interseccionais**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: CirKula, 2022. p. 342.

ANEXOS

Demais entrevistas transcritas

Entrevista Rosina

Eu trabalho aqui há 27 anos. No momento eu sou a mais antiga aqui. De idade e de trabalho também. Sempre na segurança. Ano que vem já completo os 30. Eu trabalhei um ano e meio em CG, depois vim pra cá e nunca mais voltei pra Campo Grande.

Eu sou natural do Rio Grande do Sul e vim fazer o concurso em Campo Grande, passei e quando inaugurou o presídio eu vim pra cá. Então eu passei todas as gestões aqui.

Fiquei afastada um tempo, mas era a mesma gestão do início, da dona Leonice. Aí eu trabalhei no masculino, regime fechado uns anos e depois retornei pra cá.

A minha família continua no Rio Grande do Sul. Aqui casei, tenho filha... eu já tinha uma filha do primeiro casamento. Gosto daqui, me identifico muito.

A cidade aqui tem bastante descendente de gente do sul, me sinto bem aqui apesar de toda fama que tem. Que “Ponta Porã é o bicho, que é fronteira”.. mas pra quem trabalha e cuida da vida... ainda mais a gente que trabalha a vida inteira com internas, com esse lado escuro... nunca tive problema nenhum.

Vou tranquilamente pra qualquer lugar, mas também sou bem restrita.

Eu sou discreta. Sou conhecida no meio aqui sim, com a internas e com as famílias dos colegas. Mas de estar assim na sociedade não. Não sou de estar presente indo nos lugares não.

Sempre fui muito reservada. Só mesmo o comércio que a gente vai, mais mercado e essas coisas.

Quando eu vim pra cá, o presídio já era aqui, mas mudou muito. Aqui acho que era uma escola municipal, inclusive acho que este terreno ainda é do município. Nesse pátio tinha uma cozinhezinha que foi desmanchada, esse gramado foi eu que trouxe lá da minha casa. Trouxe há muitos anos quando a Dona Leonice era a Diretora. E foi adaptando... essas partes aqui não tinha nada. Aquela galeria de lá também não tinha, foi construída depois. Aí foi aumentando as internas, enchendo, enchendo, aí foram feitas mais celas.

Tinha internas que já estavam pra sair, que trabalhavam na cozinha, ficavam lá até sem grade de noite e a gente tira turno, sempre tem alguém acordado. A vida de plantonista é assim: são 24h na ativa. A gente puxa 3h de turno a partir das 9h e vai dividindo, geralmente a chefe de equipe

que comanda o plantão é a mais antiga. No meu caso sou eu. Aí a gente fica fazendo as burocracias a noite, o livro, as papeladas que tem que fazer, a escala. O primeiro turno fica até 11:15, 11:30, aí chama a segunda e assim vai. As vezes estamos em 4, divide em 4 o horário, mas a qualquer momento pode chamar se tiver alguma emergência, quase sempre tem gestante, por exemplo.

Com a nova lei muitas são liberadas, e o tráfico tá usando isso, né? A lei da mãezinha. O tráfico tá usando bastante meninas que são novas e estão grávidas, tem filhos menores. Se elas são reincidentes não é concedido o benefício. Daí essas que estão aqui, são as que ficaram que são mães é porque são reincidentes. Umas tem regressão, as vezes sai com tornozeleira e quebra, aí tem q ser recolhida de novo. Até cumprir e ter direito de sair de novo com o benefício.

Desde sempre são os mesmos delitos. Mais de 90% é tráfico. Em todas as unidades não só aqui na fronteira. Depende a região que elas caem vem pra cá. Tem cadeias femininas em diversos lugares, Campo Grande é cheia, tem muitas presas também. Jateí tem feminino, em Rio Brillhante, em Dourados tem semiaberto, se é pega em Dourados acho que vem pra cá, Amambai vem pra cá, Bela Vista... tudo vem pra cá. Não é só a fronteira é a região. Isso já é determinado pelo pessoal da AGEPEN.

Hoje temos 89 presas. Mas já tivemos 118, 120. Tem saído bastante. Não tá tão alto porque chega e elas são ouvidas e o juiz tá liberando. E as condenadas chega um período que também vão embora. Só não tá aumentando, acumulando por causa dessa lei da mãezinha, se não, não ia ter espaço.

O convívio aqui dentro é meio complicado né. Porque a gente também não tem aquela estrutura. Mas em toda cadeia tem problema de estrutura, super lotação, convívio. Tem 14, 13, 12 numa cela.. Se na nossa família a gente tem problemas, imagina essas mulheres convivendo numa cela, um banheirinho, com todas as necessidades pessoais de mulher...

Apesar disso eu me realizo trabalhando aqui. Eu mudei muito também. Eu entrei no sistema com 23 anos, saí e fiquei 10 anos fora; depois fiz concurso de novo. Eu comecei em campo Grande, fiquei 2 anos. Eu tive uma filha e depois eu tive que ir embora. Não deu certo meu relacionamento com o pai dela e eu fui embora/ eu estava sendo muito pressionada e meus pais não quiseram que eu ficasse sozinha em Campo Grande. Eu só tinha os colegas e na época era menor, só tinha um feminino em Campo Grande e era junto com o Instituto Penal. Era repartido, trabalhava com menores naquela época... então eu acompanhei toda essa mudança. Do DSP e depois foi mudando, mas era celetistas. Quando eu saí tavam trabalhando pra mudar.

V - Daí você foi para o RS?

Fiquei 10 anos lá. Eu vim visitar minha colega que eu sempre tive muita consideração por ela, e daí ela falou que ia ter concurso. Eu falei: ah não volto mais. Eu tinha meu salão de beleza, tinha feito curso, tinha minhas clientes, morava com a minha mãe – que tinha ficado viúva, tava

criando minha filha sozinha lá. Em Horizontina/RS, lá tem fábricas de colheitadeira, John Deere. É pequeninha né, gira tudo em torno disso, pequenos agricultores. Mas os municípios lá são todos pertinho.

A minha amiga fez a inscrição do concurso pra mim por procuração. Naquele tempo era tudo mais precário, não tinha telefone, nem celular. Em 95, bem certinho 10 anos depois eu vim fazer. Eu passei e comecei a me empolgar porque eu não tinha estudado nada. Só tinha me envolvido nesse tempo com a parte de salão de beleza.

Eu fiz o concurso, vim mais pra passear, pra sair um pouco. E acabei passando e fui passando no psicotécnico e outras fases. Daí eu tive que decidir. Lá era uma cidade de interior, a gente quase não saía, não ia pra lugar nenhum. A vida era só trabalhar. Minha finada mãe falou: ah, vai se você gosta. Vai viver um pouco... tanta coisa que aconteceu e você só sabe trabalhar. Deixa a gurria aqui comigo até você se ajeitar lá, se estabelecer". E foi o que eu fiz.

Aí quando eu vim embora pra Ponta Porã – eu achei mais fácil, não gosto de Campo Grande, não gosto de cidade grande – eu me senti muito bem aqui. Cheguei até a comprar casa, tudo aqui. Aí minha filha veio morar comigo aqui, ela estava com 13 anos, ela ficou com a minha mãe 3 anos. Aí ela ficou comigo, casou nova também, mora lá no norte do Mato Grosso. O rapaz que ela casou a família foi toda pra lá e ela foi também. Tá lá, longe de mim... casou novinha. Naquela época, antes dela casar que eu conheci o policial militar, aqui no presídio, ele era separado e também tinha outros filhos, aquelas vida de polícia louco. Acabamos tendo um relacionamento, tive um guri que tá com 21 anos. Minha filha tinha 14 pra 15 anos quando eu engravidei do guri. Aí to assim, criando meu filho, vindo trabalhar. Construí minha família aqui, daí meu marido foi comandar Itamarati, o distrito, antiga fazenda Itamarati. A gente foi pra lá quando o povo ainda tava assentado, uma parte já tava morando e a outra tava tudo na beira das estradas. Lá parecia uma cidadezinha fantasma, nem luz elétrica tinha de noite... eu fazia faculdade, estava no último ano. Eu vinha, deixava meu guri pequeno lá com ele, ele era comandante do destacamento lá. Agora ele aposentou, naquela época era diferente. Ele aposentou com 47, eu estou com 60 agora e ele tem 61, e eu continuo aqui, risos. Agora tem que ver como vai ficar a alteração para polícia penal aqui no Estado e é o governador que tem que fazer isso.

Tem que amparar porque nós vamos fazer as escoltas, guardas... tudo, porque nós estamos sem policial militar; eles abandonaram os presídios. Eles ainda vêm fazer as escoltas de emergência, de saúde, mas com muito custo. Eles não querem mais fazer. Só que o governador também está protelando, não é fácil adaptar uma nova lei. Agora está quase no final do mandato, nosso sindicato está batendo em cima, mas acho difícil.

Então você quer saber das mudanças aqui. Cada gestão tem suas mudanças. Antes dessa aqui, nós tínhamos uma outra. Foi meio que um desastre. Ela foi até exonerada. Estava muito sem

disciplina.

A outra diretora era uma pessoa muito boa, coração enorme só que tirava o espinho dos pés dos outros e fincava no dela. Dava impressão até... parecia que era boba até. Era tipo: ‘não esquentar, vamos levando’ e a coisa foi ficando séria. As presas foram tomando os espaços e você sabe, você dá um dedo e querem a mão. Então tinha pessoal de facção aí dentro, que ficava tipo ditando as regras. E foi tomando esse tipo de liberdade.

E a gente... eu sempre fui uma agente muito imparcial; não sou política. Eu faço meu trabalho e eu busco manter uma postura dentro do justo. Tanto é que quando o seu Borges veio pra cá, teve agentes que foram mandados para outros estabelecimentos, porque era um pessoal de uma linha mais atirada, de favorecer interna... E o seu Borges, ele me conhece há muitos anos, a gente fez faculdade juntos. Minha linha de trabalho é essa, de trabalhar mesmo. Não é pra você, nem pra outra, não é porque você é mais bonita que vou fazer tal coisa: o que é certo é certo, o que não é certo não é. Procuro cuidar e ajudar o que eu posso aqui dentro, conversando, usando psicologia, fazendo o que a gente pode, atendendo saúde, pra elas ficarem bem.

Foi um momento difícil e ainda tá sendo essa transição. Tava entrando muita droga, muito celular. Ele teve muito trabalho, ele teve que ser muito forte... e ele é uma pessoa muito certa. As meninas da administração e nós, chefe de equipe, estamos trabalhando junto com ele. O que nós cuidamos aqui, interfere no trabalho deles lá. Nós que intermediamos, cuidamos.

Foi difícil no sentido que tinha muitas providências pra fazer, ele é uma pessoa bem empreendedora, tu vê com a cantina. Só com essa porcentagenzinha... tu vê que ele é muito certo, ele tomou posse das coisas aqui e administra certinho. Você vê, só com o dinheirinho da cantina – nós não temos outros recursos – os trabalhos que as presas fazem ali de remissão de pena; o salãozinho e tudo elas ganham a porcelana-argosinha, uma parte vai pra casa pra fazer essa manutenção, aqui já foi pintado.. esse nosso alojamento era pequeno, não tinha sala, como a gente está aqui, com ar com tudo. Ele mudou lá onde era o semi-aberto, ele reformou, o alojamento nosso tá lá; e ainda tem o alojamento masculino. Essa horta era um mato! E tá tão bonito, tão cuidado. Ele é muito caprichoso. A luz elétrica, nós temos um problema sério aqui, porque é coisa muito antiga, gambiarra, um emaranhado. Ele ainda não conseguiu arrumar porque é muito caro... mas fez cela forte, só tinha uma toda quebrada. Essa é nova, com solário. As meninas que ficam de castigo tem hora pra sair, não ficam só lá dentro; é mais humano. Elas se alimentam igual as outras, tem água. Água antes era um problema sério aqui, antes o motor estragava e as meninas ficavam sem água. Nós tínhamos que ficar chamando os bombeiros. No verão essas mulheres tudo trancada sem água.

Ele é bem assim, de correr atrás pra dar as melhorias, mas elas tem que corresponder, se pisar fora vai ter a sanção. E com isso ele tá conseguindo uma disciplina, um convívio bom. Tá

recuperando o lugar. Hoje a gente pode dizer que tem mais prazer em vir trabalhar.

Nós somos mais respeitadas e as presas também. Tão trabalhando mais, indo pra escola. Antes tinha um monte de professores ali e só tinha uma ou duas na sala, e elas não queriam nada. Você vê que o Estado disponibiliza professores, o que custa isso pro Estado? Nós temos uma UPA aqui dentro, nós temos médicos, nós temos dentista, enfermeira, auxiliar de enfermagem. Tem estrutura. Antes já tinha, mas não funcionava direito, agora ele está sempre atento a isso. Exigindo exame se a pessoa tá doente.

Antes também tinha as aulas mas agora tem mais presas frequentando, elas estão mais motivadas. Tem também seu Breno que vem de Dourados, ele trabalha aqui, é psicólogo... mas ele tá fazendo mais o serviço de assistente social. Tentando intermediar com a família, porque a maioria é de fora e elas precisam de coisas, tem necessidades. A gente tem orelhão aqui... e como foi tirado muito celular... ainda que de vez em quando a gente acha um... Mas antes era muito. Você fazia vistoria e achava sacolada.

V. Vocês fazem regularmente?

A gente sempre que vê que está acontecendo algo, a gente nota, daí a gente faz a vistoria. Antes tinha muitos familiares que ligavam pra direção, falavam que tavam sendo pressionadas aqui dentro. Tipo assim: você convive na cela, sempre tem uma que aparece mais, que é a chefona. As vezes ameaça e pressiona da família da outra pra mandar dinheiro... Isso existe em todas as cadeias, de tentar extorquir as famílias, aí eles ligavam aqui pra denunciar. Aí a gente já estava de olho e 'caia pra dentro' pra revistar e achar as coisas.

V. Como que é quando faz a vistoria e descobre algo? Como fica?

Aí a gente procura identificar. Por exemplo, vamos fazer vistoria no alojamento 4, a gente tem uma sacola e tudo que acha põe ali e identifica. Encaminhamos tudo com relatório e depois as meninas lá de cima da disciplina dão encaminhamento. Quando é encontrado algo, alguém tem que assumir; se elas não assumem toda a cela fica de castigo. As vezes elas escondem o chip e não tem como identificar. O que é identificado elas respondem ao processo, chama PADIC. Isso é feito pela chefe da disciplina e é comunicado ao juiz. Esses celulares vão pra Campo Grande, é feito perícia.

V- Depois que corre o processo que vai para a cela de isolamento?

Quando você pega o flagrante, já vai. Mas quando é uma cela inteira e ninguém assume, você reduz o horário de sol delas, recolhe a cela toda antes, elas perdem o serviço. Todo mundo daquela galeria são as mães, as que tem mais problema de saúde, as pessoas que trabalham. Lá (à direita) tem menos pessoas e é mais fácil de conviver lá, é mais quieto, são pessoas de melhor comportamento. E aqui tá chegando da rua, passa os 30 dias de observação, já vai pra uma cela... então você ainda tá conhecendo a interna. Tem a chefe de trabalho aqui e se a interna quer trabalhar ela conversa com ela. Também ajuda quando elas chegam, conversa pra saber se precisa de algo, dá

um kit higiênico... sabonete, pasta de dente, escova, absorvente.

V - É tudo fornecido por aqui?

As vezes vem do Estado, mas na maioria dos casos é comprado com recursos aqui da casa. Agora elas estão montando prendedores, o Borges conseguiu. Daí uma porcentagem fica pra elas, elas podem comprar em material, o cigarrinho, que elas são viciadas.

V - Os trabalhos de remissão então são na cozinha e?

Na cozinha, na horta, na faxina, na limpeza do solário aqui, as salas, elas limpam tudo, a escola, o pátio, na administração, os banheiros no final da tarde, o nosso alojamento. Quem vai pra aula aqui na escola também da remissão. A gente só não tem mais porque não tem estrutura. O ideal seria uma empresa pra montar algo e dar trabalho pra mais internas.

Nós temos material de costura, mas é difícil ter costureira. Nós tínhamos, mas foi embora. Fazia reforma de roupas, arrumava os uniformes, costurava os uniformes. Os uniformes são comprados pela casa (presídio) também. Antigamente tinha a contribuição do conselho da comunidade, faziam doações, cobertores. Mas não está tendo mais. As vezes tem doação de fora de coisas apreendidas pela Receita (Federal), eles mandam pra instituições como nós, porque o inverno vem duro e aqui é muito frio porque não tem as portas, né. São grades. A gente deixa elas ajeitarem um pouco...

V - Como foi a covid aqui?

Teve alguns casos, mas foi tranquilo. Não teve ninguém que passou mal e teve que internar. De presa e de servidor. Teve reação de vacina..todas vacinaram. Dentro do possível também sempre é feito preventivo. Elas são cuidadas..muitas chegam com doenças venéreas, mulheres que vivem na rua, algumas chegam acabadas, viciadas em crack. Tem pessoas que são atendidas pelo CAPS, que tem que ser encaminhadas, porque são muito viciadas, e tem a abstinência e tem que tomar remédio. Temos internas que tomam medicamento controlado... bastante problemáticas né. Imagina uma vida na rua, usando crack...ou mesmo a maconha; dá aquela abstinência e geralmente espanam pra algum canto. E quem segura as pontas? É a gente com as correrias...

V - Com as meninas que conversei, notei que sempre havia um envolvimento a partir de uma relação amorosa, um relacionamento abusivo. Você tem essa percepção?

Acontece bastante. Nossa relação é bem próxima, você pode ver até pela estrutura aqui, então quando a gente conversa com elas a gente nota isso. Em outras cadeias não é assim tão perto, você vai ver a segurança nem conhece elas pelo nome. Aqueles cadeião enorme...é tudo diferente. É dividido. Mas aqui, você vê, a gente passa o dia inteiro com elas aqui. Ou a gente entra lá dentro e conversa.. a gente tem um bom relacionamento. Não digo 100% porque tem umas agentes que são mais duronas, mas geralmente é este ambiente que você está vendo aqui.

Geralmente quando a gente recebe a interna, a gente faz umas perguntas ..e geralmente elas falam ‘não, eu tava com meu marido...’, ‘eu tava com meu namorado’, ‘eu não sabia..’. Mas geralmente elas sabem, sim. Mas se é uma pessoa de outro estado, vai vir pra cá pra fazer compra? Você não vai questionar?

Já aconteceu caso de pessoas aqui que chegaram falando que o marido deixou elas fazendo compras e foi arrumar o carro pra carregar (de drogas), depois pega a mulher e vai. Aí a gente não tem certeza se elas sabiam.

Casos de mão solteiras, separadas...que marido não ajuda.. ficam desesperadas, aí vão pra prostituição...

No início da pandemia chegaram algumas, umas meninas de goiania..cada menina nova, bonita. Deixava a criança com ex-sogra. As vezes não tem mãe, não tem família... se submetendo sabe? Aí vinha, transtornada, pra ganhar 2, 3 mil, porque não tinha da onde tirar pra nada. Aí a gente ouve essas histórias..doidas né, aí a gente pergunta porque que não trabalha né... mas a gente sabe que não é bem assim. A gente que trabalha e sabe como que tá a situação do nosso país, e como é a realidade da vida.. não é bem assim. As vezes não é só querer.

Se você fizer um estudo bem aprofundado, ouvir cada uma, você vai chegar lá na criação, no berço. Na estrutura da família. Pouco estudo...

Tem as que são formadas, geralmente é caso de namoro. Se envolvem, se apaixonam. Esses caras que são salafrários, sem vergonha. Aí pega essa menina que não está bem estruturada, aventureira..e é de todos os lugares: Rio Grande só Sul, Mato Grosso, Goiás, Brasil, do nordeste, do norte..de todos os lugares.. São Paulo, Rio de Janeiro.

V - Tem paraguaias?

Tem. Temos indígenas...elas ficam junto com as outras porque não temos como separar. Elas têm uma cultura diferente... e tem a questão da sexualidade, elas se envolvem bastante.

Antigamente eu percebia que elas se cuidavam mais, algumas já chegavam de casal... hoje tem algumas que ficam por conveniência, que são bi. E aí elas brigam por isso, por ciúme...se apaixonam... eu vejo uma carência nisso e hoje em dia tá muito comum.

E a lei ampara, não pode ter distinção. Inclusive já tivemos homens trans que vieram pra cá, que puxaram cadeia aqui. Nós temos que tratar aqui como mulheres, inclusive pelo nome. É bem polêmico isso.

Racismo também, é outra coisa estabelecida que não pode ter.

V - A senhora estava falando das indígenas...

Elas são problemáticas. Elas são meio diferentes no sentido de que são meio ignorantes; elas não aturam muito as coisas. É uma outra cultura. Mas elas são muito trabalhadeiras. Sempre trabalharam as indígenas aqui. Mas geralmente as que chegam aqui são alcoólatras... o problema de

bebida nas aldeias é muito grande, né? E os crimes delas são geralmente decorrentes disso; de morte; de matar o companheiro... por defesa, matar um irmão...

Tem algumas que chegam aqui por tráfico também, porque tem algumas bocas nas aldeias...mas geralmente elas veem por assassinato.

Nós tínhamos uma índia que estava aqui que é de Amambai e ela era soropositivo.

Tem uma aqui que foi muito judiada. Ela chegou era meu plantão; ela e mais duas mas só ela que ficou condenada, foi um caso federal. Ela e o marido extorquiam os outros índios, pegavam os documentos dos outros índios e pegavam dinheiro da aposentadoria, sacavam e não devolviam pras pessoas; tinha envolvimento com venda de criança... Quando chegaram aqui as presas (faz sinal de que bateram) caíram em cima. Quando percebemos a movimentação já tinham judiado muito...porque colocaram som alto e nós não ouvimos. Fizeram elas comerem cocô... ameaçaram elas pra não chamar a gente, se não iam matar elas até a polícia chegar. As outras presas não queria soltar elas. A louca aqui é que foi lá.

Minha colega tava tremendo, eu entrei, gritei, bati na grade com vassoura e mandem: quero elas aqui, agora. Aí elas foram se afastando e eu consegui pegar elas e tirei da cela.

Quando a polícia chegou elas já estavam aqui fora. Isso tem 3, 4 anos já.

V - Esse foi o caso mais marcante que você teve aqui?

É...já teve rebeliões aqui, mas nunca nada assim com morte... nunca me senti ameaçada aqui. Já teve situação das presas se revoltarem com alguma agente...mas comigo não aconteceu. Já teve de falar palavrão, xingar..mas não sei se é pela idade, eu sou bem respeitada. Também pela consideração, pelo jeito que são tratadas...elas respeitam a gente.

Mas assim, não deixa de ser cadeia, né? Você nunca pode confiar 100%. Mas o tratamento tem que ser imparcial, se você faz uma coisa por uma você tem que fazer pelas outras. Independente de quem seja, tem que fazer as mesmas coisas por elas. Não pode morrer de amores por uma e ódio por outra. Tem que ser imparcial.

V - Ja aconteceu de ver algum favorecido?

Ah, sempre tem, né? Tem elas e tem na segurança. Tem as diferenças né. A gente tem a mesma formação pro trabalho, mas cada um é cada um. Tem gente que age assim, que pensa que uma pessoa que tem condições melhores e tá aqui tem que ser tratada diferente. Eu não sou assim, parece que quando eu vejo que é mais pobrezinha, mais eu dou atenção, proteção. Mas eu não era assim quando entrei no sistema.

Eu amadureci com a convivência. Eu era mais dura. Eu não tinha essa compaixão que eu tenho hoje de conseguir me colocar no lugar delas. Antes eu não era assim... eu nunca fui malvada, mas eu era dura, sabe? E era pávio muito curto. Qualquer palavra meio atravessada... eu não tinha o que eu tenho hoje. Esse discernimento de conversar, de dar outra oportunidade, de não logo

escrever. Quando você entra, qualquer coisa que a presa faz que consta como indisciplina a gente faz um comunicado e isso daí prejudica elas.

Hoje eu já não faço isso, tenho um método de chamar e conversar... faço ela reconhecer o que fez. Isso tem muito mais resultado do que o castigo.

Teve uma menina que tava trabalhando aqui na cantina..ela assumiu um celular. Ela é antiga aqui, é lá do Amazonas; essa guria aprontou muito aqui, agora ela tá muito mudada. O Borges veio pra cá..ela se transformou. Foram fazer vistoria na cela e acharam um celular velho que tinha lá e ela assumiu. Hoje cedo ela veio fazer o confere e perguntou: Dona Rosina, a senhora me perdoa?

Eu disse: o que nós conversamos aquele dia... você falou que tinha muita cadeia, que não queria fazer mais nada errado pra ir embora. Ela falou: Dona Rosina, o telefone não presta pra nada, mas tava lá... eu não queria que outras pessoas viessem pra cá, alguém tinha que assumir. El disse que tá confiante que vão apurar que o telefone não tá funcionando.. porque se não ela vai responder a um PADIC e vai ficar mais um ano presa. E ela é cheia de B.O., como dizem, mas ela melhorou muito de comportamento esses anos todos que ela tá aqui; muito sofrimento, sabe?

Então essas pessoas elas procuram a gente, porque a gente é mais velha, tem paciência pra ouvir...

Nós estamos com uma presa que perdeu um filho afogado.. uma ótima pessoa, trabalha na cozinha, uma paranaense... hoje ela pegou uma faca, queria se matar. Conversei com o Diretor... falei que como ela sempre trabalhou bem, sempre bem com a gente. Ela trabalhava pra Hellty..ela precisava do dinheiro pra mandar pra mãe dela, que cuidou o filho dela. 21 anos, foi nada num lugar lá..morreu ele e o colega que foi tentar ajudar. Aí o seu Borges falou que não tinha condições de deixar ela na cozinha, ela tá transtornada, em transe, sabe? A dra. tá aí, vamo levar ela e a Dra. afasta ela, poque ela não queria perder serviço, se ela perder ela fica pior. Ela precisa desse dinheirinho. Ela fez por merecer ter esse tratamento agora. Porque como que vai deixar ela na cozinha... com faca, e se ela pega essa faca pra se matar a noite. Com oque vai deixar aqui no meio das facas... e se pega uma colega? Ou se ela mesmo se finca? Nessa situação. Falei pro Borges, a gente precisa tratar ela. Cuidar.

Então o Borges tem isso, ele chama a gente pra conversar... é uma equipe.

V - Tem algo que você gostaria de contar?

No princípio, quando eu vim pra cá, tinha menos presas, era menor..em 96. Os celulares nem a gente tinha. E Com essa corrida, com esses recursos todos da internet... mudou tudo aqui. Mudou nossa família, né? E aqui ajudou pra criminalidade. Hoje em dia as cadeias tão cheias e eles continuam administrando... os chefões podem estar dentro, mas continuam mandando.

Eu vejo as pessoas perdidas nessa competição, nessa loucura.

A gente antes tinha mais sonho, mais possibilidade. Hoje o jovem não tem isso. Hoje eles querem uma fuga da realidade...

Entrevista realizada em 18/03/2022 no Presídio Feminino de Ponta Porã/MS.

Pesquisadora: Vivian Manfrim Muhamed Zahra

Rodrigo Borges- Diretor

Eu já tenho 20 anos no sistema. Eu estava no quartel dando baixa na época e abriu o concurso da AGEPEN. Me inscrevi e passei; saindo do quartel eu já ingressei na AGEPEN. Meu conhecimento sobre o sistema penitenciário quando eu fiz o concurso era quase nulo. No edital estava escrito agência de administração penitenciária, eu achei que iria trabalhar na parte administrativa... eu fiz o concurso, fui aprovado, fiz os testes de aptidão física, todos os exames exigidos, comecei a fazer o curso de formação. Na época eu tinha 19 anos.

A formação tinha 23 disciplinas, eram direcionadas a Direito Penal... e até aquele momento eu estava achando que iria trabalhar na parte administrativa. Só fui me inteirar do serviço que eu iria executar quando iniciei o estágio. Aí que eu vi que seria guarda do presídio; segurança e custódia mesmo.

Logo no início teve uma pressão dentro da massa carcerária, não sei se foi provocado ou se é inerente ao sistema. Na época, tinha alguns servidores contratados que não passaram no concurso, então não sei se foi arquitetado para nos assustar. Mas nós entramos com o intuito de ser bem aprovado, bem qualificado e não ficamos aflitos naquela situação. Foi tudo contornado. Meus estágios foram nos presídios de segurança máxima, onde requer muita cautela e você tem que ficar muito atento, diferente de outros presídios do interior, que a clientela/internos são mais tranquilos.

Na hora de assumir o concurso foi benéfico pra mim, porque eu vim pra Ponta Porã, que é a cidade que eu resido. E eu sempre quis ser funcionário público, sempre fazendo concurso. Pelos meus familiares eu não tinha boa aceitação, eles queriam que eu desistisse desse concurso, porque a imagem do sistema penitenciário que a gente tem são sempre as ruínas né. O que mostra o noticiário é sempre rebelião, morte... Eu sempre acreditei e acredito que a gente tem como mudar; tem como mudar essa imagem.

Eu vim pra Ponta Porã e assumi o concurso e comecei a minha carreira. Por ter a função de servidor público eu sempre zelo pra bem servir, tô sempre disposto a colaborar e dar o meu melhor. Eu não vou criar pretexto pra deixar de fazer alguma coisa. Então quando eu ia assumir o plantão eu vinha um pouco mais cedo, porque eu ajudava o chefe de equipe; não me custava nada chegar um

pouco mais cedo fazer o confere, ajudar no recebimento do plantão. A cada plantão tem que fazer a conferência do quantitativo carcerário e de materiais e eu sempre me colocava à disposição. Na verdade essa função existe que é o auxiliar de chefe de equipe. E essa vontade de querer colaborar me ajudou, porque teve uma promoção na nossa carreira e essas funções que eu desempenhava de fatos existiam mas não no papel, aí nós entramos com recurso e ganhamos aí nós fomos promovidos. Antigamente no sistema penitenciário praticamente só existia três cargos, agente, oficial penitenciário e gestor penitenciário, então todos que desempenhavam uma função como chefe de equipe, chefe de pavilhão, auxiliar de chefe de equipe, todos eram oficial.

Hoje isso foi extinto, todos nós somos agentes, o que muda é a classe e o nível. Pelo tempo de serviço você vai graduando. Antigamente éramos todos agentes penitenciários e hoje somos policiais penais. Agora não estamos mais somente internamente, agora as transferências, escoltas são conosco e não mais com a Polícia Militar. Em outros estados com mais estrutura, os policiais penais estão até fazendo ronda ostensiva, tentando buscar internos foragidos ou descumprindo determinações judiciais, existe uma equipe externa mesmo. Quando o interno deixa de comparecer em algum regime ele é declarado evadido. Pra nós é tudo novo, era um anseio da nossa carreira e agora está concretizado.

Voltando na minha trajetória, foi me dado a oportunidade de ser chefe de equipe, no masculino. E quando você exerce uma função dentro de um presídio, você começa a ter mais visibilidade perante aos superiores. Na época o presídio masculino tinha uma trajetória meio negativa, a rotação de diretores era muito grande e o comando lá em cima queria ter alguém pra assumir a função. Aí me propuseram assumir a função lá. Depois de 10 anos de serviço me convidaram.

Na época eu fui o diretor mais novo do estado, até saiu no jornal, e assumindo um presídio considerado o pior do estado. A imagem do sistema penitenciário é muito negativo. Foi me dada a missão e eu senti que alguém aqui de Ponta Porã precisava assumir mesmo. Eu achava q era um passo muito grande e tinha servidores com mais tempo que eu, com a mesma condita e filosofia de trabalho, então eu cheguei até eles pra ver se eles não queriam e eles não aceitaram.

Foi uma decisão difícil pra mim, mas tomei. E durante esse período eu sempre tentei enaltecer a imagem do sistema penitenciário; sempre tentando voltar coisas produzidas ali em prol da sociedade. Então sempre busquei fazer uma horta comunitária, toda a produção que tinha lá a gente sempre distribuía nas creches, asilo, hospitais, entidades filantrópicas. Então reformamos muitos móveis de igreja, carteiras de escola... depois até foi feito um convênio com a prefeitura. Depois os internos começaram a trabalhar direto com a prefeitura nessas reformas e começaram a ser remunerados.

Fizemos uniformes para algumas escolas. Eles traziam o material e os internos costuravam.

Então havia o setor de costura, marcenaria, serralheria, fabricação de tijolo e artefatos de cimento como vasos e calçadas. Na época estávamos com 350 internos. Essas oficinas não existiam, eu fui implementando.

Por conhecer nosso pessoal eu sabia que em Ponta Porã tinha bons servidores, honestos, comprometidos com o trabalho e com mais tempo de serviço que eu. Aí se viesse uma pessoa de outras unidades, já viria com um preconceito com a nossa imagem, sempre o que a mídia mostrava era coisa ruim. Já nos viam como servidores corruptos, então para nós era interessante que fosse alguém daqui que conhecesse nosso pessoal.

Porque nós tivemos essa experiência, vinha diretor de Dourados, Campo Grande e sempre com aquela desconfiança com o nosso trabalho. Então a minha tranquilidade era porque eu sabia que em Ponta Porã tem servidores corretos; não podemos generalizar negativamente.

Graças a Deus nesse período que estive na direção o presídio sai dessa má fama e passa a ser destaque, virando até referência. Até a pintura que eu realizei naquele presídio virou padrão no estado. Não havia padrão e na época eu escolhi as cores do nosso símbolo, amarelo, preto e branco que predominam no nosso brasão, que tem uma águia. Porque a gente sabe que a PM tem sua cor, o corpo de bombeiros também, então o sistema penitenciário deveria ser reconhecido com suas cores. Na época a AGEPEN estava sob o comando de um coronel da Polícia Militar e eles criaram vários valores pra nosso sistema como oração, canção, símbolo, nosso fardamento... Agora pode vir a mudar por causa da mudança para polícia penal.

V - O senhor fez faculdade aqui?

Na época que eu fiz o concurso ele só exigia o ensino médio, eu conclui e entrei no quartel e em seguida eu passei no concurso. Pouco depois no nosso plano de carreira veio um adicional para quem tinha nível superior. Na época os gestores verificaram que tinha muita gente com nível superior fazendo o concurso, aí seria um ganho pros próximos concursos colocarem para nível superior, na época tinha muito advogado, professor fazendo o concurso. Quando veio a mudança, se tivesse nível superior ganhava praticamente 50% a mais. Aí todos nós buscamos fazer. Nós buscamos a faculdade aqui em Ponta Porã com menos tempo e que entendesse nossa situação, porque fazíamos plantão. Então eu trabalhava um dia e folgava 3. Nesse dia que a gente trabalhava a gente apresentava o documento e tinha a falta abonada. Quase toda a minha turma fez pedagogia. Eu sou pós-graduado e gerenciamento prisional e gerenciamento de crise, que também veio o adicional pra gente. Hoje para fazer o concurso para ser policial penal tem que ter nível superior. Fora isso a própria carreira visa que a gente esteja sempre se qualificando, fazendo curso. Agora nós estamos fazendo outra pós em criminologia e o estado para pra gente uma bolsa, eu e vários servidores aqui estamos fazendo. É uma forma que o Estado faz para motivar os policiais penais a se qualificarem.

O estado investe e o servidor também é avaliado, através do PGDI. Ser avaliado é inerente para ter pontuação e ser promovido.

(abre o computador e me mostra no site da AGEPEN os símbolos da carreira, lema, oração, canção) Eu sempre ficava a minha sala pensando em como tornar o símbolo reconhecido e enaltecer nossa instituição.

Na direção do masculino fechado eu fiquei 7 anos. Fiquei 2 anos no patronato, cujo principal papel é dar apoio aos egressos; os cumpridores da pena do semi aberto, aberto, albergados e os visitantes, que precisam vir aqui pra fazer carteirinha. Depois fui chamado para o semi-aberto e fiquei 3 anos lá. Ano passado em primeiro de março fui nomeado diretor do presídio feminino.

V - Como foi o convite?

Anteriormente quando eu estava no patronato eu fui convidado para fazer hora extra aqui, então eu conheci o presídio feminino assim. Vinha e ficava no posto da portaria e fiz várias horas extras aqui. Quando teve a situação de que o semiaberto seria extinto e as internas colocariam tornozeleira, aí meu nome foi lembrado já que a direção da AGEPEN não estava satisfeita com algumas ocorrências à época. Algumas situações foram desagradáveis para eles e eles tiveram de tomar uma posição. Pra mim foi uma surpresa.

O semiaberto já foi extinto, o prédio. Hoje o cumprimento é com tornozeleira eletrônica. Não é em todas as unidades, em Dourados o semiaberto continua. É uma estratégia de redução de custos e na situação atual de uma massa efetiva carcerária muito grande; Ponta Porã é um dos mais super-lotados que existe – diferente de uma cidade do interior que o efetivo é bem pouco.

V - Em relação ao MS?

Sim, pelo tamanho e pelo efetivo carcerário é um dos mais superlotados. Tanto este aqui como o outro já foram interditados pro super lotação em outros tempos. Diante dessa massa carcerária o judiciário tem que tomar algumas medidas.

V - A tornozeleira eletrônica é comum?

Digamos que ela é uma estratégia que o judiciário tem para desafogar os presídios. Um presídio para comportar uma massa carcerária muito grande tem que ter toda a estrutura.

V - O semi aberto é similar ao que tem aqui?

O espaço dele é bem maior, contudo ele não tem o que esse presídio tem: setor de educação, setor de saúde, cozinha. O semiaberto recebia refeição do masculino, não tinha toda essa estrutura. Hoje a proposta é que o prédio que o semiaberto ocupava passe a ser o feminino, por ser maior. O poder público tem pensado em levar o feminino lá para o semiaberto. Assim haveria a necessidade de uma readequação dos espaços, porque aqui é pequeno mas tem os setores. Lá não tem porque era uma escola que foi adaptada.

V - Aqui não foi uma escola também?

Exatamente. Achemos uma placa recentemente que nos deu essa informação. Este prédio também não foi pensado para ser um presídio.

Sempre ha adaptação do lugar. Os presídios que são construídos com esta finalidade tem outra estrutura. Quando eu transportava presos para o presídio de Dois irmãos de Buriti e Naviraí que são projetados, o presídio é maravilhoso; tem tudo o que você possa pensar.

Os que estão sendo construídos lá em Campo Grande, são ainda melhores. Ao que parece estão seguindo os modelos de presídios de segurança máxima federal.

Tudo que a LEP determina, praticamente todos os espaços que devem ter, são feitos.

Minha nomeação aqui foi no susto, acho que nem teve outro nome sondado. Acho que aquilo que você faz de bom ecoa. Eu não conhecia o juiz e ele sugeriu meu nome para a direção da AGEPEN. Parece que meus feitos lá atrás no masculino, ele queria que eu também desse jeito aqui no feminino.

Até mesmo quando eu fui substituído foi por política. O próprio servidor que me substituiu falava abertamente que foi política que me tirou. O interesse dele era mostrar todo aquele trabalho feito lá como se fosse dele.

V - Quando o senhor foi substituído lá, o senhor já foi para o patronato?

Sim. Foi como se eu fosse desmerecido pelo sistema, todo o trabalho que eu fiz, a disponibilidade de tempo, você se entrega até nos momentos que você está em casa. Você não desliga.

E quando eu vinha fazer hora extra aqui, as próprias servidoras falavam ‘olha só a retribuição que a AGEPEN fez com um servidor que se dedicou tanto, joga lá no patronato’.

V - É um lugar com uma fama menor?

É como se fosse um almoxarifado... Não tem função de direção, eu voltei a ser um agente normal, bem simplesinho.

Falo da experiência da minha irmã enquanto direção.

Então eu tenho o mesmo pensamento que ela. Quando eu saí do masculino, esse diretor (que hoje está preso pelas falcatruas que fez ali, manchou nossa imagem; manchou nossa carreira), tanto o diretor que me substituiu quanto a chefia dele toda está presa; teve toda uma operação por trás. Eles achavam que eu tinha o intuito de voltar pra lá. Inúmeras oportunidades me chamaram para assumir lá depois e eu não quis e não quero. Minha contribuição já foi dada. Minha missão lá já foi cumprida. Graças ao bom Deus eu consegui atingir minha meta que era ter o reconhecimento. Quando o teu superior te elogia e toda vez que em visita eu perguntava se estava do agrado dele a missão e ele nunca me respondia, falava ‘tem que ficar mais aí Borges’, porque eu já queria entregar a missão. No último mês do mandato dele, ele veio ver umas celas e falou ‘o Borges

sempre me perguntou se eu estava contente e hoje estou saindo e posso dizer que estou muito feliz'; pra mim aquilo já me honrou como a missão cumprida.

Quando me chamaram lá pra me fazer a proposta de assumir aqui, eu achei que novamente iriam me chamar para assumir o masculino, o que eu já não queria. E quando me falaram que iam fechar o presídio em que eu era diretor, e tinha a proposta do presídio feminino, eles falaram 'olha Borges, tem uma missão lá'. Assim como quando eu assumi o semiaberto eu aceitei mediante a vinda de toda a equipe que trabalhava comigo no fechado, chefe de disciplina, de vigilância, eu queria que todos os chefes de equipe que trabalharam comigo e se dedicaram comigo, viessem para o semiaberto. Foi aceito e eu fui honrado pela AGEPEN com isso. Nós fomos para um presídio muito mais calmo, muito mais tranquilo. No primeiro mês tivemos que doutrinar os presos no nosso sistema. Quando adentramos no presídio a gente estabelece as nossas normas e regras que devem ser seguidas. Lá tinha muitos vícios de coisas erradas; tivemos o apoio da polícia militar que começou a trabalhar conosco. Um exemplo seria o cumprimento de horário, preso com algumas coisa ilícita... o preso sabe que precisa cumprir a rigor. A falta deve ser feito um procedimento administrativo... isso foi moldado na conduta, porque não era assim antes. Por um mês tivemos um trabalho árduo, depois de conquistada essa tranquilidade, pra nós ficou um presídio bem tranquilo. Tanto é que os servidores do presídio de regime fechado olhavam nós e almejavam aquela situação. Porque eles só viam o horário diurno que é parado, mas a noite o pessoal se desdobrava pra realizar tudo. Os servidores que trabalhavam comigo no semiaberto eu trouxe aqui para o feminino. Essas servidoras que estão no administrativo já trabalhavam aqui, eu trouxe os homens que trabalhavam comigo no semiaberto. Eu já as conhecia e sabia do perfil delas. Como é próximo a gente convive e tem conhecimento sobre as condutas dos servidores, então eu absorvi a equipe que estava e também trouxe 2 mulheres que estavam no masculino. Como eu conhecia os perfis eu fui realocando nas funções, como chefe de equipe, por exemplo.

O plano que eu tinha pra quando eu assumi, foi o mesmo que eu tinha no masculino: as normas e os deveres das internas devem ser cumpridos a rigor. Aos poucos estou condicionando a estrutura, a unidade, os servidores que existem as normas a serem cumpridas. Além disso a gente sempre busca identificar as nossas deficiências e fortalecer pra que fique benéfico pra nós. Tivemos que adequar a cela disciplinar a que tínhamos aqui era totalmente fora do padrão. Por exemplo, construímos mais uma cela disciplinar; quando duas internas brigavam, uma ficava na cela disciplinar e a outra ia pra de triagem – o que eu achava completamente errado, porque se as duas brigaram as duas devem cumprir no mesmo nível – então a partir do momento que elas quebram uma norma, elas tem que sofrer a sanção disciplinar.

A cela disciplinar é uma cela sem regalias. É uma cela bem básica mesmo. Ela só vai

atender as necessidades básicas mesmo; o banho de sol é restrito, diferentemente do pessoal do solário. Lá não tem televisão. Só tem luz elétrica, chuveiro e sanitário. O tempo máximo é 10 dias para ficar lá.

Já a cela da triagem é 30 dias. É para aquelas que estão chegando, a única diferença é o tempo de sol. Lá é 2h de sol, as demais são 6h. Por que a gente já não insere essas internas recém-chegadas? Porque no começo elas vão analisando a sistemática da unidade, então elas vão aprendendo aos poucos a forma como é conduzido aqui. Além disso os servidores vão acompanhando e reconhecendo o perfil de cada uma. O plantão é 1 dia e folga 3, então é preciso um tempo pros servidores irem conhecendo e acompanhando as novas internas.

Hoje nossa moeda é a disciplina e o respeito. Elas são contempladas com um solário diferenciado de acordo com o perfil das internas. Internas com mais idade, internas que tem boa conduta aqui dentro, a gente sempre coloca elas em alguma atividade, algum serviço, algum afazer. Depois de um tempo, analisado tanto pelas equipes quanto por nós, aí a gente vai alocando elas na galeria de cima, que também aloja as que são mães ou estão grávidas. E não essas ficam na galeria de cima.

V - Essa galeria tem menos pessoas?

Não, esse presídio também é super lotado, só que a gente estabelece um quantitativo “tolerável”. Então a gente vai sempre equilibrando a distribuição entre elas: triagem, condicional, celas de convívio. Também equilibramos o que tem em cada cela, se uma tiver a mais a gente retira, fizemos muito na nossa entrada, por ex. Quando chegamos tinha tamanho de televisão acima do permitido., secador de cabelo, chapinha... o que tiver pra uma vai ter pra todas; essa é a regra.

Quanto o dinheiro do salão, é como a cantina, 30%, ele tem o seu registro interno; todos os trabalhos que são feitos são registrados. Tem uma porcentagem que é repassada para a interna que executa o serviço no salão e tem a outra parte que fica pra unidade. O Salão pra nós é algo pra trazer a autoestima pras internas. A gente percebe que elas querem estar bem arrumadas, bem produzidas, então é um artifício pra gente aumentar a autoestima delas.

Tem critérios bem básicos. Internas questão na triagem, que recém chegaram, não tem autorização para ir até lá. Tem que passar os 30 dias, depois que elas estiverem no convívio, faz-se o agendamento. Internas que estão na cela disciplinar não tem esse perfil. Praticamente seria uma tipo de regalia. Eu nunca restringi a ida de alguma interna no salão por descumprir alguma norma, porque não vimos necessidade, mas se tiver necessidade a gente tira essa regalia.

No feminino parece que a imagem é algo valoroso pra elas. No masculino eles tem um pouco também, mas o que eles querem muito é estar trabalhando. A procura por trabalho aqui é muito diferente do que no masculino. Lá, 99% querem trabalhar, almejam trabalhar; estão só

aguardando a oportunidade. Aqui a gente tem dificuldade de colocar internas para alguns trabalhos. As vezes tenho a vaga e não consigo ocupar. Lá no masculino, quando eu precisava de um pedreiro, eu tinha 10. Lá também criei um sistema, tinha oficinas de trabalho que remuneravam, as conveniadas, como a Prefeitura e depois outras, que pagavam $\frac{3}{4}$ do salário mínimo. Então o interno deixa de ganhar remissão e passa a ganhar renda também. A empresa pagava para realizar algum serviço dentro da unidade. Então tinha uma escala: interno com bom comportamento e boa disciplina: vai trabalhar. Se ele é zeloso, dedicado ele começa a trabalhar numa empresa que remunera. Eles não queria perder aquele serviço, é um ganho, tem remissão, pode ajudar a família.

Aqui renda remunerada só tenho na cozinha. No futuro queremos mais, eu almejo um setor de costura e artesanato. Nós estamos com dificuldade de ter alguém qualificado.

Lá era comum o interno entrar no serviço sem ter conhecimento e logo aprender e já ir passando pro próximo. Aqui não tem esse interesse demonstrado.

V - Sobre as 6 h no sol? É uma convivência ampla?

Sim, elas saem no mesmo horário e possuem uma convivência bem ampla. Abriu a cela elas saem pra fora e vão fazer uma faxina na cela.

Quanto às diferenças, é bem diferente o perfil do presídio masculino e feminino. Muita quantidade de mulheres que atuam como “mula”

V-Um momento marcante da carreira.

O que me marcou durante essa trajetória, foi o reconhecimento. Eu nunca busquei isso. Mas ser reconhecido perante diretores com mais tempo de função e você estar recebendo uma homenagem, ser agraciado com uma medalha foi muito marcante.

O que me marca hoje, neste presídio... aqui as internas são mais sentimentais. Dá pra sentir... são mais afetivas, os sentimentos são bem mais aflorados que o ser humanos (masculino né) O sentimento delas é mais acometido do que o do ser humano (do que do masculino). Lá eu não via diferença de um interno de um dia para o outro, aqui a gente já percebe. Um dia a interna vem disposta, no outro já não quer trabalhar, quando vai ver é porque tá preocupada com a família, O que me marca mais é esse estado delas que são mais sentimentalistas. Só. Elas recebem bem poucas visitas. No masculino é bem mais, é difícil um interno ficar sem receber visita. Aqui, quando muito, tem 10 visitas no fim de semana. Quase não vem maridos ou companheiros; são as mães e filhos.

V – Pergunto sobre o que marcou dona Rosina. A questão do celular. O celular teve seus dois lados, por um lado você vê os familiares e por outro há muita coisa errada. Tanto é que uma interna que é encontrado celular ela fica com comportamento ruim. Tem interna que já poderia ter saído e tá respondendo o procedimento.

Quando elas chegam são alertadas. Nossa função é coibir.

Meu intuito é buscar diminuir o tempo delas aqui. Como diminui? Na remissão, Trabalho, estudo.

V - Ha muita procura?

Não, sinceramente não tem muita procura.

V- Pergunto sobre maternidade.

tem 3 internas e 2 gestantes. Tem duas que já estão quase deixando, com 6 meses eles saem e vão ficar..é sempre com a mãe delas. Sempre mais um fardo.

Eu sou preocupado com o estado delas. O presídio precisa de muitas melhorias, queria melhores estruturas. Ele está superlotado... tudo vai recurso. Aqui não tenho efetivo pra fazer algum reparo. No masculino eu tinha quem fazia...Isso é um fator dificultante. Muitas das coisas quem faz sou eu. Hoje as prateleiras na cantina tive que colocar. Esses dias troquei um encanamento..

V - Tem mais alguma coisa que o senhor não falou ainda e gostaria de falar?

Minha luta está no início. Quero elevar a imagem do presídio.

Uma vez um ex interno do masculino foi lá e foi me agradecer porque fez um curso de marcenaria e tinha conseguido o emprego por causa disso. Isso até me arrepiou.

Quando você começa numa sala improvisada, eles fizeram com compensados... não estava muito adequado, mas os professores viram a vontade dos internos de aprender. O curso era de móveis planejados... e foi um negócio mágico, porque essas duas salas viraram salas verdadeiras.

Tomara que eu consiga despertar a boa vontade dessas internas. Descobrir uma poção mágica.

Não consigo entender por que esta diferença.

Não sei se é porque o público aqui é mais voltado pra família, mães. Lá eles eram os mantenedores dos lares. Era o resgate. Pra sociedade o perfil de todos presos são perigosos, mas a maior parte a gente percebia que era no anseio de um ganho fácil. E aqui é tudo menor, quantidade, lucro.

Lá o anseio era pra aquisição de algo, um maquinário, um veículo. Aqui era dar uma coisa melhor pros filhos, pra pagar dívida.

Pra eles tá preso é perda de recurso. Os funcionários que ficam tomando conta. Muitos tem seus próprios negócios.

Aqui elas falam: eu queria estar com meu filho

Lá: eu tô perdendo dinheiro e oportunidade. O sentimento delas é mais acometido do que o do ser humano (do que do masculino). Lá eu não via diferença de um interno de um dia para o outro, aqui a gente já percebe. Um dia a interna vem disposta, no outro já não quer trabalhar, quando vai ver é porque tá preocupada com a família, O que me marca mais é esse estado delas que são mais sentimentalistas. Só.

Entrevista realizada em 12/05/2022 no Presídio Feminino de Ponta Porã/MS.

Pesquisadora: Vivian Manfrim Muhamed Zahra

Entrevista Dr. Hugo Cesar Garay Ecurra (Consulado Paraguaio no Brasil)

Entrevistado H - Sou egresso da Universidade de Assunção. É a Universidade Federal do Paraguai, em 2004. Faz aproximadamente 18 anos que sou advogado. Tenho mestrado em Direito Penal e Direito Processual Penal, e estou ensinando na Faculdade Nacional, também Federal em Pedro Juan Caballero, atualmente com as disciplinas de Criminologia e Direito a Informática.

Eu exerci a profissão de advogado muito tempo. Fui funcionário do Judiciário por 5 ano também quando já era estudante de Direito. Trabalhei como advogado quase quinze anos. Também tenho uma vida política e agora estou no Consulado, através de um concurso que fiz. Não é muito tempo no Consulado, porque são “missões Diplomáticas”, representar o Paraguai no exterior, costumam durar 5 a 7 anos. Faz 3 anos que estou aqui, então devo ficar mais um pouco. Essa é minha vida política e jurídica. Eu gosto, amo minha profissão de advogado. Então minha experiência no Consulado é bastante frutífera, porque tem muito presos paraguaios, tanto em Ponta Porã como em Dourados, a gente tem que dar seguimento aos atendimentos. Na verdade, a estrutura dos presídios de Pedro Juan e Ponta Porã não é muito diferente uma da outra. As vezes falta estrutura tanto no lado de lá quando de cá, porque ocorrem muitas fugas. Desde que cheguei aqui em Ponta Porã sempre estava ocorrendo fugas dos presos de Ponta Porã. Os motivos não posso precisar. Em Pedro Juan Caballero há uma falência muito grande no sistema Penitenciário. Falta modificar a lei para que o controle seja mais forte em relação aos presos e que haja um fortalecimento para as pessoas privadas de liberdade para que saiam para a sociedade sem delinquir. Porque esta é a finalidade da pena. A pena privativa de liberdade é aplicada para a recomposição dessa pessoa para a vida social. Pra sair do presídio e poder trabalhar, ter uma família, continuar uma vida lícita. Atualmente os presidio da América Latina, incluindo o Paraguai e uma parte do Brasil não cumprem esta finalidade, porque saem pior dali.

V- Como ingressou no Consulado?

Faz 3 anos. Sempre advoguei na área criminal, minha especialização e mestrado sempre foi na área de Direito Penal e Processual penal e agora estou com a matéria de criminologia, que retrata o crime desde a antiguidade. Criminologia estuda o delinquente, a vítima e a causa pra entender o porquê desse delito. É importante ver como a sociedade maneja o crime organizado na fronteira. Porque a região de fronteira tem suas peculiaridades, porque todos os crimes são consequência do tráfico de drogas. Homicídios, aqui tem pouco roubo...mais é tráfico de drogas, homicídio. Tem uma presença muito forte de duas organizações conhecidas no Brasil, como é o PCC e o Comando Vermelho. Teve uma época que houve uma guerra aqui – continua de uma certa maneira. Teve uma época que mataram o empresário da fronteira o Raffat. Essa foi uma guerra que iniciou com o PCC

contra um grupo da fronteira. A consequência é um trabalho somente institucional. Polícia Federal trabalha com a Polícia Nacional do Paraguai, com a Secretaria Antidrogas. e estão fazendo uma apreensão importante de drogas todos os dias.

É um trabalho que precisa ser coordenado. Uma região com 560 KM de fronteira seca, então é difícil o controle, mas estão trabalhando bem.

Pedro Juan e Capitan Bado principalmente, são os lugares com maiores fluxos. São fronteiras secas e facilitam o transporte de drogas, tanto para a polícia federal, quanto para a polícia nacional do Paraguai. É difícil controlar, muitas vezes a pessoa vem como turista. A polícia Federal é muito importante para todas as apreensões que ocorrem no Paraguai. Então é um trabalho interinstitucional. Em relação as pessoas privadas de liberdade, mulheres, em Pedro Juan existe uma quantidade importante de mulheres presas por vários delitos, como tráfico, roubo, adicção de drogas. Esse problema do consumo de drogas leva a cometer outros crimes puníveis.

Existem as presas por tráfico, mas não é sua totalidade. Agora as pessoas presas no Brasil, que são paraguaias, 90% são por tráfico. São paraguaios considerados mulas... que caem na fronteira. Ficam presos em Dourados, Campo Grande, Ponta Porã. E também as mulheres também, que são utilizadas para a mesma coisa.

Em Pedro Juan Chega a aproximadamente 100 mulheres presas.

A gente é representante dos cidadãos paraguaios que moram em Ponta Porã, mas a jurisdição deste Consulado engloba Dourados, Antonio João, Bela Vista. este atendimento a gente faz para o cidadão paraguaio que reside no Brasil. Com relação as mulheres e homens que estão presos a gente faz um acompanhamento, um acompanhamento junto a família para verificar se as pessoas tem condição de pagar um advogado particular, se não tem a gente encaminha pra Defensoria Pública do Brasil. E a gente tem um informe também para a situação da pessoa processada, se declarou, se está doente... dá seguimento e ajuda a instituição do Brasil, ver se tem um atendimento médico que falta, que ainda não foi. Então a gente faz o acompanhamento aos familiares e a pessoa privada de liberdade. Com as mulheres e homens, atualmente não passa de 7 mulheres paraguaias que estão presas em Ponta Porã – a maior quantidade são homens, 52 paraguaios.

A atuação não é diretamente advogando e sim uma atuação de acompanhamento pelo Consulado. A gente também acompanha os familiares para providenciar documentação que necessita para as visitas. Também realizamos uma visita carcerária mensalmente para entrega de materiais de higiene pessoa e limpeza. E comunica eles como estão seus processos, se já tem sentença, quanto falta a cumprir, se já declarou, então faz este acompanhamento, porque temos detalhados como estão cada processo, então passamos essas informações a eles.

Geralmente tem algum inconveniente sim, em relação a língua. Tem indígena também que é preso e não entende o idioma português. Aí chamam a gente para atuar como tradutor, principalmente quando são presos pela polícia civil, mas também no presídio quando necessário. Às vezes tenho que dar uma assistência diferenciada. Se é indígena a gente comunica o perito de assuntos indígenas do Paraguai e eles dão acompanhamento também, pra identificar de qual comunidade indígena é, esse tipo de coisa. Geralmente também quando tem pedido do judiciário ou do ministério público.

Na realidade são pessoas de escassos recursos de vários níveis econômicos que pelas circunstâncias da vida – a maioria são mães de família solteiras, não tem acompanhamento do pai nem da mãe – são pessoas, sem colocar em julgamento o que elas fazem, são pessoas utilizadas por financistas do narcotráfico, pessoas grandes que utilizam a pobreza dessas pessoas que levam quantidades de drogas, sem saber o valor, as consequências que podem vir. Então essa necessidade que leva a fazer isso. Não tem acompanhamento, nem visita de familiares, não tem qualquer ajuda e ficam à mercê da ajuda do consulado e do Estado brasileiro pelo acompanhamento da Defensoria Pública. A maioria tem escassos recursos, são pobres. Claro que tem a exceção, mas a maioria são pessoas de baixos recursos e pouco estudo.

V - Aumento de presos sem alterar a lei de drogas. É isso que ocorre?

Na verdade a Lei de Drogas no Paraguai se modificou muito, aumentou muito a pena, a pena mínima que é de 5 a 15 passou a ser 25 a 30, não tem habeas corpus em caso de drogas, juridicamente a lei não permite que as pessoas presas saiam até a sentença. Delito de lavagem de dinheiro também modificou muito a lei, é um delito muito praticado e tá sendo muito perseguido pela SENAD do governo Paraguaio, lavagem de dinheiro sujo é produto do narcotráfico.

E tem um pacote de lei internacional que o Paraguai se inclui e aumentou muito a pena para tráfico de drogas. Com relação ao consumo de drogas, se estabelece um mínimo de 2 gramas para cocaína e para marijuana menos de 10 gramas, mas efetivamente comprovado que ele é dependente químico, isso tem q ser provado através de exame de sangue, psicológico... mas se pegar ele, ele fica preso até se comprovar sua situação.

O uso excessivo da prisão preventiva, principalmente no caso de drogas, é um prejuízo muito grande que se produz para o Paraguai e para o Brasil também. Geralmente o consumidor está no Brasil e nesse sentido tem se apertado muitíssimo. E tem uma superpopulação de presos no Paraguai, que gera todo tipo de enfrentamento de clãs. E aí o uso excessivo da prisão preventiva. Nós precisamos de uma reforma penitenciária importante a nível de país, que proporcione capacitar essas pessoas privadas de liberdade e saiam melhores qualificados, estamos implementando a abertura e aumento de vagas para estudos em nível secundário e até de faculdade. Está se trabalhando nisso, o problema é que se aumenta muito a apreensão por causa de drogas, homicídio,

roubo agravado na região de fronteira.

V - Sobre as facções, em especial PCC.

Existe esse problema de verdade, eles são muitos dentro do presídio na realidade. Então qualquer outro grupo que queria entrar prova uma briga. Que pode acabar inclusive em homicídio dentro do presídio. É um mundo à parte, induz o paraguaio depois que ele já entrou na penitenciária a entrar para o PCC. O Diretor tem muito cuidado quando é gente do PCC, porque na região da fronteira são muitos. Inclusive o Ministério Público e o Juiz estão solicitando à PF informar se o preso brasileiro é integrante ou não do PCC, isso acaba sendo importante pra autoridade paraguaias para verificar o tratamento durante o cumprimento da pena dentro do estabelecimento, pois trata-se de pessoas perigosas para a justiça e para a sociedade.

Não se trata de um aumento de pena, pois essa é fixada pelo juiz, levando-se em conta se integra uma organização, quais são os antecedentes. Onde reside, etc. Isso pode pesar para a fixação da pena, se a pessoa não possui família aqui, tem uma residência incerta.

Atualmente tem um encarregado do feminino e um do masculino, a instituição de menores é totalmente separada, tem um atendimento especial. No feminino e masculino não estão separados, o diretor é único, mas tem uma funcionária destinada para a administração do pavilhão feminino. Tem um projeto para aprovar a profissão do agente penitenciário, precisa o presidente promulgar. Assim que for implementada a carreira achamos que vai melhorar a situação.

V - Quanto a um acontecimento que marcou, se recorda de algo em especial?

Geralmente é importante mencionar uma fuga massiva, 109 pessoas escaparam do presídio de Pedro Juan. Desses, 105 eram do PCC. Escaparam por um túnel feito. Eu digo que o maior problema, é a corrupção. É um problema grave em todo lugar na verdade. Não poso falar que nesse caso específico foi o caso de corrupção, mas foi também um descuido (indigência) da pessoa que estava trabalhando. E tem uma desigualdade importante também dentro do presídio, porque a pessoa que tem mais condições econômicas vive melhor. Se você está preso no Paraguai, pode ter algumas regalias dentro da cela que não deveriam ser permitidos. Isso é uma desigualdade que ocorre. Uma desigualdade social dentro dos presídios... o que não é somente no Paraguai né, isso ocorre em muitos lugares. O fator econômico influi muito nos presídios, tanto no Paraguai como no Brasil.

Na época dessa fuga eu trabalhava de advogado particular, mas não tinha nenhum preso que era meu cliente. Foi uma comoção muito grande, fama internacional.

V - Sobre o episódio em que a filha do governador faleceu...

É um caso nebuloso, o que posso falar é que é uma insegurança total. Era uma festa, tem muitas versões, a realidade é que temos que destacar a falta de segurança que vivem as pessoas na região de fronteira. Alguns crimes são solucionados e outros não. Neste caso, existem pessoas

presas respondendo sobre ele.

Fugas.

No feminino nunca escutei que teve fuga, sinceramente. No masculino já ocorreu até no hospital, quando se vai para atendimento. Então essas coisas são importantes uma reforma penitenciária com hospital adequado dentro do presídio.

V – Para você como é viver na fronteira?

Na realidade, se você não está no tráfico, dificilmente você será envolvido. Claro que pode ocorrer um acidente, como já ocorreu por exemplo da pessoa ir matar alguém no restaurante e atingir alguém que lá estava. Então existe um pouco desse medo, já que já aconteceu situações assim. Mas não estou falando de mim, eu amo a minha cidade, é muito gostoso de morar em Pedro Juan... tem muitas maravilhas, parque cerro corá, muita coisa muito linda, 99% são trabalhadores, tem comércio, estudam... aqui tem 30 mil médicos estudando. Por isso que falo do PCC, eles que vem atuar aqui, são estrangeiros.

Entrevista realizada em 19/03/2022 no Presídio Feminino de Ponta Porã/MS.

Pesquisadora: Vivian Manfrim Muhamed Zahra

Entrevista Tulio C. Nogueira

T. N: Eu prestava concurso em várias carreiras jurídicas. Fui aprovado em algumas. Cheguei a ser aprovado para juiz no Mato Grosso e Ceará. Fiquei 8 meses na magistratura no Ceará. Quando fui chamado para assumir na Defensoria em Mato Grosso do Sul eu vim assumir o cargo; sou natural de Dourados e a Defensoria aqui tem adquirido boa expressão, se desenvolvido bastante. É uma instituição muito séria. Eu avaliei bastante isso e decidi vir pra cá.

Comecei como defensor substituto, passei por Maracaju, cheguei a me titularizar a primeira vez na primeira entrância em Glória de Dourados e, depois, titularizei a 2ª entrância. Nessa promoção vim para Ponta Porã. Estou aqui desde o ano 2020. E na Defensoria Criminal que tem atribuição para metade dos processos de violência doméstica, Tribunal de Júri (crimes dolosos contra a vida), Infância e Juventude é comigo também e a Execução Penal, que é o motivo pelo qual você entrou em contato comigo. Então eu atendo os presos condenados, aqueles que já tem sentença, já tem uma pena nos presídios daqui, tanto o masculino quanto o feminino. Enquanto que o meu colega, o Dr. Eduardo Adriano Torres, ele atende no presídio os presos provisórios, que ainda não tem sentença. Estão presos por prisão preventiva. Na prática a maior parte do meu serviço é execução penal, porque tem muitas demandas, cálculo errado, tem que fazer muitos pedidos, na prática existem vários benefícios legais a serem requeridos ao juiz. Tem que analisar bastante a situação, conversar com os internos para que eles apontem alguma coisa que possa estar errado no cumprimento da pena deles; tem bastante. Aí a gente vê que a Defensoria acaba sendo fundamental pra isso, porque é difícil extrair alguma questão olhando só o processo, então tem que ter uma interação com os internos, com os funcionários do presídio também é importante porque eles nos passam as coisas. Às vezes tem situações que ninguém tá entendendo por que a pena tá maior, não tem uma explicação para aquilo, então tem que ir garimpando bastante a situação. Se deixar [somente] pras outras instituições isso não vai ser colocado, isso não vai ser mostrado para um juiz, não vai ser questionado. E a advocacia privada é um serviço caro, né? E a maioria dos presos são pobres. A massiva maioria dos internos, eles estão presos até por motivação econômica; eles estão presos porque não tem dinheiro. Porque precisaram realmente furtar ou traficar. Uma grande maioria deles é por dificuldade financeira, inclusive às vezes bastante elevada [pobreza acentuada]. Alguns presos não tinham o que comer em casa... continuam sem ter né, porque vai preso e fica pior ainda a situação. A Defensoria Pública tem que estar sempre atenta, dialogando com os presídios para eles passarem a situação, mas infelizmente não tem um defensor exclusivo pra isso, acho que em Ponta Porã comportaria um defensor só para a execução penal para conseguir atender todos os internos, rodar sempre a lista [de todos os nomes], não pegar só os casos que detectam de alguma maneira ‘olha parece que tem alguma coisa errada nesse caso, então vou mandar esse

interno ou essa interna pra você atender'. Porque na prática eu não consigo atender todo mundo, fazer uma lista [de todos os internos] e rodar essa lista de nomes... não tem como.

V – Como é sua rotina de atendimentos?

Tem uma rotina de atendimento semanal. Pelo menos uma vez por semana eu atendo no presídio masculino e/ou no feminino. Eu estava com uma rotina de atender na terça o masculino e na quarta o feminino, mas nem sempre é possível fazer desta forma. Aliás, não tem sido possível. Por exemplo, o juiz daqui marca um júri, que é uma coisa muito trabalhosa, são dias de preparo, tem que decorar tudo pra falar aos jurados de uma só vez, então o problema maior é misturar as funções. Mas o que acontece na prática funciona assim: os presos [que ajudam na organização do presídio] eles mesmo conversam entre si, pelo menos no masculino que é muito maior e funciona muito diferente do feminino. O masculino tem mais de 600 internos. O feminino é mais simples, é mais fácil de mexer inclusive tem um administrador muito bom que é o Borges, o diretor, ele é muito interessado e dedicado. Tem as servidoras também e a gente tem um contato mais próximo, quando eu preciso falar com alguém... As conversas fluem mais lá, os casos chegam até mim com mais facilidade.

O masculino tem o problema de segurança [porque é maior e requer mais rigor na segurança]. Tem muitas celas, muitas trancas, questão de horário. Se for de manhã não dá pra atender aqueles que estão fechados, tem que atender os que estão no banho de sol. Então é uma logística mais complexa do que o feminino e lá também tem muito histórico de fuga, lá não tem segurança armada... na verdade não tem nenhum aparato de repressão ali se precisar [em razão da ausência da Polícia Militar no interior da unidade]. Então é um pouco mais difícil nesse aspecto. Mas tem servidores bons lá, no jurídico do presídio masculino que me ajuda bastante. Eles têm uma comunicação assim: tem um interno que eles delegam a função de intermediar a comunicação. Eu conheço esse interno, converso bastante com ele, parece uma pessoa correta nessa função dele, e eles fazem uma lista com os casos mais complexos que tiverem, que eles conseguirem extrair, que mais precise, que mais tenha alguma coisa para eu fazer.

Porque assim, a demanda do preso de falar comigo é total. Todos os presos querem falar comigo [com a Defensoria Pública]. Mas nem todos tem alguma questão jurídica para eu tomar uma atitude. E o próprio presídio acaba filtrando, vendo alguém que tem alguma demanda ou está acontecendo alguma injustiça, alguma coisa obscura no cumprimento da pena dele. Então eu atendo com base em lista, eles fazem uma lista, organizam. Eu estava atendendo presencialmente, o presencial acaba gastando bastante o meu tempo porque tem um problema de logística lá, não tem uma sala bem adequada, então eu chego e espero bastante... então o virtual é mais rápido porque eu tenho os computadores aqui mais estruturados, temos um bom equipamento aqui. Acaba sendo mais frutífero, processualmente falando, o atendimento virtual, mas para a interação com o interno é

melhor o atendimento presencial, então acabo sempre tentando misturar um pouco os atendimentos. Uma parte presencial, uma parte virtual. Tem uma rotina, mas ela é bem moldável, ela não é bem rígida, não.

V – Como foi inicialmente os atendimentos virtuais?

Iniciou na pandemia, mas eu vim pra cá já estava em pandemia. Esse equipamento não tínhamos, a defensoria atendia presencialmente. Nem por telefone, era só presencial. Se fosse de outra cidade, procurava a Defensoria de outra cidade. Agora mudou tudo também, ficou bem virtual em 2020.

V – Quais os maiores problemas em relação aos presos provisórios e sentenciados?

No presídio masculino mais de 80% são por causa de tráfico. Então apesar da lei prever diversas medidas cautelares para que não necessariamente seja preso, mesmo se tratando de crime grave, existe uma jurisprudência muito dura contra o tráfico, ‘ah é tráfico’ eles prendem. Quase sempre isso. A não ser que seja uma pessoa primária com muita pouca droga. E o problema maior é o seguinte, quase todo mundo vem ser preso em Ponta Porã porque é gente de outro lugar, outra cidade, que passam dificuldade financeira - pelo menos os que a Defensoria tem contato, que eu tenho contato – e aceita receber algum valor, 3, 4 até 5 mil reais. Já vi 2, 1 mil reais. Já vi pegar uma droga e levar uma mala pra carregar no ônibus, às vezes um carro que [no qual] já está tudo programado [preparado anteriormente]. Assim, a pessoa não tem um acerto prévio de quanto ela vai carregar, o que vai ter naquela mala, naquele carro. Então aí ele é pego com aquela quantidade de droga... 10, 20 kg de maconha e isso já é suficiente pro juiz decretar prisão preventiva. Uma vez decretada a prisão preventiva é muito difícil a defesa conseguir a revogação dela. Até porque eles usam o argumento que a pessoa é de outra cidade, outro estado, o que inviabilizaria eventual aplicação da lei penal. Da parte dos processados, eu vejo que tem pouca coisa a se fazer nessa realidade. A defesa vai impetrar o Habeas Corpus pro Tribunal de Justiça e ele vai negar; quase sempre nega. Então eu vejo mais trabalho a ser feito na execução penal, nos condenados, porque às vezes tem recurso [pendente], às vezes o Tribunal diminui a pena e não tá no relatório dele [não é informado no relatório da situação processual executória] esta diminuição de pena, às vezes foi reconhecido o tráfico privilegiado [mas não consta no relatório].

... Eles [os internos] trabalham, tem remissão às vezes fica pra traz essa informação do trabalho que o interno praticou/exerceu, tem que ver se foi computado na pena. Às vezes na progressão tem várias questões incidentes possíveis. Na Justiça Federal o Tribunal costuma reconhecer mais [com maior flexibilidade] a figura legal tráfico privilegiado, e o tráfico privilegiado tem uma fração de progressão bem menor que o tráfico comum [1/6].

V - Por ser internacional?)

Não. O privilegiado é o [réu] primário que não se dedica às atividades criminosas, que não

íntegra organização crimínosa, ele tem direito de redução de pena de 1/3 a 2/3 e não é considerado hedíondo e por ísso a progressão é de 1/6, e não de 40% ígual é no tráfico comum. Então Justiça Federal mesmo caracterizando a transnacionalidade do delito (que é quando ele pega a droga no Paraguai) ele costuma reconhecer mesmo assim essa figura do tráfico privilegiado. Então muitas vezes a informação não está na guia de execução dele/ínterno, então tem que olhar lá no processo se ísso foi computado certinho. Então assim, tem mais o que se fazer quanto aos condenados; as prisões preventivas são muito dííceis de se reverter na prática.. o juiz decretar e o tribunal reformar. Na prática da defensoria, pelo menos.

V – Quais as díferenças você nota em relação aos presídios masculino e feminino de Ponta Porã?

Eu vejo que no feminino a quantidade de droga geralmente é menor; quase sempre o transporte é de ônibus – o de homem costuma ter muito carro, mais quantidade [de entorpecentes].

Eu percebo também a motivação delas é menos por ganância, do que no masculino.. mais por questão de sobrevivência. Eu vejo que é mais uma questão de díficuldade financeira mesmo, mais que no masculino.

Eu não vejo mulheres querendo carreira no tráfico, querendo se sobressair. Querer se envolver a fundo na criminalidade. Tem algumas que são reincidentes [porque não conseguem trabalho ou] não sabem fazer outra coisa, vai lá e volta a tentar de novo transportar droga, mas eu vejo mais essa questão de vulnerabilidade mesmo, mais no feminino que no masculino.

Muitas vezes são mães sozinhas, que aceitam [transportar drogas] pra ter um alívio [financeiro] e [mesmo assim] tem a prisão decretada. E o critério que o juiz vai utilizar é a quantidade de droga, quase sempre ísso. É ísso que eu falo, ela não tem o controle sobre a quantidade de drogas. Eu não vejo como associar uma culpabilidade com o objeto carregado. O acordo dela é transportar uma mala, muitas vezes nem falam o que tem ali dentro, ir embora e receber o dínhheiro. Agora o que vão por lá dentro, quanto que vão pôr, pra ela não faz díferença. Mas esse é o critério do juiz na hora de decretar uma prisão ou pôr uma tornoeleira: a quantidade de droga. É porque é mais fácil mensurar...

Elas não sabem de nada... vem um conhecido e fala: ‘olha você tá passando díficuldade, eu conheço um cara que te paga uma quantidade pra você ir lá e fazer um corre’. Aí esse cara, ninguém sabe o nome, é por telefone... Confiam que vão pagar, porque eles pagam sempre (se não for preso). Eles não sabem de nada, quem é a pessoa, quem que vai entregar essa mala, o que vai ter lá dentro. É assim, eles são ‘peão’, mesmo. É uma função bem delimitada de transporte.

Aí vem o Ministério Público com aquela fala: ‘Há índícios que ela íntegra organização crimínosa senão não daria essa quantidade de droga pra ela’. Essa é uma tese/afirmação que vem preponderando e tendo acolhida na jurisprudência e nos julgados. Mas a verdade é que eles não

sabem mesmo, não tem ligação, não precisam saber. Elas estão lá de peão mesmo, pra carregar... transportar, entregar no destino e pronto. Muitas nem usam drogas, nem gostam de nada disso, nem sabe como se embala, como é feito. Aí o traficante contrata várias e várias pessoas, aí caem 1, 2, 3... pra ele o prejuízo é só a droga, porque pra ele tanto faz se a pessoa fica presa ou não. Às vezes ainda fala pra pessoa que caiu com a droga 'olha, você tá devendo pra gente, você vai ter que fazer outra pra nós', não é o que sempre acontece, mas já ouvi esses relatos. Normalmente é pego e perde lá e pronto. Mas há esses relatos que a pessoa fica em dívida e tem que voltar a fazer após ser pega.

Então é uma situação bem complicada pra pessoa que aceita isso. Acaba que sofre opressão de todos os lados, do traficante, do Estado, da sociedade também já que depois que sai não consegue emprego.

V – Você observa relação entre lei e drogas e aumento da população carcerária?

O legislador até tentou diminuir isso daí, mas existe uma cultura jurídica que vem de anseios populares, de preconceito, de recriminação da figura do tráfico e o parágrafo 4º do art. 33, que é o tráfico privilegiado não é aplicado, que caberia pra essas mulheres na maior parte delas. A pessoa que é pega a primeira vez, não tem provas de dedicação à criminalidade, não tem provas de que integre organização criminosa só que eles criam presunções com base na quantidade da droga. Ou por exemplo, o carro tinha um esconderijo, tinha um mocó, aí falam 'não, isso demonstra que o cara que estava transportando o carro ele tem ligação com o tráfico, senão não dariam um carro com mocó pra ele'... mas assim, ele não tem nada a ver com o que fizeram com o carro, não tem uma comprovação dessa ligação. Eles presumem sem provas. É por preconceito. Não confiam em nada que vem do acusado. A partir do momento que a pessoa vira ré de um crime, o que ela fala não tem credibilidade nenhuma, se for pobre [principalmente]. Aí quando é um político o que ele fala é levado em consideração...mas assim, réu, pobre, por tráfico ou porque furtou, ou estava bêbado, então o que eles falam... na verdade a defesa deles é usada contra eles mesmos. Então ele nega, explica a história, aí o Ministério Público usa os pormenores das falas deles, fala que ele entrou em contradição com não sei o quê e isso prova que ele cometeu o crime. Então até o ato dele se defender é usado contra ele. Existem muitas deduções que são feitas contra os acusados, quase sempre pobres. Normalmente quando uma pessoa importante é acusada de um crime que não é tão vulgar eles consideram mais as declarações do réu, mas esses crimes mais vulgares, crimes de gente pobre, eu sequer vejo vantagem em eles falarem alguma coisa; o ideal é eles ficarem em silêncio. Tudo que eles falam é usado contra eles.

A justiça [criminal] é bem preconceituosa [na avaliação dos fatos]. A prática judiciária é. Tem um fator discriminatório com base em quem a pessoa é; qual o crime que está sendo acusado. Veja bem, se você entra na justiça cível, vai fazer uma cobrança de uma dívida alegando que uma amiga sua da Universidade te deve 10 mil reais, se você não provar documentalmente, se não tiver

um contrato assinado por ela, ele não vai reconhecer essa dívida. Mas se ocorre um furto ou um roubo e a vítima fala ‘foi essa pessoa’, para o juiz já é prova suficiente para uma condenação. Basta isso. Na prática penal, é garantido menos [segurança jurídica] do que no cível. A propriedade privada está mais resguardada juridicamente pelo juízo cível do que a liberdade de um réu no juízo criminal. O que se aceita no penal como provas são coisas extremamente fracas, que você não consegue ter certeza absoluta. Mas eles presumem [a culpabilidade]... Enfim, aceitam vários elementos que não seriam aceitos no cível, mas aceita no penal para condenar. A gente vê muito isso na prática. Então por que tem tanto encarceramento? Por causa dessa cultura e tem também um anseio popular muito forte [de encarceramento] também que acaba sendo reproduzido dentro das instituições.

O juiz, por mais independente que seja, com garantias de vitaliciedade, etc, se ele dá medida cautelar diversa de prisão, como a tornozeleira, por exemplo, pra uma pessoa que assaltou à mão sem arma (o que não revelaria periculosidade acentuada nesse tipo de crime), um roubo. Ou se o juiz não prende uma pessoa dessas, o policial que efetuou essa prisão vai ficar insatisfeito, a vítima vai ficar indignada, aí o Ministério Público encampa essa situação, insere esse anseio punitivista em suas postulações... Então existe uma pressão muito grande no direito penal e o tráfico de drogas por ele ser, a droga em si já é um tabu, se a pessoa tá transportando maconha... Tem um anseio forte. Como se a cachaça não fosse tão ruim ou pior. Eu nunca vi uma pessoa arrancar a cabeça da outra depois de fumar maconha, mas crimes relacionados à cachaça eu vejo demais aqui, e [bebida de alto teor alcoólico] é permitido. O judiciário encampa o populismo penal, o que repercute nas prisões.

Um exemplo [de presunções probatórias na prática penal], a pessoa vem de Mato Grosso pegar uma droga, então existe [uma causa legal de aumento] de pena quando a droga é destinada a outro estado. A pessoa vem de Cuiabá, pega uma droga em Ponta Porã e fala que tá levando para Três Lagoas. Ainda que ela tenha passagem de ônibus de Ponta Porã para Três Lagoas, o Ministério Público se manifesta afirmando que não é possível que ela venha de outro estado para transportar droga dentro de Mato Grosso do Sul, ela estaria falando isso para se livrar dessa causa de interestadualidade na pena. Faz sentido esta desconfiança, mas usar isso como prova é um absurdo. Você condenar alguém com base nessa ~~lógica~~ ilação. “Se ~~ela~~ a droga não fosse [destinada] para outro estado, ~~ela~~ o réu não viria de outro estado’, mas não existe essa prova de que a pessoa realmente ia levar pra outro estado. A passagem não é pra outro estado, ela não disse que iria pra outro estado. Cadê a prova? Não tem a prova, isso é uma presunção. Vai alegar isso pro juiz no cível ‘não é possível que ela teria trabalhado pra mim sem receber [o devido pagamento]’, se você não apresentar o recibo que você pagou, o juiz vai te mandar pagar novamente. Essas ilações no direito civil que visa proteger a propriedade não são aceitas, mas são aceitas no criminal.

Eu fiquei espantado quando eu comecei a trabalhar na Defensoria porque não tinha nada a ver com o que eu tinha estudado. O que fazem do Direito Penal, na prática Processual Penal. O Processo Penal é cheio de regras, formalidades, procedimentos, mas na prática é uma pressão pra pular etapas, para o processo ser mais rápido, pra chegar logo na sentença e condenar logo. Não é como a forma bonita que se vê na lei. O legislador até tenta diminuir isso, mas essa pressão que permeia as instituições... Polícia, Ministério Público e Judiciário, principalmente no interior, na capital é mais ameno; há uma certa distância. Quanto maior a cidade, ou instância, eles tendem a se ver um pouco livres dessa pressão punitivista.

Quando eu fui juiz no Ceará, o Promotor dava “pito” em mim quando eu absolvía: ‘você tá absolvendo demais’, ‘você vai aumentar a criminalidade da cidade’ e eu respondia ‘mas não tem prova, isso aqui tá errado, eu não posso condenar...’. Às vezes não tem previsão legal; eu não sou legislador pra incriminar esse fato, não tem previsão. ‘Você tem que prender a pessoa que tá portando faca’, mas não existe o crime “porte de faca”. Chegava a esse ponto de me confrontar pessoalmente.

Pra se ter uma ideia, no concurso de juiz no Ceará, o examinador me propôs uma situação para saber se eu iria ou não mandar internar cautelarmente um menor infrator – no qual ele tinha sido pego com uma arma... drogas – a lei não permite que se interne cautelarmente um menor que não praticou um ato infracional mediante grave ameaça ou violência, ou que tenha reiterado esse ato. Eu falei que não e ele me respondeu que não gostaria morar na minha comarca. Na minha prova de concurso ele já estava querendo que eu mandasse prender; que eu falasse contra a lei. Eu falando isso desagrada o senso comum do examinador, mas o juiz não é agente de segurança pública, muitos pensam que são, mas não são. Eles são aplicadores da lei; mas existe uma pressão para que eles ajam como um certo xerife.

Agora isso varia muito de juiz pra juiz; aqui em Ponta Porã os dois juízes criminais não são mais que a média [em termos de punitivismo], eles seguem a média do que o Tribunal espera deles. Já passei por Comarcas muito ruins, deixava pobre preso porque não apresentava comprovante de residência, a pessoa não tem uma conta de telefone, internet e não soltam enquanto não apresentar. Eu ficava pensando ‘se eu for preso eu também não saio, porque acabei de vir pra cá e não tenho comprovante’.

V – Há mulheres estrangeiras, indígenas? E quanto a origem das presas?

Tem. Tem mulheres indígenas, tem paraguaias, tem paraguaias indígenas. Esse presídio é muito heterogêneo. Tem negras da Bahia, branquinhas do Rio Grande do Sul, acho que só não vi asiática. Eu posso comentar o seguinte, mulheres indígenas são presas geralmente por homicídio ou tentativa de homicídio, está muito relacionado à violência da aldeia mesmo. Muitas vezes ela reagiu. Eu já vi uma mulher que estava presa e tudo que tinha no inquérito demonstrava que o cara

tentou estuprar ela e ela matou este homem. De cara dá pra dizer que ela não sai matando por aí, ela não mata gente à toa... Então não precisava de prisão preventiva. E fica a prisão preventiva porque é índio, a verdade é essa. Porque não vai ser encontrada na hora da citação, não tem número, não tem rua na aldeia... ela pode ir lá para o Paraguai... E fica lá presa podendo ser absolvida ou não. Eu faço júri. Júri com indígena é um problema muito sério, viu. Eu só tenho visto resultado negativo em júri com indígena. É pior ainda do que ser julgado por juiz togado, porque o pessoal [população em geral] não gosta de índio. Não entendem a lógica do indígena, nada disso...

As condenações mais incertas que eu vi, com menos provas, com provas controversas ou duvidosas foram de indígenas. Eu atuei em Amambai também e lá tem uma aldeia bem problemática, tive um caso que fiquei perplexo pelo promotor ter insistido na condenação, que pra mim não tinha garantias mínimas que ele tinha sido o autor do fato, um homicídio totalmente sem pé nem cabeça. E foi condenado! Eu fiquei surpreso... Era só fofoca [que indicava a autoria do réu].

Mulher indígena também tem esse problema tanto quanto o homem indígena. Tem uma mulher lá no presídio... esses exames criminológicos feitos por psicólogos, como que o índio reprova muito mais que o branco, é impressionante. Por que eles não sabem falar... Eles até colocam no laudo que eles não sabem falar direito, não sabem explicar direito... E reprovam, não conseguem progredir de pena muitas vezes... tem uma lá que já reprovou duas vezes no exame e eu falei lá com o presídio, vocês têm que colocar esse psicólogo daí [do presídio] pra dar uma orientada nela, se não ela vai passar a pena dela inteira no fechado, tem que ajudar...

A questão do antropólogo depende do juiz deferir. Porque a Defensoria não tem antropólogo próprio. Se a gente tivesse era só fazer um laudo... muitas vezes o juiz indefere [nossos pedidos de confecção de laudo antropológico] e você não consegue anular o processo no Tribunal depois. Tem que provar porque que precisa, lá no Tribunal tem que provar o prejuízo que trouxe pro réu, não é só alegar. Eles nunca entendem que há prejuízo.

Na prática [que eu vejo na atuação] da Defensoria, quanto mais vulnerável o assistido, parece que mais pesado pega o judiciário. A lógica deveria ser inversa, né? Quanto mais vulnerável, mais cauteloso deveria ser [os acusadores e julgadores]. Por que até pra gente atender uma pessoa de baixa instrução – às vezes tem pessoas com boa instrução, nível universitário, que atende os parâmetros de hipossuficiência e a fluidez do atendimento... os resultados são outros. O pior problema é a baixa instrução, as pessoas não entendem o que a gente fala... não sabe explicar, se expressar. Só o fato de a pessoa falar mal já é o suficiente, já pesa contra ela no judiciário. Quando a pessoa é articulada já é outra coisa; olham com outros olhos ele, é diferente.

V – Tem algo que gostaria de falar que ainda não tivesse mencionado?

Tem uma coisa que você pode querer entender, que é o seguinte: o fato do Estado não dar absorvente para as presas, faz com que algumas fiquem presas mais tempo. Sabe como? Já ouviu

falar em PADIC (processos administrativos disciplinares de custodiados) no presídio? Por exemplo, tem um celular na cela, os agentes descobrem esse celular e daí começa errado, porque alguém (não importa se inocente ou culpado) tem que assumir a propriedade do celular. Se ninguém assumir a posse do celular (tanto no masculino como no feminino) eles tiram as chamadas “regalias”. Eles não podem fazer uma sanção formal contra a cela, porque é proibido sanção coletiva... Mas eles reduzem o banho de sol, tira a televisão, tira o trabalho (que alguns trabalham e tem remissão de pena, todo mundo perde), dificultam tudo naquela cela. Já ouvi falar que alguns mudam pra celas que são piores... mas isso não consegui confirmar, estava até pedindo pra investigar. Enfim, alguém tem que assumir e os presos já se acertam quem vai assumir aquele celular. Quando é feita a busca os presos já decidem; alguém tem que se apresentar. Nunca é ninguém. Porque se não for ninguém todo mundo acaba se prejudicando. Aí geralmente a pessoa que está em dívida com os outros é que assume; é uma forma de pagar a dívida. E por que a pessoa está em dívida? No feminino isso é pior porque elas têm que comprar absorvente. Kit de higiene básica, né? E muitas não têm dinheiro, condição... E pra não passar aquela situação toda, pegam dinheiro emprestado. Aí são obrigadas a assumir o celular pra quitar essa dívida, pelo fato do presídio não ter absorvente. Uma vez que a pessoa assume o PADIC, mesmo que ela explique isso depois no procedimento, o presídio condena ela. Uma vez condenada ela fica um ano com má conduta e a alteração da data base da progressão também. Então ela não consegue sair de lá em menos de um ano a partir dali, podendo ficar mais tempo por causa dessa infração disciplinar.

Então a pobreza da pessoa, o fato dela não ter condições comprar escova de dente, sabonete, absorvente, faz com que ela se endivida e por conta disso também assuma a posse de algo ilícito, fazendo com que a pena dela fique maior ainda, e ela precise de mais coisas lá dentro... porque ela não vai ganhar dinheiro, né? Vai continuar fazendo dívida pra conseguir ter o absorvente ou até uma alimentação melhorzinha. Eles têm alimentação correta lá, mas eles querem comer algo diferente de vez em quando, um lanche, alguma coisa. Eles fazem dívida por causa disso também. Então a pobreza é criminalizada de novo dentro do presídio. Eu já ouvi diretamente essa história de absorvente umas 3 vezes já. Gente se endividando com absorvente, porque não tinha kit de higiene básica. Então assim, o presídio oferece? Ele oferece. Mas não é com a regularidade que tem, eu acho que isso não está no orçamento da AGEPEN, é doado. Eles precisam de doação de outras entidades. O Estado tinha que saber que interna tem o ciclo menstrual, deveria ter previsto isso e regulamentado isso no programa, no orçamento anual. Eu acho que a própria AGEPEN não compra... pelo que me falaram os presídios recebem de doação. Eu acho, não tenho certeza, mas que não tem suficiente, eu sei que não tem.

Ela comete o crime porque é pobre. Ela é presa porque é pobre. Fica mais tempo porque é pobre. Fica mais pobre mais tempo, invés de progredir mais cedo. A Defensoria faz o que pode pra

tentar amenizar essa situação de pobreza, mas [esse problema] é mais que extrajurídico. Não é só uma questão de prestação de assistência judiciária, e o que a Defensoria pode dar é assistência judiciária.

Entrevista realizada em 04/03/2022, via *google meet*.

Pesquisadora: Vivian Manfrim Muhamed Zahra

Sonia von Lepel - Mecanismo Nacional de Prevenção de la tortura (PY)

S - Primeiro devo explicar-te que no MNP sou nova comissionada, me incorporei em janeiro deste ano. Então estou há pouco tempo na Comissão Nacional.

Revisando artigos e informes anteriores, não há muita coleção de dados sobre mulheres que pertencem aos grupos armados e PCC. Não há muitos antecedentes nos informes anteriores.

Este ano iniciamos o monitoramento em março (2021) e agora estamos redigindo os informes. Mas também ainda não há muita informação.

Posso te dizer o seguinte, o que em geral a presença dos grupos PCC, há outros grupos presentes, que é um grupo nacional e está presente na penitenciária nacional, onde estão os mais altos cargos nos grupos, e maior quantidade deste grupo chamado Rotela.

Atualmente estamos identificando pavilhões que se dizem pertencentes ao PCC como em Coronel Oviedo, Encarnacion, Pedro Juan Caballero, Ciudad de Leste. Também há pertencentes ao clã Rotela. Predominantemente em pavilhões masculinos.

Presença das mulheres em geral se dá por vínculos familiares. Por serem esposas, companheiras. Uma delegação que emerge a presença. Identificamos também a existência da figura de “aliadas” “protegidas” pelo PCC. Em Cereso, Itapua há pavilhão exclusivo de mulheres que se dizem do PCC.

Na prática, não identificamos que as mulheres tenham autonomia nas decisões. É como se estivessem sujeitas a decisões que vem de outro nível; elas simplesmente se limitam a executar. Não se identifica uma liderança individual ou coletiva, um comportamento independente.

Outra coisa é que nem sempre nos deixam entrar nos pavilhões que elas se identificam como do PCC. Mas quando eles/elas nos solicitam sim, engessamos.

V - Perguntei sobre os informes presentes no site.

Agora vai sair informe Cereso mulheres.

Há pavilhões com cerca de 300 pessoas que dizem ser do PCC, mas não podemos afirmar que todas estas pessoas pertencem ao PCC. Uma coisa são protegidos e outras são o que realmente pertencem ao PCC. Não há muita informação.

V – Como se deu sua entrada no MNP?

Eu sou advogada e antes de ingressar no mnp estive trabalhando na sociedade civil. Venho de organizações da sociedade civil de Direitos Humanos. Prestávamos serviços à coordenação de Direitos Humanos do Paraguai, prestando serviço na coordenadoria de Direitos da Criança e Adolescente. E sou militante feminista numa organização que se chama “consultório jurídico feminista”. Então eu vim desses espaços de militância.

V - Perguntei se ela ingressou por indicação realizada pela militância.

Não. Que o MNP tem pessoas que vem do Estado e pessoas da sociedade civil. Então eu dava apoio. E por este enfoque mais do gênero que eu possuo.

V - Perguntei então se esta é a especialidade que ela atua. Se há outros comissionados com outras especialidades.

São 6 comissionados nacionais. 5 Advogados e um sociólogo. E 1 dos advogados é acadêmico, professor. A maioria tem atuação acadêmica, eu não estou. Há uma diversidade, outros são da área de justiça penal; adolescente; e outros colegas com formação geral. Há algumas separações na atuação. Então eu e outro colega estamos nas penitenciárias, centros educativos e outros em outras áreas como para adultos e crianças.

De maio a setembro fizemos os monitoramentos. Agora estamos fazendo os informes.

Na penitenciária de Cereso há muitas integrantes do PCC, este já entregamos. Mas não tem outras informações.

V - Expliquei que este era nosso primeiro contato, que pretendia realizar visitas presenciais quando possível. E perguntei se estão atendendo já, em virtude da pandemia.

O MNP atuou sempre presencial realizando os monitoramentos. Não paramos; sempre observando os protocolos de segurança. Estávamos realizando trabalho remoto, mas agora já estão todos os comissionados atuando presencialmente.

V - Pergunto se posso ir ao MNP em breve.

Sim, poderia acompanhar alguns processos de monitoramento. A ver como voluntária, ou dependendo da especialidade. Há claro, cuidados que devem ser tomados.

V - Sobre o Presídio de Pedro Juan e as notícias de interdição o que sabe?

Ocorreu uma intervenção pontual em Pedro Juan Caballero. A realização deste enfrentamento foi uma das linhas de investigação sobre o assassinato que vitimou a filha do governador de Amambay. Não tenho informação se o morador desta cela em questão pertencia ao PCC.

V - Pergunto sobre os informes do site. A maioria por prisão preventiva. O aumento de número de presas por tráfico, em comparação a informes anteriores. O maior número de estrangeiras em Pedro Juan seriam brasileiras. Outro ponto sempre constante é que a administração

é geral e não específica para a ala feminina.

Em geral, as penitenciárias aqui não possuem normativas pela separação de presas condenadas e processadas. Não há separação física, setorizada. Há projeto de construção de 3 presídios com capacidade de atender cerca de 3.000 pessoas. Uma dessas seria de segurança máxima; outra de condenadas, outra transitória, para pessoas em liberdade condicional. Não há informação que estas serão destinadas a mulheres.

Hoje, 70% das pessoas presas não estão condenadas ainda, são preventivas, cujos processos ainda estão em andamento. Ou seja, só 30% da população total está condenada. Com relação às mulheres, a proporção é 40% condenadas.

Quanto aos homens, a maioria é processado por crimes contra a propriedade, em segundo lugar ficam os homicídios, e, em terceiro lugar os crimes relacionados ao tráfico de drogas (lei 1.340). As mulheres têm situação invertida.

1º lugar crimes de tráfico; 2º propriedade e 3º crimes contra a vida. Mais de 50% das mulheres estão sendo processadas pela lei 1.340, e identificamos que são majoritariamente por microtráfico. Não ocupam cargos altos no tráfico de drogas. São mulas, em sua maioria, com microtráfico familiar. Há, por exemplo, uma mulher presa em cidade de leste e seu irmão e seu pai privados de liberdade em outro local, no contexto de microtráfico toda a família encarcerada. Isso causa impacto enorme em toda a família, todas as crianças ficam desamparadas. Essas crianças ficam sob responsabilidade de outros familiares ou abrigos estatais.

Em zonas de fronteira, como em Cidade de Leste e Pedro Juan, há uma reticência por parte dos juízes de outorgar liberdade provisória ou saídas provisórias a homens e mulheres processados por drogas, com o argumento de se tratar de zona de fronteira. Este é um problema porque as pessoas precisam cumprir a totalidade de sua pena para saírem. É o que relatam os defensores, que estão bastante preocupados. Por exemplo em Cidade de Leste há somente dois homens com “transitórias”, que lhes permitem sair e voltar em 3 semanas da penitenciária. Nenhuma mulher nesta situação. As condenações por infrações previstas na 1.340 são muito rigorosas. Os marcos penais são muito altos; as penas mínimas aplicadas para delitos de tráfico de drogas são de 5 anos. Mesmo para situações de microtráfico, pois pela lei, 2g de cocaína e 10g de maconha já são considerados como traficantes e tipificados como tal. Provavelmente muitos desses casos são de consumidores.

V - Perguntei sobre alteração legislativa, haja vista a alteração havida no Brasil. Esta lei de drogas é antiga, certo?

Sim. É uma lei que já iniciou com o marco penal alto. O que se está fazendo neste momento é fortalecer as unidades especializadas de drogas, ampliá-las. Jurisdições especializadas.

V - Você acha que houve recrudescimento dessa atuação judicial por influência do Brasil?

Não posso vincular assim, pois o Paraguai tem um sistema muito punitivista. A regra é a prisão. A primeira forma utilizada para resolver alguma questão, é com esse tema penal. O Paraguai vem avançando com a política de combate às drogas... uma política mais repressiva... Se pode dizer que anteriormente, quem estava privado de liberdade era quem não tomava decisões, hoje já há investigações que permitem se chegar às máximas autoridades. Continua sendo majoritariamente pessoas de menor responsabilidade no tráfico, mas hoje já há pessoas que tomam decisões, sim. Essa presença de distintos grupos armados nas penitenciárias trazem novos conflitos. Há disputa e passam a controlar as penitenciárias. Tomam controle desses espaços.

V - Pergunto sobre a posição das mulheres, que procuraram proteção, mesmo se estejam previamente ligadas às facções criminosas. No Brasil observamos a prisão de pessoas vulneráveis socialmente, negros, etc. Nos relatórios observei este recorte também no Paraguai.

As penitenciárias estão quase todas superlotadas. Há penitenciárias que tem capacidade para 400 pessoas, e está com 1.300. Esta dinâmica se repete em todos os espaços. Com isso dizem que não podem contar com a cobertura de saúde, educação, higiene se levar em conta apenas a capacidade dos presídios.

O PCC possui uma postura altruísta nesse sentido, eles dizem que a pena é de restrição de liberdade e todos os demais direitos devem ser mantidos. E nisso eles tem razão. Eles dizem ‘o Estado não nos dá nossos direitos e nós nos organizamos, nos ajudamos, lutamos e exigimos’. Por exemplo, há casos de pessoas que precisam de medicamentos e não recebem, daí ingressam nas facções que os garantem seus medicamentos. Por isso, nestes casos de necessidade extrema, alguns acabam respondendo aos grupos armados que os apoiam, e em retribuição sabemos que, essas novos integrantes terão de cumprir tarefas, como no tráfico de drogas ou alguma morte solicitada. Os que não cumprem essas exigências, acabam tendo sua morte decretada.

Quando fui a Encarnação, havia uma mulher paraguaia que estava na cela de isolamento pois sua morte havia sido decretada. Não pelas presas daquele espaço, vinha de outra instância superior. E o diretor dizia que tinha que tomar todo o cuidado, e muitas vezes, tomando todas as medidas para salvar uma presa nesta situação, outra era assassinada em seu lugar.

As penitenciárias não têm condição de assegurar a vida dessas pessoas, nessas situações, nesses espaços. E também não tem condições de assegurar os serviços básicos a essas pessoas, que acabam procurando os grupos armados para fazerem parte.

V - Pergunto sobre os informes que relatam transferência de penitenciárias como uma espécie de punição. O MNP considera essa transferência compulsória uma violação de direitos?

O tema é o seguinte, se há um decreto de morte para aquela pessoa e não há como garantir lá sua segurança, nós apoiamos sua transferência para outro local. Afinal em primeiro lugar precisamos garantir seu direito a vida. Muitas vezes, nesses casos, essas notícias não chegam até

nós, são poucos os casos que pedem nossa ajuda.

No caso esta senhora que estava em uma cela de isolamento, a informação recebemos por parte das autoridades. Quando tentamos falar com ela, perguntando se queria fazer algum tipo de denúncia, ela não quis falar conosco; ela disse não.

V – Voltando ao contido nos informes do MNP... Vejo que sempre tem os encaminhamentos para garantir melhorias, como ao MP ministério da justiça. Gostaria que você me contasse um momento que você se surpreendeu nas suas visitas o que te chamou a atenção e gostaria de falar.

Vejamos, rs, deixa eu procurar na minha memória, rs.

A situação é de uma extrema vulnerabilidade. Sempre muito difícil a presença de homens... é ... trans mulheres, em penitenciária para homens. Trans mulheres. O problema é que elas não podem estar nos pavilhões, então vivem confinadas em espacinhos. Sem geladeira, sem colchão, sem um espaço mínimo. Não podem sair ao pátio nas mesmas horas que saem as demais pessoas. Muitas vezes, na maior parte das vezes, sofrem muitos maus tratos e violências por parte dos funcionários. São as pessoas que mais sofrem, sem dúvida. Não há forma de mostrar a essas pessoas que não deveriam estar nas penitenciárias masculinas. É terrível porque eles não entendem. Essas mulheres não têm possibilidade de fazer um curso de capacitação porque outros não permitem compartilhar os mesmos espaços. São relegadas, e certamente ficam com a pior parte. Falta muito o que fazer quanto ao reconhecimento dos direitos dessas mulheres. Mulheres trans, as que se identificam com esta identidade feminina. Não há compreensão pelo ministério da justiça que elas não deveriam estar ali e tampouco tem a capacidade de ter pavilhões especiais para elas e garantir seus direitos à saúde. Não há retrovirais, muitas deveriam ter algum tratamento para tuberculose, algumas tem implantes, isso significa que tem que estar medicadas, tomar hormônios, e todos seus direitos não são garantidos. Há muito o que se fazer; há uma grande dívida do estado paraguaio para com as mulheres trans.

Tem os casos das mulheres lésbicas, homossexuais, que o Estado não lhes reconhece a visita íntima. E as mulheres trans, cuja principal ocupação é a prostituição, já que elas não têm como gerar recursos para sobreviver nas diversas penitenciárias. Muitas delas por isso não contam com suas famílias para prover alimento, lhes assistir, medicamentos, outras presas contam com este tipo de ajuda, mas as mulheres trans não, já viviam em situação de rua. É uma situação extrema de violação de direitos. Há muito trabalho por fazer e muita reticência nesse sentido.

O único avanço que podemos dizer é que agora nos diários podem identificar pessoas pertencentes a população LGBTI, porque antes nem sequer constava dos registros oficiais. Quanto a orientação sexual, não se definem, não são perguntadas. O que nos dizem é que não sabem como abordar o assunto para constar nos dados, nos casos das mulheres lésbicas ou transsexuais. No caso

de homens gays também não há informação nem capacidade para levantar esses dados.

V - Falo sobre os entraves que a população LGBT passa. Pergunto sobre a ala feminina de Pedro Juan Caballero, que observava em seu informe o isolamento de uma presa lésbica desde seu ingresso na penitenciária. O que você conhece sobre isso?

A violência em relação as mulheres trans é mais notória, mas a situação das mulheres lésbicas também é de violações e violências. Se a administração identifica que existem casais, elas são separadas, todo tempo lhes chamam a atenção, a incomodam. No caso das mulheres que usam roupas masculinas, vão controlando, impedindo que se vistam dessa maneira. Não há nenhuma disposição que as ampare. Na prática, nas conversas com os funcionários eles dizem que não podem identificar essas pessoas ou quando o fazem, não são para protegê-las e sim para violentar mais, ou restringir seus direitos. Castigos, separações, chamadas de atenção... não deixar usar determinadas roupas.

V - Falo sobre os vários esclarecimentos que ela já me forneceu. Agradeço a atenção dispensada e gentil com a minha pesquisa. Relato o desejo de em breve encontrá-los no Paraguai. Pergunto sobre a autorização para a utilização da entrevista.

Sim, perfeito. Quando terminar, me envie para que eu possa olhar e acrescentar ou esclarecer algo, que de repente não tenha ficado claro na tradução do castelhano ao português.

Observação: Nunca houve retorno dela.

Entrevista realizada em 11/11/2021 via google meet.

Pesquisadora: Vivian Manfrim Muhamed Zahra

Entrevistadas

Julia (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 19/03/2022, 17 min.

Carla (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 19/03/2022, 13 min.

Larissa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 25 min.

Luísa (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 12/05/2022, 41 min.

Fatima (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 25 min.

Nalva (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 11 min.

Celi (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

Isabela (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Pedro Juan Caballero. Data: 30/03/2023, 15 min.

Fabieli (áudio – MP3). Produção: Vivian Manfrim Muhamed Zahra - Ponta Porã. Data: 30/03/2023, 14 min.